



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO**

SANDRA HELENA RIBEIRO CRUZ

**GRANDES PROJETOS URBANOS, SEGREGAÇÃO SOCIAL
E CONDIÇÕES DA MORADIA EM BELÉM E MANAUS**

Belém
2012

SANDRA HELENA RIBEIRO CRUZ

**GRANDES PROJETOS URBANOS, SEGREGAÇÃO SOCIAL
E CONDIÇÕES DA MORADIA EM BELÉM E MANAUS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de doutor.

Orientadora: Dra. Edna Maria Ramos de Castro.

Co-orientadora: Dra. Maria Elvira Rocha de Sá

Belém
2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Cruz, Sandra Helena Ribeiro

Grandes projetos urbanos em metrópoles amazônicas: segregação social e moradia em Belém e Manaus/Sandra Helena Ribeiro Cruz; Orientadora, Edna Maria Ramos de Castro – 2012.

317 f.: il. ; 29 cm

Inclui bibliografias

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2012.

1. Urbanização- Manaus. 2. Urbanização – Pará. 3. Segregação urbana-Pará. 4. Segregação urbana – Manaus. 5. Programa de Saneamento Ambiental dos

Igarapés Manaus (PROSAMIN). 6. Portal da Amazônia (PA). I. Castro, Edna Maria Ramos de, orientador. II. Título.

CDD 22 307.121609811

SANDRA HELENA RIBEIRO CRUZ

**GRANDES PROJETOS URBANOS, SEGREGAÇÃO SOCIAL
E CONDIÇÕES DA MORADIA EM BELÉM E MANAUS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de doutor.

Data da Aprovação: 27/06/2012

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Edna Maria Ramos de Castro – Orientadora
Doutora em Sociologia
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPa

Profa. Dra. Maria Elvira Rocha de Sá – Co-orientadora
Doutora em Serviço Social
Universidade Federal do Pará – ICSA/UFPa

Profa. Dra. Ligia Terezinha Lopes Simonian
Doutora em Antropologia
Universidade Federal do Pará – NAEA/UFPa

Profa. Dra. Simaia do Socorro Sales das Mercês
Doutora em Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal do Pará – NAEA/UFPa

Prof. Dr. Roberto Luís de Melo Monte-Mór
Ph.D em Planejamento Urbano
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Prof. Dr. José Júlio Ferreira Lima
Doutor em Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal do Pará - UFPa/FAU

Para o meu pai Rosemiro da Silva Cruz (*In memoriam*), que
me fez acreditar que sem conhecimento não há liberdade.

Para o meu Giordano Bruno que chegou
me desafiando a ser mais gente. Te amo!

[...] Iniciado há quatro séculos, o seu descobrimento ainda não terminou. E, no entanto, pelo que já se conhece da vida na Amazônia, desde que o homem a habita, ergue-se das funduras das suas águas e dos altos centros de sua selva um terrível temor: o de que essa vida esteja, devagarinho, tomando o rumo do fim.

Thiago de Mello
Mormaço na Floresta

AGRADECIMENTOS

Esta tese, embora seja de minha inteira responsabilidade, resulta de um esforço coletivo que, como uma teia, vem sendo tecida há muitos anos, com o apoio afetivo de meus dois núcleos familiares e com o incentivo de meus pares, no Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU), da Faculdade de Serviço Social, e no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, ambos da Universidade Federal do Pará. Portanto, eu diria que ela é a síntese coletiva de um pensamento crítico sobre a realidade amazônica. Ficam aqui os meus agradecimentos:

À casa das sete mulheres: Osalina Ribeiro Cruz (minha mãe), Ana Cecília, Silvia Helena, Rosa Helena, Ana Débora e Rosineide Ribeiro (minhas queridas irmãs), meu esteio afetivo e tudo fizeram para que a tese chegasse até aqui. Amo vocês!

Ao Rufino Martins (meu marido e companheiro) e Giordano Bruno (meu filho) que tiveram a paciência de ficar sem a minha presença em vários momentos da pesquisa de campo e nos últimos meses, durante a elaboração da tese. Amo vocês!

Aos meus tios, Sr. Jocelino Firmino Lima e Maria do Carmo Lima, que me acolheram durante a realização da pesquisa em Manaus;

À Dra. Edna Castro, que acompanha toda a minha formação *lato e stricto sensu* e que desde o início de meu ingresso no PDTU se disponibilizou a construir esta tese com conhecimentos, sugestões, novas ideias, apoio material e logístico, ou seja, essa foi uma viagem compartilhada. Com carinho e admiração;

À Dra. Maria Elvira Rocha de Sá, co-orientadora, amiga e companheira de muitas lutas, e que juntas construímos e transmitimos conhecimento desde a graduação. Com carinho e admiração;

Ao corpo docente do PDTU/NAEA, pela convivência e compartilhamento de conhecimentos interdisciplinares, em especial às Dras. Rosa Acevedo, Ligia Simonian e Simaia Mercês;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que apoiou o trabalho de campo, por meio do Edital MCT/CNPq 02/2009 - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas;

Aos meus colegas do doutorado (Turma 2008) com quem tive o prazer de compartilhar conhecimentos interdisciplinares e momentos de tensão, decepção, tristeza e alegria, tornando o cotidiano do PDTU/NAEA mais leve;

Aos discentes do FIPAM, que contribuíram com a produção de informações sobre o Portal da Amazônia, por ocasião da disciplina Desenvolvimento Urbano, em 2011;

Aos funcionários do PDTU/NAEA, que sempre atenderam às minhas demandas com atenção e respeito;

À Faculdade de Serviço Social e ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, que me liberaram para cursar o doutorado;

Ao Instituto Amazônico de Planejamento, Gestão Urbana e Ambiental (IAGUA), Organização Não Governamental de Belém, que de forma incondicional apoiou a elaboração desta tese com informações, apoio material e logístico.

Ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), das Universidades do Amazonas, que contribuiu com a pesquisa em Manaus;

Ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-Manaus), em especial aos colegas Norma Bentes e Adjalma Nogueira Jaques, pela disponibilização de informações;

À promotoria de Meio Ambiente do Ministério Público do Pará, em especial ao promotor público José Godofredo Pires dos Santos, pela disponibilização de informações em Belém;

Aos órgãos públicos, municipais e estaduais, que me cederam informações sobre Belém e Manaus;

Às técnicas Bárbara Santos, Joelma e Frank, do PROSAMIM; Cheila e Jucileide, da SUHAB, que disponibilizaram informações sobre Manaus;

Às técnicas Raquel Amorim, do PROMABEN; Elisandra, do Projeto Orla; Joelma, Rosilene Portela e Jucielma, da SEHAB, pela disponibilização de informações da SEHAB em Belém;

Às lideranças do Movimento Luta Bairro e Favela em Belém, que disponibilizaram informações, documentos e registro fotográfico do movimento dos moradores da Travessa Quintino, além de me acompanharem durante as entrevistas, em especial ao Altemir e Fernanda;

Às Dras. Marilene Corrêa e Heloísa Corrêa, da Universidade Federal do Amazonas, que disponibilizaram informações sobre Manaus;

Aos estudantes de geografia Luis Silva e Lucijane Inhaúma, da Universidade Estadual do Amazonas, que me ajudaram no levantamento de dados em Manaus;

Às lideranças do Fórum Amazonense de Reforma Urbana, em especial ao Marcos Brito e Sandra Linéa, que disponibilizaram informações e me acompanharam durante as visitas em Manaus;

Aos moradores do Parque Manaus, Beco dos Pretos e Cachoeirinha, que me concederam entrevistas;

Aos moradores da Bacia da Estrada Nova, em especial Valdelice Rodrigues, Eliezer, Bruna Marcelli, Bernadete e Aida, que me concederam entrevistas, disponibilizaram informações e me acompanharam nas visitas realizadas nas áreas em Belém;

À Regina Penna, minha amiga e irmã, pelas transcrições das gravações de entrevistas, palestras, reuniões etc.;

À Maria Gorete da Gama e Silva, que me auxiliou no levantamento de dados em Belém;

Às discentes Aline Ferreira de Araújo e Emanuelle da Silva Almeida, que auxiliaram na realização de entrevistas em Belém;

À Iraneide Silva, minha grande amiga e que tive o prazer de reencontrar durante o curso de doutorado, responsável pela editoração do projeto de qualificação e desta tese;

Aos colegas Welson Cardoso, Túlio da Silva e Gilberto Júnior, pela elaboração dos dados estatísticos e cartográficos da pesquisa.

Aos discentes do Curso de Serviço Social, Nadilson e Isabelly, pela contribuição na impressão e layout do trabalho.

RESUMO

O objeto central da pesquisa que deu origem a esta tese de doutorado foi analisar os efeitos segregativos que os grandes projetos urbanos provocam sobre as condições de moradia nas metrópoles amazônicas de Belém e Manaus. Adotam-se as projeções teóricas que interpretam a dinâmica urbana enquanto produto da acumulação do capital e que gera segregação social, numa perspectiva que permite comparar intervenções urbanas nessas duas metrópoles. Em cada uma dessas cidades, grandes projetos urbanos estão sendo implantados. Para efeito deste estudo, as experiências do Projeto Portal da Amazônia, em Belém-Pará e o Programa de Saneamento Ambiental dos Igarapés Manaus (PROSAMIM), na cidade Manaus-Amazonas, foram analisados como experiências de grandes projetos urbanos na Amazônia. O referencial teórico-metodológico teve a contribuição das teorias produzidas pela Escola Sociológica francesa, as anglo-saxônicas e as brasileiras, permitindo a construção de um pensamento crítico sobre a lógica que permeia os grandes projetos urbanos nas metrópoles amazônicas. Para isso, elegeu-se um procedimento operacional do tipo quali-quantitativo, tendo em dados primários e secundários as principais fontes de informação, materializadas por documentos históricos, oficiais, dados estatísticos, observação direta e realização de entrevistas com lideranças dos movimentos em defesa da moradia e da reforma urbana, moradores das áreas afetadas direta e indiretamente pelos programas em estudo e agentes de órgãos públicos. Os principais resultados são a constatação de que nas metrópoles amazônicas o processo de urbanização vem se dando desde o final do século XIX, com o advento da economia gomífera, intensificando-se a partir do Golpe Militar de 1964, quando foram fortalecidos os processos de exploração de recursos naturais e de adensamento populacional, com consequentes alterações físico-territoriais em Belém e Manaus. Nos anos recentes, as duas cidades vêm acompanhando o movimento de globalização do capital, ao adotarem os grandes projetos urbanos como a principal estratégia de renovação urbana, com suporte técnico e financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Por fim, estes resultados apontaram efeitos segregativos, determinados pela implantação destes grandes projetos urbanos, uma vez que as ações de deslocamento compulsório impactaram de forma negativa a condição de moradia e trabalho de expressivas frações das classes trabalhadoras, tornando inacessível o Direito à Cidade, tanto em Belém como em Manaus.

Palavras-chave: Metrópoles Amazônicas. Grandes Projetos Urbanos. Segregação Social. Condições de Moradia. Direito à Cidade.

ABSTRACT

The central object of the research that led to this thesis was to analyze the segregation effects that cause large urban projects on the living conditions in Amazonian cities of Belém and Manaus. Adopt the projections theoretical interpret urban dynamics as a product of capital accumulation and generates social apartheid, a perspective that allow compare of urban interventions in these two cities. In each of these cities large urban projects are being implemented. For purposes of this study the experiences of the Portal Project Amazon, in Belém city, Pará state, and Environmental Sanitation Program Streams of Manaus (PROSAMIM), in Manaus city, Amazonas state, were analyzed as the experiences of large urban projects in the Amazon Region. The theoretical and methodological had the contribution of the theories produced by the French Sociological School of reflections Anglo-Saxon and Brazil, allowing the construction of critical thinking about the logic that permeates the major urban projects in cities of the Amazon Region. To this chosen operating procedure of the type-quality quantitative, in primary and secondary data the main sources of information, materialized by historical documents, official statistics, direct observation and interviews with leaders of the movement in defense of the housing and urban reform, residents of areas affected directly and indirectly by the programs under study and agents of public bodies. The main results are that in Amazonian cities the process of urbanization has been occurring since the late nineteenth century with the advent of the economy gomífera, intensifying from the military coup of 1964 when they were strengthened processes of exploitation of natural resources and population density with consequent changes in physical-territorial Belém and Manaus cities. In recent years, the two cities are following the trend of globalization of capital, by adopting the large urban projects as the main strategy of urban renewal, with technical and financial support of the Interamerican Development Bank (IDB). Finally, these results showed segregation effects determined by the implementation of major urban projects, since the actions of compulsory displacement negatively impacted the living conditions and work of significant fractions of the working classes, making the law inaccessible to the City, both in Belém and Manaus.

Keywords: Amazonian Metropolis. Large Urban Projects. Social segregation. Housing Conditions. Right to the City.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	Evolução populacional de Belém e Manaus (1960-2010)	81
Gráfico 2	Evolução do Produto Interno Bruto a preços correntes na Região Norte, Pará, Amazonas, Belém e Manaus (mil reais)	89
Gráfico 3	Dados sobre renda da população residente na área de implementação do PROMABEN	179
Figura 1a-b	Maquetes das obras de macrodrenagem e projeção de vias que ligam o rio Guamá ao restante da cidade (Av. Bernardo Sayão, Trav. Caripunas e Timbiras)	182
Organograma 1	Unidade de Coordenação do PROMABEN	188
Gráfico 4	Tempo de moradia – Igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico	254
Gráfico 5	Moradores que gostam do seu local de moradia – Igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico	255
Gráfico 6	Aspectos positivos do local de moradia – Igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico	255
Gráfico 7	Motivações para a escolha do local de moradia – Igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico	255
Gráfico 8	Condições de moradia – Igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico	256
Gráfico 9	Aspectos negativos da moradia – Igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico	257
Organograma 2	Unidade Gestora do PROSAMIM	264

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Áreas Seleccionadas para observação empírica	40
Mapa 2	Bairros que compõem a Bacia do Educandos-Quarenta	41
Mapas 3a-b	Localização das cidades: a) Belém; b) Manaus	75
Mapa 4	Configuração Territorial de Belém (1977-2010)	101
Mapa 5	Configuração territorial do município de Manaus (1996-2010).	102
Mapa 6	Indígenas residentes na cidade de Manaus (AM)	105
Mapas 7a-b	Mapa do município de Belém com os respectivos assentamentos precários, 2008	139
Mapa 8	Assentamentos precários, segundo o nível de adensamento residencial (nº de residências)	141
Mapa 9	Aglomerados subnormais em Manaus	148
Mapa 10	Distribuição espacial dos setores censitários segundo tipo de assentamento. Município de Manaus (Amazonas)	148
Mapa 11	Espacialização dos conjuntos habitacionais na cidade de Manaus/Eixo Sul-Norte (960-1990)	153
Mapa 12	Área de abrangência do Projeto Portal da Amazônia	161
Mapa 13	“TSUNAMI”: efeitos sociais do Projeto Portal da Amazônia na BHEN	195
Mapa 14	Faixa de cobertura do Projeto Orla na margem do Rio Guamá	211
Mapa 15	Localização da área de estudo no município de Manaus	238
Mapa 16	Localização das Áreas de Intervenção do PROSAMIN	259

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografias 1a-f	Aspectos gerais da condição da moradia nos assentamentos precários de Belém	143
Fotografias 2a-f	Aspectos gerais da moradia popular em Manaus	156
Fotografia 3	Manifestação da COBAJUR pela Reforma Urbana (década de 1960)	168
Fotografia 4	Habitações no Bairro Condor (1940-1950)	169
Fotografia 5	Aspecto da moradia do bairro do Guamá (início do Século XX)	174
Fotografia 6	Aspecto da Rua João de Deus, no bairro do Guamá	175
Fotografia 7	Aspecto da Travessa Francisco Caldeira Castelo Branco (Século XX)	176
Fotografia 8	Serviço de asfaltamento da Estrada Nova	177
Fotografias 9a-c	Aspectos de habitações às margens dos canais da BHEN	180
Fotografias 10a-c	Residências e comércios demolidos na Av. Bernardo Sayão entre a Av. José Bonifácio e a UFPA	196
Fotografia 11	Residência e comércio a demolir na Av. Bernardo Sayão/Caripunas-Beira-Rio	197
Fotografias 12a-c	Residências demolidas na Av. Bernardo Sayão entre a Av. José Bonifácio e a UFPA	197
Fotografias 13a-c	Residencial Comandante Cabano Antônio Vinagre	199
Fotografias 14a-b	Imóveis à venda na Rua Caripunas	203
Fotografias 15a-f	Movimentação diária dos portos públicos na orla sul de Belém	214
Fotografias 16a-f	Projeto Orla – Trecho Mangal das Garças à Avenida Mundurucus – fase atual e protótipo	218
Fotografias 17a-c	Habitação do tipo palafita na área do Projeto Orla	222
Fotografias 18a-c	Moradias e atividades de trabalho na orla do rio Guamá	222
Fotografias 19a-b	Prédio em fase de construção na orla para reassentamento das famílias que se encontram no auxílio-aluguel	224
Fotografia 20	Conjunto Habitacional construído na orla para reassentar as famílias das vilas demolidas	224
Fotografias 21a-c	Unidades habitacionais da Vila Elaine aguardando negociação entre a Prefeitura e os moradores para o remanejamento das famílias e demolição dos imóveis – dezembro, 2011	229

Fotografias 22a-c	Aspectos da moradia no Igarapé da Quintino Bocaiúva antes da intervenção do Projeto Orla	230
Fotografias 23a-b	Mobilização dos Moradores da Travessa Quintino Bocaiúva (Sub-Bacia 2)	232
Fotografia 24	Fisionomia do bairro Nossa Senhora Aparecida	242
Fotografia 25	Aspectos do bairro Betânia	243
Fotografia 26	Aspectos do bairro Centro	245
Fotografia 27	Aspecto do bairro Colônia Oliveira Machado	246
Fotografia 28	Bairro Crespo	247
Fotografia 29	Bairro Educandos	248
Fotografias 30a-b	Bairro Japiim: Avenida General Rodrigo Otávio e palafita sobre o Igarapé Quarenta	249
Fotografia 31	Bairro Petrópolis	250
Fotografia 32	Agremiação Vitória Régia no bairro Praça 14	251
Fotografia 33	Aspecto do Bairro da Raiz	252
Fotografia 34	Vista aérea das moradias às margens do Igarapé Quarenta (2006)	268
Fotografia 35	Aspecto geral do Conjunto Habitacional Nova Cidade	278
Fotografias 36a-d	Igarapé Manaus aterrado e retificado (parte a céu aberto)	279
Fotografias 37a-d	Parque Residencial Manaus, construído em cima de uma parte do Igarapé Manaus, por baixo da Avenida foram instaladas galerias que ligam a rede de esgoto geral, pronta para receber a rede intradomiciliar	281
Fotografias 38a-b	Igarapé Bittencourt antes e depois da intervenção de saneamento	282
Fotografias 39a-b	Igarapé da Cachoeirinha antes e depois da intervenção de saneamento	282
Fotografias 40a-b	Igarapé Quarenta antes e depois da intervenção de saneamento	282
Fotografias 41a-c	Igarapé Mestre Chico antes e depois da intervenção de saneamento. a) igarapé antes da intervenção; b) Ponte sobre o Igarapé antes da intervenção; c) Vista noturna da ponte sobre o Igarapé	283

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Fatos históricos e determinantes no crescimento das cidades na Amazônia – Séculos XIX, XX e XXI	67
Quadro 2	Comparativo do Índice de GINI entre Belém e Manaus	92
Quadro 3	Mapa do emprego formal no município de Belém - 2009	95
Quadro 4	Projetos e programas municipais executados pela Prefeitura Municipal de Belém (1997-2004)	129
Quadro 5	Investimentos no setor habitacional em Belém (2005-2012)	131
Quadro 6	Bairros e igarapés selecionados pelo PROSAMIM	237
Quadro 7	Evolução do crescimento demográfico dos bairros que compõem a zona Sul (1996-2010).	239
Quadro 8	Intervenção urbanística realizada pela SEINF	260
Quadro 9	Instâncias de participação criadas pelo PROSAMIM	265
Quadro 10	Formas de indenização	270

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Crescimento Populacional Urbano no Brasil e na Amazônia Legal (1960/1991)	77
Tabela 2	Evolução da População das cidades de Belém e Manaus (1960-2010)	80
Tabela 3	População de Belém e Manaus por situação de domicílio, área territorial e densidade demográfica - 2010	82
Tabela 4	População residente, por situação do domicílio, segundo as Regiões Metropolitanas e os municípios - 2010	84
Tabela 5	Evolução do Produto Interno Bruto a preços correntes na Região Norte, Pará, Amazonas, Belém e Manaus (mil reais)	89
Tabela 6	Evolução do Produto Interno Bruto a preços correntes na Região Norte, Pará, Amazonas, Belém e Manaus (percentuais)	91
Tabela 7	Evolução percentual do Produto Interno Bruto a preços correntes na Região Norte, Pará, Amazonas, Belém e Manaus	91
Tabela 8	Rendimento nominal mensal da população de 10 anos ou mais Belém e Manaus	92
Tabela 9	Investimento da COHAB em ações habitacionais em Belém (2000-2010)	126
Tabela 10	Estimativa dos componentes do déficit habitacional básico (1) Belém - 2000	135
Tabela 11	Estimativa dos componentes do déficit habitacional básico segundo faixas de renda - Belém 2000	136
Tabela 12	Número de assentamentos precários em Belém, segundo os Bairros	137
Tabela 13	Oferta de infraestrutura nos assentamentos precários em Belém (2007)	142
Tabela 14	Estimativa de domicílios e pessoas em assentamentos precários nas áreas urbanas em Manaus, 2000	147
Tabela 15	Percentual de Pessoas com acesso a serviços básicos em todas as zonas de Manaus	149
Tabela 16	Renda do chefe do domicílio em todas as zonas de Manaus, 2000	150

Tabela 17	Produção de moradias em Manaus (2003-2009)	154
Tabela 18	Produção de casas e apartamentos em Manaus (2009-2011)	154
Tabela 19	Unidades cadastradas nas quatro Sub-bacias	187
Tabela 20	Número de imóveis cadastrados na sub-bacia I	192
Tabela 21	Soluções de remanejamento aplicadas na sub-bacia 1 (junho/2010 a maio de 2011)	193
Tabela 22	Imóveis cadastrados, demolidos e em negociação nas vilas localizadas na Rua Osvaldo de Caldas Brito – Trecho Beira-Rio	221
Tabela 23	Aporte financeiro para o PROSAMIM (valores em milhões de reais)	262
Tabela 24	Detalhamento dos custos do PROSAMIM I na bacia do Educandos-Quarenta. Custo e financiamento (em milhares de US\$).	263
Tabela 25	Soluções de remanejamento por igarapé (número de casas)	270
Tabela 26	Parques residenciais construídos para reassentar as famílias atingidas pelo PROSAMIM na bacia do Educandos-Quarenta	271
Tabela 27	Unidades habitacionais a serem entregues – julho/2011	272

LISTA DE SIGLAS

APC	Acumulação Primitiva de Capital
AEDS	Área de Expansão Domiciliar
AID	Área de Influência Direta
AM	Amazonas
AMPARE	Associação de Moradores do Parque Residencial Manaus
BASA	Banco da Amazônia
BHEN	Bacia Hidrográfica da Estrada Nova
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAIXA	Caixa Econômica Federal
CDES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CDP	Companhia Docas do Pará
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEF	Caixa Econômica Federal
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEM	Centro de Estudo da Metrópole
COBAJUR	Associação da Comunidade de Base do Jurunas
CODEM	Companhia de Desenvolvimento Metropolitano
COHAB	Companhia Estadual de Habitação
COMCRI	Comissão de Gerenciamento de Crise
COMSUL	Comissão Consultiva
CRC	Comitê de Representantes da Comunidade
CUT	Custo Unitário do Trabalho
DABEN	Distrito do Bengui
DAGUA	Distrito do Guamá
DAICO	Distrito de Icoaraci
DHB	Diagnóstico Habitacional de Belém
DHB	Déficit Habitacional Básico
DIEESE-PA	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos do Pará
EGPO	Escritório de Gestão Participativa
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FEMA-PAC	Fórum de Entidade e Moradores de Áreas de Projetos do PAC
FESALC	Federació de Societats Laborals de Catalunya

FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FNHIS/CE	Fundo Nacional de habitação de Interesse Social-Ceará
IAGUA	Instituto Amazônico de Gestão Urbana e Planejamento Urbano e Ambiental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMPLURB	Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano de Manaus
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPPUR	Instituto de Pesquisa Urbana e Regional
MCIDADES	Ministério das Cidades
MCMV	Minha Casa Minha Vida
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MLB	Movimento de Lutas dos Bairros
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPE	Ministério Público Estadual
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
OGU	Orçamento Geral da União
ONG	Organização Não Governamental
PA	Pará
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAP	Procedimento Administrativo Preliminar
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PCS	Programa de Comunicação Social
PDLS	Plano Desenvolvimento Local Sustentável
PDR	Plano Diretor de Realocação de Populações e Atividades Econômicas
PEA	População Economicamente Ativa
PEA	Programa de Educação Ambiental
PEHIS	Plano de Habitação e Interesse Social
PEMAS	Plano Estratégico Municipal pra Assentamentos Subnormais
PER	Plano Específico de Reassentamento
PIB	Produto Interno Bruto
PIDESC	Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PLANHAB	Plano Nacional de Habitação
PMB	Prefeitura Municipal de Belém
PMHIS	Plano Municipal de Habitação de Interesse Social
PMM	Prefeitura Municipal de Manaus
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios

PNCSA	Programa Nova Cartografia Social da Amazônia
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC	Programa de Participação Comunitária
PROCRED	Programa Carta de Crédito Associativo
PROMABEN	Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova
PROSAMIN	Programa de Saneamento Ambiental dos Igarapés Manaus
PSH	Programa de Subsídio à Habitação Social
PTTS	Projeto de Trabalho Técnico Social
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RMB	Região Metropolitana de Belém
RMM	Região Metropolitana de Manaus
SAAEB	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SACI	Serviço de Atendimento ao Cidadão
SEDU	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
SEDUR- PR	Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Paraná
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação
SEIND	Secretaria do Índio
SEINF	Secretaria Estadual de Infraestrutura
SEMA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SESAN	Secretaria Municipal de Saneamento
SEURB	Secretaria Municipal de Urbanismo
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SPEVEA	Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUHAB	Superintendência de Habitação
TPC	Plano de Participação Comunitária
UCP	Unidade de Coordenação do Programa
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UGPI	Unidade Gerenciamento Programa Social e Ambiental dos Igarapés
ZFM	Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

PARTE I

1	INTRODUÇÃO	23
1.1	PROBLEMA	26
1.2	HIPÓTESE	27
1.3	OBJETIVOS	28
1.3.1	Geral	28
1.3.2	Específicos	28
1.4	METODOLOGIA, PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS	29
1.4.1	Procedimentos Metodológicos	32
1.4.2	Organização dos Capítulos	38
1.5	ÁREAS DE ESTUDO	40
2	CIDADE DO CAPITAL: A SEGREGAÇÃO SOCIAL COMO LÓGICA E O DIREITO À CIDADE COMO UTOPIA	42
2.1	ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E SEGREGAÇÃO SOCIAL: DA INDÚSTRIA À GLOBALIZAÇÃO	43
2.2	VIDA URBANA: O DIREITO À CIDADE EM LUTA	58

PARTE II

3	URBANIZAÇÃO EM BELÉM E MANAUS – METRÓPOLES INACABADAS	63
3.1	A PRODUÇÃO DAS CIDADES E SUA METROPOLIZAÇÃO: BELÉM E MANAUS	73
3.1.1	Determinações socioeconômicas e expansão da fronteira urbana na Amazônia: Belém e Manaus	86
4	A MORADIA COMO QUESTÃO SOCIAL NAS METRÓPOLES AMAZÔNICAS: BELÉM E MANAUS	109
4.1	DO INQUILINATO (SÉCULO XX) AO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (SÉCULO XXI)	112
4.2	POLÍTICA HABITACIONAL EM BELÉM E MANAUS: O ESTADO DA ARTE	122
4.2.1	Moradia em Belém	122
4.2.2	Moradia em Manaus	144

5	GRANDES PROJETOS URBANOS E A QUESTÃO DA MORADIA EM BELÉM E MANAUS: PORTAL DA AMAZÔNIA E PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS (PROSAMIM)	158
5.1	INTERVENÇÃO URBANÍSTICA EM BELÉM: O PORTAL DA AMAZÔNIA	160
5.1.1	Sobre os Bairros da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (BHEN): ocupação, história e expansão urbana	162
5.1.2	Passagens pela BHEN: Cidade Velha, Jurunas, Condor, Cremação e Guamá	164
5.1.3	Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova	178
5.1.3.1	Sustentabilidade ambiental na BHEN à luz das orientações do BID	183
5.1.3.2	Da gestão do PROMABEN à participação	188
5.1.3.3	Moradia e realocação de população no âmbito do PROMABEN	191
5.1.3.4	Moradia e trabalho no âmbito do PROMABEN	200
5.1.4	O Projeto Orla	209
5.1.4.1	Projeto Orla nas sub-bacias I e II: moradia e o direito à cidade	220
5.2	PROSAMIM: ENTRE O EMBELEZAMENTO E A MORADIA	236
5.2.1	Bacia do Educandos: historicidade, caracterização e perfil socioeconômico	241
5.2.1.1	Entre o Igarapé e a casa: formas de viver na Bacia do Educandos	253
5.2.2	PROSAMIM	258
5.2.3	PROSAMIM e as soluções para resolver a questão da moradia: de que cidade se apropriam os pobres?	268
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	288
	REFERÊNCIAS	292
	APÊNDICES	310
	APÊNDICE A - Ofícios enviados a órgãos públicos solicitando acesso, para pesquisa documental, coleta de dados e entrevistas: COHAB, PROMABEN, SEURB, SEHAB e SUHAB	311
	APÊNDICE B - Roteiro de entrevista	316

PARTE 1



1 INTRODUÇÃO

A preocupação em analisar a segregação social pelas condições de moradia advém de nosso engajamento, enquanto docente e pesquisadora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA), em pesquisas sobre as questões urbanas. A relação com a temática passa pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito do programa “Apoio à Reforma Urbana” (PARU). A centralidade desse programa está em apoiar e assessorar os movimentos sociais que reivindicam a reforma urbana, na região e no país, produzindo conhecimento a partir da UFPA.

As experiências vivenciadas a partir de um lugar (UFPA), fizeram emergir algumas questões a serem problematizadas e investigadas no decorrer desta tese. Questões relacionadas às características da urbanização na Amazônia; a lógica da política urbana elaborada para as suas metrópoles, a segregação enquanto fenômeno gerador da desigualdade e da exclusão social na região; e a preocupação em explicar os elementos que contribuem para o aprofundamento da segregação social como consequência da ação de grandes projetos urbanos.

A partir de observações realizadas em cidades amazônicas, percebe-se que as condições de moradia resultam de uma lógica determinada pela dinâmica de segregação social, em que a maioria das pessoas constituintes das classes trabalhadoras se reproduz em áreas que não possuem condições materiais adequadas à sobrevivência humana. São lugares sem infraestrutura urbana de saneamento, transporte, habitação etc. Por outro lado, observa-se que ao intervir nessas áreas com o objetivo de revitalizá-las, o Estado não consegue planejar suas ações, de forma a atender aos anseios e necessidades dessa maioria, possibilitando-lhe moradia digna. O que se tem é uma intervenção moldada por experiências e dinâmicas externas, que quase sempre produzem uma cidade dividida e fragmentada, cuja dimensão físico-territorial sofre alterações em favor do mercado, em especial do mercado imobiliário, tornando a cidade espoliativa.

Nas metrópoles amazônicas, o processo de urbanização vem se dando desde o final do século XIX, com o advento da economia gomífera, intensificando-se a partir do Golpe Militar de 1964, quando foram fortalecidos os processos de exploração de recursos naturais e de adensamento populacional, com consequentes alterações físico-territoriais em Belém e Manaus. Nesses anos, a Amazônia foi transformada no “celeiro” do mundo, recebendo grupos investidores e gente de todo

lugar, com o apoio e incentivo do Estado, uma vez que nessa região sempre houve abundância de terras, possibilitando um intenso movimento migratório, em que grande parte da população migrante vinha em busca de terra, moradia e trabalho, especialmente nos anos de ditadura militar, cuja máxima de “Terras sem homens para homens sem terra” intensificou a formulação dos programas de colonização dirigida, atraindo principalmente a população nordestina para a região. O modelo de desenvolvimento urbano desencadeado na região amazônica, portanto, explica-se pelo lugar que o urbano tomou no processo de acumulação do capital, em que as cidades se tornaram grandes expressões territoriais para o crescimento econômico. Cita-se a política de incentivos fiscais, que favoreceu a pecuária extensiva, a exploração da madeira, do minério, a instalação de órgãos e agências de financiamento como a SUDAM, o BASA, a SUFRAMA, a Zona Franca de Manaus (ZFM), dentre outras.

Essa dinâmica estabelecida pelo Estado, nesse período, provocou fortes modificações nas metrópoles de Belém e Manaus, que passaram a receber correntes migratórias internas e externas. As duas metrópoles atingiram rapidamente níveis de adensamento demográfico e de urbanização, tornando complexas as relações entre a vida *“rururbana”*. Adentrou-se, então, na segunda metade do século XX com movimentos conflitantes em torno da posse da terra em âmbito rural e urbano. No contexto urbano, reivindicava-se melhores condições de trabalho e de moradia.

Como parte do processo de urbanização amazônica, várias cidades viveram a pressão social dos grandes projetos econômicos instalados em cidades médias e pequenas, como o Grande Carajás, o Albrás Alunorte e os projetos hidrelétricos, instalados em pequenas e médias cidades amazônicas. A literatura dá conta de que todo esse movimento em prol da urbanização gerou efeitos segregativos na região, que teve aumentado o seu contingente populacional, a demanda por infraestrutura urbana e serviços sociais, sem que as cidades estivessem preparadas para receber e acolher a população migrante vinda do campo.

O resultado foi que o Estado se viu acuado, tendo que pensar políticas urbanas para as grandes metrópoles, que sofreram fortes pressões a partir das mudanças ocorridas. Nos anos recentes, mais precisamente nos anos 1990, Belém e Manaus vêm acompanhando o movimento de globalização do capital, ao adotarem os grandes projetos urbanos como estratégia de renovação urbana, com suporte técnico e financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em pleno contexto de política neoliberal.

No contexto do planejamento, a política urbana buscou corrigir as distorções que foram produzidas historicamente nas cidades brasileiras, com uma matriz teórica que alimentou esse planejamento, atribuindo ao Estado o papel de portador de uma racionalidade que evitaria as disfunções do mercado, como o desemprego, assim como asseguraria o desenvolvimento econômico e social. Este modelo de planejamento de base “modernista/funcionalista” inspirou a política urbana no Brasil por longas décadas, mas não conseguiu evitar a produção de cidades segregadas e profundamente desiguais. Maricato (2000) assevera que “o planejamento urbano modernista contribuiu para ocultar a cidade real e para a formação de um mercado imobiliário restrito e especulativo” (MARICATO, 2000. p. 124), provocando a formação antagônica de uma cidade legal e outra ilegal, e que a partir dos anos 1980 se tornaram objeto agora de um planejamento urbano marcado pela perspectiva neoliberal.

No contexto neoliberal, as cidades foram transformadas em centros de dinamização da economia capitalista global. “Tão logo uma região do mundo se articula à economia global, dinamizando a economia e a sociedade locais, o requisito indispensável é a constituição de um centro urbano de gestão e serviços avançados [...]” (BORJA; CASTELLS, 1997, p. 37). Não se pode afirmar que as metrópoles de Belém e Manaus sejam esses centros urbanos de gestão e serviços avançados, qualificados, com mão de obra especializada, como falam os teóricos do urbano no Brasil. Contudo, pode-se conjecturar que os grandes projetos urbanos, articulados pela parceria público-privado, com financiamento internacional, que ora acontecem nas duas cidades, poderá dotá-las de infraestrutura urbana capaz de promovê-las à condição de “centros urbanos de gestão e serviços”.

Tais medidas de cidade, contudo, ao produzirem novos centros urbanos, desarticulam relações construídas historicamente, como as que estão relacionadas diretamente com a questão da moradia. São relações de vizinhança, atividades econômicas, manifestações culturais, práticas associativas etc., que são desagregadas, dando lugar ao progresso e à modernidade, onde tudo que é antigo, velho ou tradicional, passa a ser decadente, precisando ser extirpado, afastado, eliminado, dando lugar ao novo, limpo, belo e moderno. A política urbana, então, ao garantir melhorias e infraestrutura urbana, paradoxalmente assegura as condições necessárias à produção da cidade espoliativa, excludente e segregativa. A cidade do Capital.

1.1 PROBLEMA

Os estudos sobre grandes projetos urbanos no Brasil indicam que este conceito emerge no âmbito do planejamento estratégico de cidade e, conseqüentemente, no meio acadêmico, a partir dos anos 1990, no contexto da política neoliberal. “Ostensivamente presentes na Europa, nos Estados Unidos e em países emergentes, tais projetos têm caracterizado uma nova fase do urbanismo moderno, precocemente reconhecido como Renascença Urbana” (ULTRAMARI, 2007). De acordo com a literatura disponível, os grandes projetos urbanos no Brasil atendem ao apelo feito por países desenvolvidos, de produzir cidades atrativas e competitivas, transformando a lógica do planejamento urbano.

Segundo Oliveira e Lima Júnior (2008), “Manuais de gestão municipal, roteiros de planejamento estratégico de cidades e orientações para projetos urbanos propõem a promoção do crescimento econômico e da competitividade, assim como o envolvimento do setor privado, em substituição às práticas urbanísticas de domínio exclusivo do Estado”. No caso das cidades amazônicas, pesquisas (VERDUM, 2009; TAUTZ, 2009; CARVALHO, 2009; ROMERO, 2009; ARANTES, 2011; VALENTE, 2012) apontam que esse processo começa a ocorrer mais precisamente no final do século XX e início do século XXI, com várias cidades assumindo o desenvolvimento de grandes projetos de infraestrutura física, como a hidrelétrica da Baía de Santo Antônio, no rio Madeira (Rondônia), a hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (Pará) e os que integram o Plano de Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA). Neste contexto, as metrópoles de Belém e Manaus também recorreram ao planejamento de cidade que tem as grandes intervenções urbanísticas como paradigma. E, nessa perspectiva, as duas cidades foram selecionadas como universo da pesquisa, considerando a representatividade das mesmas em suas diferentes escalas: local e global, considerando que nas mesmas está em curso a implementação de grandes projetos de infraestrutura urbana.

Assim, neste estudo, as experiências do projeto Portal da Amazônia, em Belém-Pará, e o Programa de Saneamento Ambiental dos Igarapés Manaus (PROSAMIM), na cidade Manaus-Amazonas, serão analisados como experiências de grandes projetos urbanos na Amazônia. A questão central que se coloca para esta tese é: Os grandes projetos urbanos, enquanto proposta que visa à melhoria habitacional e ambiental de áreas consideradas degradadas pela ocupação humana, exercem efeitos segregativos sobre as condições de moradia em Belém e Manaus, à medida que para garantirem a infraestrutura urbana, necessária ao crescimento econômico, desorganizam o cotidiano

de moradia e trabalho de milhares de famílias moradoras das áreas atingidas? Pretende-se verificar, então, qual a lógica dos grandes projetos urbanos executados nas metrópoles de Belém e Manaus? Como as populações locais enfrentam a ação dos grandes projetos urbanos em metrópoles amazônicas? A quais interesses os grandes projetos urbanos respondem? Os grandes projetos urbanos conseguem atender à demanda da melhoria habitacional das expressivas frações das classes trabalhadoras nas metrópoles de Belém e Manaus?

1.2 HIPÓTESE

Belém e Manaus se constituem nas principais metrópoles na região amazônica e, pelas suas histórias, apresentam equívocos em sua produção territorial e fisionomia urbana, que precisam de atenção tanto por parte dos planejadores do poder público quanto por parte de pesquisadores e analistas críticos. As duas cidades vivem, desde sua origem, a marca e a influência de um planejamento urbano pautado pela matriz teórica que concebe a cidade a partir e para fora, buscando construir uma imagem de cidade desenvolvida, porém, virando-se de costas para a sua origem e para sua história. Basta andar pelas ruas dessas cidades para verificar que os símbolos e os ícones representativos de suas histórias se esvaem no tempo. Isso vale para os objetos, as coisas, os lugares e as pessoas. Assim se deu o processo de urbanização de ambas.

Neste contexto, chama a atenção o fato de que as duas metrópoles se constituíram em lugares de intervenção urbanística, desde o século XIX, cujo resultado foi cada vez mais o “inchaço” populacional, a ocupação desordenada de seus territórios, a produção da economia informal, a espoliação e a segregação urbana. Tudo gerado por um modelo de planejamento que idealiza a cidade legal, produzindo outra que é a cidade “ilegal”. Nesse sentido, referenciada pela perspectiva teórica que assevera ser a urbanização a mediação necessária para a acumulação capitalista, a presente pesquisa afirma que os grandes projetos urbanos implementados nas metrópoles de Belém e Manaus se constituem estratégias indispensáveis para a promoção dessas cidades em centros urbanos de gestão e serviços, atendendo ao apelo neoliberal das agências multilaterais de financiamento de cidades. Na contramão desse processo, observam-se os efeitos segregativos que essa dinâmica impõe às condições de moradia de expressivas frações das classes trabalhadoras nas metrópoles amazônicas.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Geral

Analisar os efeitos segregativos dos grandes projetos urbanos sobre as condições de moradia de expressivas frações das classes trabalhadoras em Belém e Manaus.

1.3.2 Específicos

- a) Verificar qual a concepção de cidade que permeia os grandes projetos urbanos em Belém e Manaus;
- b) Analisar as condições de moradia nas cidades de Belém e Manaus;
- c) Observar quais as propostas dos grandes projetos urbanos para a melhoria das condições de moradia em Belém e Manaus;
- d) Identificar como os efeitos segregativos dos grandes projetos urbanos se expressam sobre as condições de moradia em Belém e Manaus;
- e) Explicitar que os grandes projetos urbanos se constituem potenciais econômicos para as metrópoles amazônicas, capazes de inseri-las no circuito internacional da economia capitalista.

1.4 METODOLOGIA, PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS

A definição do método de pesquisa e suas técnicas investigativas é um dos passos mais importantes da pesquisa social, pois a partir da investigação o pesquisador terá respostas às indagações feitas na proposta inicial. Considerando que toda pesquisa social depende de ferramentas que ajudem na verificação da realidade a ser analisada, buscamos apoio nas premissas do materialismo histórico e dialético enquanto método científico, que auxilia na interpretação da realidade, partindo de leis gerais que regem o movimento da sociedade capitalista, determinando as particularidades dos fenômenos produzidos nessa mesma sociedade.

Lukács (1979, p. 27), a partir dos pressupostos teóricos de Marx, procura elucidar o movimento de apreensão teórica dos fenômenos sociais em sua totalidade, que na busca da cientificidade apresentou

[...] Um caráter novo para a sua estrutura interna: uma cientificidade que, no processo de generalização, nunca abandona esse nível, mas que, apesar disso, em toda verificação de fatos singulares, em toda reprodução ideal de uma conexão concreta, tem sempre em vista a totalidade do ser social e utiliza essa como metro para avaliar a realidade e o significado de cada fenômeno singular [...] (LUKÁCS 1979; p. 27).

Essa afirmação, de inspiração marxiana, tem a “função de crítica ontológica a algumas falsas representações, ou seja, tem por meta despertar a consciência científica no sentido de restaurar no pensamento a realidade autêntica” (LUKÁCS 1979; p. 27). Por essa perspectiva se fará o exercício de apreensão dos processos desencadeados pelos grandes projetos urbanos e os efeitos sobre as condições de moradia na Amazônia, enquanto fenômeno que estabelece conexões com a produção mais geral do capital e que impõe determinadas condições para reprodução social. A aproximação do real nesse caso acontecerá por meio de observações e interpretações que permitam explicar essa questão a partir das formas de urbanização e segregação social reproduzidas em cidades amazônicas, tais como em Belém e Manaus.

A operacionalização do método para a elaboração de um pensamento crítico sobre a região amazônica teve como pano de fundo o estudo comparativo das duas principais metrópoles amazônicas, verificando os efeitos segregativos que os grandes projetos urbanos desencadeiam sobre as condições de moradia em Belém e Manaus, buscando a construção de um pensamento crítico sobre as cidades amazônicas, iluminado pela análise de políticas públicas de renovação urbana. O estudo comparativo, enquanto técnica de pesquisa, pode possibilitar a verificação de

diferentes aspectos de um mesmo fenômeno. Na presente pesquisa, entretanto, buscar-se-á comparar os elementos que determinam a formação urbana e ainda os efeitos desencadeados pelas políticas públicas de renovação urbana sobre a moradia nas metrópoles em estudo. Conforme Schneider e Schmitt (1998),

A comparação, enquanto momento da atividade cognitiva, pode ser considerada como inerente ao processo de construção do conhecimento nas ciências sociais. É lançando mão de um tipo de raciocínio comparativo que podemos descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais (SCHNEIDER; SCHMITT, 1998. p. 1).

Neste sentido, o estudo fez a comparação das determinações socioeconômicas que caracterizam as metrópoles analisadas, os efeitos segregativos dos grandes projetos urbanos sobre as condições da moradia, verificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças entre as duas metrópoles e a repercussão em escala regional. Ambas ocupam o lugar onde se materializam as contradições sociais próprias de uma sociedade que se encontra em fase de crescimento e desenvolvimento das forças produtivas globais, com todos os efeitos que os processos gerais exercem sobre as particularidades.

Como principais referências teóricas adotaram-se as obras produzidas por cientistas sociais da Escola Sociológica Francesa contemporânea (LOJKINE, 1997; PRETECEILLE, 1993; 1995; 2004 e LEFEBVRE, 1973; 1999), que desenvolvem estudos aprofundados sobre a relação entre Estado, urbanização capitalista e segregação social, bem como autores que têm origem acadêmica em outras realidades e outras escolas, tais como Engels (1985, [19--]), Harvey (1981, 2005, 2009), Castells (2000), Borja e Forn (1981). Autores contemporâneos brasileiros, como Milton Santos (2003, 2005), Ermínia Maricato (2000, 2011), Luis Cezar Ribeiro (1996, 2005, 2006), que tomam como objeto de investigação a cidade e os processos de desenvolvimento local e global, também fizeram parte do arcabouço teórico da análise. Também se recorreu à literatura produzida em âmbito regional e local, relacionada aos processos de urbanização e constituição das cidades amazônicas: Cardoso (2007), Abelém (1988), Rodrigues (1996, 2008), Castro (2007, 2007a, 2008), Santana (2006, 2011), Hebette (1989), Trindade Júnior (1997, 1998), Trindade Júnior e Rocha (2002), dentre outros.

Com esta base teórica e histórica, desenvolveu-se uma interpretação sobre os processos de formação das cidades na Amazônia a partir do modelo de acumulação do capital e os efeitos segregativos exercidos por projetos urbanos sobre as condições de moradia. Adota-se, portanto, a perspectiva teórica que interpreta a dinâmica urbana enquanto produto da acumulação do capital, e que tem a segregação social como uma forma específica e fundamental de se produzir a cidade capitalista no Brasil e na Amazônia, numa perspectiva que permitisse comparar intervenções urbanísticas nas duas metrópoles selecionadas.

Em relação ao conceito da segregação, destaca-se que diferentes disciplinas utilizam-no para elucidar situações de segregação urbana, racial, socioespacial, territorial etc. Essas formas buscam sempre analisar processos que produzem a divisão, a fragmentação, a exclusão, a segmentação ou mesmo a integração. Na presente pesquisa, o conceito de segregação social teve a função de explicar os efeitos gerados pelos grandes projetos urbanos sobre a condição de moradia, partindo-se de observações empíricas, de que a implementação de tais projetos, ao mesmo tempo em que revitalizam áreas consideradas decadentes pelo poder público e privado, produzem também novas áreas periféricas, transformando-as em áreas de moradia para frações das classes trabalhadoras. Então, no contexto dos grandes projetos urbanos, a segregação social será revelada a partir das condições de moradia produzidas nas metrópoles de Belém e Manaus, apontando as especificidades e particularidades de cada cidade, as semelhanças e diferenças entre elas. A partir das definições conceituais, a pesquisa adotou um caminho crítico, capaz de contribuir na apreensão da realidade a partir dos diferentes fatores que a compõem.

Os procedimentos teórico-metodológicos possibilitaram a análise dos grandes projetos urbanos, da concepção e metodologia que balizam a intervenção urbanística em Belém e Manaus, verificando o *modus operandi* adotado pelo planejamento urbano, a partir do contexto neoliberal em que o Estado, em parceria com setores da economia privada, transforma as cidades em centros urbanos de gestão e serviços. Constatou-se, ainda, que esse processo se faz à custa do aprofundamento da segregação social, à medida que significativos segmentos populacionais são espoliados das áreas que recebem a intervenção urbanística, reproduzindo a lógica de cidade dividida, segregativa e excludente. Os espoliados da cidade pelos grandes projetos urbanos são espoliados da casa, do trabalho e do território. A eles e elas é dada a possibilidade de “escolher” para onde ir, desde que não interfira nos critérios, nas metas e no cronograma pactuado pelo agente financiador, que no caso específico é o BID.

1.4.1 Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos operativos adotados foram fundamentais para estabelecer a correlação entre teoria e empiria. A partir de um conjunto de informações que permitisse a descrição do objeto e sua problematização, levou-se em conta o caminho metodológico do tipo qualitativo, tendo em dados primários e secundários as principais fontes de informação, materializadas por documentos históricos, oficiais, dados estatísticos, observação direta e realização de entrevistas com lideranças dos movimentos em defesa da moradia e da reforma urbana, moradores das áreas afetadas direta e indiretamente pelos programas em estudo e agentes de órgãos públicos.

A Pesquisa empírica apresenta elementos de uma abordagem qualitativa, uma vez que para a reflexão e análise de realidade, esta forma de abordagem utiliza técnicas para a compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e em sua estrutura. Esse processo implica em estudos segundo a literatura pertinente ao tema, observações, aplicação de questionários, entrevistas e análise de dados, que deve ser apresentada de forma descritiva (OLIVEIRA, 2007). Levando-se em consideração que se trata de análise comparativa, recorreu-se aos mesmos tipos de fontes e situações, salvo algumas exceções. As informações foram organizadas em três grupos: indicadores socioeconômicos, produção da moradia e grandes projetos urbanos.

No caso da observação, o trabalho se ancorou na técnica da observação sistemática não participante, em que o pesquisador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem integrar-se a ela; e entrevistas estruturadas que, segundo Marconi e Lakatos (1988, p. 71), “É aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são pré-determinadas [...]”. Além dessas técnicas, a presente pesquisa realiza uma análise de dados quantitativos, isto é, buscou-se interpretar dados de fontes secundárias, que auxiliassem na reflexão comparativa entre os municípios de Belém e Manaus. De forma complementar à observação sistemática, a pesquisa se utilizou ainda da fotografia enquanto um recurso capaz de elucidar e demonstrar de forma minuciosa a realidade analisada, facilitando ao leitor maior conhecimento sobre os fenômenos investigados.

O uso de imagens pela ciência “remonta a tempos prístinos” (SIMONIAN, 2007). Seja pela ciência da natureza, seja pelos estudos científicos sobre relações sociais. Simonian (2007) lembra que

[...] Na Amazônia, Emílio Goeldi (1898-1897) percebeu a importância da fotografia no contexto da ciência. Em um de seus relatórios anuais para o governador do Pará, o mesmo define a relação entre a produção científica e a fotografia: ‘[...] como ciência e arte auxiliar para uma fiel representação graphica dos objetos a estudar [...]’ (SIMONIAN, 2007, p. 20).

Com base nesta definição, a presente pesquisa buscou no recurso da fotografia expor de forma fiel os elementos representativos do objeto investigado nas duas metrópoles amazônicas, fazendo com que a análise ampliasse a linguagem acadêmica para além da forma escrita. Por meio das imagens, a comparação dos processos vivenciados a partir da execução de grandes projetos urbanos tornou o estudo mais próximo da realidade examinada, expondo as semelhanças, diferenças e particularidades que tornam as contradições sociais na Amazônia latentes e gerais.

Já a análise dos dados quantitativos utilizou várias fontes de dados secundários, produzidos por órgãos oficiais, que com metodologias próprias e específicas buscam transparecer e aproximar a realidade do país e das diversas unidades federadas em seus múltiplos aspectos. A pesquisa se apoiou em indicadores socioeconômicos produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizando-se os censos demográficos em uma série histórica entre os anos 2000-2010 e a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNADs), com a perspectiva de fazer a caracterização das duas metrópoles em questão.

Ressalta-se que o levantamento empírico de dados secundários ocorreu juntamente com a definição do aporte teórico, que auxiliou na definição do fio condutor analítico orientador da interpretação e sistematização das informações sobre o objeto da pesquisa. Assim, a análise sobre a segregação social nas metrópoles de Belém e Manaus partiu de três conjuntos de informações, que se articulam e se complementam: a) Os indicadores socioeconômicos produzidos por órgãos oficiais regionais e locais; b) A situação da produção habitacional e do déficit nas duas cidades; c) A provisão de moradias, a partir dos grandes projetos urbanos, sobre os quais passo a discorrer:

a) Sobre os indicadores socioeconômicos:

De modo a verificar a intensidade da segregação social nas duas cidades, comparativamente, a pesquisa tomou por parâmetro as informações produzidas por órgãos oficiais das duas localidades, relativas aos dados socioeconômicos de renda salarial, índice de Gini e Produção do PIB, acreditando serem esses indicadores fundamentais para explicitar a dimensão e a profundidade da desigualdade produzida nas cidades em estudo. Ressalta-se que para a cidade de Belém utilizou-se, ainda, as informações sobre mercado de trabalho produzidas pelo DIEESE, para o ano de 2009. Pautada nesses indicadores, a análise demonstrou que a concentração de renda, os baixos salários e, conseqüentemente, um PIB reduzido nas duas cidades, dificultam os seus investimentos em infraestrutura urbana capaz de garantir moradia digna para as classes trabalhadoras.

Como informação adicional e complementar, o auxílio das pesquisas realizadas pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), da Universidade Federal do Amazonas e da Universidade Estadual do Amazonas, foi importante para demonstrar a forte presença de grupos indígenas na cidade de Manaus, reafirmando que o tratamento de políticas públicas na Amazônia requer olhar específico. Neste sentido, pode-se afirmar que em Manaus os índios não conseguem fazer parte da agenda da política habitacional, como será visto no capítulo 3 desta tese.

b) Sobre a situação habitacional:

A análise da situação habitacional nas duas cidades foi utilizada para se fazer uma interpretação dessa demanda, verificando qual o tamanho do déficit habitacional, o estado da arte da política habitacional nas duas cidades, o público atingido e a dimensão e caracterização dos assentamentos precários. Para isso, buscou-se apoio nos estudos desenvolvidos pela Fundação João Pinheiro (FJP) sobre o Diagnóstico Habitacional no Brasil, que, a partir de metodologia própria, apontou o déficit habitacional para os municípios brasileiros, constituindo-se referência para pesquisas científicas, acadêmicas e para a formulação de planos e políticas habitacionais no país. Em nível de Belém, a pesquisa contou ainda com a produção do diagnóstico habitacional, desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB), a partir da metodologia da FJP, agregando-se, ainda, as informações obtidas na Secretaria Municipal de Habitação de Belém (SEHAB) e na

Companhia Estadual de Habitação (COHAB), complementadas pelo estudo do Centro de Estudos da Metrópole (CEM), vinculado ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), sobre os assentamentos precários.

Em Manaus, a pesquisa recorreu, além dos dados do IBGE, às informações produzidas no Atlas de Desenvolvimento Humano, desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Manaus (PMM), em parceria com a FJP, e a pesquisa sobre assentamentos precários no Brasil, realizada pelo CEM/CEBRAP, que dimensionou a proporção dos domicílios existentes nos principais centros urbanos do Brasil, dentre eles Manaus. Além das informações obtidas no *sítio* da Secretaria de Habitação (SUHAB) do estado do Amazonas. A partir das informações produzidas pela pesquisa, foi possível verificar como essa demanda é enfrentada pelo poder público das duas cidades, e quem se beneficia da mesma, sendo possível auferir, o alcance, as fragilidades, os limites e potencialidades da política habitacional em metrópoles amazônicas.

c) Provisão de moradias a partir dos grandes projetos urbanos:

As informações sobre os grandes projetos em Belém e Manaus foram obtidas a partir de três momentos: Entrevistas com representantes dos órgãos envolvidos. No caso de Belém: Coordenação Social do PROMABEN, Equipe Social do Projeto Orla, Secretário e Diretor Geral da Secretaria Municipal de Urbanismo (SEURB) e equipe social da SEHAB. E em Manaus: Coordenador Geral, Subcoordenadora Social, Arquiteta e Urbanista, Engenheiro Sanitário e Assessoria Jurídica do PROSAMIM, além de entrevista com a coordenadora da equipe social da SUHAB. Ao todo, foram 11 entrevistas com representantes da gestão pública, conduzidas por um roteiro de entrevista semiaberto, em que as questões não são fechadas, podendo sofrer alterações no decorrer da entrevista, adequando-se à disponibilidade do entrevistado.

O levantamento das informações oficiais contou, ainda, com a seleção da documentação institucional disponibilizada pelos órgãos públicos. Conforme ofícios encaminhados (Apêndice A), as visitas institucionais favoreceram o acesso aos estudos de impacto ambiental e as elaborações técnicas produzidas e divulgadas publicamente pelas instâncias governamentais, o levantamento de processos impetrados nas instâncias de justiça pelos movimentos em defesa do direito à moradia, consulta em matérias da imprensa nas duas localidades. Acrescenta-se a

visita monitorada por técnicas sociais da SUHAB aos conjuntos habitacionais para onde parte das famílias foi remanejada. Em Belém, realizaram-se três visitas nas áreas atingidas pelo Portal da Amazônia, uma delas monitorada pela equipe social das frentes de intervenção: Projeto Orla e PROMABEN.

Esse momento, que se constituiu na obtenção de informações oficiais sobre os grandes projetos em Belém e Manaus, foi permeado por dificuldades, uma vez que as informações produzidas pelos órgãos públicos muitas vezes não são disponibilizadas para as pesquisas desenvolvidas por universidades, sobretudo quando se trata da pesquisa social. Em Belém, o ofício encaminhado à Secretaria Municipal de Urbanismo sobre as intervenções urbanísticas nunca foi atendido; as informações solicitadas à COHAB foram liberadas por meio de articulações “paralelas”, do mesmo modo que na SEHAB as informações foram obtidas utilizando-se de influência pessoal. Em Manaus, a maior dificuldade refere-se às informações solicitadas oficialmente à SUHAB (Apêndice A), que não foram atendidas. Neste sentido, verifica-se que as informações oficiais são centralizadas e fechadas, constituindo-se em algo privado, confidencial e que não pode ser divulgado ao público.

Outro momento da pesquisa de campo contou com a colaboração de moradores dos bairros visitados, que concederam entrevistas: lideranças das organizações de bairros reunidas em várias estruturas organizacionais, como o Fórum Metropolitano de Reforma Urbana (FMRU) nas duas cidades, da Pastoral Indígena e do Movimento Cáritas, ambos vinculados à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Manaus. Nesta etapa, utilizou-se a técnica da observação intensiva nas áreas de intervenção, tendo com instrumental o registro fotográfico, o diário de campo e as abordagens informais, com o intuito de auferir o ponto de vista dos moradores atingidos sobre os grandes projetos.

A realização das entrevistas aconteceu de forma assimétrica em relação a Belém e Manaus, pois, em Manaus, a localização e identificação se tornaram impossíveis, uma vez que quando se iniciou a pesquisa de campo naquela cidade, as famílias que residiam sobre os igarapés já haviam sido remanejadas e, segundo informações dos representantes do Fórum da Moradia de Manaus, estas “estavam espalhadas pela cidade”. Nessa cidade, portanto, foram realizadas 10 entrevistas com moradores do Parque Manaus, Beco dos Pretos e do Cachoeirinha. Em Belém, foi possível ampliar este universo, em virtude de que nesta cidade o projeto

encontra-se nas fases iniciais, com as famílias permanecendo ainda nas áreas afetadas. Foram realizadas 23 entrevistas entre as áreas atingidas pelo projeto Orla e o PROMABEN. As entrevistas foram seguidas de roteiro semiaberto, podendo ser adequado de acordo com a disponibilidade do entrevistado.

Aproveitando-se que em Belém o Projeto Portal da Amazônia se encontra na fase de remanejamento das famílias e de demolição dos imóveis cadastrados, e que também se encontra nas áreas por onde passa o projeto de retificação de igarapés, utilizou-se da técnica de georreferenciamento para pontuar os efeitos decorrentes da intervenção urbanística, culminando com a elaboração do mapa denominado de “Tsunami” (Mapa 13) – expressão utilizada por alguns moradores da Av. Bernardo Sayão ao se referirem ao PROMABEN, particularmente.

Contamos, ainda, com a colaboração de representantes dos movimentos sociais, que prestaram entrevistas e documentações, e de pesquisadores das Universidades Federais do Pará e do Amazonas, que concederam informações úteis para elucidar passos e localizar documentação importante, como o Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira (NEPECAB), que disponibilizou informações estatísticas sobre o perfil socioeconômico da população remanejada da Bacia do Educandos. Finalmente, foi feito o levantamento de estudos sobre situações semelhantes, particularmente as referentes ao tema das políticas urbanas, dos programas de intervenção urbanística em Belém e Manaus e sobre a relação com os interesses de financiamento de grandes obras de infraestrutura, por parte das agências multilaterais.

Reafirma-se, finalmente, que o caminho construído pela pesquisa encontrou algumas dificuldades. Destacam-se as dificuldades encontradas durante o levantamento das informações produzidas pelos órgãos públicos, especialmente os vinculados às esferas municipal e estadual. Foram vários ofícios encaminhados (Apêndice A) e não respondidos, contatos telefônicos sem respostas, visitas realizadas sem que os gestores pudessem atender à demanda da pesquisa, deixando transparecer a completa irrelevância da pesquisa acadêmica, em particular a pesquisa social.

1.4.2 Organização dos Capítulos

Os procedimentos metodológicos, técnicos e o caminho crítico construído permitiram que as informações fossem sistematizadas a partir de três momentos essenciais, que foram norteadores da sistematização e análises realizadas, refletindo, então, sobre a estrutura da tese, que além das iniciais, desta introdução, das considerações finais e referências bibliográficas, foi organizada em quatro grandes capítulos.

O primeiro capítulo busca fazer uma síntese sobre as principais teorizações da urbanização, da acumulação capitalista, da cidade do capital, destacando-se os usos do conceito da segregação social, enquanto ferramenta capaz de explicar as dinâmicas que levam à desigualdade social. Essa síntese resulta do diálogo entre os principais autores da sociologia, da antropologia, da geografia e da economia contemporâneas, e que procuram explicar os elementos gerais e específicos que interferem nas relações sociais capitalistas, interferindo sobre o Direito à Cidade.

No segundo capítulo, foi desenvolvida uma análise sobre a urbanização na Amazônia, a partir da realidade das duas metrópoles em estudo, demonstrando as semelhanças e diferenças entre as mesmas, bem como utilizando indicadores da socioeconomia para demonstrar os níveis de desigualdade social que assola as duas metrópoles e que interferem nas condições de moradia e de trabalho da grande maioria de trabalhadores urbanos.

No terceiro capítulo, desenvolveu-se a análise sobre a questão da moradia em Belém e Manaus, com o objetivo de demonstrar a dimensão e a proporção da política pública habitacional nas duas cidades, evidenciando que as condições de moradia nas duas maiores metrópoles da Amazônia encontra-se em níveis bastante inferiores ao desejado, em que os segmentos mais excluídos e segregados são os que se encontram na faixa salarial de zero a três salários mínimos. Explicita-se, ainda, que as condições de moradia precisam ser planejadas de forma integrada às demais políticas de infraestrutura urbana, tais como o saneamento, a água tratada e pública, a educação, o lazer, a cultura, a saúde etc., no sentido de que o Direito à Cidade seja de fato garantido, enquanto “Direito à Vida urbana”.

No quarto capítulo, consagrou-se a análise, procurando demonstrar que os grandes projetos urbanos não conseguem possibilitar as condições de moradia adequada. Aqui se articulam as questões dos grandes projetos urbanos, as condições de moradia e a segregação social, demonstradas pela concepção e lógica de cidade, que perpassa o planejamento e a intervenção urbanística, e que se reproduz na lógica de provisão de moradia pelos grandes projetos urbanos em Belém e Manaus, em que o binômio “renovação-deportação” prevalece, a partir da lógica do planejamento estratégico de cidade moderna e competitiva.

Nas considerações finais, apontam-se os resultados, a partir de uma reflexão sobre as questões levantadas ao longo da pesquisa e da análise, evidenciando os aspectos que definem os efeitos segregativos dos grandes projetos urbanos sobre as condições da moradia em Belém e Manaus, deixando claro que a perspectiva de cidade que permeia as grandes intervenções urbanísticas torna ainda mais distante o acesso, pela grande maioria dos trabalhadores urbanos, ao Direito à Cidade.

Finalmente, encerra-se com as referências bibliográficas utilizadas, fazendo jus a todas as contribuições teóricas sobre as questões que permeiam a ideia central desta tese, partindo-se do princípio de que o conhecimento nunca é novo, embora inovador.

1.5 ÁREAS DE ESTUDO

A escolha das duas experiências decorreu da necessidade de se ter uma amostra que possibilitasse uma visão mais ampla do problema, criando condições empíricas para se observar o fenômeno no contexto amazônico. Considera-se que a elaboração de um arcabouço analítico e crítico sobre a realidade social das duas cidades são plenamente possíveis, considerando as semelhanças históricas e geográficas, com seus territórios entrecortados por rios e igarapés, com grandes contingentes de moradores ocupando palafitas em áreas insalubres e sem infraestrutura, próximas ao chamado centro urbano, onde se concentra a maior parte dos serviços e equipamentos coletivos.

Em Belém, o Portal da Amazônia acontece na Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (BHEN), composta por dez bairros, divididos pelo projeto como Áreas de Influência Direta (AID) e Áreas de Influência Indireta (AI). Contudo, a presente pesquisa selecionou os bairros e áreas que compõem as AID, quais sejam: Cidade Velha, Jurunas, Condor, Cremação e Guamá, conforme o Mapa 1.

Mapa 1 - Áreas Selecionadas para observação empírica em Belém (PA).



Fonte: Google (2012). Organizado por Sandra Cruz e Elaboração de Gilberto Jr.

Os bairros selecionados estão localizados na área central da metrópole, que foram originados às margens do rio Guamá e ao longo do tempo foram adensados em sua dimensão continental, na zona Sul de Belém. São os bairros mais populosos, com 229.038 habitantes para o ano 2000, cujo adensamento

demográfico está em torno de 23.000 hab/km² (IBGE, 2000), distribuídos em uma área territorial de 9,5 km², apresentando inúmeros problemas relacionados às condições de moradia, demonstrados no decorrer do trabalho.

Em Manaus, o PROSAMIM teve seu início nas áreas centrais, abrangendo a Bacia Hidrográfica do Educandos-Quarenta, com cerca de 580 mil habitantes, cuja densidade demográfica de 115 hab./ha, distribuídos em uma extensão territorial de 39 km². A Bacia possui uma rede de 33 igarapés, que entrecortam 15 bairros e o Distrito Industrial, conforme o Mapa 2.

Mapa 2 - Bairros que compõem a Bacia do Educandos-Quarenta em Manaus (AM).



Fonte: IBGE (2000). Elaboração: Luís Silva (2010).

Nesse local foram identificadas cerca de 20 mil famílias sob risco de desabamento e inundação. Do mesmo modo que em Belém os bairros atingidos tiveram sua origem às margens do rio Negro, e foram sendo adensados em sua parte continental, com a ocupação de áreas consideradas inadequadas para moradia, em decorrência de se localizarem às margens dos igarapés que entrecortam essas cidades, e apresentam graves problemas principalmente de inundação, saneamento e habitação, conforme se verifica ao longo da tese.

2 CIDADE DO CAPITAL: A SEGREGAÇÃO SOCIAL COMO LÓGICA E O DIREITO À CIDADE COMO UTOPIA

O debate sobre a constituição da urbanização no Brasil, data mais precisamente do início do século XX, momento histórico em que a formação socioeconômica do país sofreu grandes e distintas transformações em escala nacional, porém, com maior ênfase nas regiões Sudeste e Sul. A passagem do capital comercial para o capital industrial determinou a constituição das relações urbanas no Brasil, atendendo ao pressuposto da formação do Capital, que para se realizar precisa de dinheiro, mão de obra, maquinário e infraestrutura.

A crise do capital comercial de 1929 abriu um flanco para que a nova indústria se firmasse. Nos países da Europa, sobretudo, já se encontrava um intenso processo de formação da nova sociedade: a sociedade capitalista ou a sociedade do Capital. No presente capítulo, adotarei como referência teórica os autores que historicamente buscaram explicar a dinâmica cotidiana das cidades nesse contexto de formação, transformação e consolidação da Cidade do Capital, em âmbito nacional e internacional.

É vasta a literatura¹ sobre a cidade capitalista. As reflexões sempre acompanharam o movimento da sociedade, na tentativa de se abstrair os elementos indutores e determinantes das diferentes formações sociais em que as cidades são produzidas na contemporaneidade. Neste sentido, considerando que a história só tem sentido se servir para compreender o presente e pensar o futuro, iniciarei minha reflexão tendo como referência a perspectiva que interpreta a cidade como o lugar privilegiado à formação do modo de produção capitalista, desde a sua fase concorrencial monopolista até os dias atuais.

¹ Deve-se reconhecer que as análises sobre cidades e urbanização são bastante diversificadas e em termos de escala global ressaltamos os estudos realizados por Velho (1973), Oliveira (1979), Engels (1985), Lojkin (1997), Lefebvre (1999), Harvey (1980 e 2005), Preteceille (1988 e 2004), Preteceille e Ribeiro (1999), Davis (2006), Santos (2000), Santos e Silveira (2002), Santos (2005), Ramos (2002), Sá (2000) e outros.

2.1 ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E SEGREGAÇÃO SOCIAL: DA INDÚSTRIA À GLOBALIZAÇÃO

Para muitos, pode parecer estranho querer entender as relações de produção numa região como a Amazônia, a partir das explicações teóricas de Marx e Engels, tão fora de moda. Mas, como diz o professor Villaça (2007) “na atualidade as ciências sociais abandonaram a perspectiva crítica marxiana de interpretação da realidade social sem que outra macroteoria tivesse sido superposta”. O estudioso assinala:

[...] que só se supera toda uma linha de pensamento desenvolvida ao longo do século, por gerações e gerações de pensadores, com uma nova sequência de grandes pensadores e pensamentos fundamentais que venham a se constituir ao longo de muitas décadas, e isso está longe de estar acontecendo [...] (VILLAÇA, 2007, p. 8).

Valho-me desta reflexão para reafirmar que a interpretação à luz da perspectiva marxista ainda se constitui relevante na interpretação de processos determinados por relações de produção capitalista, como é o caso das cidades amazônicas. A produção das cidades na Amazônia resulta das dinâmicas de atores sociais com origens diversas, em períodos diferentes de sua constituição histórica, e pelas relações econômicas relacionadas à produção de territórios, entendendo estes como espaços de ações coletivas e de relações sociais.

A partir desta perspectiva, buscarei apontar elementos explicativos dos processos que determinam as singularidades das metrópoles amazônicas, enriquecendo as abordagens sobre a vida urbana nessa região. Do ponto de vista histórico, partirei do estudo de Engels sobre as cidades inglesas, para explicar que os processos provocados nas cidades amazônicas se assemelham aos processos vivenciados pelas cidades analisadas por Engels e outros autores, cujos estudos derivaram dessa matriz analítica, embora exista uma enorme distância histórica entre o período estudado por este autor e o presente estudo sobre cidades contemporâneas.

Assim, os fenômenos descritos por Engels sobre as cidades inglesas da segunda metade do século XIX, em *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra* (1986 [1845]), são retomados nos manuscritos de Marx, de 1844-1846, e publicados em *A Ideologia Alemã* (1974). O “urbano”, aparecendo neste momento, ainda que “limitado”, não nos parece ser resultado da casualidade, e sim uma primeira, das inúmeras sínteses produzidas por estes pensadores.

O que Marx e Engels fazem em *A Ideologia Alemã*, sobre o surgimento da cidade capitalista, e nas proposições teóricas que fundam a concepção marxiana, recupera, segundo Lefebvre (1999, p. 44), uma história negligenciada até aquele período, a história da cidade (Ibidem, p. 44). Os autores fazem alusão à importância do urbano, quando assinalam que “a mais importante divisão do trabalho físico e intelectual é a separação entre cidade e campo” e esta situação começa com o “trânsito da barbárie à civilização, do regime tribal ao Estado, da localidade à nação e se mantém em toda a história da civilização até nossos dias” (MARX; ENGELS, 1974, p. 55).

Engels (1986 [1845]) demonstrou com acuidade empírica o movimento dialético decorrente dos processos de industrialização e urbanização, que naquele momento da história impactava as cidades inglesas de Manchester, Liverpool, Leeds, entre outras. Sobretudo, ao constatar que essas cidades eram em sua maioria constituídas de proletários, Engels procurou descobrir como os mesmos viviam e qual a influência que a grande cidade exercia sobre eles. Assim, passou a viver cada pedaço daquelas cidades, o que o levou a constatar que:

[...] Depois de pisarmos, durante alguns dias, as pedras das ruas principais, de a custo termos aberto passagem através da multidão, das filas sem fim de carros e carroças, depois de termos visitado os 'bairros de má reputação' desta metrópole, só então começamos a notar que estes londrinos tiveram que sacrificar a melhor parte da sua condição de homens para realizar todos estes milagres da civilização de que a cidade é fecunda, que mil forças que neles dormiam ficaram inativas e foram neutralizadas para que só algumas pudessem se desenvolver mais e fossem multiplicadas pela união com outras. Até a própria multidão das ruas tem, por si só, qualquer coisa de repugnante, que revolta a natureza humana. [...] E, contudo, estas pessoas cruzam-se apressadas como se nada tivessem em comum, nada a realizar juntas, e a única convenção que existem entre elas é o acordo tácito pelo qual cada uma ocupa a sua direita no passeio, a fim de que as duas correntes da multidão que se cruzam não se constituam mutuamente obstáculo; e, contudo, não vem ao espírito de ninguém a idéia de conceder a outro um olhar sequer. [...]. A desagregação da humanidade em células, das quais cada uma tem um princípio de vida próprio e um objetivo particular, esta atomização do mundo, é aqui levada ao extremo (ENGELS, 1985, p. 53-36).

Ao caminhar pelas ruas das metrópoles amazônicas, pelos bairros históricos, mas inacabados, presenciemos o cenário de “horror” descrito por Engels em 1845. Não se trata do “fim da história”, nem de sua estagnação, mas é que os presságios daquela época, iniciados na Inglaterra, alastraram-se primeiramente para os países da Europa e América do Norte e só recentemente atingiram os países do Sul (para

usar uma expressão de Boaventura da Silva²). As metrópoles amazônicas, em especial Belém e Manaus, embora com cinco séculos de existência, sempre foram “palco” de exploração econômica e destruição cultural, desde a colonização, no século XVI, até o movimento da globalização, na contemporaneidade. Essas metrópoles formadas no meio da floresta, com forte influência da vida rural, vivem as contradições internas de uma sociedade formada a partir da cisão entre cidade e campo, conforme assinalaram Engels e Marx.

Duas condições pressagiavam aquela época: a baixa produtividade da agricultura e o sistema feudal. A primeira se traduzia no fato de que as cidades não podiam prosperar apenas; e a segunda, que elas não podiam dominar politicamente as terras do interior para se tornarem cidades-Estado. E, assim, elas se especializaram na manufatura e no comércio, desenvolvendo instituições locais apropriadas a essas atividades, que contribuíram para tornar a cidade competitiva. A competição entre as cidades estimulou a especialização e a inovação tecnológica, dando origem à sociedade capitalista industrial e ao “caos urbano”, conforme Engels e Marx entoam:

[...] A mais importante divisão do trabalho físico e intelectual é a separação entre a cidade e o campo. A contradição entre o campo e a cidade começa com a passagem da barbárie à civilização, do regime tribal ao Estado, da localidade à Nação e se mantém ao longo de toda a história da civilização até os nossos dias. Com a cidade aparece, ao mesmo tempo, a necessidade da administração, da polícia, dos impostos etc., em uma palavra, do regime coletivo e, portanto, da política em geral. Se manifesta aqui, por sua vez, a primeira separação da população em duas grandes classes, baseada na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção. A cidade é já a obra da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, do prazer e das necessidades, ao passo que o campo expõe o fato contrário, o isolamento e a solidão. A contraposição entre a cidade e o campo só pode se dar na propriedade privada. É a expressão mais clara da absorção do indivíduo pela divisão do trabalho, por uma determinada atividade que lhe é imposta, absorção que converte alguns em limitados animais urbanos e a outros em limitados animais rústicos, reproduzindo diariamente este antagonismo de interesses. O trabalho volta a ser aqui o fundamental, o poder sobre os indivíduos e enquanto exista este poder, tem que existir necessariamente a propriedade privada. A abolição da antítese entre a cidade e o campo é uma das primeiras condições para a comunidade, condição que depende, por sua vez, de um conjunto de premissas materiais, que não é possível alcançar por obra da simples vontade, como qualquer um pode perceber a primeira vista. A separação da cidade e do campo pode ser concebida também como a separação do capital e da propriedade sobre a terra, como o começo de uma existência e de um desenvolvimento do capital independentes da propriedade territorial, da propriedade baseada somente no trabalho e na troca (MARX; ENGELS, 1987).

² Boaventura da Silva (2006) usa o termo Sul como identificação dos países onde emerge o movimento por uma outra globalização. No dizer do autor, a “globalização alternativa que está a ser produzida nos países de baixo” (os países do sul).

A obra *Ideologia Alemã*, aqui referenciada, faz-se importante porque se quer evidenciar, mais uma vez, que a origem da fragmentação e segregação social vivenciada nas cidades da contemporaneidade tem sua origem na grande divisão social e técnica do trabalho, que realizou a primeira grande separação campo-cidade, que para os autores levou à primeira separação da população em duas grandes classes, baseada na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção. A partir dessa dinâmica econômica e social adotada pelo modo de produção capitalista³, as cidades passaram a ter o sentido de lugar da grande concentração de população e de capitais (instrumentos, dinheiro e necessidades), enquanto que o campo passou a ser significado de “isolamento e a solidão”, gerando o estigma do esvaziamento, da decadência e do tradicional.

Em termos de Amazônia⁴, esse processo encontra-se em curso, de forma mais aguda, desde o início do século XX, quando as principais metrópoles entraram no circuito da economia capitalista propriamente dita. O fenômeno da urbanização polarizou a relação cidade-campo até os dias atuais, onde tudo que se relaciona com a vida no campo significa “tradição”, “atraso”, em contraposição à noção de modernidade, que passou a ser associada à vida na cidade. Essa polarização permeia as relações sociais na Amazônia na vida presente, em que a relação sociedade e natureza é impregnada de contradições sociais, fazendo emergir um campo de lutas e disputas pela apropriação do território⁵.

Vive-se a intensidade do desmatamento da floresta, da dizimação dos remanescentes de quilombos e de indígenas, de populações ribeirinhas, os

³ Para Marx (1985 [1890]), o Modo de Produção Capitalista (MPC) se constituiu também no modo de organização da sociedade em classes sociais, onde os capitalistas ao investirem na indústria passaram também a comprar a força de trabalho de homens livres, que mediante a compra deixam de ser livres e passam a ser submetidos a todas as regras do MPC.

⁴ Importante trabalho sobre a Amazônia destaca que “os efeitos da transformação das relações entre o fenômeno da urbanização e aquele da industrialização, tem se feito sentir de maneira profunda e desigual. Tanto são observados em cidades de fronteira, que centralizavam os circuitos de comercialização de produtos extrativos (Belém, Santarém e Altamira-PA) e agrícolas (Imperatriz-MA), quanto nas novas cidades industriais das regiões periféricas com seu ‘polos’ e ‘distritos’ (Manaus-AM, Marabá-PA, São Luis e Açailândia-MA) e nas denominadas *company towns* (Carajás, Barcarena-PA). Estes efeitos de imposição sobre a própria noção elementar de desenvolvimento econômico, que tem orientado as políticas de ocupação da Amazônia desde o início de 1950, parecem aprofundar as desigualdades sociais e propiciar condições para a atomização da força de trabalho historicamente submetidas à rigidez das formas de imobilização adotadas por diferentes empreendimentos econômicos [...]” (ALMEIDA, 2008, p. 13-14).

⁵ Em debate contemporâneo sobre a acumulação do capital, Harvey (2004) marca que o capitalismo [...] a fim de acomodar a acumulação num estágio ulterior produz uma paisagem geográfica (de relações espaciais, de organização territorial e de sistemas de lugares ligados por meio de uma divisão ‘global’ do trabalho e de funções) apropriada à sua própria dinâmica de acumulação num momento particular de sua história (HARVEY, 2004, p. 87).

trabalhadores rurais são desterritorializados, quando não são dizimados; a produção de novos territórios urbanos invadem o lugar da floresta, grandes contingentes de populações urbanas são submetidas às condições de vida totalmente precárias, sem trabalho e educação, principais motivos de busca pelos espaços nas cidades.

Com a industrialização, nasce a sociedade moderna⁶, urbanizada e profundamente individualista. E, sobre isso, Lefebvre⁷, a partir da obra de Engels, fala do nascimento de uma “multidão solitária e atomizada”, onde as pessoas consideram-se reciprocamente apenas sob a relação de utilidade; cada um explora outrem. Os mais fortes, os capitalistas, apropriam-se de tudo. Nessa guerra geral, o capital, propriedade direta ou indireta das subsistências e meios de produção, é a arma da luta. Aquele que não tem capital nem dinheiro, ninguém se preocupa com ele. Se não encontra trabalho, pode roubar ou morrer de fome. A polícia vigiará para que ele morra de fome de uma maneira tranquila, sem ferir de nenhuma maneira a burguesia. Assim, o espaço urbano, com seus contrastes, suas liberdades e suas fatalidades, é também o espaço repressivo (LEFEBVRE, 1999).

Assim, Engels (1985) minuciosamente consegue expor em sua obra o cenário de uma cidade que nasce dominada pelo capital e permeada de contradições sociais que se expressavam pelas condições de vida a que foram submetidos milhares de trabalhadores nas cidades inglesas do século XIX, à medida que iam se industrializando, e que até hoje serve como parâmetro histórico e teórico indispensável para o entendimento desse processo em nível mundial. Partindo desse referencial, e desta obra, em particular, que Lefebvre interpretou o processo de urbanização na França. Para este autor:

Em torno de uma fábrica de porte médio, um vilarejo se constitui; o vilarejo se torna uma pequena cidade e a pequena cidade uma grande. Quanto maior é a cidade, maiores são as vantagens da aglomeração; ali se reúnem todos os elementos da indústria: os trabalhadores, as vias de comunicação (canais, estradas de ferro, estradas), os transportes de matérias-primas, as máquinas e técnicas, o mercado, a bolsa. Daí, o crescimento surpreendentemente rápido das grandes cidades industriais (LEFEBVRE, 1999, p. 11).

⁶ Cruz (1994), apoiando-se em Lefebvre (1991) e Berman (1986), assinala que [...] ao surgir e se desenvolver, a industrialização vai tornar-se logo fator explicativo da sociedade moderna. [...] A sociedade moderna pressupõe a existência de um determinado tipo de experiência vital compartilhada por homens e mulheres mundialmente. Experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida. [...] 'ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, 'tudo que é sólido desmancha no ar' (CRUZ, 1994. p. 8)

⁷ Lefebvre (1999, p. 61).

Logo se descobriu “a realidade urbana em todo o seu horror”, revelada não apenas pelas mudanças físicas da cidade, mas pela mudança de comportamento e de relações. “Agora as pessoas se cruzam correndo, como se não tivessem nada em comum”. Esta indiferença brutal, este isolamento insensível, este egoísmo estreito, não se manifestam em nenhuma parte com tanta falta de pudor. “A atomização é aqui levada ao extremo” (LEFEBVRE, 1999, p. 14).

De acordo com os autores, o advento da indústria, ao provocar a urbanização, desconstruiu as formas de vida na cidade, causando quase que o seu desaparecimento. Em contexto histórico mais recente, diferentes autores⁸ desenvolveram suas reflexões retomando essa análise para a compreensão da constituição urbana em realidades como as cidades da França, Alemanha, Itália, Estados Unidos, e mesmo cidades latino-americanas. Assim, Castells (2000), ao discorrer sobre *A Questão Urbana*, assinala que o “desenvolvimento do capitalismo industrial não provocou o reforço da cidade e sim o seu quase desaparecimento enquanto sistema institucional e social relativamente autônomo, organizado em torno de objetivos específicos” (CASTELLS, 2000, p. 45).

Ao se referir ao processo de urbanização por essa perspectiva, o autor quer reforçar o ponto de vista de que as cidades já existiam quando a indústria se fez realidade e que o sistema industrial ao decompor as estruturas sociais agrárias e exercer forte atração da população para centros urbanos já existentes, fornecendo a força de trabalho essencial à industrialização, ocasionou alterações de uma determinada formação espacial, a cidade, além de transformar a economia doméstica em manufatura e depois em economia de fábrica, passando, então, a concentrar na cidade mão de obra e mercado, elementos fundamentais para a acumulação capitalista de produção.

No cerne desse debate Lefebvre (1991) acrescenta que:

[...] Na base econômica do 'tecido urbano' aparecem fenômenos de outra ordem, num outro nível, o da vida social e 'cultural'. Trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos. Semelhante modo de viver comporta sistemas de objetos e sistemas de valores. Os mais conhecidos dentre os elementos do sistema urbano de objetos são a água, a eletricidade, o gás (butano nos campos) que não deixam de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão, pelos utensílios de plástico, pelo mobiliário 'moderno', o que comporta novas exigências no que diz respeito aos 'serviços'. Entre os elementos do sistema de valores, indicamos os lazeres ao modo urbano (danças, canções), os costumes, a rápida adoção das modas que vêm da cidade [...] (LEFEBVRE, 1991, p. 10-12).

⁸ Cita-se Harvey (1994, 2005), Lefebvre (1991), Castells (2000) e Lojkin (1981).

O surgimento e o espraiamento de tais fenômenos não devem ser considerados enquanto ações negativas, pois, ao se misturar as realidades peculiares ao campo e a cidade, as mesmas resgatam, pelo cotidiano, a relação ou a unidade "rural-urbano". "O tecido urbano é ou o suporte de 'um modo de viver' mais ou menos intenso ou degradado: a sociedade urbana" (LEFEBVRE, 1991, p. 10-12).

A reflexão realizada por Lefebvre (1991) é importante para a interpretação dos fenômenos sociais inerentes à cidade capitalista na contemporaneidade. Pois, este autor deixa claro que a urbanização capitalista expressa as consequências da divisão social do trabalho no âmbito da vida cotidiana, em que a sociedade passa a incorporar um modo de vida que ele definiu como sociedade urbana.

No caso das sociedades capitalistas, sabe-se que o desenvolvimento das forças produtivas optou por instalar nos antigos centros das cidades todo seu parque industrial e tecnológico com vistas à urbanização. Desse modo, as cidades foram dotadas de toda a infraestrutura necessária ao desenvolvimento da acumulação capitalista, materializada em equipamentos coletivos, dinheiro e força de trabalho, o que pressupõe a mobilização da população, antes originária do campo, para os centros mais antigos das cidades, tornando a cidade um lugar de vida urbana, conforme a perspectiva lefebvriana.

Várias análises derivadas desse estudo objetivaram investigar a complexidade que envolve o tema da cidade capitalista ou da urbanização capitalista de todo lugar do mundo. Ainda neste sentido, Lojkin (1997)⁹ verificou o processo de urbanização nas cidades francesas, a partir de uma análise "interna" à relação imanente ao capital e trabalho, tendo como hipótese principal que o papel do Estado na urbanização capitalista contemporânea, mediante a elaboração e execução de sua política, está relacionado à "socialização contraditória das forças produtivas e das relações de produção". Essas processualidades têm como determinação fundamental a divisão social do trabalho e seu consequente, os conflitos de interesses entre as classes sociais, presentes no processo imediato da produção, como nos demais ciclos da metamorfose do capital, ou seja, da produção, da circulação e do consumo. Assim, esse autor constrói sua matriz analítica associando o problema da cidade capitalista e seus desdobramentos à "concentração dos meios de consumo coletivo e das condições gerais de produção".

⁹ Segundo Sá (2000, p. 63), Jean Lojkin publicou "o Estado capitalista e a questão urbana", na segunda metade da década de 1970, ou seja, posterior a alguns trabalhos de Henri Lefebvre sobre o urbano.

Para este autor:

[...] O que vai caracterizar duplamente a cidade capitalista é, de um lado, a crescente concentração dos ‘meios de consumo coletivos’ que vão criar pouco a pouco um modo de vida, novas necessidades sociais – chegou-se a falar de uma ‘civilização urbana’ –; de outro modo, o modo de aglomeração específica do conjunto dos meios de produção (do capital e da força de trabalho) que vai se tornar, por si mesmo, condição sempre mais determinante do desenvolvimento econômico (LOJKINE, 1997, p. 145-158).

Em sua análise Lojkin reinterpreta Marx¹⁰, incorporando a questão dos equipamentos e serviços coletivos nas condições gerais do processo social de produção, ampliando, desse modo, a perspectiva analítica de Marx, quando definiu as condições gerais da produção¹¹. A partir dessa matriz, Lojkin encontra nos equipamentos e serviços coletivos a chave teórica para explicar como se dá o atendimento das reivindicações da classe trabalhadora, que ao funcionarem, cumprem, contraditoriamente, uma função estratégica no aumento da rentabilidade do capital. Estas novas condições vão se tornar cada vez mais significativas no processo de produção capitalista e, pouco a pouco, responsáveis pela criação de um novo modo de vida (“civilização urbana”) e de novas necessidades sociais.

O autor preocupa-se em desenvolver uma análise que teve na

[...] urbanização o elemento-chave das relações de produção. Pois, para ele as formas contraditórias do desenvolvimento urbano, do modo como são refletidas e acentuadas pela política estatal, são justamente a revelação do caráter ultrapassado da maneira capitalista de medir a rentabilidade social através apenas da acumulação do trabalho morto (LOJKINE, 1997, p. 145-158).

Nesse sentido, a “urbanização desempenha papel tão importante quanto à multiplicação da potência mecânica do trabalho na unidade de produção” (LOJKINE, 1997, p. 145-158).

¹⁰ Sá (2000, p. 64-65) afirma que “Lojkin reinterpreta Marx, quando este trata dos dispêndios na circulação das mercadorias, ressaltando que o fraco desenvolvimento dos equipamentos e serviços coletivos, no período concorrencial, teria impedido Marx de ampliar esta análise”.

¹¹ Para Lojkin o conceito “condições gerais de produção” corresponde ao que Marx definiu como produção e reprodução do capital a partir da relação entre o consumo produtivo e o consumo individual da classe trabalhadora, onde o primeiro opera como “força motriz do capital e pertence ao capitalista; no segundo, pertence a si mesmo e realiza funções vitais fora do processo de produção. O resultado de um é a vida do capitalista e o do outro é a vida do próprio trabalhador” (MARX, 1985, p. 665). Ainda para o autor, a socialização das forças produtivas proposta por Marx, abrange simultaneamente a divisão técnica do trabalho na oficina e a divisão do trabalho no conjunto de uma sociedade. Assim, Marx foi levado a desenvolver um novo conceito para definir a relação entre o processo imediato de produção, a unidade de produção, por um lado, e, por outro, o processo global de produção e de circulação do capital: é o que ele chama as condições gerais da produção (LOJKINE, 1981, p. 123).

Desse modo, o autor buscou ampliar a perspectiva analítica iniciada por Marx sobre as relações de produção capitalista, uma vez que, “a análise do sentido da ‘revolução urbana’ nas relações capitalistas de produção tenha ficado fora do campo teórico de Marx” (LOJKINE, 1997, p. 145-158).

A hipótese do autor em relação ao lugar da urbanização na teoria marxista baseia-se no conceito de condições gerais da produção. A limitação do alcance do conceito parece algo discutível naquele momento (anos 1960/70), por causa do aparecimento de fatores também importantes, que são outras tantas condições necessárias à reprodução global das formações capitalistas desenvolvidas. Trata-se, de um lado, dos meios de consumo coletivos que vêm se juntar aos meios de circulação material; de outro, da concentração espacial dos meios de produção e de reprodução das formações sociais capitalistas.

Essa caracterização possibilita o entendimento do papel desenvolvido pelos meios de consumo coletivos no processo de acumulação do capital, como é o caso dos serviços de educação, saúde, transporte etc. Para o autor:

[...] à primeira vista, por conseguinte, não há nenhum motivo para colocar os meios de consumo coletivos em outra esfera que não seja a do consumo final e improdutivo, assim como os meios de consumo individuais. Em que seu modo social de consumo pode mudar-lhes a função? Quer se trate de despesas de ensino ou de saúde, não participam elas da reprodução da força de trabalho e, por isso, dos gastos com renda? (LOJKINE, 1997, p. 145-158).

A tentativa do autor é de deixar clara a importância que os serviços de educação e saúde desempenham no processo de produção das relações capitalistas, pois, segundo ele, o nível atingido pela socialização interna da produção industrial no século XX fez da formação profissional, por exemplo, um fator-chave para aumentar a produtividade do trabalho. Isso pressupõe que o capital para se reproduzir admite a importância dos equipamentos coletivos enquanto retaguarda que contribui para o processo de reprodução da classe trabalhadora e consequentemente das condições gerais de produção, tornando-se elemento essencial no desenvolvimento das cidades capitalistas. Assim,

[...] a aglomeração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades – em outras palavras a *cidade* – não é de modo algum um fenômeno autônomo sujeito a leis de desenvolvimento totalmente distintas das leis de acumulação capitalista, onde a esfera da produção, a da troca e a do consumo estão em constante interação (LOJKINE, 1997, p. 139, grifo do autor).

Como consequência desse processo de acumulação capitalista, as cidades passaram a conviver com dinâmicas econômicas e sociais que alteraram o modo de vida e organização do território, gerando novas disputas pelo lugar de morar, de trabalhar e de viver, caracterizando-a como uma cidade segregadora, como afirmou Lefebvre (1999) ao interpretar a obra de Engels:

[...] Os traços característicos que Engels ali identifica têm, no entanto, uma importância geral: a segregação, a decomposição do centro. A segregação, espontânea, 'inconsciente' talvez, não é menos rigorosa. Ela marca ao mesmo tempo a cidade concreta e a imagem da cidade, 'construída de uma maneira tão particular que ali se pode viver por muitos anos, sair e entrar quotidianamente, sem jamais entrever um bairro operário, nem mesmo encontrar operários [...]'. A burguesia dessa Inglaterra imperialmente democrática conseguiu essa obra-prima: esconder dela mesma a visão de uma miséria que a ofuscaria (LEFEBVRE, 1999, p. 84).

Já se vão quase dois séculos desde que Engels desenvolveu seu estudo sobre as cidades industriais, mas continuamos presenciando bairros escondidos, invisíveis, clandestinos, em que a vida social dos trabalhadores continua submersa, sem que a burguesia se dê conta do horror construído por ela mesma. Mesmo no caso de cidades em que a indústria não desponta como uma realidade, a desordem e o caos urbano se reproduzem, como afirmaram Engels, Lefebvre e outros. É o caso de várias cidades latino-americanas e brasileiras, por exemplo, que apresentam como uma de suas características o emprego no setor de serviços (incluindo o mercado informal) e suscita serviços e infraestruturas. Particularmente, em se tratando de Amazônia, onde há matéria-prima em abundância “a indústria coloniza e provoca a urbanização”. Tanto no caso das cidades industrializadas, como no caso das cidades não industrializadas:

[...] O elemento dominante é a indústria, que organiza inteiramente a paisagem urbana. Este domínio, no entanto, não é um fato tecnológico, mas a expressão da lógica capitalista que está na base da industrialização. A 'desordem urbana' não existe de fato. Ela representa a organização espacial proveniente do mercado, e que decorre da ausência de controle social da atividade industrial (CASTELLS, 2000, p. 45).

Para o prisma analítico em elaboração é fundamental entender que a 'desordem urbana' é produzida pelas forças capitalistas, como tudo que o capital cria para a sua consolidação. Harvey (2005), ao analisar o processo de produção capitalista do espaço, deixa claro que as estratégias e as etapas seguidas pelas forças capitalistas no sentido de aumentar sempre o seu capital, desde o processo de “superacumulação”¹², passando pelas inúmeras crises que lhe são inerentes, até as

¹² A “superacumulação” constitui parte das contradições internas do sistema capitalista que se evidencia pela crise de realização do capital. Ou seja, “um volume de mercadorias no mercado

formas mais recentes de “renovação” pelo movimento globalizante, todos os processos se alojam no interior dos grandes centros urbanos, alterando as formas de organização do espaço das cidades, que passam a ser lugar de conflito e de disputas, compreendendo a globalização como “um processo de produção de desenvolvimento temporal e geográfico desigual” (HARVEY, 2004, p. 88).

Uma das características que marcam a cidade capitalista urbanizada é a segregação social, materializada por diferenciações econômicas, políticas e socioculturais que, de forma velada, expõem a cidade dividida em classes. A questão da segregação social já foi tratada em muitos estudos que analisaram diversas situações de cidades capitalistas no mundo, e que buscaram evidenciar os níveis de desigualdades existentes nas mesmas. Do mesmo modo, o conceito também tem servido como parâmetro na formulação de políticas públicas urbanas que visem a equidade social. Segundo Préteceille:

[...] nas pesquisas sobre a segregação social há a comunhão de teses, referências, linguagem e métodos, que reflete uma convergência de olhares de processos sociais. Esta também se reflete nas políticas públicas, cujos modelos de ação: moradia, planejamento urbano, redes etc. são fruto da dominação dos países mais potentes, e das normas dos financiadores capitalistas internacionais (PRÉTECEILLE, 2004).

A utilização do conceito por análises sociológicas é objeto de divergências, tornando o debate controverso. A questão foi tratada em muitos estudos que abordaram diversas situações de cidades capitalistas no mundo e que buscaram evidenciar os níveis de desigualdades existentes nas mesmas, o que a torna uma ferramenta analítica com capacidade heurística de explicar processos relacionados ao não acesso à infraestrutura urbana, à distribuição de pessoas em áreas residenciais, às questões de acesso aos equipamentos coletivos, com recortes de etnia e gênero, dentre outros aspectos.

Preteceille¹³ (1993) sinaliza que esta categoria é marcada por uma pluralidade de significações positivas e negativas, que vêm resultando em abordagens centradas em diferentes tendências teórico-metodológicas e ideo-políticas, entre as quais se destacam:

sem compradores à vista, constituindo demanda retraída pela incapacidade de pagamentos” (HARVEY, 2005, p. 45-46).

¹³ Edmond Préteceille é um dos principais autores que desenvolve suas análises sobre a urbanização das cidades utilizando-se do conceito de segregação urbana para explicar as desigualdades decorrentes do modo de produção capitalista em desenvolvimento, não só nas cidades francesas, mas em outros países, inclusive o Brasil. No Brasil, o autor tem desenvolvido estudos no âmbito do Observatório das Metrópoles, vinculado ao IPPUR/UFRJ, procurando demonstrar qual a face da segregação social e urbana em cidades brasileiras e francesas.

[...] 1) as relações entre grupos sociais (étnicos, religiosos, etc.) e suas formas, internas e externas, de socialização; 2) os desafios sociais da apropriação dos espaços urbanos (apropriação desigual dos espaços gera diferenças no nível de qualidade de vida, da habitação, prédios, espaços públicos, de acessibilidade aos diferentes bens, serviços e equipamentos, públicos ou privados, mercantis ou não-mercantis, além da variação quanto à qualidade, quantidade, diversidade, preço); 3) os desafios políticos da gestão do espaço urbano (marcada pela ambivalência, ou seja, ao mesmo tempo que ela permite aos grupos dominantes concentrarem as classes dominadas em certos espaços e os dominar politicamente, malgrado seu efeito total relativamente restrito, ela oferece oportunidade a estas de conquistar uma representação política local e ter o controle de segmentos de aparelho de Estado, que podem, em certas condições, contribuir para reforçar seu peso político assim como melhorar suas condições de vida pela produção pública local de meios e serviços coletivos e certas formas de redistribuição); 4) as relações entre as transformações em curso nas estruturas sociais urbanas (modos de vida, por exemplo) e os impactos dos movimentos econômicos (análise do processo de mudança social urbana em grandes metrópoles, sobretudo as “cidades globais” como Nova York, Londres, Tóquio ou Paris) (PRETECEILLE, 1993, p. 5-8. Tradução nossa).

A análise crítica da segregação social é recorrente das pesquisas no campo urbano iniciadas em 1926, pela Escola de Chicago¹⁴, e seguida pela pesquisa neomarxista, na França, nos anos 1960-70. Nos anos recentes, os estudos sobre a segregação pautaram-se no paradigma da **cidade global**: dualidade social e espacial nas metrópoles, no mundo capitalista globalizado e do modelo neoliberal.

No trabalho intitulado *Introduction Au Dossier*, Preteceille aponta que:

[...] l'un des apports majeurs des recherches recentes sur La ségrégation urbaine est précisément d'avoir développé l'analyse des structures d'ensemble de la division sociale de l'espace, et des différents mécanismes qui la produisent constamment, à côté des approches plus ethnographiques permettant une meilleure connaissance de la réalité des pratiques sociales et des difficultés vécues par les habitants de ces quartiers plus particulièrement touchés par la crise sociale (PRETECEILLE, 1995, p. 5).

No âmbito da elaboração de políticas públicas na França, este autor indica que somente a partir dos anos 1960 a segregação social passou a se constituir uma questão para as políticas urbanas em Paris. Desse modo:

¹⁴ Segundo Preteceille (1995), a Escola de Chicago inspirou os métodos quantitativos e privilegiou o poder dos instrumentos de cálculos em detrimento da análise sociológica, econômica ou política sobre as causas, os mecanismos e as consequências da segregação social. Para ele, “si l'école de Chicago avait inauguré cette complémentarité entre description structurelle de la division sociale de l'espace urbain et analyse anthropologique des pratiques sociales des groupes repartis dans ces espaces divisés, le développement des études quantitatives sur la ségrégation qu'elle a inspirées a, par la suite, plutôt privilégié le premier volet, et multiplié, de façon très empiriste, les calculs d'indices et les analyses factorielles (RHEIN, 1994) em privilégiant le plus souvent la puissance des outils de calcul au détriment de la réflexion sociologique, économique ou politique sur les causes, les mécanismes et les conséquences de la ségrégation” (PRETECEILLE, 1995, p. 6).

[...] A segregação social apareceu, mais ou menos discretamente, como um objetivo declarado das políticas urbanas, como pode ser visto, por exemplo, nos objetivos de 'ajuste das funções centrais' presentes em novos esquemas diretores de planejamento e urbanismo, ou nas operações de renovação urbana lançadas em bairros populares e modificando profundamente o perfil social dos habitantes para as classes médias e superiores. Essas políticas encontraram a oposição crescente de movimentos sociais denunciando a 'renovação-deportação' das classes populares para os subúrbios (PRETÉCELLE, 2004, p. 18).

As análises realizadas pelo autor, nesse estudo específico, buscaram não apenas identificar onde se localiza e se materializa a segregação urbana, mas também procura apontar outras características que permeiam a questão, para além da divisão socioterritorial. Para ele, outros aspectos são necessários verificar, tais como a questão racial, econômica (de renda) e de gênero, além da incorporação de soluções no âmbito das políticas públicas, tornando-as menos segregadoras, o que poderá elucidar de forma ampla a nossa investigação, não só sobre o processo de reprodução material das condições de vida nas áreas consideradas inadequadas para moradia, como também ajudará no entendimento sobre o modo de vida que a população atingida pelos programas urbanos estabelece em seu cotidiano.

O processo ampliado de segregação social é forjado pela diferenciação no acesso ao trabalho, à moradia e aos serviços e infraestruturas urbanas, em maior ou menor grau, dependendo das distinções internas de cada fração de classe, e está fundado, em última instância, no direito da propriedade privada dos meios de produção, com particularidades nas cidades dos países periféricos e, dentre estas, as brasileiras e amazônicas¹⁵.

Lojkine, seguindo seu percurso analítico utiliza o conceito de segregação urbana para dar visibilidade à cidade dividida na França, a partir de três tipos de segregação social e espacial: a) uma primeira segregação, no nível de habitação; b) uma segunda, no nível dos equipamentos coletivos; e c) uma terceira, no nível do transporte domicílio-trabalho, acreditando que assim seria possível determinar a principal linha de divisão entre as classes sociais no âmbito da urbanização na França (LOJKINE, 1997, p. 247).

Do mesmo modo, Harvey (1980) parte do conceito de localização, para demonstrar o processo de redistribuição de renda que gera desigualdades sociais no âmbito do sistema urbano. Para esse estudioso:

¹⁵ Sobre a urbanização e segregação social na Amazônia, vide ainda Cruz, Castro e Sá (2010).

[...] As cidades cresceram muito rapidamente e esse crescimento resultou em algumas mudanças significativas na sua forma espacial. Houve, assim, uma reorganização na localização, e distribuição de algumas atividades no sistema urbano. [...] Do ponto de vista político, contudo, deveria estar claro que esses ajustamentos na forma espacial da cidade provavelmente contribuem para produzir uma variedade de formas, de redistribuição de renda. [...] A mudança de localização da atividade econômica na cidade significa uma mudança de localização de oportunidades de emprego. A mudança de localização da atividade residencial significa mudança de localização de oportunidades de moradia. Ambas devem, presumivelmente, estar associadas a gastos de mudanças em transporte. Mudanças em transporte afetam certamente, em grande escala, o custo de acesso a oportunidades de emprego a partir da localização moradias (HARVEY, 1980. p. 49).

A partir do debate sobre a redistribuição de renda, Harvey coloca em questão a organização do sistema urbano em que as escolhas estão sempre relacionadas aos aspectos econômicos, predominantemente. Pois, escolher o local de moradia quase sempre está relacionado ao local do emprego, que pode significar economia sobre o rendimento salarial, especialmente para as famílias de baixa renda. Nesse sentido, processos como as experiências de deslocamento compulsório provocadas por grandes intervenções urbanísticas interferem no processo de “redistribuição da renda”, uma vez que:

[...] O mercado de moradias não pode ajustar-se (em termos de quantidade de locação) à mudança de localização do emprego. Este parece ser um caso clássico da inflexibilidade da forma espacial de uma cidade, gerando desequilíbrio quase permanente no sistema social urbano (HARVEY, 1980, p. 50-51).

Essa tendência ao desequilíbrio no sistema social urbano atinge as cidades em crescimento, omitindo as contradições sociais que se colocam em processos de segregação social, como é o caso da definição pelo lugar de morar, em relação ao lugar de trabalho.

A literatura¹⁶ que trata especificamente da questão segregação social e seus impactos sobre a condição de moradia em cidades brasileiras, têm apontado que é nessa fase atual do desenvolvimento capitalista que as cidades vêm aumentar a dinâmica da segregação residencial, pois, com a propagação das ideias econômicas liberais, assistimos a reformas institucionais relativas à liberalização do mercado de

¹⁶ PRETECEILLE, Edmond; RIBEIRO, Luis César de Queiroz. Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80, **Revista Eure**, Santiago, v. 25, n. 76. dic. 1999; RIBEIRO, L. C. Q. de; SANTOS JUNIOR, O. A dos. Democracia e Segregação Urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira. **Revista Eure**, Santiago, v. 29, n. 88, p. 79-95, dic. 2003, e outros.

terras e da moradia, em que os “preços imobiliários tornaram-se o mecanismo central de distribuição da população no território da cidade” (RIBEIRO, 2005).

Ribeiro (2005, p. 89-90) aponta alguns aspectos importantes que determinam a configuração atual da segregação social e territorial das cidades impactadas pelo movimento da globalização econômica: 1) A questão da liberalização do mercado de terras; 2) Os preços imobiliários enquanto forma de regular a distribuição da população no território; 3) A privatização dos serviços urbanos e o baixo investimento em serviços públicos, comprometendo a qualidade do acesso; 4) O aumento da distância entre a média dos estratos superiores e a dos inferiores, à medida que as posições médias diminuem; e 5) A descentralização para o plano local da função de investimentos em equipamentos urbanos, gerando níveis de instabilidade e desigualdade no atendimento da população demandante nas esferas municipais.

Na leitura realizada, observa-se que o processo de industrialização, urbanização, concentração de capitais e de população, o surgimento das aglomerações foram determinantes para a transformação das cidades no mundo. A exaustão da agricultura e da manufatura deu lugar à inovação tecnológica. A urbanização e o crescimento das cidades, em consequência da industrialização e das relações de produção, constituíram-se, ao longo da história, um *modus operandi* e um paradigma, pois desde o fenômeno ocorrido na Inglaterra do século XIX que as cidades não pararam mais de crescer e de se multiplicar. Com menor ou maior rapidez, países em diferentes continentes entraram o século XXI quase que totalmente urbanizados, independentemente de seu tamanho. Sobre isso, Davis (2006) aponta que:

[...] em 1950, havia 86 cidades no mundo com mais de 1 milhão de habitantes; hoje são 400, e em 2025 serão pelo menos 550. Com efeito, as cidades absorveram quase dois terços da explosão populacional global desde 1950 e hoje o crescimento é de 1 milhão de bebês e migrantes por semana. A força de trabalho urbana do mundo mais que dobrou desde 1980, e a população urbana atual de 3,2 bilhões de pessoas é maior do que a população total do mundo quando John F. Kennedy tomou posse. Enquanto isso, o campo, no mundo todo, chegou à sua população máxima e começará a encolher a partir de 2020. Em consequência, as cidades serão responsáveis por quase todo o crescimento populacional do mundo, cujo pico, de cerca de 10 bilhões acontecerá em 2050 (DAVIS, 2006, p.13-14).

Todas as mudanças ocorridas nas cidades do século XIX, seja na Europa ou na América do Norte, impactaram as cidades do terceiro mundo, que à luz daquelas realidades, iniciaram também um processo de alteração da realidade social e econômica, objetivando o favorecimento da industrialização e da acumulação de

capitais. Assim, na América Latina e no Brasil, em particular, as cidades passaram a ser o lugar do crescimento econômico e sociocultural, concentrando no centro das cidades população (força de trabalho) e capitais. E assim, atendendo às exigências de incorporação da urbanização ao modo de produção capitalista.

Nesse sentido, a reflexão sobre a segregação social contribui para elucidar a dinâmica e a repercussão que a questão exerce sobre as condições de moradia nas metrópoles de Belém e Manaus, pois a nossa tese de que os grandes projetos urbanos realizados pelo poder público nas metrópoles da Amazônia aprofundam o processo de segregação social no que tange à questão moradia, haja vista que as políticas de infraestrutura e habitação desencadearam nessas cidades um processo de deslocamento compulsório da população atingida pelos grandes projetos urbanos em execução e um processo de valorização da terra urbana. Nesse sentido, reafirma-se que a lógica segregadora dos grandes projetos está assentada na produção de cidades periféricas, voltadas para a atração de novos investimentos financeiros e empresariais nas áreas valorizadas pelas ações da “renovação-deportação”.

2.2 VIDA URBANA: O DIREITO À CIDADE EM LUTA

O debate sobre o Direito à Cidade surgiu no contexto das lutas urbanas em escala mundial, com a constatação de que havia necessidade de superação das contradições sociais inerentes à Cidade do Capital. Em termos de Brasil, a luta pelo Direito à Cidade remonta à segunda metade do século XX. Uma luta iniciada pelos sindicalistas organizados no cerne do espaço das fábricas e indústrias por melhorias nas condições de trabalho e de salários, mas que logo se irradiou para o interior das vilas operárias e bairros, sobretudo nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, onde a industrialização já se encontrava em luta com as formas existentes de produção econômica. Eram os anos 1950-1960.

As mobilizações sociais ocorridas nesses anos foram duramente golpeadas pela instauração do regime militar, em 1964. Entrou-se, então, para um período, que além das peculiaridades que caracterizam um regime ditatorial, de exceção, resultando em um legado de atraso histórico, para o desenvolvimento do país, sem precedentes, cujas marcas permeiam a desigualdade social na contemporaneidade e, em especial, no âmbito das cidades. Para Oliveira (2003), o longo tempo que marcou nossas ditaduras determinou as formas que marcam a desigualdade brasileira nos dias atuais.

Discorrendo brevemente sobre as transformações ocorridas no Brasil do século XX, Oliveira (2003) assevera que:

[...] As relações entre o Estado e o Urbano, o Estado e o planejamento podiam ser caracterizadas, ainda que toscamente, como a de um enorme esforço de normatividade para lograr estabelecer a relação capital-trabalho, promover as condições gerais da produção para a industrialização. [...] Tais relações tinham como norte paradigmático enquadrar a exceção e transformá-la em norma. [...] Não foi o planejamento que enquadrou a exceção, mas foi a exceção que enquadrou o planejamento. [...] No fundo desse processo, jaz a enorme desigualdade que marca a sociedade brasileira (OLIVEIRA, 2003, p. 9-10).

As contradições que marcam as relações entre o Estado e o Urbano tornam mais difíceis a transformação social por aqueles que jazem na condição de desigualdade social produzida pelas relações capitalistas no Brasil. Difíceis, mas não impossíveis. Nesse sentido, as lutas sociais pelo Direito à Cidade irrompem os anos 1970-1990 para se contraporem às formas de desigualdade produzidas no cerne da sociedade do Capital e, nesse contexto, a luta pela reforma urbana conquista novos espaços de interlocução e direitos normatizados na Constituição Federal (CF) de 1988¹⁷. Tenta-se aí “normatizar o excepcional”, como diz Oliveira (2003).

A CF de 1988 passa então a ser a ponta do fio que conduz a “nova” política urbana no Brasil, mas que, segundo Maricato (2002), acabou se constituindo “idéias fora do lugar”. Fora do lugar porque, segundo a autora:

[...] Pretensamente, a ordem se refere a todos os indivíduos, de acordo com os princípios do modernismo ou da racionalidade burguesa. Mas também podemos dizer que as idéias estão no lugar por isso mesmo: porque elas se aplicam a uma parcela da sociedade reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios [...] (MARICATO, 2002, p. 121-122).

As contradições emergentes das relações estabelecidas pelo Estado no tecido urbano determinaram a luta pelo Direito à Cidade, em que a normatização das questões urbanas resultou dessa luta contraditória, cujos sujeitos centrais eram representados pelo Estado, pelos representantes do Mercado, com os segregados, excluídos, oprimidos, sem-teto, sem-trabalho, sem-educação, representados pela sociedade civil organizada. Nesse contexto de luta, organizou-se o Fórum Nacional de Reforma

¹⁷ [...] Como resultado dessa luta, pela primeira vez na história, a constituição incluiu um capítulo específico para a política urbana, que previa uma série de instrumentos para a garantia, no âmbito de cada município, do direito à cidade, da função social da cidade e da propriedade e da democratização da gestão urbana (artigos 182 e 183) (BRASIL, 2001, p. 21).

Urbana (FNRU)¹⁸, com a intenção de unificar as inúmeras lutas urbanas pontuais que emergiram nas grandes cidades, em todo o país, a partir dos anos 1970.

Com muitas conquistas no âmbito do planejamento urbano, a partir dos anos 2000, o movimento pela reforma urbana ainda está longe de significar avanços em relação ao “direito à terra” ou ao “direito à cidade” (MARICATO, 1994, p. 311-313), principalmente se pensarmos em termos de cidades amazônicas, onde as singularidades dessa região, destacada em sua relação “rural-urbano”¹⁹, não conseguem se impor ou mesmo galgar alguns degraus na formulação de políticas urbanas que considerem as particularidades regionais. O planejamento é concebido a partir de uma matriz geral que percebe a cidade, cada vez mais, como o lugar favorável à acumulação do Capital, pensado pela concepção marxiana.

Ao fazer um balanço da política urbana no Brasil, Maricato (2011) sinaliza que a melhoria social e econômica vivenciada pela sociedade, principalmente das camadas média e média-baixa, não se reflete nas cidades. Para a autora,

[...] A situação das cidades piorou muito nos últimos 30 anos e continuará a piorar, ainda que os investimentos em habitação e saneamento tenham sido retomados pelo governo federal a partir de 2003. Não houve mudança de rota no rumo que orientou a construção das cidades, especialmente nas metrópoles (MARICATO, 2011, p. 76-77).

Então é preciso ampliar na formulação de políticas urbanas e avançar em direção ao que nos dizem os pesquisadores dos países mais avançados econômica e socialmente. Avançar na direção das conquistas que ultrapassem o nível formal da política urbana, materializado nas leis e instrumentos do planejamento. É necessário avançar em direção ao que é produzido nas cidades, conforme propõe Lefebvre (1991):

[...] O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada (LEFEBVRE, 1991, p. 116-117).

Ao expor sobre o direito à cidade, esse autor designa que não se pode desejar voltar ao passado, à natureza. Para ele, [...] A reivindicação da natureza, o desejo de aproveitar dela são desvios do direito à cidade (LEFEBVRE, 1991, p. 116-117). Assim, a concepção de Lefebvre sobre o direito à cidade está assentada no

¹⁸ O FNRU foi organizado pelas entidades nacionais, lideradas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), e que durante a Assembleia Nacional Constituinte, reivindicou e conquistou a incorporação do Capítulo da Política Urbana no texto constitucional, qual seja a CF de 1988.

¹⁹ Sobre essa discussão, vide Sá, Gayoso e Tavares (2006), Monte-Mór (2007), dentre outros.

direito que se deve ter acerca da vida urbana, sobre o que ela produz, elabora, formula e propõe. Do mesmo modo, Harvey (2009) também vai designar que [...] o direito à cidade significa o direito que todos nós temos de criar cidades que satisfaçam às necessidades humanas. No âmbito da cidade capitalista, todos sabem que as criações urbanas fazem parte do cenário de fragmentação e segregação social. Políticas como moradia, trabalho, educação, saúde, cultura, lazer etc., fazem parte de um cardápio que só pode ser acessado a partir de critérios previamente definidos. São critérios de renda, de localização/proximidade, faixa etária etc. o que torna seletiva a vida na cidade.

Harvey (2009) apreende que:

[...] Todos devemos ter os mesmos direitos de construir os diferentes tipos de cidades que nós queremos que existam. O direito à cidade não é simplesmente o direito ao que já existe na cidade, mas é o direito de transformar a cidade em algo radicalmente diferente (HARVEY, 2009, p. 269).

Pois, Segundo Harvey (2009), [...] para construir condomínios de luxo e casas exclusivas, os capitalistas têm de empurrar os pobres para fora de suas terras – têm de tirar o nosso direito à cidade (HARVEY, 2009, p. 271). Os capitalistas são investidores e buscam sempre multiplicar suas fortunas, criando as condições para se apropriar do que a cidade tem e oferece. Os capitalistas podem fazer fortuna investindo na cidade, sobretudo no mercado imobiliário, tornando a vida na urbe mais cara, mais desigual e conflitante.

A luta pelo sonho de se ter uma cidade construída por todos e para todos, portanto, ainda se constitui enorme desafio, haja vista que se trata de uma luta contra o Estado planejador, cujas “ideias estão fora do lugar”, contra o mercado que para Oliveira (2003) mais parece um “Onintorrinco”. Diante dessa correlação de forças, faz-se necessário construir uma luta mais ampla, que convirja para o movimento de massas, pois, nessa luta pelo direito à cidade, haverá também uma luta contra o capital (LEFEBVRE, 1991; MARICATO, 2002; HARVEY, 2009). Por isso, reafirma-se aqui que as ações do Estado, aliadas ao mercado, tornam o Direito à Cidade cada vez mais distante, uma utopia. “A utopia das transformações tangíveis das matérias primas que temos à disposição em nossa atual condição” (HARVEY, 2004, p. 251).

PARTE 2



3 URBANIZAÇÃO EM BELÉM E MANAUS – METRÓPOLES INACABADAS

A origem e crescimento das metrópoles de Belém e Manaus localizam-se no âmbito da história de desenvolvimento da região amazônica. E, neste sentido, torna-se impossível explicar os processos que ocorrem nas duas metrópoles, sem buscar compreender os níveis de complexidade social nessa região, suas particularidades e singularidades. Não se tem a pretensão de negar, nem de esgotar as explicações sobre a Amazônia formuladas por pesquisadores do mundo todo. Sob essa ótica, buscaremos aqui verificar os elementos que historicamente determinaram a formação econômica e sociocultural dessas cidades, no contexto da urbanização regional.

É vasta a produção teórica sobre a urbanização na Amazônia brasileira, contudo, não se pode considerar que as análises estejam esgotadas. As reflexões sobre a urbanização da região amazônica se constituem, ainda, num aspecto que precisa de aprofundamento, seja do ponto de vista de sua historicidade, seja do ponto de vista da formação de seu tecido social²⁰.

A dimensão urbana da região amazônica resulta dos nexos estabelecidos por aspectos relacionados à exploração dos recursos naturais, à produção de territórios, às políticas públicas, ao explosivo crescimento populacional, ao desempenho e impacto dos grandes projetos de infraestrutura e econômicos, à ocupação e disputa pelo espaço de moradia, ao planejamento do desenvolvimento urbano e territorial, que de modo conflituoso evidencia processos de lutas sociais desencadeados pelo grau de segregação social e de disputa pela ocupação dos lugares – processos que serão demonstrados a partir das especificidades de Belém e Manaus.

Tendo por base a perspectiva teórico-metodológica que aponta a cidade como totalidade do lugar, sem perder de vista as determinações e singularidades que a tornam complexa, é que buscaremos explicitar o processo de urbanização na Amazônia, tendo nas cidades de Belém e Manaus os elementos empíricos para demonstrar as semelhanças e as assimetrias que se colocam entre essas duas realidades, que historicamente disputam o lugar de metrópole da Amazônia. É fundamental que, em se tratando de uma região que se encontra em pleno

²⁰ O conceito de tecido social se referencia na produção teórica de Lefebvre (1991), que ao discutir a relação entre a dimensão urbana e rural das cidades, menciona o “espraçamento” da urbanidade para as áreas rurais, cujas práticas sociais e culturais atingem o domínio do território rural, ou mesmo os “torrões rurais”, como denomina o autor, passando a determinar a relação “rururbano”, “ruralidade-urbanidade” ou simplesmente a constituição de seu “tecido social” (LEFEBVRE, 1991).

processo de urbanização, busque-se identificar o que a diferencia das demais regiões do país, e qual o significado que o fenômeno da urbanização exerce sobre as singularidades da Amazônia.

Ao discorrer sobre as singularidades da urbanização na Amazônia, Castro (2008), aponta que:

[...] o enfoque adotado para explicar a natureza do urbano na Amazônia procurou entender a realidade urbana, incorporando à análise os sujeitos sociais que fazem a cidade, que lutam em posições de classe diferentes no seu cotidiano e que são os artífices da apropriação e da produção do espaço da construção de direitos à cidade e da possibilidade de construir diferentes tipos de cidades segundo os valores e as singularidades dos indivíduos e grupos sociais que a compõem (CASTRO, 2008, p. 14).

O ponto de vista da autora explica a complexidade urbana da Amazônia, sob um enfoque histórico, enquanto forma de interpretar as

[...] diferenças, rupturas e continuidades que se dão no tempo, buscando compreender as lógicas que estruturam as macro-regularidades no espaço e no tempo. E ainda traçar um caminho de interpretação sobre a cidade que procure dar conta das subjetividades, racionalidades e sentidos da ação (CASTRO, 2008, p. 14).

A partir dessa perspectiva, pode-se analisar e explicar os processos que determinam a complexidade das metrópoles amazônicas, através de fenômenos que aconteceram nessa região de forma muito particular. Do ponto de vista histórico, a Amazônia emergiu para o cenário da história mundial como a região de grandes amplitudes culturais, políticas e econômicas. Tratava-se de um lugar com uma vasta floresta tropical, rica e “intocada”. O seu processo de ocupação por homens e mulheres que chegavam atraídos pelo potencial econômico que a região possibilitava, fez ignorar por completo as populações nativas que viviam em harmonia com a natureza. A paisagem natural foi sendo transformada por ações que rapidamente devastaram a flora e a fauna específicas, as populações nativas foram sendo dizimadas e substituídas por significativos contingentes de populações vindos de todas as regiões do país e do exterior.

Nesse período, o tempo das cidades amazônicas acompanhava o movimento estabelecido pela dinâmica do trabalho na floresta – manual e com recursos artesanais – que iam desde a extração dos recursos naturais para a economia de

subsistência, como para a comercialização interna de seu excedente²¹. Tanto a literatura nacional como a regional dão conta de que no século XIX e meados do século XX a região amazônica contava apenas com pequenos núcleos ou aglomerados urbanos, configuração que só será alterada com os primeiros investimentos urbanísticos feitos nas cidades de Belém e Manaus, que as preparou para a nova dinâmica capitalista de base industrial no Brasil.

Desse modo, o crescimento das metrópoles na Amazônia data do final do século XIX e início do século XX, quando a região começou a experimentar as primeiras formas de desenvolvimento do capitalismo, mesmo que sob as bases agroexportadoras, em decorrência da exploração dos recursos naturais na região para fins de exportação, tal como o que aconteceu com a exploração do látex da seringueira. Porém, esse tipo de economia possibilitou o desenvolvimento de uma base produtiva exclusivamente agroexportadora, sem estímulos para a prática do beneficiamento e a transformação de produtos primários em secundários, do mesmo modo que paralelamente desencadeou a existência de um movimento migratório intenso para a região, sobretudo de nordestinos, que se constituíram força de trabalho fundamental para a maior produtividade da extração e comercialização do látex.

Assim, para Martinello (1988):

[...] a população, movida pelos interesses econômicos ligados à extração do látex, devassa a floresta tropical brasileira, incorporando um território de quase 200.000 km², retirado da Bolívia, extermina parte da população indígena, miscigena-se parcialmente com ela e provoca o crescimento urbano de Belém e Manaus (MARTINELLO, 1988, p. 42-43).

E foi então que pesquisadores regionais passaram a considerar o *boom da borracha* como o elemento indutor do crescimento das cidades na Amazônia e, em especial, afirmam que todo beneficiamento estimulado pela exploração comercial da borracha restringiu-se às cidades de Belém e Manaus.

Nunes e Hatoun (2005) comparam a influência econômica sobre a cultura amazônica nas cidades de Belém e Manaus, expressando que as mudanças ocorridas no período da exploração da borracha determinaram a complexidade das questões sociais na contemporaneidade amazônica, levando Nunes (2005) a constatar que em Belém:

²¹ Sobre as formas tradicionais da economia mercantilista na Amazônia do século XIX e meados do século XX, ver Santos (1980), Mesquita (2006) e Sarges (2000).

[...] mudou a classe dominante, sustentada hoje nas especulações do capital que a desligam do solo urbano, sem nenhum outro discurso ideológico senão o do lucro imediato, e mudaram as dominadas, massa anônima incrustada numa população de mais de 1.300.000 habitantes. A população se massificou e o traçado urbano da cidade cêntrica está sendo descentrado da sua história (NUNES, 2005, p. 41).

Enquanto que sobre Manaus, Hatoun (2005) afirma que:

[...] quando hoje presenciamos as deploráveis condições de habitação nas dezenas de bairros da periferia de Manaus, esquecemos que essa miséria urbana tem fundas raízes no vazio econômico do interior do Amazonas, mas faz parte também do processo histórico da cidade e de sua política excludente (HATOUN, 2005, p. 55).

Tem-se, então, que nessa região as primeiras intervenções urbanísticas tornaram Belém e Manaus as maiores expressões dessa dinâmica econômica, social e política, especialmente, no que diz respeito à complexidade já mencionada e apresentada por ambas.

Os índices de crescimento populacional nessa região ficaram estagnados até os anos 1960, quando a situação se desbloqueia, graças ao desenvolvimento das telecomunicações, da infraestrutura rodoviária, do consumo e da maior amplitude no intercâmbio com as demais regiões do país, estimulado pela industrialização e pela modernização da sociedade e do Estado brasileiro. Nesse momento, presencia-se um segundo padrão de ocupação urbana, caracterizado pelos programas governamentais de ocupação e colonização dirigida, atendendo ao chamado institucional dos governos militares de ocupação de terras vazias existentes na Amazônia. E, assim, a região recebeu massivos contingentes de populações nordestinas e sulistas, com o intuito de assegurar sua própria sobrevivência, pela dinâmica do extrativismo, o que contribuiu sobremaneira para mudar a fisionomia das cidades nessa região.

De modo a demonstrar historicamente a determinação urbana nas cidades amazônicas e suas principais consequências, arrolamos de forma periodizada alguns de seus principais fatos no Quadro 1:

Quadro 1 - Fatos históricos e determinantes no crescimento das cidades na Amazônia – Séculos XIX, XX e XXI.

ANO/ PERÍODO	SITUAÇÃO DAS CIDADES	CONTRIBUIÇÃO/ DETERMINAÇÃO
1850	Crescimento populacional – imigração intra e extrarregional	Maior contribuição demográfica nordestina; Incentivos pelo Programa de Colonização Agrícola (PA e AM).
1852-1877	Ocupação nordestina na Amazônia	Fundação de povoados na foz do Purus, Codajás e Lábrea (AM).
1854-1908	Imigração e contribuição estrangeira	Estradas de Ferro Madeira-Mamoré e Belém-Bragança. Espanhóis e portugueses: centros urbanos – comércio. Ingleses: portos, energia, telefonia, telegrafia, saneamento. Alemães, americanos, franceses: comercialização e crédito. Sírio-Libaneses: comércio de regatão.
1911-1818	Colapso na economia gomífera	Quebra do monopólio e queda na exportação da Amazônia. Fechamento de seringais e migração para os centros urbanos. Desemprego, racionamento, epidemias e outros
1939-1945	Crescimento moderado - Segunda Guerra Mundial	Japão detém 95% da produção e aliados dependem do látex da Amazônia para indústria bélica. Nova imigração nordestina - “soldados da borracha”.
1945-1950	Estagnação econômica pós-Segunda Guerra	Imigrantes retornam aos locais de origem (nordeste entre-secas). Mortalidade por doenças: malária e tuberculose.
1951-54	Governo Getúlio Vargas	Modelo de desenvolvimento: Integração Econômica da Amazônia. Criação da SPEVEA. Povoamento: estímulo à imigração nacional e estrangeira.
1955-59	Governo Juscelino Kubitschek	Modelo de desenvolvimento: introduz a Amazônianas formas de acumulação capitalista (abertura da Fronteira Norte). Plano de Metas: assegura a ocupação territorial da Amazônia. Construção da rodovia Belém-Brasília. Reestruturação do espaço: formação de uma rede urbana. Formas espaço-ambientais: desequilíbrios ecológicos e sociais, intensa urbanização e degradação da qualidade de vida.
1970	Governo militar - Plano de Integração Nacional	Desenvolvimento extensivo do capitalismo e integração da Amazônia à economia nacional. Colonização dirigida; incentivos fiscais a grandes empresas. Apropriação monopolista da terra: atividades mineradoras, madeireiras, agropecuárias. Deslocamento da população excedente dos grandes centros para a Amazônia (desempregados, subempregados) Fluxo migratório e crescimento populacional nas áreas urbanas: Inchaço nos grandes centros urbanos; Processo de favelização em grande escala; Desequilíbrios espaço ambientais e conflitos urbanos.
1970-1990	Instalação de Grandes Projetos Econômicos na Amazônia: Programa Grande Carajás, Hidrelétrica de Tucuruí, Projeto de Alumínio Albras-Alunorte, Projeto de Exploração da Bauxita em Trombetas, Projeto de exploração da pecuária intensiva etc.	Período marcado por intensa expulsão dos trabalhadores das áreas rurais na Amazônia, inchaço populacional das cidades, sobretudo nas capitais. Consolidação da malha rodoviária. Aumento das áreas urbanas, com o crescimento das médias e pequenas cidades e surgimento de núcleos urbanos e novas cidades, especialmente as denominadas “company-towns”.
1990-2000	Ampliação dos projetos econômicos na Amazônia: ampliação da exploração mineral, do agronegócio da soja e da pecuária intensiva. Edição do PAC, Energia, Infraestrutura Urbana e Social, Instalação da Hidrelétrica de Belo Monte em Altamira (PA)	Estruturação das grandes cidades como estratégia de divulgação da Amazônia. Cidades como lugar da gestão de serviços. Investimento em grandes projetos urbanos com aporte financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) nas cidades-capitais, como os casos de Belém e Manaus. Estruturação urbana nas cidades próximas aos projetos econômicos e programas de infraestrutura instalados nas cidades amazônicas.

Fonte: Elaborado por: Cruz, Sá e Silva (2010), com base em Santos (1980); Castro, Hebette (1989); Rodrigues (1996); Emmi (1999); Castro (2006, 2008).

Todos esses acontecimentos foram determinantes para o processo de aceleração da urbanização na região, provocando o surgimento de várias cidades e explosivo adensamento populacional das já existentes e possibilitando a instalação de diversos tipos de infraestrutura urbana e social, tais como estradas, rodovias, pavimentação de ruas, energia elétrica, iluminação pública, escolas, universidades etc. Assim, foi se consolidando a estrutura de uma Rede Urbana sob a forma dendrítica²², que, no entanto, sofre mutações e hoje é formada a partir de múltiplos circuitos. Nessa região, Santos (2005) demonstra que Belém (uma de suas principais capitais), já no século XIX alcançou 50.064 pessoas e em 1900 se posicionava entre as cinco capitais mais populosas do Brasil, com 96.560 habitantes. Enquanto que Manaus, nesse primeiro ano do século XX, estava com 50.300 habitantes, juntamente com outras quatro capitais.

Para Santos (2005), a urbanização brasileira seguiu uma lógica em que os nexos econômicos necessários se deram sob uma articulação entre a economia agrícola e a recente industrialização, e consistiu numa ferramenta tecnológica e política determinante para a acumulação capitalista, por meio do movimento industrial nacional²³. Dentre suas afirmações, Santos (2005) assinala que:

[...] até a Segunda Guerra Mundial é nos estados em que a atividade extrativa é predominante que a parcela da população vivendo nas capitais é maior. Após os anos 1930, novas condições políticas e organizacionais permitem que a industrialização conheça, de um lado, uma nova impulsão, vinda do poder público e, de outro, comece a permitir que o mercado interno ganhe um papel, que se mostrará crescente, na elaboração, para o país, de uma nova lógica econômica e territorial, materializada pela industrialização (SANTOS, 2005, p. 28-30).

Embora na região amazônica o fenômeno da industrialização não tenha se dado na mesma proporção em que aconteceu nas regiões Sul e Sudeste do país, não podemos deixar de considerar que esse fenômeno exerceu forte influência

²² A rede dendrítica refere-se à rede urbana que se estruturou ao longo do vale do Amazonas e de seus afluentes, tomando a configuração de uma rede urbana simples, de caráter dendrítico, cujas características são: a existência de uma cidade primaz, que concentra a maior parte dos fluxos comerciais; excessivo número de pequenos centros urbanos indiferenciados entre si; ausência de centros intermediários intersticialmente localizados; drenagem de recursos que privilegia a cidade primaz (TRINDADE JÚNIOR, 1998, p. 2).

²³ Sobre essa questão, Warren Dean (1977), ao discorrer sobre “a Industrialização durante a República Velha”, demonstra claramente que nesse período a transição para industrialização da economia exigiu uma aliança entre os representantes da economia agrária e a nova classe industrial. Para esse autor, “a elite agrária frequentemente condescendia em estabelecer alianças com a nova classe industrial, e os industriais frequentemente adquiriam terras, não só para rematar a sua busca de integração vertical, mas também para tentar atingir o nível máximo de status cujo sentido já traziam de sua terra natal e tornavam a encontrar no Brasil” (DEAN, 1977, p. 275).

sobre as cidades amazônicas, principalmente a partir dos anos 1970, com a abertura de rodovias, como a Belém-Brasília, que tinham como preocupação precípua a ligação das regiões industrializadas à Amazônia, como fonte de matérias-primas e um potencial mercado consumidor. Estas rodovias também viabilizaram fluxos migratórios intensos, estimulados pelas promessas governamentais de acesso a terras abundantes e de fácil acesso, cujos efeitos sobre as cidades foram catastróficos, dada a falta de infraestrutura e serviços coletivos para atender a uma demanda crescente.

Por esse motivo, torna-se impossível não associar o crescimento das cidades amazônicas ao movimento de industrialização²⁴ nacional, sobretudo no que tange ao fenômeno da urbanização. Segundo Santos (2008, p. 31), entre 1940 e 1980, o Brasil vive uma “verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira”, com um aumento da taxa de urbanização que passa de 26,35% em 1940 para 68,86% em 1980. Entre 1950 e 1991, a população urbana brasileira atinge uma taxa de 77% da população total. Ou seja, entre os anos 1940-1980, o Brasil vive uma

Verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira, com um aumento da taxa de urbanização que passa de 26,35% em 1940 para 68,86% em 1980. Ao mesmo passo que entre 1950 e 1991 a população urbana atinge uma taxa de 77% da população total brasileira. Nota-se que o crescimento da taxa urbana se dá paralelamente ao aumento total da população brasileira. Ou seja, à medida que a população total aumentava, crescia o número de pessoas vivendo nas áreas urbanas das cidades brasileiras, o que contribuiu para a diminuição da população rural²⁵, embora a população agrícola se mantivesse estabilizada quantitativamente (SANTOS, 2005. p. 31).

Para o autor, esse fenômeno se deveu ao fato de que no contexto da urbanização das cidades durante o século XX, quando a “população agrícola torna-se maior que a rural exatamente porque uma parte da população agrícola formada por trabalhadores do campo estacionais é urbana por sua residência, complicando ainda mais o prisma de análise da relação campo-cidade” (SANTOS, 2005, p. 36).

²⁴ Industrialização vista como [...] processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se terceirização) e ativa o próprio processo de urbanização (SANTOS, 2005, p. 29).

²⁵ Sobre essa questão, ver também Dean (1977); Silva (1990); Suzigan (1986) dentre outros.

O impulso dado à industrialização no Brasil fez com que as cidades passassem por profundas transformações ao longo do século XX, permitindo se constituírem em centros de atração e polaridade para significativas proporções de trabalhadores vindos do campo. Nesse período, passou-se a ter uma cidade em que ora acolhia os trabalhadores agrícolas em busca de trabalho e melhores salários na indústria, ora a população se mantinha no trabalho agrícola, mas fixando residência na área urbana²⁶.

A lógica da industrialização no século XX, vista como processo social complexo, possibilitou a formação de um mercado nacional, num esforço para equipar o território para integrá-lo expandiu o consumo sob formas diversas e estimulou a vida social, ativando o próprio processo de urbanização. Essa fase mais intensiva da urbanização no Brasil impulsionou as cidades a buscarem investimentos políticos e tecnológicos, o que as tornou, contraditoriamente, territórios privilegiados de disputas e fortes tensionamentos sociais.

Assim é que para Santos (2005. p. 9), neste século (XXI), alcançamos a “urbanização da sociedade e a urbanização do território”. Depois de ser “litorânea” (a partir dos anos 1960), a urbanização tornou-se praticamente generalizada, evolução contemporânea da fase atual de macrourbanização e metropolização²⁷. Para esse autor, “a urbanização se avoluma e a residência dos trabalhadores agrícolas é cada vez mais urbana” e cada vez mais segregada. Convive-se nos dias atuais com situações de maior complexidade e de maior profundidade, onde as contradições se tornam latentes.

A urbanização assumiu características diferentes neste século, uma vez que o seu processo encontra-se em fase de consolidação, buscando tornar-se modelo de civilidade para todas as cidades do planeta, no contexto do capitalismo globalizado e, assim, constituir-se em sistemas citadinos. Diferentes autores²⁸ têm apontado, na atualidade, uma nova redefinição das relações sociais, dada à capacidade inovadora da divisão técnica e social do trabalho.

²⁶ Esse debate pode ser visto também em Davis (2006, p. 13-31), já mencionado no trabalho, quando o mesmo discorre sobre o “O climatério urbano”.

²⁷ Para o autor, o perfil urbano se torna complexo, com tendência à onipresença da metrópole, através de múltiplos fluxos de informação que se sobrepõem aos fluxos de matéria e são o novo arcabouço dos sistemas urbanos.

²⁸ Tais como Santos (2000), Santos e Silveira (2002), Lojkine (1991), Harvey (1993; 1995) e Ramos (2002).

A produção social do espaço urbano também se revoluciona; a cidade passa a representar um elemento-chave nesse processo de transição revolucionária, em direção a um novo modo de produção. Ela alcança seu esplendor sociopolítico nessa atual fase da mundialização do capital, impondo-se como novo espaço produtivo e/ou de decisões políticas (RAMOS; BARBOSA, 2002, p. 101).

Sob essa perspectiva, a cidade aprofunda as contradições geradas ainda na fase do capital industrial de modelo fordista, em que os aparatos infraestruturais possibilitaram criar as condições necessárias à acumulação capitalista na sociedade moderna, revelando na dimensão territorial os antagonismos entre capital e trabalho e, por consequência, manifestando os impactos nas condições de vida das classes sociais existentes, expondo cada vez mais os níveis de fragmentação e segregação social inerentes a uma sociedade de classes.

Após a fase industrial fordista, a cidade passa a ser o lugar aonde as forças produtivas vão se desenvolver de maneira mais intensificada, à medida que as inovações tecnológicas se apresentam de maneira mais sofisticada, dando origem a novos conflitos pela disputa entre as relações capital e trabalho na cidade, materializada não só pelas novas tecnologias, mas também pelos meios de comunicação mais modernos e mais velozes, que têm contribuído para alterar consideravelmente o processo produtivo, tanto em relação ao trabalho quanto em relação à gestão empresarial.

Assim, a cidade chega ao século XXI:

[...] como polo organizador dos complexos sistemas sociais, a cidade centraliza as condições materiais e imateriais que possibilitam o crescimento econômico e a produção industrial, além das outras modalidades da produção, como a cultural ou espacial, que ocorrem em seu território. Por outro lado, inseridas em regiões, nações e continentes, as cidades formam uma rede de relações cidadinas, dinamizando o fluxo de informações que potencializa e desencadeia novas formas de organização societal, cada vez mais sob o domínio da produção imaterial que articula modos de 'territorialização' e 'desterritorialização' da produção e, conseqüentemente do mercado (RAMOS; BARBOSA, 2002, p. 103-104).

A consequência desse fenômeno de mundialização do capital, de forma contraditória, contribui para uma maior fragmentação da produção, que se dissemina entre os territórios mais favoráveis. Enquanto para os territórios menos favoráveis representados por países periféricos como o Brasil, as cidades se tornaram o lugar dos efeitos perversos do "movimento contraditório das inovações tecnológicas", uma vez que nas cidades de países periféricos faltam instalações ideais para desenvolver

as condições gerais da produção, tornando o acesso aos circuitos produtivos e ao mercado cada vez mais distante, fazendo com que as cidades, sobretudo as de países periféricos,

[...] Apresentem um grau acentuado na estratificação e segmentações sociais, dos diversos setores sociais que materializam a vida urbana. Nelas a reprodução da lógica conflituosa entre capital e trabalho gera uma hierarquização extremamente complexa, acomodando cada categoria social a espaços físicos e a condições sociais equacionadas por sua condição de classe (RAMOS; BARBOSA, 2002, p. 106).

No caso do Brasil, as cidades se modernizaram por meio de uma urbanização desigual, do ponto de vista regional e do ponto de vista de suas condições infraestruturais. Aonde a cidade obteve maior investimento do Estado em suas infraestruturas, ali ela se urbanizou mais rapidamente, alargando e ampliando simultaneamente os vetores geradores de desigualdades e segregação social. Foi o caso das cidades das regiões Sul e Sudeste, nas primeiras décadas do século XX; das regiões Centro-Oeste e Nordeste, a partir da segunda metade do século XX e da região Norte, que até os dias atuais se encontra em processo de urbanização e desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

Na fase atual do capitalismo globalizado, as cidades reafirmam seu papel preponderante nesse processo, uma vez que seu território ocupa um lugar privilegiado para a mercantilização das relações sociais. O território agora assume outra lógica, para além de sua simples evolução física e demográfica. Em tempos de globalização,

[...] os territórios tendem a uma compartimentação generalizada, onde se associam e se chocam o movimento geral da sociedade planetária e o movimento particular de cada fração, regional ou local, da sociedade nacional (RAMOS; BARBOSA, 2002, p. 106).

No Brasil, esse processo se expressa por meio da modernização da agricultura, cientificizada e mundializada, que se constitui em tendência e elemento essencial ao entendimento de que no país constituem a “compartimentação e a fragmentação atuais do território” (RAMOS; BARBOSA, 2002).

Agora os processos de fragmentação e segregação assumem uma dinâmica diferenciada porque ela não é apenas de cunho socioterritorial, elas são também de caráter econômico²⁹. “Ao contrário dos fenômenos da

²⁹ Historicamente, o conceito segregação foi utilizado pelas ciências sociais na explicação das desigualdades geradas pelo capitalismo de modelo fordista, uma vez que nas cidades onde o

urbanização capitalista, de tipo clássico, hoje se podem observar processos de 'desindustrialização'³⁰, relacionados às novas formas de valorização, em face da concorrência internacional generalizada" (RAMOS; BARBOSA, 2002, p. 104).

Nesse sentido, de forma contraditória, "ocorrem processos de fragmentação da produção, que se espalha entre os territórios mais favoráveis" (RAMOS; BARBOSA, 2002, p. 105). Na Amazônia, esses fenômenos se revelam, de forma contraditória, a partir da tecnificação da agricultura, da especialização em exportação de bens primários (principalmente madeira e minério); da reafirmação da política de zonas francas, da industrialização nas cidades portadoras de altíssimo teor minerário, da metropolização x desmetropolização, da inserção de suas metrópoles no circuito internacional do turismo ecológico e do avanço da urbanização caótica³¹.

3.1 A PRODUÇÃO DAS CIDADES E SUA METROPOLIZAÇÃO: BELÉM E MANAUS

Somente a partir da década de 1950 é que a Amazônia, seguindo o processo de industrialização e urbanização no Brasil, passa a ser integrada mais intensivamente às demais regiões, através de programas, projetos e políticas do Estado brasileiro. Listam-se aqui as políticas de colonização dirigida, os incentivos à ocupação espontânea, a criação de órgãos garantidores das políticas centrais como Superintendência da Amazônia (SUDAM), o Banco da Amazônia (BASA) e a Zona Franca de Manaus (ZFM), os incentivos fiscais, a redefinição das formas de ocupação de terras, entre outras. Tais medidas tiveram significativa repercussão na

capitalismo se originou enquanto modo de produção tornou-se visível, sobretudo as diferenciações residenciais definidoras das aglomerações urbanas constituídas no território. Assim, o conjunto de desigualdades passou a ser explicado pelos conceitos de segregação 'socioespacial', 'segregação social' ou 'segregação socioterritorial'. Nos dias atuais os estudos apontam também a importância de se levar em consideração os aspectos étnico-raciais, sexuais, de gênero e econômicos, com vistas ao processo da globalização.

³⁰ Para os autores referenciados, o movimento de retração de grandes espaços fabris decorre na principalmente do impacto da revolução informacional, da flexibilização do trabalho, da automação dos processos de trabalho e do comando político-administrativo, realizado agora pela via da microeletrônica, tornando o capital mais ágil, encurtando as distâncias e buscando formas de investimento que deem retorno mais rápido do investimento realizado.

³¹ Conforme Santos (2005), [...] Com diferença de grau e de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. Seu tamanho, região em que se inserem etc. são elementos de diferenciações, mas, em todas elas, problemas como os do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde são genéricos e revelam enormes carências [...] (SANTOS, 2005, p. 195).

reorganização territorial das cidades de Belém e Manaus que passaram a ocupar um novo lugar na urbanização brasileira, o lugar de novas fronteiras urbanas³².

O surgimento de Belém e Manaus data do século XVII e, de acordo com vários estudos³³ sobre a região, tiveram seu crescimento condicionado a um modelo econômico que teve na exploração dos recursos naturais³⁴ a sua centralidade econômica e política, como já destacamos no tópico anterior. Essas cidades apresentam características semelhantes no que tange aos aspectos fisiográficos, possuindo estreita relação com as águas, uma vez que se localizam às margens de rios, banhadas pelas águas do rio Amazonas, tornando-as mais atrativas econômica e culturalmente. A cidade de Belém está localizada na confluência dos rios Guamá e Pará (Baía do Guajará), enquanto que Manaus³⁵ encontra-se banhada pelo rio Negro, conforme podemos observar nos Mapas 3a-b.

³² Ao analisar a urbanização recente da Amazônia, Trindade Júnior (1998), destaca que “um dos componentes que marcaram esse processo de configuração de uma fronteira econômica no espaço amazônico foi o grau de urbanização de seu território, revelando taxas de crescimento superiores ao que foi verificado em nível nacional” (TRINDADE JÚNIOR, 1998, p. 50).

³³ Vários são os estudos sobre as cidades de Belém e Manaus e a importância que exercem para o desenvolvimento regional amazônico. São estudos que procuram compreender e explicar as diferentes faces históricas, econômicas, sociais e culturais que essa região apresenta, destacando-se em âmbito nacional. Assim, é relevante citar: Santos (1980); Pinto (1992); Abelém (1988); Léna e Oliveira (1991); D’Incao e Silveira (1994); Monteiro (1994); Rodrigues (1996); Trindade Júnior (1997); Trindade Júnior (1998); Rodrigues (1998); Sarges (2000); Trindade Júnior e Rocha (2002); Pereira (2003); Nunes, Hatoum (2005); Bentes (2005); Trindade Júnior e Silva (2005); Castro (2006); Cardoso (2006); Costa, Valente, Rodrigues e Machado (2006); Scherer e Oliveira (2006); Mesquita (2006); Dias (2007); Almeida e Santos (2008); Trindade Júnior e Tavares (2008); Bernal (2009); Carvalho (2009); Castro (2009); Scherer, Oliveira (2009); Scherer (2009); Silva (2009); Bolle, Castro e Vejmelka (2010); Antonaccio (2010); Araújo e Léna (2010); Silva (2010); Silva (2010); Simonian (2010); Silva (2010); Mendes, Prost e Castro (2011); Aquino (2012) e outros.

³⁴ Vale a pena citar a exploração econômica das drogas do sertão, o primeiro grande *boom* da borracha, os efeitos econômicos do pós-guerra e a primeira experiência de reforma urbana, tudo isso em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX. Foram eventos econômicos e políticos que exerceram forte influência sobre a dinâmica físico-territorial das cidades dessa região, sobretudo Belém e Manaus.

³⁵ Para Santana e Scherer (2009), a cidade de Manaus sempre apresentou um forte vínculo com as águas. O Forte de São José do Rio Negro, estrategicamente construído em 1669, à beira do rio Negro e que deu origem à cidade e às suas primeiras ruas, está na área da orla manauara (SANTANA; SCHERER, 2009, p. 221).

Mapas 3a-b - Localização das Cidades: a) Belém; b) Manaus.



Fonte: Google (2012). Acesso em: 16 abr. 2012.

A localização territorial dessas cidades às margens dos rios se constituiu em estratégia para a circulação de mercadorias, desde o período mercantilista, mas também facilitou o acelerado e desordenado processo de ocupação populacional até os dias atuais. Acelerado em função da rapidez com que essas cidades cresceram demograficamente, consequência da fixação de grupos, empresas e instituições que foram instaladas de maneira desordenada, institucionalmente falando, com vistas à aceleração da geração de capitais para a região e para o país, à custa da degradação da natureza e dos recursos específicos e próprios à sobrevivência humana da Amazônia.

Assim, a cidade de Belém tornou-se, em fins do século XIX, o lugar de passagem para a comercialização das mercadorias extraídas de suas áreas rurais e exportadas para o restante do país e para outros países, adentrando o século XX com novas necessidades. Weinstein (1985) e D'Araújo (1992), ao discorrerem sobre o crescimento das cidades na Amazônia apontam os fatores determinantes que levaram Belém e Manaus a despontarem como as principais metrópoles da Região Norte nesse período. Assim, as autoras afirmam:

[...] Belém era uma cidade mais antiga, maior, mais habitável, e sua localização, para uma economia inteiramente orientada para mercados estrangeiros, era ideal. Uma vez que o Pará era a província pioneira na produção da borracha, seu porto principal era o lar natural para as numerosas firmas comerciais envolvidas com o setor extrativo, bem como para os vários bancos, companhias de seguros, estabelecimentos

varejistas, escritórios de advocacia e consulados, que atendiam às necessidades da comunidade mercantil. [...] O resultado combinado de um *boom* na atividade de exploração da borracha e de uma máquina estatal ávida por transformar a cidade em um centro de atrações foi uma deslumbrante adição para a longa lista de 'cidades-boom' brasileiras..." (WEINSTEIN, 1985, p. 221-222).

[...] Desde que a região deixou de ser um alvo para a catequese e o aldeamento de populações indígenas, a conquista territorial passou a ser feita por meio da seringueira, para a qual se voltavam migrantes do Nordeste e, busca da realização do sonho de enriquecimento rápido e de breve retorno às antigas paragens [...] Em meio a essa economia extrativista, mercantilista e adversa ao povoamento, à fixação do homem e à produção agrícola. Belém e Manaus concentraram então não só a distribuição da produção, como também a maior parte de vida social, econômica, administrativa e política daquele vasto território (D'ARAÚJO, 1992, p. 42).

Essas duas cidades passaram a assumir lugar de destaque para o crescimento da economia regional, e mesmo para as escalas nacionais e internacionais, em que o modelo econômico se sobrepôs às demais dimensões da sociedade, determinando as relações sociais na Amazônia. Sendo assim, os recursos naturais assumiram um papel preponderante no planejamento governamental, permitindo a formulação de inúmeros projetos econômicos que tinham como objetivo principal estimular e somar no processo de industrialização nacional a partir da extração dos recursos naturais, abundantes na Amazônia, e, gerar novas divisas para o capital em formação. Para D'Araújo (1992), [...] O crescimento do capital e do poder à custa da ecologia e da população da Amazônia é uma forma clássica de imperialismo, e não faz diferença se os benefícios vão para as potências estrangeiras ou para outras regiões do Brasil (D'ARAÚJO, 1992, p. 41).

A partir dessa perspectiva, no período que reúne os anos das últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, a Amazônia foi sendo ocupada de forma acelerada, tendo na "demolição da floresta" e na "escravização da mão de obra" os seus principais pilares para o planejamento e o desenvolvimento regional, culminando com o período militar-autoritário. [...] A velocidade com que vários projetos foram impostos à região foi, sem dúvida, obra do autoritarismo. O conteúdo desses projetos não foi, entretanto, tão inovador. As preocupações que orientaram esse avanço estavam traçadas desde antes: colonização, capitalização, comunicações, defesa das fronteiras etc. (D'ARAUJO, 1992, p. 41).

Para Trindade Júnior (1998, p. 2-3), tornou-se emblemático falarmos de uma política de integração nacional em que as vias rodoviárias se constituíram elementos fundamentais no processo de redefinição do espaço regional e dos espaços urbanos

da Amazônia, além do processo de metropolização da cidade Belém, ocorrido mais precisamente nos anos 1960, quando da inauguração da Rodovia Belém-Brasília, contribuindo inicialmente para o aumento populacional, não só de Belém, mas da região amazônica. Manaus passa a fazer parte da rede de estradas por meio das rodovias Cuiabá-Porto Velho-Manaus, que se completava com a saída para o Caribe através da estrada Manaus-Boa Vista (OLIVEIRA; SCHOR, 2008. p. 72).

Vale salientar que o aumento populacional foi intenso e o crescimento das cidades em sua dimensão urbana aprofundou o fenômeno iniciado em fins do século XIX, em que a Amazônia chega aos anos 1990 com um crescimento populacional nas áreas urbanas de 485%, índice maior que o nacional, como se observa na Tabela 1.

Tabela 1 - Crescimento Populacional Urbano no Brasil e na Amazônia Legal (1960/1991).

UNIVERSO	CRESC. POP. URBANO TOTAL (1960/1991)		CRESC. POP. URBANO NA SEDE MUNIC.(1960/1991)	
	Absoluto	%	Absoluto.	%
BRASIL	78.884.888	246,59%	69.979.075	245,20%
AMAZÔNIA LEGAL	7.525.373	485,08%	7.059.209	509,15%

Fonte: Trindade Júnior (1998).

Outro momento de acelerado crescimento demográfico ocorrido nas duas cidades, intensificado nos anos 1980 e 1990, está relacionado à forma como as mesmas se inseriram no mercado nacional e internacional da economia capitalista. No caso de Belém, o crescimento foi associado ao fato de que no Pará há uma vinculação direta da situação de exploração da Amazônia, com a forma de como a RMB³⁶ se estrutura, em função dos projetos econômicos voltados à exploração mineral e energética localizadas no estado do Pará. Na Amazônia Oriental, projetos minerais e energéticos deixaram para Belém a posição de entreposto de serviços e de concentração de população de baixa renda (CARDOSO et al., 2007).

³⁶ Região Metropolitana de Belém (RMB), criada pela Lei Complementar do governo federal nº 14, de 8 de junho de 1973, com dois municípios: Belém e Ananindeua. Atualmente a RMB é composta por seis municípios. A RMB é composta por cinco municípios, sendo que Belém é o principal aglomerado urbano, constituído por dois conjuntos fisiográficos: uma área continental e um conjunto insular com mais de 40 ilhas. No período que decorre os anos 1990 a RMB sofreu uma série de redefinições com a incorporação dos municípios de Marituba, Benevides e Santa Bárbara. Em 2010, por meio da Lei complementar 72/2010, se incorporou o município de Santa Izabel do Pará. Segundo o Censo 2010, a RMB apresenta uma população total de 2.106.322 habitantes, destes, quase a sua totalidade encontra-se em áreas consideradas urbanas.

A cada projeto que se instala no sudeste³⁷ do Pará, observa-se como reflexo imediato um aumento expressivo da informalidade no mercado de trabalho e, conseqüentemente, no processo de ocupação do espaço urbano, sem que o mesmo fosse dotado de infraestrutura e planejamento capazes de fazer frente ao processo de ocupação em curso nas cidades próximas ao local de implantação dos projetos³⁸, provocando forte êxodo rural na região, deslocando imensos contingentes populacionais para Belém, que com status de capital do Pará, sempre possuiu maior e melhor infraestrutura urbana, e, portanto, tornando-se atrativa, principalmente para grandes massas de trabalhadores sem trabalho e sem lugar para morar.

Manaus, desde sua origem, também foi assentada sobre a área ribeirinha de um “sistema de colinas suaves”³⁹ e teve seu contingente populacional aumentado em decorrência do apogeu econômico proporcionado pela exploração da borracha na Amazônia. Assim, em 1910, Manaus contava com uma população de 50.000 habitantes e sua estrutura urbana ampliada, sobretudo em relação aos aparelhos de saneamento, educação e cultura.

Essa cidade viveu um clima de prosperidade e crescimento populacional até os anos 1920⁴⁰, quando ocorreu certa estagnação no seu crescimento demográfico, consequência do impacto da queda da produção e dos preços da borracha. Passada a primeira década do século XX, Manaus transforma radicalmente sua fisionomia territorial e a cidade moderna que viveu o glamour da *Belle Époque*, enfrenta, a

³⁷ A região sudeste do Pará, composta por XX municípios, é uma das que mais recebeu modificações territoriais, pois no cerne da urbanização como estratégia de desenvolvimento das cidades na Amazônia, nessa microrregião a instalação de grandes projetos econômicos, tais como o projeto hidrelétrico de Tucuruí e o Programa Grande Carajás (PGC) iniciados na década de 1980 se constituíram em fio condutor para o processo de (des) territorialização dos trabalhadores rurais que sem terra e trabalho no campo foram forçados a assalariarem sua mão de obra nas áreas urbanas das médias e pequenas cidades ou mesmo migrarem para a principal metrópole do Pará, que é Belém. E, assim, alterando as formas de trabalho, moradia e de vida da população na região sudeste e no Pará como um todo. Sobre essas questões, buscar aprofundamento em Castro e Hebette (1989), Almeida (1991), Emmi (1999) e outros.

³⁸ Essa questão está relacionada ao processo de ocupação da região sudeste pelos grandes projetos econômicos do agronegócio da agricultura, pecuária e da mineração, que tornou as terras dessa região cobiçadas por grandes grupos econômicos que, em nome do desenvolvimento, desarticularam diferentes formas de relações sociais e culturais nessa região, como foi o caso da agricultura de subsistência, a propriedade da terra – motivo de inúmeros conflitos pela posse da terra agrícola, expondo os trabalhadores rurais ao risco de vida, dada a intensidade de mortes no campo, tal como ocorreu em 1996 com os 19 trabalhadores rurais assassinados na curva do “S”, município de Eldorado de Carajás.

³⁹ Expressão utilizada por Burns (1966) e por Hatoum (2005).

⁴⁰ [...] Somente no estado do Amazonas é que a população aumentou nesse período, passando de 363.166 habitantes em 1920, para 438.008 em 1940. Tal aumento se explica pelo fato de as populações que viviam no Acre e nos Altos Rios demandarem Manaus e a calha do grande rio para fugir da crise (FONSECA, 1998, p. 208).

partir da segunda metade do mesmo século, novas intervenções econômicas e políticas e as demandas vão se avolumando, sem que se vislumbre superação em curto prazo. Assim:

[...] O acanhado núcleo urbano deu lugar a uma cidade planejada, construída a partir de um projeto racional e pretensamente eficiente. Nesse projeto não houve uma integração do espaço urbano com a natureza; ou seja, alguns igarapés que cortavam o centro da antiga cidade foram aterrados; além disso, nenhum trecho da floresta foi transformado em bosque ou parque, como ocorreu em Belém. O projeto desse urbanismo transplantado separou a cidade de seu entorno, e essa separação ainda hoje é visível e sentida. [...] A grande transformação da cidade ocorreu durante a administração do governador Eduardo Ribeiro⁴¹ (1892-1896) e foi ampliada por seus sucessores (HATOUM, 2005, p. 52).

Observa-se, então, que a cidade de Manaus sempre esteve atenta às reformas urbanísticas, com um planejamento voltado para a extinção de rios e igarapés dando lugar às ruas, avenidas, praças, comércio etc., tal como aconteceu na cidade de Belém, sobretudo, a partir dos anos 1967, quando o poder público, em suas diferentes escalas, viu a necessidade de garantir infraestrutura que atendesse às demandas da única grande Zona Franca⁴² instalada na Amazônia à época, passando a experimentar novamente uma nova espécie de *boom*.

Foram e são muitas as mudanças que atingiram e atingem a região, em que a transumância é permanente entre os diferentes lugares, com forte êxodo rural, consequência de um planejamento que se pautou pela modernização das relações tradicionais existentes, em que a (des)territorialização do trabalhador rural ganhou fortes significados. Rodrigues (1996) ao analisar o espaço-ambiente da cidade de Belém fala de um

[...] Vigoroso processo de afluxo populacional do campo, particularmente das áreas de fronteira de expansão, para as cidades, onde encontram-se fenômenos como o inchamento dos grandes centros urbanos da região; o incremento de um processo de favelização em larga escala, os desequilíbrios

⁴¹ [...] No caso de Manaus, o governador Eduardo Ribeiro construiu e urbanizou um espaço desprovido de indústrias, cuja riqueza foi gerada pela economia extrativista, ameaçada e logo minada pela concorrência britânica. [...] Certamente Manaus dividiu – e ainda divide – as glórias de metrópole com Belém, mas esta já era o centro irradiador cultural e econômico da Amazônia bem antes do ciclo da borracha. A perplexidade dos que passaram por Manaus no começo do século 20 reflete uma visão contrastante entre o pequeno núcleo urbano e a cidade planejada. Paul Walle, em 1908, comparou o ‘grande burgo’ de vinte anos atrás com a ‘cidade recentemente construída... Atualmente (1908) é um grande centro de navegação e comércio (HATOUM, 2005, p. 58).

⁴² [...] A Zona Franca de Manaus foi instituída legalmente pela Lei Federal nº 3.173, de 6 de junho de 1957. Como parte da ‘Operação Amazônia’, em 1967, a Zona Franca de Manaus foi reformulada pelo Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que viabilizou a sua implantação, deixando de ser um ‘entrepósito aduaneiro’ para tornar-se uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais’ (RIBEIRO FILHO, 2004, p. 26-27).

espaço-ambientais e conflitos urbanos entre outros, passariam a ter destaque, incidindo conseqüentemente na qualidade de vida da população, de forma bastante negativa para aqueles que tendo suas formas tradicionais de sobrevivência desestruturadas (os povos naturais da região), ou os que chegando apenas com sua força de trabalho e o sonho com um reinício promissor (milhares de imigrantes) têm que, nas condições mais adversas, construir novas formas de realização da reprodução social de sua existência, enquanto classes que enfrentam uma verdadeira metamorfose em termos de relações sociais de produção (RODRIGUES, 1996, p. 37).

Nesse contexto de mudanças, Belém e Manaus despontam como cidades que fazem parte do mesmo contexto histórico e político em que se insere a região amazônica, apresentando semelhanças em seus processos de constituição, povoamento e urbanização, o que gerou forte impacto sobre o crescimento populacional das duas cidades, conforme se verifica na Tabela 2.

Tabela 2 - Evolução da população das cidades de Belém e Manaus (1960-2010).

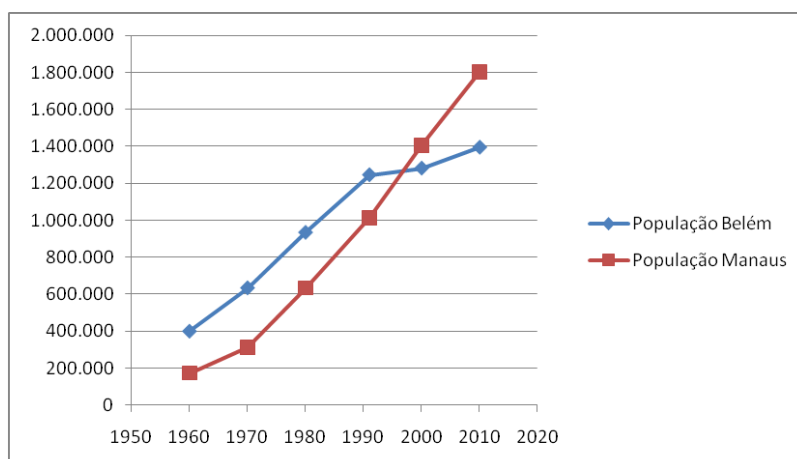
Cidades	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Belém	399.222	633.374	933.322	1.244.689	1.280.614	1.393.399
Manaus	173.703	311.622	633.392	1.011.501	1.405.835	1.802.014

Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Sandra Cruz e Welson Cardoso.

Percebe-se que até os anos 1970, Manaus tinha apenas metade da população de Belém, a maior cidade regional. Dez anos depois, já estava com quase 70%, e em 1990 atingiu mais de 80%. Nesse período, a relação entre os estados do Amazonas e do Pará foi exatamente inversa: em 1970 a população do Amazonas equivalia a 44% da do Pará, decrescendo para 42% e 41% em 1980 e 1990, respectivamente. A consequência é que Manaus foi concentrando parcelas cada vez maiores da população de seu estado: 32% em 1970, 44% em 1980 e 48% em 1990 (CRUZ, 1994). Nos dias atuais, a cidade abriga 1.802.525 habitantes, segundo o censo do IBGE (2010). Esses dados passaram a fazer parte dos fatores explicativos do processo de urbanização nessa cidade.

As duas cidades chegam ao ano 2010, entretanto, com uma diferença no crescimento populacional mais acentuada entre elas. Ou seja, em termos absolutos, Manaus tem 410.494 habitantes a mais que Belém, pois Manaus possui 1,8 milhão de pessoas e Belém 1,39 milhão. Em termos percentuais, a população de Belém representa aproximadamente 25% da população do estado do Pará e Manaus tem uma população que representa 75% dos habitantes do Amazonas, o que significa uma diferença expressiva do crescimento demográfico de Manaus em relação a Belém, como se verifica no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Evolução populacional de Belém e Manaus (1960-2010).



Fonte: IBGE (2010). Organizado por: Welson Cardoso.

É notório que entre os anos 1960 e 1980 – períodos após a implantação da ZFM – a cidade de Manaus teve um incremento de mais de 200% em sua população. Por volta de 1990, a cidade atingiu 1.400.000 habitantes, alcançando a cidade de Belém, para anos depois ultrapassá-la. Os dados de população demonstram que embora as duas cidades tenham passado por processos semelhantes de formação socioeconômica, percebe-se que no século XXI começaram a vivenciar fenômenos que contribuíram para aprofundar e evidenciar as suas particularidades urbanas, principalmente em relação aos aspectos demográficos.

No caso de Belém, após o processo de acelerado crescimento demográfico, a cidade vive uma nova dinâmica em seu comportamento populacional com baixa expansão demográfica, em decorrência da formação da rede urbana das cidades que conformam a RMB e das denominadas “cidades médias”, perdendo de certo modo a sua centralidade urbana.

Ao realizar uma análise sobre os dados de população do estado do Amazonas, Souza (2009) constata que o aumento da concentração da população do Amazonas em um único município, neste caso na capital de Manaus deve-se às intensas correntes migratórias de diferentes origens na década de 70. Para esta autora, [...] a concentração da população do Amazonas em Manaus (zona urbana) está relacionada com a concepção de desenvolvimento da Amazônia imposta à região, que sempre previu a urbanização e a metropolização das capitais, a exemplo de Belém (SOUZA, 2005, p. 101-107).

[...] Essa dinâmica da população possibilitou-lhe em 1980 concentrar grande parte da população do estado do Amazonas, sendo elevada, na década de 1990, à posição de metrópole da Amazônia Ocidental e a partir do ano 2000 assumiu a posição peculiar de cidade-estado (SOUZA, 2005, p. 34).

Como consequência dessas medidas de cidade, em que Belém e Manaus ao serem incluídas no circuito do desenvolvimento regional a partir de programas elaborados pelo governo federal, especialmente nos anos de 1960-1980, assumiram um novo lugar na geografia política do país, uma vez que as duas cidades alcançaram rapidamente elevadas taxas de urbanização, tornando-se metrópoles altamente adensadas populacionalmente e urbanizadas do ponto de vista da infraestrutura adequada às necessidades da acumulação capitalista.

O processo de urbanização das áreas territoriais de Belém e Manaus faz parte da orientação política que tem na urbanização a medida necessária para o avanço da modernidade capitalista na região amazônica, possibilitando cada vez mais o avanço da fronteira nacional e internacional e a expansão das áreas territoriais das metrópoles amazônicas, sobretudo Manaus. Sobre esse aspecto, Santos (2005) chama atenção que em regiões como a Amazônia se implantou uma “infraestrutura nova, totalmente a serviço de uma economia moderna, já que em seu território eram praticamente ausentes as marcas dos precedentes sistemas técnicos” (SANTOS, 2005, p. 68).

Neste sentido, Belém chega ao ano 2010 com 99,2% de sua população total residindo em áreas consideradas urbanas e Manaus chega com 99,5%, distribuídos em dimensões territoriais bastante desproporcionais, como se pode observar na Tabela 3. Ou seja, vislumbra-se que na cidade de Belém o contingente populacional se “amontoa” em uma área territorial de 1.059 km², gerando uma alta densidade demográfica. Enquanto que Manaus, ao contrário, tem 1.802 milhões de habitantes distribuídos em uma extensa área territorial, cuja densidade demográfica está em torno de 158,10 hab/km².

Tabela 3 - População de Belém e Manaus por situação de domicílio, área territorial e densidade demográfica – 2010.

Municípios	Urbana	%	Rural	%	Total	Área territorial	Densidade Demográfica
Belém	1.380.409	99,1	11.924	0,9	1.393.399	1.059 km ²	1.314,48 hab/km ²
Manaus	1.792.881	99,5	9.133	0,5	1.802.014	11.401 km ²	158,10 hab/km ²

Fonte: IBGE (2010), Elaboração: Sandra Cruz, Welson Cardoso.

A densidade demográfica dessas cidades incide sobre o acesso ou não aos serviços oferecidos, principalmente em relação à moradia, trabalho e serviços sociais. Pois, à medida que as áreas territoriais vão sendo ocupadas aumenta a disputa pela apropriação e pelo acesso aos bens e serviços ofertados, como em toda grande cidade. Sobre a dinâmica de aumento populacional das metrópoles amazônicas e, em particular em relação a Manaus, Silva (2010), em importante estudo publicado na obra *“Migrantes em contextos urbanos”* também associa o fenômeno do inchaço populacional de Manaus ao movimento migratório decorrente da instalação do polo industrial em fins do século XX e a demanda por serviços coletivos, especialmente saúde e educação, praticamente inexistentes no interior do Amazonas. Para esse autor:

[...] Manaus, a capital do Amazonas, que concentra mais da metade da população do Estado e o polo industrial mais importante da Região Norte, aparece nas representações dos migrantes como o lugar das oportunidades de trabalho e de uma ampla rede de serviços, entre eles, os de saúde e de educação (SILVA, 2010, p. 153).

Os estudos que buscam explicar os processos de migração ocorridos no *hinterland* amazônico apontam as medidas de desenvolvimento do capitalismo como o fator determinante para o nível de mobilidade interna, principalmente em direção às suas metrópoles. Nessa asserção, é fundamental ratificar que tanto no Amazonas como no Pará o fator da migração interna à região é responsável pelo adensamento de suas metrópoles. Tem-se, então, que em Belém até os anos 2000, o papel desempenhado de principal entreposto comercial atraía inúmeros trabalhadores em busca de trabalho, educação e serviços de saúde, principalmente, haja vista que no interior do Pará a infraestrutura e os equipamentos coletivos são escassos ou insuficientes.

Em Manaus, além desse fator, a tentativa de se ter uma zona franca como medida de desenvolvimento regional atraiu inúmeros trabalhadores de territórios interestaduais e intermunicipais. Um dos efeitos de grande proporção foi da instalação da Zona Franca de Manaus (ZFM) com relação ao crescimento populacional, à expansão urbana da cidade com o surgimento de novos bairros em direção à zona leste e o aprofundamento dos níveis de pobreza, que contradiz com a política de industrialização propagada pela ZFM. Para Oliveira; Schor (2008):

[...] Antes de 1967 o impacto na espacialidade urbana foi insignificante, porém a partir dessa data, além da área de livre-comércio, foi instalado o Distrito Industrial, baseado especialmente na montagem de componentes da indústria de eletroeletrônica (OLIVEIRA; SCHOR, 2008, p. 75).

Importantes estudos de Oliveira (2010) e Costa (2010) revelam que em decorrência da expansão da fronteira agrícola e da crise dos garimpos do vale do Tapajós os moradores dos municípios paraenses que acompanham o circuito dos rios afluentes do rio Amazonas são os que mais recorrem aos serviços oferecidos pela cidade de Manaus, revelando que os paraenses que se encontram no Noroeste do estado estreitam suas relações socioeconômicas com o Amazonas e não com a capital do Pará. O que pode ser um dos fatores explicativos para a diminuição do crescimento populacional de Belém, o que não elimina a importância que essa cidade possui em âmbito regional e nacional.

Assim, é importante ressaltar que a cidade de Belém despontou como metrópole da Amazônia, tornando-se região metropolitana ainda nos anos 1970, conforme já verificamos no presente capítulo. E, Manaus, embora tenha acompanhado o movimento de expansão urbana no mesmo espaço de tempo que Belém, só foi reconhecida como metrópole da Amazônia Ocidental nos anos 1990, e tornou-se região metropolitana⁴³ em 2007. Assim, a RMB chega em 2010 com 2.101.883 habitantes e a RMM com 2.106.322 habitantes, conforme a Tabela 4.

Tabela 4 - População residente, por situação do domicílio, segundo as Regiões Metropolitanas e os municípios - 2010.

Regiões Metropolitanas e Municípios	Total	Situação do Domicílio	
		Urbana	Rural
Belém - PA	2 101 883	2 036 787	65 096
Ananindeua	471 980	470 819	1 161
Belém	1 393 399	1 381 475	11 924
Benevides	51 651	28 912	22 739
Marituba	108 246	107 123	1 123
Santa Bárbara do Pará	17 141	5 458	11 683
Santa Isabel do Pará	59 466	3 000	16 466
Manaus - AM	2 106 322	1 975 896	130 426
Careiro da Várzea	23 930	1 000	22 930
Iranduba	40 781	28 979	11 802
Itacoatiara	86 839	58 157	28 682
Manacapuru	85 141	60 174	24 967
Manaus	1 802 014	1 792 881	9 133
Novo Airão	14 723	9 499	5 224
Presidente Figueiredo	27 175	13 001	14 174
Rio Preto da Eva	25 719	12 205	13 514

Fonte: Sinopse do Censo Demográfico 2010. Elaboração: Sandra Cruz.

⁴³ A Região Metropolitana de Manaus possui oito municípios e foi instituída pela Lei Complementar Estadual nº 52, de 30 de maio de 2007.

Esse processo, entretanto, traz elementos de singularidades, uma vez que o adensamento populacional e a expansão territorial de Belém teve início ainda nos anos 1950, com a ligação entre Belém e Brasília por meio da malha rodoviária. Enquanto que em Manaus esse processo é mais recente, devido à intensificação de sua urbanização. Assim, os dados das regiões metropolitanas revelam que a configuração urbana de Belém enfrenta o fenômeno denominado por Santos (2005) de “involução metropolitana”, pois na RMB percebe-se um crescimento populacional positivo, do mesmo modo que se verifica uma dispersão demográfica em direção às cidades que compõem essa área metropolitana. No caso de Manaus, o fenômeno é inverso, uma vez que os municípios que estão no “entorno”⁴⁴ dessa cidade e fazem parte da região metropolitana, têm baixo crescimento populacional, com significativa concentração demográfica na metrópole de Manaus.

Isso pode ser compreendido à luz do que Santos (2005) explica acerca dos fenômenos de “metropolização e desmetropolização” que caracterizam a urbanização brasileira contemporânea. Segundo esse autor:

[...] Houve tempo em que se podia tratar a rede urbana como uma entidade onde as cidades se relacionavam segundo uma hierarquia de tamanho e de funções. Esse tempo passou. Hoje, cada cidade é diferente da outra, não importa o seu tamanho, pois entre as metrópoles também há diferenças. [...] antigas metrópoles regionais tornam-se metrópoles nacionais pela maior amplitude de suas relações econômicas. É uma nova maneira de ser metrópole incompleta, que inclui o fato de serem extremamente diferenciadas entre si. [...] Esse é um fenômeno novo na geografia e na urbanização do Brasil. Este novo período consagra também uma redistribuição das classes médias no território, e, de outro lado, uma redistribuição dos pobres, que as cidades maiores são capazes de acolher. [...] Por outro lado, as cidades de porte médio passam a acolher maiores contingentes de classe média, caracterizando um fenômeno paralelo de **metropolização e desmetropolização**, pois ao mesmo tempo crescem cidades grandes e cidades médias (SANTOS, 2005, p. 58-60).

Em dissertação de mestrado intitulada “*Movimentos Sociais e construção do espaço urbano em Belém: o bairro da Sacramento*”, Cruz (1994) ao se apoiar teoricamente em Gootidiener (1993), apontou uma tendência de “desconcentração”⁴⁵

⁴⁴ A título de esclarecimento, a expressão “entorno” é empregada a partir da definição pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) do “Território Manaus e Entorno”, durante a elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Manaus e Entorno. O Território Manaus e Entorno é composto por 13 municípios com perfil rural, em sua maioria. “Excetuando Manaus, Itacoatiara e Iranduba, os municípios do território possuem população inferior a 30.000 hab.” (BRASIL, 2006).

⁴⁵ Para Gootidiener (1993), desconcentração se refere “ao aumento absoluto de população e à densidade de atividades sociais em áreas fora das tradicionais regiões citadinas e dos centros populacionais”. Além do que o processo de desconcentração “implica tanto um movimento socioeconômico que sai das cidades centrais mais antigas para áreas mais afastadas - ou descentralização - quanto ao surgimento de aglomeração tipo cidade e a formação de densidade

da urbanização na Amazônia, à medida que o crescimento de suas metrópoles estava ocorrendo paralelamente ao crescimento de cidades menores, nucleadas ou polarizadas por grandes projetos econômicos instalados na região desde os anos 1960. Ou seja, “a expansão da fronteira econômica no interior do Pará e o crescimento de pequenas e médias cidades fora da órbita da capital **desconcentrou** a polarização que antes havia em torno de Belém” (CRUZ, 1994).

Nesse contexto, as cidades de Belém e Manaus enfrentam um processo de desmetropolização e metropolização, respectivamente. Com Belém vivenciando o fenômeno de desmetropolização, em função do desempenho populacional e econômico das cidades da RMB e das médias cidades no estado do Pará, e com Manaus experimentando o fenômeno da metropolização, com altíssima concentração demográfica nessa capital e o esvaziamento das demais cidades da RMM e do interior do estado do Amazonas.

3.1.1 Determinações socioeconômicas e expansão da fronteira urbana na Amazônia: Belém e Manaus

A Amazônia tem sido apontada correntemente como a última fronteira econômica no Brasil. Em âmbito mundial essa região é vista como rica e abundante em recursos naturais, significando estratégia econômica para o processo de acumulação capitalista. De maneira secular, atravessando desde o século XVI até o período atual a Amazônia experimenta formas de intervenção econômica que se utilizam sobremaneira dos recursos existentes nessa região, sem que se leve em consideração as formas econômicas e culturais prevalentes em seu território, ignorando a sua diversidade enquanto dimensão inerente às especificidades que ela apresenta em nome do crescimento econômico e do desenvolvimento sustentável. A existência de uma fauna e flora não muito conhecidas, o trabalho realizado por homens e mulheres do campo, indígenas e quilombolas são realidades completamente ignoradas por programas e projetos que visam o desenvolvimento, salvo nos casos em que o Estado encontra mobilizações e movimentos de resistência às tentativas de exploração ditadas pela dinâmica capitalista.

social em áreas afastadas - ou concentração”, podendo ser o caso do processo vivenciado pela cidade de Belém e demais cidades do estado do Pará.

Paula (2008), ao analisar a acumulação de Capital na Amazônia a apresenta como “inesgotável reservatório de recursos naturais e de geração de super-lucros, como espaço, recorrentemente, mobilizado como plataforma de acumulação primitiva de capital⁴⁶ (APC) desde o ciclo sistêmico de acumulação holandês, no século XVII” (PAULA, 2008, p. 17). Para esse autor, simultaneamente à reestruturação produtiva e à crise do capitalismo internacional, “surgem duas formidáveis fronteiras capazes de garantir um novo ciclo de APC: a China e a Amazônia” (PAULA, 2008, p. 23). No caso da Amazônia,

[...] fizeram parte do processo de APC tanto as formas do trabalho e comercialização da produção extrativista da Amazônia nos séculos XIX e XX, como também as variadas modalidades de *frentes pioneiras* que as atividades agropecuárias, madeireiras e mineratórias assumiram na Amazônia (PAULA, 2008, p. 25, grifos do autor).

Essa tentativa de ter a região amazônica como parte da estratégia mundial de acumulação capitalista coloca as cidades de Belém e Manaus no centro das atenções, haja vista que sendo as principais metrópoles da região, nelas se localizam a infraestrutura necessária ao consumo de mercadorias e à circulação financeira de capitais. Elas se constituem centros de negócios no âmbito regional e assim, contribuem para os processos econômicos que acontecem nas cidades circunvizinhas no interior do Pará e do Amazonas, especialmente em decorrência da malha viária e portuária existente e que facilitam a exportação dos recursos extraídos. Neste sentido, a análise sobre o desempenho socioeconômico das metrópoles de Belém e Manaus não pode perder de vista que ambas se localizam no contexto da acumulação capitalista.

As medidas de caráter econômico e político, desencadeadas na Amazônia exerceram forte pressão sobre o desempenho socioeconômico de Belém e Manaus, durante principalmente a segunda metade do século XX. A política de integração nacional e a política de ocupação dirigida por meio da colonização e de incentivos fiscais creditícios facilitaram de forma simultânea o povoamento da região e a instalação de grupos econômicos interessados em explorar os recursos naturais em abundância. Assim, os anos 1970 foram determinantes para a inserção dessas cidades no contexto nacional.

⁴⁶ O autor utiliza o conceito de Acumulação Primitiva do Capital com base nos escritos de Marx publicado n'O Capital, Livro 1 de 1968.

Reforçando essa perspectiva, Mahar (1978, p. 15-46) afirma que desde o começo do século XX até o fim da II Guerra Mundial as políticas públicas para a Amazônia preocuparam-se quase exclusivamente com a exploração das enormes reservas de borracha natural da região, imprimindo na região um “modelo de planejamento que fez mais para restringir o desenvolvimento regional do que promovê-lo”. Nos anos subsequentes, a atenção voltou-se para a “necessidade de se acabar com o isolamento da Amazônia pela criação de uma infraestrutura nos subsetores Transporte e Comunicações”. Criou-se a SPVEA e, em seguida, um conjunto de leis editadas pela “Operação Amazônia”, que objetivou uma “política de industrialização substitutiva de importações, baseada num elenco de incentivos fiscais e creditícios à iniciativa privada”. O período 1970/75 foi caracterizado pela ocupação dirigida e pela integração nacional que, se os resultados ainda não são muito claros, evidenciou-se, contudo, um processo de ocupação, integração e desenvolvimento econômico que só contribuiu para acelerar a destruição da fauna e da flora regional, além de estimular o aumento desordenado da urbanização, aprofundando os níveis de desigualdade social na Amazônia, originados ainda em fins do século XVIII e início do século XX.

Levando em consideração que as duas cidades em questão apresentam diferenciações em sua política econômica, com Belém apresentando uma estrutura socioeconômica determinada pela dinâmica do setor de serviços e comércio, enquanto que Manaus está subsumida formalmente pelo setor industrial da economia, é evidente que os produtos gerados estão relacionados com tais dinâmicas e que determinam a composição econômica das duas cidades.

A partir da composição econômica de Belém, com ênfase no Setor de Serviços e na Indústria da Construção Civil, essa cidade apresenta nos dias atuais uma economia que se configura por um PIB de aproximadamente R\$ 16.526.989,00; com 83,7% dos trabalhadores auferindo rendas salariais entre zero a dois salários mínimos. Já a cidade de Manaus⁴⁷ que tem uma composição econômica determinada pelo setor industrial de componentes eletroeletrônicos na linha de montagem, chegou em 2009 com PIB de R\$ 40.486.107,00; mas com 84,1% de sua população auferindo renda de zero a dois salários mínimos, como se pode verificar nas Tabelas 5 e 6 e Gráfico 2.

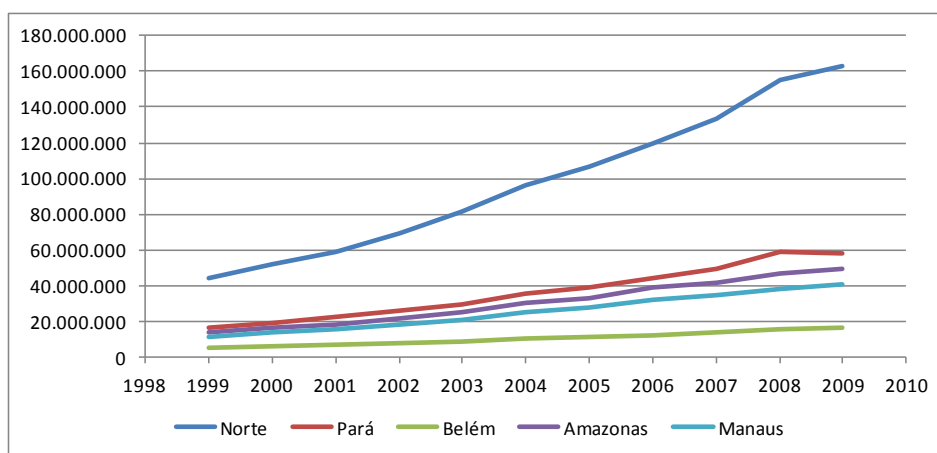
⁴⁷ Segundo o diagnóstico feito pelo MDA, no ano de 2006, para a elaboração do PTDRS-Manaus e Entorno, “em Manaus, o polo industrial voltado principalmente para a produção de bens duráveis de consumo, seguido pelo setor de serviços com 40%, responde por 57% do PIB estadual” (MDA, 2006).

Tabela 5 - Evolução do Produto Interno Bruto a preços correntes na Região Norte, Pará, Amazonas, Belém e Manaus (valores absolutos - mil reais).

Região, Unidade da Federação e Município	Ano										
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Norte	44.417.659	51.705.786	59.074.119	69.309.957	81.199.581	96.012.341	106.441.710	119.993.429	133.578.391	154.703.433	163.207.956
Pará	16.503.979	19.050.189	22.321.459	25.659.111	29.754.565	35.562.846	39.121.138	44.369.675	49.507.144	58.518.557	58.401.830
Belém	5.425.421	6.464.402	6.970.829	7.780.911	8.838.679	10.348.720	11.277.478	12.520.258	13.842.632	15.286.066	16.526.989
Amazonas	13.933.920	16.749.755	18.050.363	21.791.162	24.977.170	30.313.735	33.352.137	39.156.902	42.023.218	46.822.569	49.614.251
Manaus	11.337.538	14.094.080	15.196.719	17.777.937	20.597.351	25.466.981	27.517.836	31.801.795	34.384.768	38.028.945	40.486.107

Fonte: IBGE (2009).

Gráfico 2 - Evolução do Produto Interno Bruto a preços correntes na Região Norte, Pará, Amazonas, Belém e Manaus (mil reais).



Fonte: IBGE (2009).

A evolução do PIB apresentada na Figura 5 resulta de alguns eventos, dentre os quais se podem destacar a crise financeira internacional de 2008 que incidiu sobre a economia nacional e regional no ano de 2009. Para o IBGE (2011),

O fluxo líquido de capitais privados destinados a economias emergentes e em desenvolvimento, que em 2007 havia sido de US\$ 694,7 bilhões e que caíra para US\$ 230,3 bilhões no ano seguinte, manteve-se neste patamar e totalizou US\$ 236,6 bilhões em 2009. O comércio internacional de bens e serviços, que de 2004 a 2008 apresentava expansão anual média de 7,5%, em volume, teve queda de 10,9% em 2009 (IBGE, 2011, p. 12).

A crise financeira de 2008 emerge, portanto, como o principal fator de oscilação do crescimento econômico no Brasil, constatando-se que o crescimento do PIB na Região Norte, no período de 2000 a 2004, oscilou entre 14,25% e 18, 24% com destaque para o estado do Pará que em 2001 manteve-se em crescimento, oscilando entre 14,95% e 19,52%, enquanto que o Amazonas, Manaus e Belém apresentaram queda em seus PIB's 7,75%, 7,82% e 7,83% respectivamente, conforme a Tabela 6.

A oscilação do crescimento econômico no Brasil deve ser compreendido no âmbito da crise econômica global que desde os anos 1970 vem se aprofundando e se expandindo para nações desenvolvidas como é o caso dos Estados Unidos – onde tudo começou –, Japão, China, países nórdicos, europeus, sul-africanos e sul-americanos. Todos passaram a vivenciar os efeitos da crise econômica que segundo Harvey (2011),

[...] Esta foi sem dúvida, a mãe de todas as crises. No entanto deve ser vista como o auge de um padrão de crises financeiras que se tornaram mais frequentes e mais profundas ao longo dos anos, desde a última grande crise do capitalismo no anos 1970 e início dos anos 1980. [...] Houve centenas de crise financeiras ao redor do mundo desde 1973, em comparação com as muito poucas entre 1945 e 1973, e várias destas foram baseadas em questões de propriedade ou desenvolvimento urbano. [...] Não há, portanto, nada de original no colapso atual, além do tamanho e alcance. Também não há nada de anormal sobre seu enraizamento no desenvolvimento urbano e mercado imobiliário (HARVEY, 2011. p. 13-16).

Evidencia-se, assim, que a crise econômica recente atinge mais rapidamente os países em que o desenvolvimento urbano encontra-se mais avançado. No Brasil, os programas sociais editados desde 2006 cumprem o papel de arrefecer os efeitos da crise sobre a nação. Localizam-se aí os programas econômicos e sociais que visam estimular a indústria automobilística, de eletroeletrônicos, construção civil e o setor imobiliário, buscando dessa forma assegurar o equilíbrio econômico entre a produção e o consumo, elemento-chave da produção capitalista.

A repercussão dessa política de enfrentamento da crise fez com que, no período que compreende 2005 a 2008, o crescimento econômico na Região Norte oscilasse entre 10,85% e 15,81%. Neste período o estado do Pará também se destaca com melhor desempenho do PIB, uma vez que apresentou oscilação entre 10,01% e 18,20%, o Amazonas teve um PIB com oscilação 7,32% e 17,40%, Belém 8,97% e 11,02%, enquanto que Manaus 8,05% e 15,57%.

Enquanto que em 2009, no estado do Pará houve um decréscimo no PIB - 0,2% e crescimento relativamente baixo no estado do Amazonas 5,95%, município de Manaus 6,45% e destaque para Belém que cresceu um pouco mais 8,12% registrando um dos melhores índices de 2009, o crescimento do PIB da Região Norte foi de apenas 5,5%, conforme se apresenta na Tabela 6.

Tabela 6 - Evolução do Produto Interno Bruto a preços correntes na Região Norte, Pará, Amazonas, Belém e Manaus (percentuais).

Região, Unidade da Federação e Município	Ano										
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Norte	100,00	16,41	14,25	17,33	17,15	18,24	10,86	12,73	11,32	15,81	5,50
Pará	100,00	15,43	17,17	14,95	15,96	19,52	10,01	13,42	11,58	18,20	-0,20
Belém	100,00	19,15	7,83	11,62	13,59	17,08	8,97	11,02	10,56	10,43	8,12
Amazonas	100,00	20,21	7,76	20,72	14,62	21,37	10,02	17,40	7,32	11,42	5,96
Manaus	100,00	24,31	7,82	16,99	15,86	23,64	8,05	15,57	8,12	10,60	6,46

Fonte: IBGE (2009). Elaboração: Welson Cardoso.

Mesmo num cenário de crises internacionais e nacionais, no âmbito da região Norte, os estados do Pará e do Amazonas e suas respectivas capitais apresentam índices positivos de evolução do PIB que, nos últimos dez anos, cresceram mais de 200%. Destacando-se que no âmbito estadual, o Amazonas e Pará praticamente se equiparam, pois apresentam um crescimento de 256,07% e 253,87% respectivamente, e no âmbito municipal, Manaus sobressai com crescimento no período de 257,1% enquanto que Belém cresceu 204,62%, como pode se observar na Tabela 7.

Tabela 7 - Evolução percentual do Produto Interno Bruto a preços correntes na Região Norte, Pará, Amazonas, Belém e Manaus.

Região, Unidade da Federação e Município	Ano										
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Norte	100,00	16,41	33,00	56,04	82,81	116,16	139,64	170,15	200,73	248,29	267,44
Pará	100,00	15,43	35,25	55,47	80,29	115,48	137,04	168,84	199,97	254,57	253,87
Belém	100,00	19,15	28,48	43,42	62,91	90,75	107,86	130,77	155,14	181,75	204,62
Amazonas	100,00	20,21	29,54	56,39	79,25	117,55	139,36	181,02	201,59	236,03	256,07
Manaus	100,00	24,31	34,04	56,81	81,67	124,63	142,71	180,50	203,28	235,43	257,10

Fonte: IBGE (2009). Elaboração: Welson Cardoso.

No contraponto dessa evolução econômica em âmbito municipal, estadual e regional, as cidades de Belém e Manaus apresentam uma situação de pobreza extrema que impõe a tarefa e o desafio de se buscar explicações e soluções para o quadro de penúria da maioria de sua população. Pois, somado a esses indicadores Belém apresenta ainda um índice de Gini de 0,43 e Manaus desponta com um 0,49 na escala de 0-1, de acordo com os dados do Quadro 2.

Quadro 2 - Comparativo do Índice de GINI entre Belém e Manaus.

CIDADE	ÍNDICE DE GINI
Belém	0,43
Manaus	0,49

Fonte: IBGE, Mapa da Pobreza e Desigualdade, 2003.

Tais fatores econômicos tornam nítidas as contradições socioeconômicas em ambas as cidades. Pois, como explicar níveis de renda salarial muito baixo em uma cidade como Manaus que possui um parque industrial, responsável pelo desenvolvimento socioeconômico regional? Em Belém, os índices de baixa renda da maioria da população se explicam pela composição da economia que se restringe ao setor de serviços e comércio, mas que não justifica níveis tão baixos de renda salarial. Ao aproximarmos a “lente” de análise percebe-se que 45,7% e 46,4% da população de Belém e Manaus respectivamente recebem renda entre zero e meio salário mínimo o que demonstra que cerca da metade da população destas metrópoles se encontra em condição de pauperização urbana, conforme pode se verificar na Tabela 8.

Tabela 8 - Rendimento nominal mensal da população de 10 anos ou mais Belém e Manaus.

Classes de renda	Belém	%	Manaus	%
Sem declaração	550	0,0	107	0,0
Sem rendimento	491.043	41,3	639.284	43,4
Até 1/2 de salário mínimo	52.399	4,4	44.424	3,0
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	273.114	23,0	279.967	19,0
Mais de 1 a 2 salários mínimos	178.112	15,0	276.130	18,7
Mais de 2 a 5 salários mínimos	116.436	9,8	158.264	10,7
Mais de 5 a 10 salários mínimos	50.675	4,3	51.459	3,5
Mais de 10 a 20 salários mínimos	19.033	1,6	17.204	1,2
Mais de 20 salários mínimos	6.821	0,6	6.744	0,5
Total	1.188.183	100	1.473.583	100

Fonte: IBGE (2010).

A concentração de riqueza aliada à massa salarial ajuda a explicar os níveis de desigualdade social existentes nas duas metrópoles, além de demonstrar as contradições inerentes às duas cidades, porém, com maior ênfase para Manaus, uma vez que nessa cidade os dados socioeconômicos colocam em questão o papel

da ZFM de gerar empregos e garantir desenvolvimento ao estado do Amazonas e, conseqüentemente, à Manaus. Embora a diferença entre as duas cidades seja pequena do ponto de vista percentual total, chama a atenção que diferentemente de Belém, que é uma cidade essencialmente de serviços e comércio, Manaus – uma cidade industrializada – apresenta significativa e maior taxa na faixa de zero salário (Tabela 8), subentendendo-se que o contingente populacional que se encontra nesse patamar sobrevive principalmente da economia informal em Manaus.

Os níveis de concentração de renda vistos nas metrópoles amazônicas estão associados ao padrão estabelecido historicamente pela dinâmica da economia capitalista mundial e que na contemporaneidade resulta das mudanças que ocorreram no âmbito da produção, alterando as relações de trabalho, inauguradas pela industrialização e pelo modelo fordista. No “Seminário Internacional sobre Desenvolvimento”⁴⁸, ocorrido em março de 2009, Pochmann buscou demonstrar que o nível de concentração de renda aumenta no mundo, assumindo níveis de desigualdade insuportáveis. Para ele:

[...] é importante lembrar que a concentração de renda no planeta está atingindo limiares absolutamente obscenos. Os 20% mais ricos se apropriam de 82,7% da renda. Como ordem de grandeza, os dois terços mais pobres têm acesso a apenas 6%. A concentração de renda é absolutamente escandalosa, e nos obriga ver de frente tanto o problema ético, da injustiça e dos dramas de bilhões de pessoas, como o problema econômico, pois estamos excluindo bilhões de pessoas que poderiam estar não só vivendo melhor, como contribuindo de forma mais ampla com a sua capacidade produtiva (POCHMANN, 2009).

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2008⁴⁹, as cidades da região Norte são as que percebem menores rendimentos salariais no contexto nacional. Em termos regionais, em 2008, o rendimento médio mensal real dos domicílios que auferem renda foi de R\$ 1.968,00, registrando ganho de 2,8% em relação ao ano de 2007, quando o rendimento foi de R\$1.915,00. Foi observado o aumento do rendimento médio real domiciliar em todas as regiões brasileiras: Norte (1,4%); Nordeste (4,2%); Sudeste (2,5%); Sul (2,0%) e Centro-Oeste

⁴⁸ O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), órgão consultivo da Presidência da República, coordenou o Seminário Internacional sobre Desenvolvimento, realizado nos dias 05 e 06 de março de 2009, em Brasília/DF.

⁴⁹ A PNAD constitui-se em levantamento realizado pelo IBGE para acompanhar o desempenho dos indicadores sociais em âmbito nacional a partir de amostras das unidades domiciliares fixadas nos municípios que compõem as regiões metropolitanas. Nesse sentido, os dados publicados em 2008 referem-se ao ano de 2007, bem como são dados agregados dos municípios paraenses que a compõe.

(5,5%). A Região Nordeste registrou o menor valor para o rendimento domiciliar (R\$ 1.299,00) e o Centro-Oeste, o maior (R\$ 2.352,00). Regionalmente, a distribuição de renda no país continua desigual: metade das famílias nordestinas vivia com até R\$ 214,00, enquanto no Sudeste o rendimento mediano era de R\$ 441,00.

Na cidade de Belém as relações de trabalho, por exemplo, são determinadas por um mercado formal, cuja base econômica é composta predominantemente pelos setores de serviços e de comércio, além do mercado informal, que nas últimas décadas vem aumentando, tornando-se necessária a compreensão das relações de trabalho no contexto da mundialização ou globalização dos mercados, uma vez se constituem processos impactantes nas escalas local e global. Para Druck (2007), a partir das duas últimas décadas do século XX uma nova conjuntura histórica se ergue num quadro de crise do capitalismo, segundo a qual:

[...] trata-se de um momento marcado pela mundialização fundada na hegemonia da “lógica financeira”, que ultrapassa o terreno estritamente econômico do mercado e impregna todos os âmbitos da vida social, dando conteúdo a um novo modo de trabalho e de vida (DRUCK, 2007, p. 7-8).

É com essa perspectiva que vislumbramos a conjuntura econômica e social nas cidades amazônicas, em que Belém e Manaus assumem a centralidade de cidades que sofrem os impactos gerados por essa “nova conjuntura histórica”. Mesmo considerando os resultados positivos dos indicadores que apontam melhora no mercado de trabalho no estado do Pará, a cidade de Belém convive com as contradições disseminadas pelos efeitos da globalização e da última crise financeira, seja em relação ao acesso a postos de trabalho, seja em relação às condições de vida, em suas múltiplas dimensões.

Para o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos do Pará (DIEESE-PA), mesmo com os problemas relacionados aos efeitos da última crise financeira, que abalou a produção capitalista em escala mundial, o emprego formal no estado do Pará apresentou crescimento na última década, ou seja, no período de 2000-2009. Os setores que impulsionaram este crescimento foram a indústria de transformação⁵⁰, o de serviços, o comércio

⁵⁰ Segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal produzida pelo IBGE, em 2008, no estado do Pará 'o indicador mensal [da indústria] revelou uma expansão de 6,6%, maior resultado desde fevereiro de 2007 (8,2%), mostrando a expansão tanto na indústria extrativa (8,9%) como na de transformação (4,3%). Na primeira, sobressaem os avanços nos itens minérios de ferro e de manganês. Na indústria de transformação, as quatro das seis atividades pesquisadas registram crescimento na produção, com destaque para madeira (17,8%) e celulose e papel (12,5%), impulsionadas pelo aumento na produção, principalmente, de madeira serrada e de celulose,

e a indústria da construção civil. O saldo positivo na década chega a 173 mil postos de trabalhos. Em Belém, o saldo positivo foi de 7.002 postos de trabalho no período de 2000-2009, conforme demonstra a Quadro 3.

Quadro 3 - Mapa do emprego formal no município de Belém - 2009.

Município	ANO 2009 (Jan./Dez.)					
	Postos de Trabalho			Proporção Município vs Estado		
	Admissão	Desligamento	Saldo	Admissão	Desligamento	Saldo
Belém	89.591	82.589	7.002	35,14%	33,36%	94,88%

Fonte: DIEESE-PA (2009).

Apesar do saldo positivo apontado pelo mercado formal de trabalho, o desemprego tem avançado em uma velocidade bem maior, aliado ao crescimento vegetativo da População Economicamente Ativa (PEA) e ao problema do nível de renda muito baixo. Entre os estados da região Norte, o Pará é o que tem, em média, a menor renda, com 35% dos ocupados percebendo salários de até um salário mínimo.

Na atualidade, o mercado informal não se caracteriza apenas pela mão de obra composta por pessoas que desenvolvem suas atividades de forma autônoma, pois a influência exercida pela mundialização do capital e pelas determinações do modelo político neoliberal, algumas mudanças ocorreram no sentido de favorecer a heterogeneidade desse mercado informal, assimiladas tanto pelos representantes do setor privado, quanto pelo setor público. Neste sentido, a flexibilização das relações de trabalho passa a ser materializada também pela informalidade nos processos de trabalho, contribuindo para aprofundar os níveis de precarização. Para Antunes:

[...] pautado pela *subsunção real do trabalho* ao mundo maquínico, seja pela vigência da máquina-ferramenta autômata ou informacional-digital, este trabalho relativamente formalizado vem sendo substituído pelos mais distintos e diversificados modos de informalidade e precarização, de que são exemplo os *trabalhos atípicos*, os trabalhos terceirizados (com sua enorme gama e variedade), o 'cooperativismo', o 'empreendedorismo', o 'trabalho voluntário' etc. (ANTUNES, 2010, p.12).

A reflexão feita por esse autor ajuda a entender os motivos pelos quais o Estado brasileiro, após a adesão ao Consenso de Washington, em 1989, edita um conjunto de

respectivamente. Por outro lado, a única pressão negativa veio de alimentos e bebidas (-2,1%), sobretudo em função do recuo na fabricação de refrigerantes. A taxa anualizada, índice acumulado nos últimos doze meses, mesmo com avanço de 2,4% em janeiro de 2008, confirma a clara trajetória de desaceleração iniciada em janeiro de 2007 (14,2%)”.

leis⁵¹ de incentivo à criação de diversos empreendimentos autônomos, como forma de substituir a inserção de trabalhadores no mercado de trabalho do setor público, ao mesmo tempo em que diversas empresas do setor privado passaram a contratar trabalhadores sem a utilização da legislação trabalhista exigida, transformando trabalhadores formais em informais. A precarização das relações de trabalho, com fortes características de instabilidade aponta, segundo Druck (2007, p. 7-8), “nos planos objetivo e subjetivo, a ruptura dos laços e dos vínculos, tornando os trabalhadores vulneráveis e numa condição social fragilizada ou de ‘desfiliação’ social”.

No caso específico de Belém, além dos elementos apontados em relação ao desempenho do mercado de trabalho, não podemos deixar de lado a relação que esses fatores possuem com a questão da renda salarial, enquanto fator que define o acesso ou não à infraestrutura urbana, que deveria possibilitar a melhoria nas condições de moradia. Deve-se considerar ainda que as faixas salariais apontadas são referentes ao mercado formal e informal de trabalho, considerando-se, inclusive, que o seu contingente de trabalhadores no mercado informal é bem maior do que no mercado formal.

Verifica-se assim, que embora tenha ocorrido uma mudança no comportamento do mercado de trabalho formal no país nessa última década, no que tange ao rendimento salarial, as mudanças foram pequenas e não conseguem alterar os níveis de desigualdades regionais. Nesse contexto, as questões sociais se ampliam na região amazônica e a questão da moradia se torna elemento representativo, imediato e estrutural da segregação social, dado o modelo de desenvolvimento e os níveis de desigualdade gerados.

O fato de se ter mais vagas no mercado de trabalho em Belém, não significa melhoria nas condições de trabalho, pois a grande quantidade de trabalhadores vivendo de rendas salariais inferiores não contribui para a melhoria nas condições de moradia. Um aspecto que chama a atenção quando se observa as faixas de renda; é o fato de que o investimento e o aumento da produtividade não significam aumento de renda para a classe trabalhadora, pois, pelos dados disponíveis percebe-se que em âmbito nacional ocorre uma relação desigual entre o aumento de produtividade do trabalho e a remuneração do trabalhador (referenciada pelo Custo Unitário do Trabalho - CUT).

⁵¹ Lei Complementar 128/2008, que incentiva a criação de pequenos empreendimentos individuais (Lei do Micro Empreendedor Individual); aprovação da Lei nº 7.390/2009 pela Assembleia Legislativa do Pará, que define a Política Estadual de Estímulo à Economia Popular e Solidária.

Assim, para Pochmann (2009):

[...] A Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física realizada pelo IBGE indica, por exemplo, que entre 2001 e 2008, houve aumento de produção física da indústria brasileira na ordem de 28,1%, com ganhos de produtividade do trabalhador de 22,6%. A folha de pagamento por trabalhador, em contrapartida, cresceu, em termos reais, 10,5% no mesmo período de tempo. Por conta disso, o Custo Unitário do Trabalho (CUT) – entendido como a razão entre o rendimento real médio por trabalhador ocupado e a produtividade – apresentou queda de 10,2% no mesmo período de tempo. Noutras palavras, a remuneração dos trabalhadores não tem acompanhado plenamente os ganhos de produtividade da indústria brasileira. Se não são os salários a incorporar completamente os ganhos de produtividade, não podem ser percebidos sinais de pressão sobre os custos de produção, o que poderia sugerir alguma pressão inflacionária. Sem o repasse pleno da produtividade aos trabalhadores, estimula a expansão do estrato superior na distribuição de renda no Brasil (POCHMANN, 2009).

Em relação às variações dos rendimentos médios reais nas diferentes classes, segundo a PNAD-2008, o comportamento diferenciado entre as Grandes Regiões do país resultou em impactos distintos na concentração dos rendimentos e, portanto, no Índice de Gini (cálculo da concentração de renda) de 2007 para 2008. Para o país como um todo, houve queda de 0,528 para 0,521, enquanto para a região Norte a variação foi de 0,494 para 0,479 (IBGE/PNAD, 2008).

Segundo essa perspectiva analítica, compreende-se que mesmo que o saldo tenha sido positivo nos postos de trabalho na última década, como apontou o DIEESE-PA, as relações de trabalho em Belém vêm gerando um alto grau de vulnerabilidade para a maioria dos trabalhadores. O apoio das esferas públicas aos programas sociais direcionados à questão da moradia, contraditoriamente, tem contribuído para o aquecimento do mercado imobiliário, onde se observa, de um lado, a proliferação de investimentos em unidades habitacionais para atender à demanda da classe média e, de outro, serve de meio para a “esterilização de capitais”, sobretudo para o chamado capital financeiro volátil. Os casos emblemáticos são o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa, Minha Vida, editados pelo governo federal e disseminados em todos os estados da federação, como mecanismo capaz de dinamizar a indústria da construção civil⁵².

⁵² A partir do final do mês de junho de 2009, com a volta do crescimento da economia, novos empregos foram gerados. O Pará encerrou o ano de 2009 com saldo positivo de cerca de 7 mil postos de trabalhos gerados. [...] os cenários para 2010, no âmbito econômico do estado, são todos positivos, centrados principalmente nos investimentos privados e públicos (municipais, estaduais e federais). Neste cenário, o setor que se destaca é o da construção civil, com o desdobramento dos investimentos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), enquanto

As soluções encontradas pela população atingida por múltiplas carências vêm redundando em superexploração da força de trabalho, processo já constatado por Oliveira (1982), ao tratar da “expansão socioeconômica do capitalismo no Brasil”:

[...] o “anárquico” do crescimento urbano não é ‘caótico’ em relação às necessidades da acumulação: mesmo uma certa fração da acumulação urbana, durante o longo período de liquidação da economia pré-anos 30, revela formas do que se poderia chamar, audazmente, de ‘acumulação primitiva’. Uma não-insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o ‘mutirão’. Ora, a habitação, bem resultante desta operação, se produz por trabalho não-pago, isto é, supertrabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de “economia natural” dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho (OLIVEIRA, 1982, p. 31).

São decorrentes destas determinações os processos de ocupação dos espaços menos valorizados da cidade (áreas de risco, encostas dos morros e/ou áreas centrais ou litorâneas submetidas às alterações sazonais das chuvas ou das marés) pelos trabalhadores pauperizados, cuja vida é ameaçada por constantes acidentes e doenças provocadas pela falta de saneamento básico. Este quadro é acompanhado pelo acirramento da violência urbana, pela alta incidência da prostituição infanto-juvenil, pelo uso intensivo e indiscriminado de drogas, com altos índices de criminalidade, contravenção e práticas ligadas ao narcotráfico e ao crime organizado, fenômenos que se intensificam ainda mais, quando são fragilizados os laços de solidariedade e identidade típicos do modo de vida rural.

No caso de Manaus, ressalta-se, que mesmo com o planejamento do Estado em dotar a zona de livre comércio de subsídios creditícios e isenção fiscal, a ZFM não conseguiu atingir o ponto ótimo de empregabilidade, chegando aos anos 1990 com menos de 150 mil postos de trabalho, como verificamos no estudo de Oliveira e Schor (2009), que afirmam:

[...] O Distrito Industrial atingiu seu ponto culminante em 1989, com 425 empresas instaladas e 112 em processo de implantação. No mesmo ano, a mão-de-obra ocupada no setor industrial representava 127.804 empregos diretos na cidade de Manaus, sendo 74.818 no Distrito Industrial, e o total de empregos diretos no setor industrial da Superintendência da Zona Franca de Manaus, era de 137.113. A partir de 1990, [...] a crise econômica determinou a ociosidade das empresas do Distrito Industrial, atingindo 80%, em média, no final de 1991, com a paralisação total de alguns setores (OLIVEIRA; SCHOR, 2009, p 79-80).

Com base no referido estudo é possível perceber também que a crise econômica se prolongou por toda a década de 1990, gerando instabilidade econômica ao setor industrial, tanto no que concerne à produção, quanto ao que se refere à empregabilidade. Assim, o Distrito Industrial da ZFM conseguiu gerar em 1995 48.228 empregos, para se recuperar em 2005 com cerca de 100 mil postos de trabalho (OLIVEIRA; SCHOR, 2009), deixando a desejar àqueles que acreditaram na ZFM como a salvação para o desenvolvimento econômico e social de Manaus e do Amazonas. Para estes autores [...] A ZFM implicou a centralização das atividades econômicas do estado do Amazonas na capital, que a partir dos anos 1970 concentrou quase metade da população e 98% das atividades econômicas.

A ZFM continua sendo o fator atrativo para trabalhadores, não só de Manaus, mas de outras cidades do país, exercendo sobre a região a imagem de fator positivo para o desenvolvimento regional e nacional, e que, mais do que referência para o mercado nacional e internacional, constitui-se em elemento de representação social e simbólica para a população habitante daquela cidade, que se orgulha de ter em sua cidade um parque tecnológico avançado, embora contraditoriamente o mesmo não consiga superar os índices de pobreza na cidade, inclusive o avanço acelerado de um mercado informal que concorre desigualmente com o mercado formal. Essa talvez seja a diferença mais contundente entre as duas cidades.

Esses aspectos da cidade de Manaus têm exercido forte pressão sobre as formas de expansão urbana, que teve seu início com a ocupação das áreas centrais por trabalhadores que se instalaram às margens dos igarapés que entrecortam a cidade. Posteriormente o poder público teve na política de conjuntos habitacionais a alternativa para resolver a questão da moradia, assunto que trataremos mais adiante. Porém, contraditoriamente, as medidas adotadas para incentivo do desenvolvimento econômico em Manaus e atração para a mão de obra podem ser

considerados responsáveis pelo processo de periferização da cidade, seja pelas condições de insalubridade dos bairros instituídos, seja pelo deslocamento compulsório de centenas de trabalhadores para bairros distantes do centro, e com pouca infraestrutura.

Sobre esses processos, Castro [20--] lembra que em Manaus a

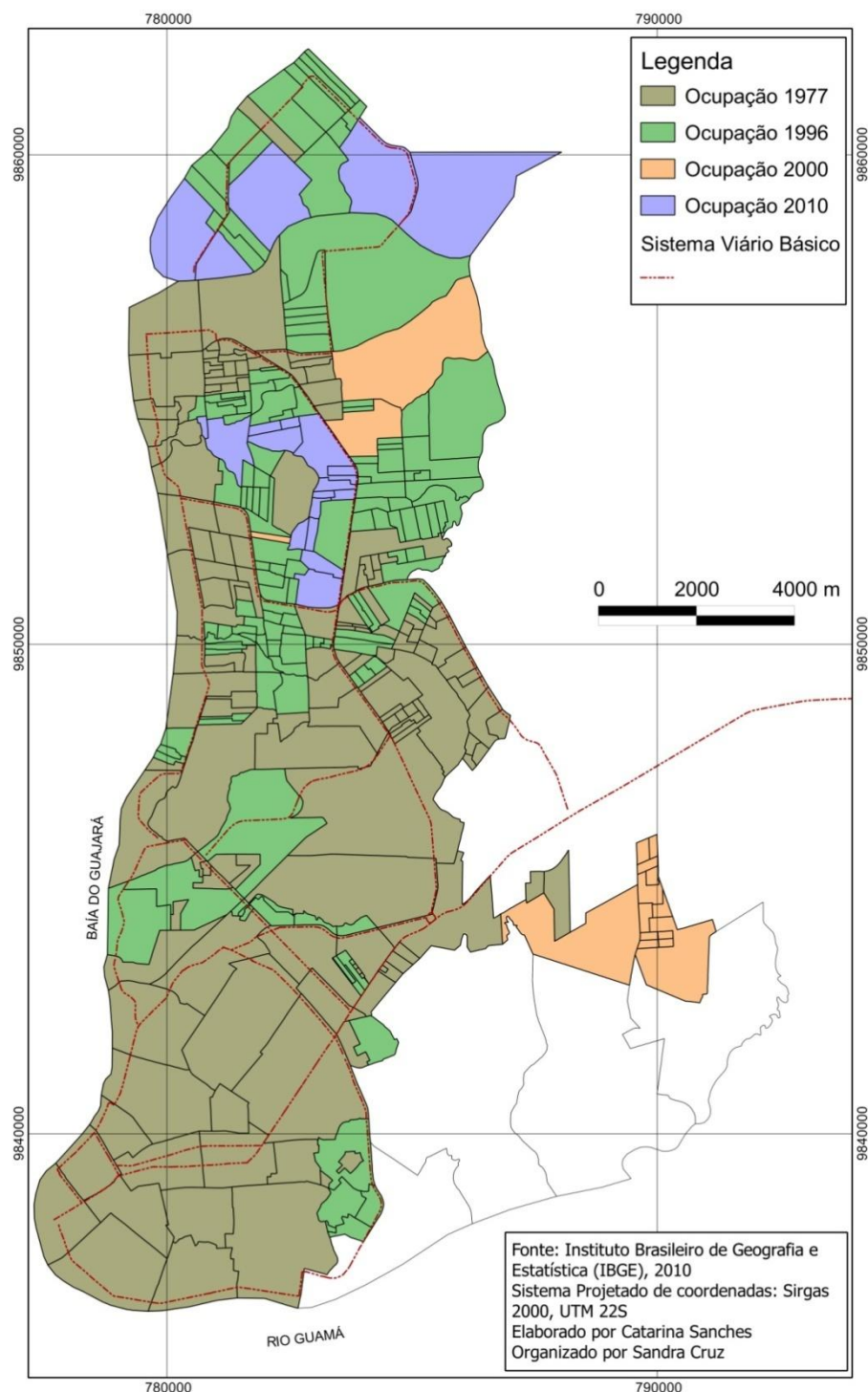
[...] Periferia foi criada a partir de invasões, de migração das cidades do interior do estado, do Pará e do Maranhão, contingentes sem emprego e sem renda, muitas vezes com trajetória em garimpos, canteiros de obras de grandes projetos e de estradas, ou vindos da pequena produção em territórios ocupados pela pecuária e soja. [...] justamente nas Zonas Norte e Leste localiza-se 63% da população da Manaus caracterizadamente de baixa renda, formada por trabalhadores manuais, operários da construção civil, domésticas e pequenos comerciantes do mercado informal e/ou ambulantes (CASTRO [20--], p.9).

Com o crescimento populacional, o desemprego e a baixa renda salarial, era de se esperar que a maioria da população de Belém e Manaus buscassem moradia nas áreas consideradas inadequadas para moradia, tais como as margens dos igarapés, pequenos riachos, áreas alagadiças, sem saneamento e com poucos serviços, salvo quando as áreas são inadequadas fisicamente, mas estão localizadas nos bairros centrais, dotados de infraestrutura e próximos ao lugar do trabalho.

A população de Belém e Manaus que busca moradia nas áreas inadequadas para habitação, tais como as margens dos igarapés, pequenos riachos, áreas alagadiças, sem saneamento e com poucos serviços, o fazem em decorrência do crescimento populacional, baixa renda salarial e desemprego.

Em Belém, a população pobre começou a ocupação territorial pelas áreas consideradas abaixo do nível do mar, sem infraestrutura urbana, mas localizadas nos bairros centrais da cidade, fenômeno que ocorreu até meados dos anos 1980, quando a população que veio morar nessa cidade iniciou um novo processo de ocupação, estimulados pela política de conjuntos habitacionais, a população de baixa renda e mesmo setores da classe média buscaram ocupar as áreas localizadas no setor norte de Belém. Em 1996, a prefeitura, por meio da Lei 7806/96 ampliou para 71 o número de bairros em Belém, revogando a Lei 7.245/84. Com o reconhecimento legal dos novos bairros, Belém assumiu nova configuração territorial, podendo ser observada no Mapa 4.

Mapa 4 - Configuração Territorial de Belém (1977-2010).

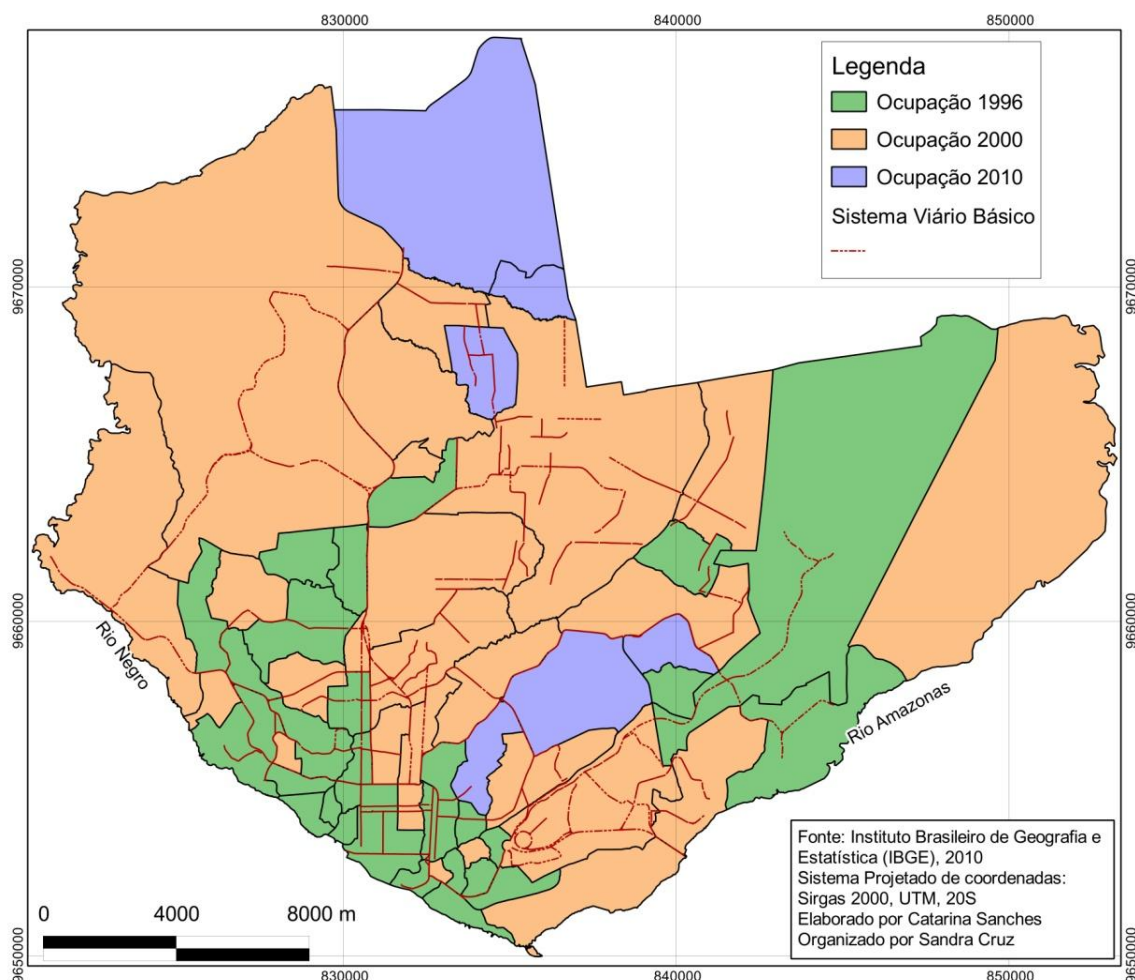


A demonstração do Mapa 4 contribui para verificarmos a intensidade do crescimento demográfico e territorial de Belém nos anos 1970-1980, período de maior crescimento e expansão urbana da cidade, resultante da dinâmica de ocupação territorial, fomentada pelos programas de ocupação dirigida, promovidos

pela Ditadura militar na Amazônia. Nesse período, Belém sofreu forte adensamento demográfico, acompanhado por um forte processo de especulação da terra urbana. Segundo Cruz (1994), foi nesses anos que a cidade sofreu transformações mais radicais, em que se presenciaram processos de desorganização e de reorganizações do espaço urbano regional, com o urbano assumindo papel de integração funcional da fronteira ao espaço global do capital.

Em Manaus, a consequente expansão urbana em direção à zona norte e leste da cidade provocou o reordenamento do território, pela Lei nº 1.401, de 14 de janeiro de 2010, que ao ser sancionada revogou o Anexo Único da Lei n.º 287, de 23 de maio de 1995, que dispõe sobre a criação de bairros. A partir da nova legislação, essa cidade passou a ter 63 bairros, sete a mais. São os bairros Nova Cidade, Cidade de Deus, Novo Aleixo, Gilberto Mestrinho, Lago Azul, Tarumã-Açu e Distrito Industrial II, localizados nas zonas norte e leste de Manaus, conforme verificamos no Mapa 5.

Mapa 5 - Configuração territorial do município de Manaus (1996-2010).



Para Nogueira, Sanson e Pessoa (2007):

[...] As zonas Norte e Leste sofreram impactos ambientais significativos, ocorridas devido ao intenso processo de ocupação que ocasionou perdas de cobertura vegetal, assoreamento e poluição de igarapés. Enquanto que na década de 1970, boa parte dessas áreas mantinha-se fora do processo de urbanização e eram utilizadas frequentemente como locais de lazer. No início dos anos 1980 o processo se inverte, a zona urbana de Manaus passa a modificar-se por meio de mudanças rápidas e agressivas ao meio ambiente (NOGUEIRA; SANSON; PESSOA, 2007, p. 5430).

Tais mudanças devem ser vistas como parte de um processo resultante das relações de produção, que para se realizar altera formas já estabelecidas culturalmente, modificando as estruturas econômicas, sociais e territoriais. O adensamento populacional e a expansão urbana de Manaus correspondem também a uma redução relativa, e mesmo absoluta, de pequenas cidades e povoados do entorno, e ao longo das grandes vias de navegação fluvial. Além destes fatores, chamou nossa atenção a existência de grupamentos indígenas que migraram para Manaus, passando a disputar também seus territórios, diferentemente da cidade de Belém, tornando-se impossível não darmos destaque para essa realidade. Neste sentido, como uma de suas especificidades regionais, Manaus apresenta um significativo contingente de população indígena nos limites de suas áreas urbanas, não existindo, contudo, dados estatísticos ou estudos específicos por parte do Estado que subsidie a formulação de políticas públicas voltadas para essa população específica. As iniciativas ficam por conta das pesquisas acadêmicas e científicas.

Assim, Bernal (2009), em estudo feito sobre os “índios urbanos” em Manaus, estima a existência de 5.000 a 6.000 mil índios, aproximadamente⁵³. A maioria dos índios é oriunda do alto Rio Negro. Para Bernal (2009):

[...] A maioria dos índios de Manaus está na cidade em busca de melhores condições de vida para sua família, principalmente seus filhos: 1. A busca de possibilidades de estudos para seus filhos; 2. A necessidade de encontrar um trabalho com o objetivo de conseguir uma melhor renda para a família; e 3. O desejo de aproveitar das facilidades que não existem no interior, ligadas particularmente às possibilidades de mobilização, ao uso do dinheiro e à aquisição de produtos elaborados para a alimentação familiar de base (BERNAL, 2009, p. 159-160).

⁵³ De acordo com Bernal (2009), é difícil afirmar quantos são os índios residentes em Manaus. Não há precisão nas contagens realizadas, tanto nas tentativas feitas por ONG's, quanto nas aproximações oficiais, como IBGE e FUNAI. De modo informal, acadêmicos e estudiosos sinalizam com a existência de 10 mil índios em Manaus. Contudo, este autor, a partir da pesquisa realizada, optou por considerar a existência de cinco a seis mil índios nessa cidade.

A migração indígena para Manaus teve o mesmo destino que a migração dos trabalhadores rurais. Ou seja, alojaram-se em áreas sem infraestrutura e de pouco ou nenhum valor econômico e, ainda, com o agravante de que para o segmento indígena, além da falta de acesso à moradia, educação e trabalho, acrescentam-se a discriminação e a exclusão racial, pelo convívio com os “civilizados”. A certeza de que na cidade há mais facilidades e mais oportunidades, até os dias atuais, constituem-se em atrativo para trabalhadores rurais e índios nessa região. Neste sentido, a questão da moradia em Manaus foi historicamente marcada pelo processo de ocupação das áreas dos igarapés tanto por famílias de trabalhadores rurais, como pela população indígena.

O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), ao realizar a cartografia dos processos sociais na cidade de Manaus, verificou a existência de grupos indígenas originários de diversas nações, que fixam residência em suas áreas urbanas; e para assegurar a sobrevivência econômica e cultural, organizam-se em associações comunitárias específicas, cuja finalidade é a busca de garantia de direitos sociais e humanos, redimensionando, dessa forma, a luta pelo Direito à Cidade na Amazônia. Pois, no Brasil, a luta pelo Direito à Cidade está direcionada hegemonicamente para a população considerada urbana.

O Mapa 6 demonstra que na cidade de Manaus existem 12 organizações indígenas, localizadas em todas as zonas que administrativamente dividem a cidade. Isso significa que esse segmento social habita em diferentes comunidades urbanas dispersas por toda a cidade, contrariando o hábito de aldeamento. É importante ressaltar, entretanto, que a mobilidade urbana de índios na Amazônia é antiga. Data do período em que o extrativismo passou a se constituir a base da economia regional, em que os índios fizeram parte da mão de obra necessária à extração do látex da seringa e de outras culturas vegetais e animais.

Mapa 6 - Indígenas residentes na cidade de Manaus (AM).



Nos dias atuais, com a dimensão que tomou a urbanidade das cidades amazônicas, com a complexidade das relações de trabalho, econômicas e sociais, a presença da população indígena se tornou inconveniente para o Estado e para a sociedade. Os indígenas buscam nas áreas urbanas de Manaus melhorias de vida, por meio principalmente da educação, uma vez que o processo de disputa pela sobrevivência humana no âmbito do mercado de trabalho exige qualificação profissional, o que não é garantido no interior, gerando uma demanda que não é enfrentada pelo poder público em nenhuma de suas áreas, negligenciando as especificidades culturais desse segmento social e, assim, eternizando a sua invisibilidade para a sociedade regional e nacional.

De acordo com um representante da Pastoral Indígena de Manaus, os segmentos indígenas vêm para a cidade porque no interior não há educação. Este sujeito social afirma:

[...] a gente sente saudade, eu quero um terreno onde eu possa pescar, caçar, mas meus filhos tem que estudar, fazer universidade, que lá no interior não tem estudo, as vezes então a saudade aperta eu não vou voltar pra lá que meus filhos não tem estudo, então eu tenho que ficar na cidade; Só saem da aldeia por necessidade, então aqui tem uma melhor educação e saúde principalmente para os filhos. É o que atrai a mãe de uma aldeia é a educação que não tem, é fazer uma faculdade depois volta para sua unidade, uma vez num seminário eu conheci um rapaz que ele saiu da aldeia para estudar e hoje ele retornou pra a aldeia para ajudar por conta dos conhecimentos que ele adquiriu. Isso eu acho fundamental (Entrevista com a representação da Pastoral Indígena de Manaus).

Em relação à questão da moradia, o representante da Pastoral Indígena aponta que essa é uma questão distante, pois se encontram excluídos das políticas públicas na cidade. De acordo com a Secretaria do Índio (SEIND) e com a Superintendência de Habitação (SUHAB) do governo estadual do Amazonas, não há dados sobre a demanda habitacional a partir do segmento indígena, e que um diagnóstico está sendo realizado para se ter o conhecimento do tamanho da demanda. É perceptível que numa cidade como Manaus, com uma população indígena expressiva, buscando utilizar os serviços coletivos que existem, não se tenha estudos e planejamento por parte do poder público que possibilite um maior acesso dos indígenas às políticas públicas⁵⁴.

⁵⁴ Sobre essa questão, acessar a tese de doutorado de Laura Ximenes Ponte (2011).

Conclui-se, assim, que foram bastante diferentes as dinâmicas impulsionadas pelas políticas de desenvolvimento do governo federal nos últimos 40 anos, e seus efeitos, portanto, sobre a expansão do mercado nos estados do Pará e Amazonas. No primeiro caso, direcionadas ao avanço da fronteira agrícola, da pecuária, da exploração madeireira e mineral extensivas ao grande território, com incidência de recursos de terras para a pecuária e colonização, originando o crescimento demográfico de pequenas cidades e o aparecimento de muitas outras no correr desses projetos. Do mesmo modo, na atualidade também se observam investimentos em políticas direcionadas para abertura de novas fronteiras do capital por parte de governos estaduais dos dois estados. O crescimento de cidades amazônicas nas áreas de fronteiras no Brasil com demais países que conformam a Pan-Amazônia tem seguido também a lógica da intervenção promovida por políticas direcionadas, com certas diferenciações de estratégias locacionais (CASTRO, 2007, 2008).

O modelo governamental observado nos planos de desenvolvimento, nos programas e nos investimentos voltados para o estado do Amazonas priorizou o adensamento de capital industrial pela instalação da Zona Franca, e depois pelos desdobramentos na verticalização via produção de componentes e periféricos para o parque industrial, exemplo observado no Polo Industrial de Manaus hoje.

As consequências sobre o espaço urbano na Amazônia, e sua urbanização recente, e em especial às metrópoles em análise, exigem uma reflexão, portanto, sobre as dinâmicas regionais, em círculos e escalas mais ampliadas. E sua correlação com os novos projetos desenvolvimentistas propostos no âmbito dos atuais programas do governo federal para a Amazônia, nos quais são assinalados, para os estados do Amazonas e Pará, investimentos voltados para abrir as fronteiras de mercado para espaços mais amplos, com diversificação de investimentos, o que certamente provocará uma redefinição do modelo urbano dominante até então, na perspectiva das políticas governamentais.

As medidas adotadas para o desenvolvimento urbano e regional nas cidades amazônicas produzem efeitos que sobressaem economicamente em favor de uma acumulação capitalista perversa e predatória, contribuindo para o fato que mencionamos acerca do uso dos recursos naturais da Amazônia, enquanto uma “nova fronteira” de “Acumulação Primitiva do Capital”, conforme sinalizou Paula (2008). Importa para este trabalho demonstrar que a moradia, enquanto expressão

da questão social⁵⁵ emergente nas metrópoles amazônicas localiza-se nesse contexto de acumulação primitiva do capital, em que a maioria da população, especialmente as frações das classes trabalhadoras, enquanto parte inerente ao processo capitalista de acumulação, não conseguem acessar as políticas públicas de habitação promovidas pelo Estado, em suas diferentes esferas administrativas, salvo quando interessa ao Estado viabilizar novas infraestruturas urbanas que, de acordo com a lógica da acumulação capitalista, favorece as frações capitalistas urbanas, especialmente as que compõem o mercado imobiliário, sendo necessário, então, a remoção compulsória de centenas de famílias que são consideradas como obstáculo ao progresso, à modernidade e à “civilização urbana”, e, assim, “desobstruindo” o caminho para a “onda” capitalista na Amazônia. É sobre isso que iremos abordar nos próximos capítulos.

⁵⁵ O conceito Questão Social tem sido utilizado no âmbito das ciências sócias e, em especial, na área acadêmica do Serviço Social, para explicar os processos de desigualdade social inerente ao modo de produção capitalista, onde a questão da falta de moradia, a moradia inadequada, a expansão das ocupações territoriais ilegais nas metrópoles, a disputa pela terra urbana nas metrópoles amazônicas expressam a “Questão Social” no âmbito da sociedade capitalista no Brasil e na Amazônia (NETTO, 2001).

4 A MORADIA COMO QUESTÃO SOCIAL NAS METRÓPOLES AMAZÔNICAS: BELÉM E MANAUS

A partir do momento em que comecei a observar as formas de apropriação e uso da moradia em Belém, chamou-me a atenção o processo de reprodução acelerada das áreas consideradas inadequadas para moradia. Neste aspecto, no propus-me investigar o que provoca a reprodução contínua dessas áreas e o que leva a extensas frações das classes trabalhadoras a buscarem moradia nesses lugares. E, por se tratar de um projeto de doutorado, a orientação acadêmica foi no sentido de ampliar a pesquisa para o universo das metrópoles amazônicas, tendo os programas de intervenção urbanística em Belém e Manaus como lócus de observação e interpretação.

Desse modo, o problema da pesquisado direcionou-se para a seguinte questão: O investimento público em moradia para as frações das classes trabalhadoras nas metrópoles amazônicas depende e, ao mesmo tempo, resulta da articulação entre o Estado e os agentes de mercado, que objetivando a apropriação e os diferentes usos das áreas urbanizadas, veem nos grandes projetos urbanos a alternativa para o acesso, a apropriação e a valorização econômica das áreas urbanas centrais? E, em consequência, outra questão se impôs para a pesquisa: As soluções propostas pelos grandes projetos urbanos para a melhoria habitacional contribuem para a reprodução de áreas inadequadas para moradia, produzindo assim a formação de novas periferias urbanas em Belém e Manaus?

A abordagem sobre a produção de moradia pelos grandes projetos urbanos pressupõe uma análise sobre o atual estágio da política habitacional no Brasil e seus efeitos nas metrópoles amazônicas. Neste sentido, no presente capítulo faremos uma descrição sobre a moradia enquanto expressão da questão social nas metrópoles amazônicas, demonstrando o patamar em que se encontra a política habitacional em Belém e Manaus e a repercussão dessa política sobre os sujeitos envolvidos nos processos de intervenção urbanística dos programas Portal da Amazônia, em Belém, e PROSAMIM, em Manaus.

O problema da habitação no Brasil é comumente analisado academicamente a partir de matrizes teóricas que criticam a lógica do mercado, do planejamento governamental e sobre a intervenção estatal em favor das populações excluídas

econômica e socialmente⁵⁶. Os estudos sobre o urbano na Amazônia evidenciam quase sempre a crítica às especificidades do processo de urbanização na região, a falta de investimento público no setor habitacional gerador de déficits, a internacionalização da política de financiamento, a intervenção do Estado por meio do planejamento e dos programas de intervenção urbanística enquanto solução das carências habitacionais e de infraestrutura urbana das populações excluídas⁵⁷, enfim, a precariedade das condições de vida.

Do ponto de vista histórico-teórico é importante destacar que a habitação como problema social foi evidenciado pela primeira vez no contexto do movimento da industrialização ocorrido na Inglaterra, na França e na Alemanha nos anos 1880, e que desencadeou uma série de processos sociais relacionados principalmente com as questões do trabalho, do assalariamento, da alimentação e da moradia. No calor do debate sobre o capitalismo como modo de produção, e o socialismo como alternativa a este, Engels desenvolveu as ideias marxianas sobre a questão da habitação no texto *“Contribuição ao problema da habitação”*, que dialogando com a perspectiva proudhoniana, fez a defesa da “expropriação da propriedade individual da terra” e, assim, uma de suas primeiras premissas – além de outras⁵⁸ – sobre o tema é de que [...] a transferência da renda da terra para o Estado equivale à abolição da propriedade individual do solo (ENGELS [19--], p. 178). Com isso, Engels se opôs a toda e qualquer proposta que buscasse resolver o problema da habitação ou da moradia no âmbito do modo capitalista de produção.

A despeito do momento histórico em que ocorreu esse debate, e de tratar-se do nascimento da indústria e os efeitos sobre seus operários, o estudo de Engels deve ser considerado de grande relevância para explicar os processos vivenciados nos dias atuais pelos trabalhadores em relação à moradia como expressão da questão social no Brasil e na Amazônia. Mas, sobretudo na Amazônia, uma vez que essa região encontra-se em pleno processo de intensificação das relações

⁵⁶ Podemos citar, dentre outros, Maricato (1987); Azevedo (1979, 1996); Bolaffi (1977, 1979, 1982), Bonducki (1998); Cardoso (1998, 1999, 2001) e Valladares (1978, 1979, 2003).

⁵⁷ Para efeito de conhecimento, indicamos Abelém (1988), Sá (2000), Trindade Júnior (1993, 2003), Borges (1992), Valente (1999, 2006), Gayoso (2001, 2004, 2006), Rodrigues (1996) e Castro (2001, 2003, 2004, 2006), dentre vários autores e pesquisadores.

⁵⁸ Dentre as premissas do autor, está a relação entre a moradia de aluguel x a transferência da propriedade da habitação para o arrendatário x a superação do modo de produção capitalista; o restabelecimento da propriedade individual como retrocesso; o rebaixamento da taxa de juro não atinge o modo capitalista de produção e que a supressão do juro do capital não suprime o pagamento do aluguel de casas (ENGELS [19--], p. 178-179).

capitalistas pela tecnificação do trabalho agrícola e a consequente expulsão dos trabalhadores rurais para as áreas consideradas urbanas, com o surgimento de inúmeros núcleos urbanos e o inchaço populacional das cidades mais consolidadas, especialmente as capitais, como se verificou no capítulo anterior.

Outro trabalho que consideramos clássico para compreender e explicar as contradições do modo capitalista de produção, inerentes à produção das cidades e ao problema da moradia, está também em Engels (1986) na obra “*A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra*”⁵⁹, escrita entre 1844-1845 e interpretada por Lefebvre (1999) na obra “*A Cidade do Capital*”. Para esses autores, a crise da moradia no século XIX estava associada diretamente ao modo de produção capitalista que, ao investir na indústria, cria a necessidade de uma reconfiguração dos espaços disponíveis na cidade, adaptando-a às novas exigências do capital, materializadas pela produção de novos equipamentos e de infraestrutura urbana de transporte, comunicações, água, esgoto sanitário, creche, escola, hospitais etc. A emergência da grande indústria produziu um intenso processo de urbanização, articulando ações do Estado e das empresas privadas.

No Brasil, processo semelhante é experimentado a partir do início do século XX, com o advento da industrialização, que ao atrair inúmeros trabalhadores do campo para a cidade provocou diversos fenômenos sociais, tais como o acirramento da disputa pelo espaço de morar e de trabalhar. As classes trabalhadoras se amontoam em cortiços e vilas operárias produzidas, muitas vezes, especificamente para atender à demanda da força de trabalho necessária à indústria. Experiências que foram analisadas por vários estudiosos⁶⁰ das ciências sociais, que procuraram explicar a repercussão do movimento industrial sobre as condições de vida de extensas frações das classes trabalhadoras no Brasil, sobretudo no período entre os anos 1930-1990.

A política de industrialização brasileira e seus efeitos sobre o território atingiu de forma contundente o lugar de moradia, haja vista que um dos componentes da

⁵⁹ Para Netto (1985), [...] Engels encontrou na Inglaterra o capitalismo constituído, na sua forma industrial-concorrencial. [...] E que articula uma ordenação societária típica: a urbanização acelerada e a dramática polarização social (NETTO, 1985, p. III). Para Lopes [19--], nessa obra clássica, Engels propõe-se a fazer a análise da situação comum sofrida pelo conjunto dos trabalhadores, e isso ele o faz através da descrição e análise das grandes cidades e do peso dos bairros operários, da influência da imigração irlandesa como fator adicional à concorrência interna ao proletariado no mercado de trabalho, e dos ‘resultados’ refletidos na ‘situação física, intelectual e moral’ dos trabalhadores, da concorrência e da vida nos bairros operários das grandes cidades (LOPES [19--], p. 27).

⁶⁰ São alguns deles: Ribeiro, Azevedo (1996); Ribeiro (1997); Santos (2003, 2005); Santos, Silveira (2002); Lopes (1976, 1979); Moisés (1982, 1985); Kowarick (1977, 1979, 2009); Oliveira (1982); Campos Filho (1989); Villaça (1995).

formação do Capital refere-se à força de trabalho que para reproduzir-se necessita do mínimo de condições materiais, dentre as quais a habitação torna-se indispensável. Contudo, tanto quanto nas cidades europeias do século XIX, as cidades brasileiras que foram industrializadas enfrentaram questões relacionadas aos processos de ocupação do solo urbano, da aquisição de trabalho, moradia e alimentação. Sobre isso, Oliveira (1972) indica que a aceleração do crescimento, cujo epicentro passa a ser a indústria, exige das cidades brasileiras – sedes por excelência do novo ciclo de expansão – infraestrutura e requerimentos em serviços para os quais elas não estavam previamente dotadas (OLIVEIRA, 1972, p. 29). Nesse contexto, a moradia, como uma das demandas necessárias à reprodução da força de trabalho, passa a fazer parte do palco de transformações a que foram submetidas as cidades brasileiras. É o que veremos na próxima seção.

4.1 DO INQUILINATO (SÉCULO XX) AO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (SÉCULO XXI)

No período que precedeu os anos 1930, a produção de moradias de aluguel⁶¹ no Brasil garantiu o atendimento das necessidades quantitativas de habitação popular, embora a questão dos valores dos aluguéis estivesse quase sempre entregue à livre negociação entre o locador e o inquilino, não havendo a intervenção do Estado na sua regulamentação. Somente a partir de 1942 editou-se o Decreto-Lei do Inquilinato⁶² (4598/42), instituindo o controle do Estado sobre os aluguéis, mesmo que de forma limitada. Até os dias atuais, os setores populares e da classe média consomem a moradia através dos aluguéis, ora com maior presença do Estado, ora com menor nível de intervenção. Essa intervenção abrange essencialmente o congelamento dos preços, numa tentativa de se regular esse mercado específico. Bonduki (1998), ao analisar a questão habitacional no Brasil, considera que,

⁶¹ Para Souza (2011), nesse período, “a situação da classe trabalhadora, apresentou uma particularidade importante: a ausência do Estado na provisão da moradia operária. A insuficiente capacidade de a indústria absorver os crescentes investimentos tornou a moradia de aluguel um seguro investimento que rentabilizava poupanças e recursos disponíveis na economia urbana” (SOUZA, 2011, p. 54).

⁶² [...] O Decreto-Lei do Inquilinato instituiu o congelamento dos preços dos aluguéis por dois anos, conforme os valores de 31 de dezembro de 1941; proibia a cobrança de qualquer importância a título de taxas, impostos, luvas etc.; estabelecia critérios (pouco precisos) para a fixação do aluguel de moradias locadas pela primeira vez depois de 31/12/41; relacionava os casos em que era permitida a retomada do imóvel (BONDUKI, 1998, p. 213).

[...] A regulamentação dos aluguéis a partir do Decreto-Lei do Inquilinato foi talvez a medida de maior impacto tomada pelo Estado no setor habitacional durante o período varguista. As diversas versões desse Decreto-Lei promulgadas entre 1942 e 1964, todas restringindo a livre negociação dos aluguéis, tiveram consequências tão amplas que modificaram por completo não só o relacionamento entre proprietários e inquilinos como a própria produção de moradias para os segmentos de baixa e média renda... (BONDUKI, 1998. P. 210).

Esse período de medidas populistas do governo Vargas foi marcado pelos acontecimentos conjunturais de segunda guerra mundial, assalariamento da mão de obra disponível, surgimento das massas populares urbanas, alto custo de vida e, conseqüentemente, o aumento dos problemas relacionados à demanda habitacional. A intervenção do Estado na área habitacional provocou uma série de conflitos, pois à medida que o governo estabelecia regras de proteção ao inquilino-locatário, os locadores e rentistas urbanos sentiam-se prejudicados, principalmente com a medida de congelamento dos preços. Bonduki lembra que:

[...] as diversas marchas e contramarchas, avanços e recuos da legislação, suas inúmeras prorrogações e modificações, e seus efeitos variados e contraditórios no mercado de moradias de aluguel refletiam a complexidade da questão e da rede de interesses e pressões a que estavam sujeitos o governo e o congresso sempre que se tratava de determinar ou redirecionar a política do inquilinato (BONDUKI, 1998, p. 220-221).

As transformações nas bases produtivas geraram e impuseram soluções habitacionais mais comuns nas décadas posteriores, e, até hoje, a autoconstrução da casa própria em loteamentos periféricos e em favelas criaram as condições materiais para o surgimento de um forte e vigoroso movimento popular vinculado à questão habitacional e urbana (BONDUKI, 1994; CARDOSO, 2003).

Estudos realizados por Cardoso (2003) identificam os limites que se colocam ao mercado de aluguel, do ponto de vista da oferta e da demanda. Na perspectiva da demanda, o gasto com moradia cresce juntamente com o desenvolvimento econômico (enquanto distribuição de renda), ou seja, “existiria uma forte elasticidade do lado da demanda, tendo como limite a disponibilidade de renda e considerando-se os gastos básicos (prioritários) com alimentação, vestuário, transporte etc.” (CARDOSO, 2003).

Os autores apontam outros fatores que também influenciam na demanda, dentre os quais destacam a insegurança da posse da moradia (tanto no que diz respeito ao aspecto da legalidade quanto o risco do despejo ou remoção), que limita o investimento no melhoramento das condições habitacionais; a

disponibilidade de financiamento habitacional através de um sistema de hipotecas adequadamente desenhado, que permita “acelerar a aquisição ou construção da moradia e uma melhor alocação dos recursos familiares entre habitação e outros bens, e poupança dentro do ciclo de vida familiar” (CARDOSO, 2003). Do ponto de vista da oferta, verifica-se que a resposta depende de três fatores: da ação do setor público na provisão de infraestrutura, no estabelecimento do sistema regulatório e no desempenho da indústria de construção (CARDOSO, 2003).

Após os anos do populismo na égide do período militar, pós-anos 1960, os governos em suas diferentes fases adotaram medidas que responderam às novas demandas por habitação, em face da intensificação dos movimentos migratórios do interior para as cidades brasileiras, principalmente as capitais. Nesse contexto, foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964, com o intuito de atender as reivindicações por moradia popular, mas que acabou por se constituir em estímulo para a indústria da construção civil e para o setor imobiliário, a partir da propagação do “sonho da casa própria”. O crédito imobiliário, naquele período, por exemplo, jamais alcançou a faixa de renda familiar mensal entre zero e três salários mínimos, que, na época, concentrava – e continua concentrando – 90% do déficit habitacional. O resultado foi o aumento da favelização e da autoconstrução em loteamentos clandestinos e precários prevalentes nas cidades brasileiras. Para Ribeiro e Azevedo (1996):

[...] O desempenho do BNH mostrou-se profundamente perverso. De 4,5 milhões de unidades financiadas, somente 33,3% foi destinado aos setores populares. [...] Além disso, a política habitacional teve, na prática, um caráter ‘redistributivo às avessas, pois se baseou num sistema financeiro abastecido de capitais sub-remunerados, oriundos de pequenos poupadores (cadernetas de poupança) e de recursos dos assalariados (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS) (RIBEIRO; AZEVEDO, 1996, p. 13).

A política do BNH, entretanto, criou as bases para a formulação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), tornando-se uma política mais ofensiva de provisão de habitação, contudo, voltada para os setores da classe média do país, durando até o ano de 1986, quando ocorreu a extinção do BNH.

A instabilidade se apresentou após a extinção do BNH e, por isso, o colapso do sistema pode ser considerado como causa e efeito da impossibilidade de se constituir uma política habitacional efetiva em âmbito federal nesse período. Por um lado, refletiu a insegurança do poder público ante ao desafio de reconstruir as bases

financeiras de um programa habitacional de porte, em substituição ao BNH. Por outro, provocou novas dificuldades para o poder executivo construir programas e esquemas financeiros com algum grau de continuidade.

Rolnik e Kasuo (2009) destacam que desde a criação do BNH, os recursos do FGTS têm privilegiado os financiamentos para a produção e comercialização de empreendimentos habitacionais voltados para os níveis de renda das classes média e alta, provocando a alta nos preços dos terrenos. Para eles, dos 4,5 milhões de moradias construídas com financiamentos do SFH, entre 1964 e 1986, apenas 33% se destinaram à população de baixa renda – e estes foram implantados em áreas fora dos centros urbanos, sem acesso à infraestrutura de saneamento básico, transporte coletivo, serviços de saúde, educação, cultura e lazer ou em conjuntos habitacionais distantes dos locais de maior oferta de trabalho e emprego, deslocados da dinâmica econômica interna das cidades.

Após esse período (anos 1960-1980), as dificuldades foram sendo canalizadas a partir da mobilização nacional em torno da Constituição Federal de 1988, pelo movimento da Reforma Urbana, que pressiona e consegue colocar em pauta para o Congresso Nacional Constituinte os problemas relacionados às cidades brasileiras, aos direitos à moradia e condições de vida. Para Rolnik:

[...] Os anos 1990, foram anos de avanços institucionais no campo do Direito à Moradia e Direito à Cidade, a partir da incorporação à Constituição do país, em 1988, de um capítulo de política urbana, estruturado em torno da noção de função social da cidade e da propriedade, do reconhecimento dos direitos de posse de milhões de moradores das favelas e periferias das cidades do país e da incorporação direta dos cidadãos aos processos decisórios sobre esta política (ROLNIK, 2009, p. 3).

O reconhecimento legal do Direito à Cidade não significou, entretanto, mudanças profundas no âmbito do planejamento urbano. Pode-se dizer que, contraditoriamente, durante toda a década de 1990, o setor habitacional ficou sem uma orientação mais sistematizada no Brasil. O governo federal, nesse mesmo período, priorizou a tarefa de garantir a reforma gerencial do Estado⁶³, não podendo, portanto, “desperdiçar” energia com uma política social, com uma enorme demanda, como a de habitação.

⁶³ A reforma gerencial do Estado se deu durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, em que eram imperativas as mudanças nas estruturas e instituições públicas. Sobre isso, consultar Oliveira (1996), Anderson e Gentil (1996) e outros.

Nesse sentido, o desempenho da política habitacional oscilava de acordo com a medida de governo adotada. Esse período foi marcado por uma desorganização da área habitacional, onde as diversas esferas de governo adotaram regras diferenciadas de financiamento, dispersando recursos em intervenções sobrepostas, adotando subsídios sem critérios claros. Rolnik (2009) aponta ainda que:

[...] Os anos 1990 também introduziram nas cidades brasileiras, e especialmente nas metrópoles, os efeitos das reformas macroeconômicas de caráter liberal iniciadas no início dos anos 90 e que incidiram tanto sobre a economia das cidades, gerando desemprego e radicalizando as assimetrias econômico-sociais já existentes anteriormente, como sobre a capacidade dos governos e atores sociais de enfrentá-las. Estas também viriam acompanhadas por uma agenda de reforma do Estado, tendo como eixo a privatização de amplas áreas das políticas públicas, a proposta de modernização e *downsizing* do Estado e a introdução de processos e métodos de gerenciamento empresarial e governança estratégica, acompanhadas por um discurso participacionista e de revalorização da sociedade civil, redefinida como Terceiro Setor (ROLNIK, 2009, p. 3).

Assim, o *status* de cada instituição ou órgão responsável variava, indo de Ministérios às Secretarias. Resumidamente, as mudanças institucionais seguiram a seguinte cronologia:

- a) Em 1985, criou-se o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente;
- b) Em 1987, foi transformado em Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, subordinado à CAIXA;
- c) Em 1988, instituiu-se o Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social;
- d) Em 1990, foi transformado em Ministério da Ação Social, vinculando a política da habitação às políticas de ações sociais;
- e) Em 1995, adotou-se a Secretaria de Política Urbana, subordinada ao Ministério do Planejamento e Orçamento;
- f) Ainda no governo FHC, criou-se a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano (SEDU), vinculada à Presidência da República, que se responsabilizou pelas instituições ligadas à política habitacional;
- g) Em 2003, a partir de intensa mobilização e pressão nacional dos movimentos pelo Direito à Cidade, o governo federal criou o Ministério das Cidades (MCIDADES) pelo Decreto nº 4.665, de 3 de abril de 2003 e pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, composto por quatro secretarias nacionais⁶⁴.

⁶⁴ As secretarias nacionais são formadas pela Secretaria Nacional de Habitação, Secretaria Nacional de Saneamento Básico, Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana e Secretaria Nacional de Programas Urbanos. Todas têm como finalidade elaborar diretrizes nacionais, desenvolver programas nacionais de enfrentamento aos problemas gerados com o advento da urbanização, tal como a implementação do plano nacional de habitação, em articulação com outras políticas públicas relacionadas à questão habitacional no país. Os programas devem ser transversais e complementares, de forma Inter setorial e integralizada.

Posteriormente à criação do Ministério das Cidades, iniciou-se o processo de reestruturação institucional da política habitacional no Brasil, agora no âmbito da Política Urbana, na qual a premissa da integralidade das ações passa a fazer parte do desenho político da política pública destinada a resolver os grandes problemas urbanos no Brasil. Com a criação do MCIDADES, através da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, e com a criação do Conselho Nacional das Cidades⁶⁵, composto por representantes das três esferas de governo (federal, estadual e municipal), por representantes da classe empresarial, dos movimentos sociais, sindicatos, associações de classe e instituições de pesquisas, o governo federal buscou estabelecer novas diretrizes para a viabilização da política urbana nos municípios brasileiros.

De acordo com o Decreto nº 5.031, de 2 de abril de 2004, o poder público federal deve ser representado no CONCIDADES, pelos seguintes órgãos: Ministério das Cidades; Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Cultura; Ministério da Fazenda; Ministério da Integração Nacional; Ministério da Saúde; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério do Turismo; Ministério da Ciência e Tecnologia; Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República e Caixa Econômica Federal.

Essa representação corresponde ao conjunto das políticas públicas que devem estar articuladas e integradas durante a execução da política de desenvolvimento urbano e, particularmente, à política de habitação no Brasil, em que os desafios para a superação das demandas devem ser planejados levando em consideração os setores específicos das diferentes políticas públicas, necessárias ao enfrentamento da questão urbana no Brasil. Neste contexto, a definição de diretrizes e estratégias para o enfrentamento das questões habitacionais deveria

⁶⁵ O Conselho das Cidades foi criado em 2003, pela mesma legislação que criou o MCIDADES, sendo composto por 14 representantes do poder público federal, seis representantes do poder público estadual ou de entidades da sociedade civil organizada da área estadual, 10 representantes do Poder Público Municipal ou de entidades da sociedade civil organizada da área municipal, 19 representantes de entidades da área dos movimentos populares, sete representantes de entidades da área empresarial, sete representantes de entidades da área de trabalhadores, cinco representantes de entidades da área profissional, acadêmica e de pesquisa, três representantes de organizações não governamentais. O Conselho das Cidades deliberará mediante resoluções, por maioria simples dos presentes, tendo seu Presidente (O Ministro do MCIDADES) o voto de qualidade, no caso de empate (BRASIL..., 2004).

articular e integrar os setores de saneamento, trânsito, transporte, saneamento, educação, saúde, assistência social, cultura, emprego e renda, na perspectiva de se reverter o déficit habitacional básico e a inadequação habitacional calculados para as cidades brasileiras.

A decisão de criação do Ministério das Cidades tinha importante significado para o movimento social organizado em prol do “Direito à Moradia Digna e o Direito à Cidade”. O Ministério deveria preconizar uma política urbana que possibilitasse o planejamento de ações continuadas, a reforma fundiária e um maior controle sobre o uso e ocupação do solo, pressupondo-se que “a base de uma política urbana [...] está diretamente vinculada à articulação e à integração de esforços e recursos nos três níveis de governo – federal, estadual e municipal, com participação nos diferentes segmentos da sociedade” (MCIDADES, 2004a, p. 75). De acordo com Rolnik (2009):

[...] A criação do Ministério das Cidades expressou o reconhecimento por parte do governo da necessidade de constituir no âmbito do governo federal, depois de quase vinte anos de institucionalidades erráticas e dispersas em distintos Ministérios, um lócus para a formulação e implementação de uma política urbana. Para os atores ligados ao movimento social pela Reforma Urbana, a criação do Ministério representava a possibilidade de avançar na democratização da gestão urbana, fazendo desta um dos pilares institucionais de sua agenda, ampliando os espaços de democracia participativa, até então experimentados, sobretudo no âmbito local (ROLNIK, 2009, p. 4).

Nos dias atuais, ainda se assiste ao agravamento do problema habitacional, em que pese, de um lado, a maior presença do Estado através de programas sociais específicos voltados à superação da questão e, de outro lado, a intensificação das mobilizações sociais em prol da aquisição da moradia popular, seja por programas oficiais, seja por meio de ocupações irregulares, legalmente ou mesmo pela criação dos chamados “assentamentos subnormais” ou “precários”. São soluções influenciadas pelas ações de mercado, que acaba orientando as diferentes formas de acesso às demandas por moradia, mas que conflita com outros interesses sociais, que de certo modo são “preservados” ou “protegidos” pela legislação vigente. Citam-se, como exemplo, as medidas adotadas após a aprovação da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Cidade, da criação do MCIDADES e do Conselho Nacional de Cidades:

- a) A ratificação da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), aprovada pela Emenda Constitucional nº 45;
- b) A Emenda Constitucional nº 26/2000 que incorporou o Direito à Moradia à Constituição Federal;
- c) A Resolução nº 31/2005, do Conselho das Cidades, que propõe a articulação efetiva do poder judiciário, Ministério Público e Conselho das Cidades para tratar da atuação do judiciário em conflitos relativos aos deslocamentos e despejos forçados;
- d) A Lei 9.785/1999 que dispõe sobre a regularização fundiária de loteamentos irregulares e clandestinos;
- e) A Medida Provisória nº 2.220/2001, que define o título de domínio, a concessão de uso para fins de moradia conferidos ao homem, à mulher; ou a ambos, independente do estado civil;
- f) A Portaria nº 11 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabelece como prioridade, a mulher chefe de família como público-alvo dos programas habitacionais com recursos da União.

Devem ser acrescentados, ainda, os artigos da Constituição Federal, que define a política de terras para indígenas e quilombolas; o Código Civil de 2002; o Projeto de Lei de Responsabilidade Territorial sobre o parcelamento do uso do solo e a regularização fundiária em áreas urbanas; a lei federal 10.741/2003 – Estatuto do Idoso; a lei 11.124/2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social; a lei 11.888/2008, que garante às famílias de até três salários mínimos a assistência técnica para elaboração de projetos e a construção de habitação de interesse social. Frisa-se, ainda, a PEC da Habitação, em tramitação no Congresso Nacional, destinando 2% do orçamento da União e 1% da arrecadação dos estados para os fundos nacional, estadual e municipal de habitação de interesse social.

O arcabouço legal, considerado como parte dos avanços da política urbana e habitacional no Brasil, visa salvaguardar os direitos à moradia e à cidade, principalmente aos segmentos que compõem majoritariamente o déficit habitacional. Entretanto, todo esse marco regulatório apresenta limites na prática, uma vez que não tem sido suficiente para coibir as ações de despejo forçado, a especulação de terras pelo setor imobiliário, os desabamentos de casas localizadas em encostas íngremes etc. Os limites jurídicos e institucionais são reflexos das contradições de

uma sociedade capitalista formada por classes sociais antagônicas e, por isso, com interesses bastante diversificados e com uma alta concentração de renda geradora de profunda desigualdade social, o que impossibilita qualquer mudança mais profunda no cerne da política urbana e da política habitacional.

Nos dias atuais, apesar da legislação e das conquistas em termos de ampliação de investimentos, o sistema habitacional vive a esquizofrenia de obtenção de mais créditos, recursos orçamentários para a moradia e incentivos creditícios, com diminuição das taxas de juros como facilidade de acesso à moradia, mas, contraditoriamente, a lógica que permeia a concepção da política habitacional tem sido a de dinamização econômica para enfrentar uma possível crise e gerar emprego no Brasil (BRASILINO, 2012, p. 4), descaracterizando a moradia como direito.

No cerne da última crise financeira internacional, que de acordo com Harvey (2009) teve sua origem no setor urbano, tendo sido, inclusive, definida por esse autor como “crise urbana”, o governo brasileiro, tomando medidas de proteção ao mercado editou dois importantes programas de cunho econômico e social: O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa Minha Vida, que foram lançados pelo governo feral em 2008 e 2009, respectivamente.

Para os pesquisadores da área, esses programas ainda estão longe de se constituírem em ações capazes de reverter o quadro de exclusão da maioria da população que não tem acesso à moradia. Para alguns, inclusive, o programa Minha Casa Minha Vida é pior que os investimentos feitos pelo extinto BNH. Para Viríssimo (2011):

[...] Já está no nome do programa, é só direito à casa e lá na periferia. É pior que o BNH dos militares que previa a remoção de pobres para a periferia, mas tinha a ideia de indústrias no entorno, quarteirões de comércio. [...] Em termos comparativos, o programa para produção empresarial acessou R\$ 38 bilhões enquanto o programa para produção associativa por autogestão teve acesso a R\$ 800 milhões. [...] A gravidade deste programa é porque está produzindo cidades de uma desigualdade escandalosa. A qualidade das construções é péssima, já tem coisas quebradas, tomadas que não funcionam, piscina que afunda e vaza, botijão de gás dentro da sala, o que é completamente ilegal. Isso tudo já com habite-se. [...] A política habitacional do governo federal, que acaba redirecionando famílias pobres para locais periféricos, sem infraestrutura, gerando processos de segregação residencial (VIRISSIMO, 2011).

Além disso, outras medidas foram voltadas essencialmente para o setor financeiro, mas que se entrelaçam com a política habitacional, no que tange diretamente ao aspecto mercantilista da habitação. Trata-se da política de redução

de juros bancários e de financiamento que possui relação direta com a dinâmica da comercialização e o acesso à compra de imóveis e que no Brasil está sob a coordenação da Caixa Econômica Federal (CAIXA).

Em entrevista ao *Le Monde Diplomatique Brasil* (2012), a relatora especial da ONU para o direito à moradia adequada, salienta que no Brasil:

[...] A política habitacional atual, é concebida e posta em prática como um elemento de dinamização econômica para enfrentar uma possível crise e gerar emprego, mas é completamente desconectada de uma política de ordenamento territorial, fundiária, de intervenção e modernização do espaço urbano a fim de disponibilizar terra bem localizada para a construção de moradia popular (BRASILINO, 2012, p 4).

Esse tem sido o paradoxo da política habitacional no Brasil. De um lado, o governo federal propõe medidas de contenção do déficit habitacional – que no Brasil está em torno de sete milhões de moradias e, por outro lado, estimula o setor privado da construção civil e imobiliário na produção de habitação, transformando a moradia em objeto do consumo, a partir da lógica que pensa a sociedade para o consumo. Por esse prisma, a moradia como um direito é transformada em mercadoria⁶⁶ – um objeto de consumo a ser produzido e comercializado no mercado cidade. Essa lógica de produzir a moradia como uma mercadoria, acaba por desconstruir o “direito à moradia adequada” e esvaziar os processos políticos protagonizados pelas organizações presentes no movimento social urbano. Nesse contexto, o início do século XXI experimenta uma desregulamentação dos instrumentos democráticos, à medida que negligenciam o recurso dos dispositivos jurídicos que reafirmam o uso social da propriedade e ordenamento urbano, conforme denunciado inúmeras vezes nas sessões plenárias do Conselho das Cidades e na 4ª Conferência Nacional das Cidades, cujo tema foi “Avanços e Dificuldades na Implementação da Política de Desenvolvimento Urbano”, realizada em Brasília-DF, de 19 a 23 de junho de 2010.

Em nível regional, percebe-se que a questão da moradia é um dos maiores problemas urbanos enfrentados por toda grande cidade, principalmente por aquelas que tiveram crescimento acelerado no último século. Em Belém e Manaus, o problema da habitação está relacionado inicialmente aos efeitos que a urbanização

⁶⁶ A transformação da moradia em mercadoria pode ser vista ainda em TOPALOV, Christian. **Le Logement em France** – Histoire d’une marchandise impossible. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1987.

proporcionou a essas cidades, em que a ação dos agentes sociais e atuação do poder público na apropriação do território, favoreceram particularmente o processo de ocupação e exploração dos recursos extrativistas da região amazônica, aprofundando os níveis de segregação e desigualdade social.

4.2 POLÍTICA HABITACIONAL EM BELÉM E MANAUS: O ESTADO DA ARTE

Os estudos sobre segregação social no Brasil e na Amazônia quase sempre se atêm aos aspectos que caracterizam ou definem o lugar de morar, conforme se pode verificar no primeiro capítulo do presente trabalho, o conceito de segregação social pode ser operado para explicar processos de fragmentação, segregação, discriminação social, exclusão social e muitas formas de desigualdade.

Nesse sentido, o esforço de análise aqui apreendido tem o conceito de segregação social como ferramenta capaz de demonstrar as formas de ocupação e apropriação da moradia, permeadas pela desigualdade social em Belém e Manaus. As informações secundárias sobre a questão da moradia, produzidas por órgãos oficiais, constituirão em parâmetros para a verificação e interpretação demonstrativa do processo de segregação e desigualdade em Belém e Manaus. Nesse sentido, elegeu-se os dados que expressam a condição da moradia, disponibilizado pelo Censo (IBGE, 2010) e as informações processadas pelos órgãos gestores da política habitacional em Belém e Manaus, bem como as pesquisas tangíveis à questão da segregação social nessas cidades.

4.2.1 Moradia em Belém

Diversos trabalhos⁶⁷ de pesquisa sobre a cidade de Belém sinalizam processos que podem ser considerados como definidores da segregação social em Belém. Aspectos relacionados às formas de ocupação e disputa do solo urbano em Belém; disputas pela apropriação da terra como lugar de moradia; lutas sociais sobre o direito à moradia; ocupação “ilegal”, “clandestina” da terra; política de conjuntos habitacionais; verticalização do solo urbano, localização socio-ocupacional no território etc. São estudos e pesquisas que de alguma maneira observam os

⁶⁷ Mourão (1987), Alves (1997), Trindade Júnior (1997), Cruz (1994), Souza (2011), Rodrigues (1996), Rodrigues (1998).

processos de segregação social, embora não tenham como centralidade a demonstração dos elementos que determinam a segregação. É o que buscaremos a partir desse momento.

Do ponto de vista histórico, as primeiras demandas por habitação em Belém exerceram forte pressão sobre o processo de ocupação das terras urbanas. Num primeiro momento, esse processo foi caracterizado pela intensa ocupação de áreas de terras, adquiridas pela União e destinada ao uso militar, distribuída no entorno da Primeira Léguas Patrimonial. Entre os anos de 1964 a 1979, foram instaladas instituições com fins educacionais e científicos, que se convencionou chamar de “cinturão institucional”, completando o primeiro ciclo de ocupação urbana da cidade. Esta forma de ocupação culminou com o adensamento de áreas denominadas de “baixadas”⁶⁸. A particularidade dessas áreas – quatro metros abaixo do nível do mar – alagadas ou alagáveis, contribuiu para o alto grau de precarização das condições de moradia e sobrevivência humana.

O esgotamento da oferta de terrenos localizados em terras firmes no interior da Primeira Léguas Patrimonial e o estrangulamento promovido pelo “cinturão institucional” forçou a população de baixa renda – não possuidora de condições para aquisição de terrenos nas áreas altas da cidade – a ocupar as “baixadas”, próximas às áreas com infraestrutura urbana e aos centros de serviços e empregos.

Na década de 1970, o processo de periferização em Belém acentua-se e é evidenciado pela construção de conjuntos habitacionais⁶⁹ e pelo crescimento de ocupações de novas áreas, de forma irregular, no que se refere à situação fundiária, no eixo considerado de expansão urbana. Nesse período, a mobilização e organização dos agentes sociais foram intensificadas para a permanência das famílias nas áreas já ocupadas. Esse processo consolida o vetor de expansão da malha urbana, atingindo um novo eixo constituído pela Avenida Pedro Álvares Cabral, Avenida Augusto Montenegro, Estrada dos 40 Horas, Rodovia do Coqueiro e Rodovia BR 316, acompanhando a implantação dos conjuntos habitacionais para a

⁶⁸ [...] São as planícies holocênicas denominadas de várzeas ou baixadas, com níveis topográficos baixos que vão de 0 a 4 metros de altitude. São áreas que sofrem inundações diárias, que se dão pela influência das marés ou de índices pluviométricos intensos. As várzeas estão presentes no entorno da baía do Guajará, do rio Guamá e baixos cursos dos igarapés que recortam a Região Metropolitana de Belém (PIMENTEL, SANTOS, SILVA, GONÇALVES, 2012. p. 36).

⁶⁹ Sobre a política dos conjuntos habitacionais em Belém, ver estudos de Rodrigues (1998) e Trindade Júnior (1997).

população de baixa renda nessas áreas e reforçando a conurbação entre Belém e Ananindeua (IPEA, 1997, p. 52).

De acordo com estudo⁷⁰ desenvolvido pela PMB (2001), os estratos sociais de renda mais elevada encontram-se nos bairros do Comércio, do Reduto, de Nazaré e Batista Campos, bem como partes expressivas dos bairros da Cidade Velha, Umarizal e Marco. Os estratos considerados médios apresentam forte tendência locacional linearizada, situada ao longo da Avenida Augusto Montenegro, ficando o nível mais baixo do gradiente de renda, posicionado tanto nas baixadas e na periferia continental mais distante, incluindo-se os núcleos urbanos do Distrito de Icoaraci, das Ilhas de Outeiro, Mosqueiro e Cotijuba (BELÉM, 2001, p. 30), reproduzindo, assim, a forma clássica de ocupação, uso e apropriação do solo urbano no Brasil, em que as melhores áreas das cidades, dotadas de infraestrutura urbana e social são destinadas à burguesia, enquanto aos trabalhadores empobrecidos restam as áreas consideradas precarizadas.

Outro estudo que buscou demonstrar o processo de segregação social em Belém tem nos dados do IBGE a sua base de argumentação. Assim, a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000, a pesquisa coordenada por Ribeiro (2007) no Observatório das Metrópoles, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) sobre as regiões metropolitanas no Brasil, em Belém foi desenvolvida por pesquisadores da Universidade Federal do Pará⁷¹ (UFPA), revela o processo de espacialização da população nos municípios da RMB⁷², a partir de categorias socio-ocupacionais, classificadas segundo as atividades desenvolvidas pela População Economicamente Ocupada (PEA). A pesquisa classificou 25 categorias, agrupadas em oito grandes categorias: 1) empregadores e dirigentes; 2) trabalhadores intelectuais; 3) pequenos empregadores; 4) trabalhadores em ocupações médias; 5) trabalhadores do setor secundário; 6) trabalhadores do terciário especializado; 7) trabalhadores do terciário

⁷⁰ O referido estudo, realizado no ano de 2001, denominado Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais (PEMAS), foi desenvolvido com o intuito de subsidiar as ações de Desenvolvimento Institucional Municipais nos setores urbanos e habitacional, relacionadas ao Subprograma Desenvolvimento Institucionais do Programa Habitar-Brasil/BID.

⁷¹ Na UFPA, o grupo de pesquisa foi composto por docentes das Faculdades de Arquitetura e Urbanismo, Serviço Social, Economia e do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA).

⁷² No estudo sobre a RMB, foi feito um esforço no sentido de aproximação das Áreas de Expansão Domiciliar (AEDs) aos limites de bairros, com delimitações previstas, no caso do município de Belém, pela Lei Municipal nº 7.806 de 30/07/1996. Para o município de Belém foram definidas 38 AEDs com as mesmas denominações dos bairros deste município, para Ananindeua 15 AEDs e uma AED para cada um dos outros municípios metropolitanos restantes.

não especializado; 8) trabalhadores agrícolas. Estas categorias foram distribuídas pelos seguintes tipos socio-ocupacionais⁷³: superiores, médios e inferiores.

Com base nas informações sistematizadas por essa pesquisa foi possível verificar que a estrutura social da RMB, quanto aos tipos socio-ocupacionais, aponta para a existência de um processo de segregação socioespacial, que segmenta este território. Por exemplo, observa-se na cidade de Belém que os tipos superior e médio superior concentram suas habitações nas melhores faixas de terras, enquanto que os tipos operário e popular ocupam informalmente as áreas alagáveis e insalubres.

Com uma densidade demográfica de 731,4% maior que a de Manaus, Belém enfrenta desafios de grande proporção para solucionar a questão da falta de moradia ou de sua precarização. Diante da pressão que a questão exerce, o poder público municipal deu início à estruturação da prefeitura para tratar do assunto, a partir de 1998. Anterior a esse período, a questão da habitação era vista de forma pulverizada por diversos setores da prefeitura, tais como a Companhia de Desenvolvimento metropolitano (CODEM), Secretaria Municipal de Urbanismo (SEURB) e Secretaria Municipal de Saneamento (SESAN), além da Companhia Estadual de Habitação (COHAB) e órgãos vinculados à esfera do governo federal, tais como o BNH (1964-1986) e, mais recentemente, o MCIDADES e a CAIXA.

Esse quadro de institucionalidade da questão habitacional correspondeu à dinâmica que se estabeleceu em nível federal, pois, conforme já foi visto nesse trabalho, o Brasil viveu vários anos de desorientação para a política habitacional. Segundo o relatório do PEMAS (BELÉM, 2001), em consequência da ação limitada do poder público municipal, os investimentos na construção de moradias no município de Belém estiveram, majoritariamente, sendo gerenciados pela COHAB⁷⁴, que durante o período de 1965-1991, construiu 22.019 unidades habitacionais e, dessas, apenas 20,04% atendiam à demanda de Belém (BELÉM, 2001).

Esse quadro de institucionalidade da questão habitacional correspondeu à dinâmica que se estabeleceu em nível federal, pois, conforme já visto nesse trabalho, o Brasil viveu muitas décadas de desorientação para a política habitacional. Segundo

⁷³ Os tipos superiores representam a concentração de categorias socio-ocupacionais dirigentes e de profissionais de ensino superior; os tipos médios expressam a presença da pequena burguesia e de setores médios acima da média metropolitana ou perto dela, além de categorias operárias e populares e os tipos inferiores que agrupam diversos operários, trabalhadores não especializados e categorias subproletariado (RIBEIRO, 2007).

⁷⁴ A COHAB-PARÁ é uma empresa de economia mista, criada pela lei estadual 3.282 de 13.04.1965 na dinâmica da política habitacional do BNH 1964-1986. Nos anos recentes, a COHAB executa recursos do orçamento estadual e federal, por meio da CAIXA, OGU e programas federais especiais.

o relatório do PEMAS (BELÉM, 2001), em consequência DA ação limitada do poder público municipal, os investimentos na construção de moradias no município de Belém estiveram, majoritariamente, sendo gerenciados pela COHAB que, durante o período de 1965-1991, construiu 22.019 unidades habitacionais e, dessas, apenas 20,04% atendiam À demanda de Belém (BELÉM, 2001).

Após a criação do MCIDADES, do Conselho Nacional das Cidades, da atualização dos dispositivos jurídicos e da formulação de programas específicos como o PAC e o Minha Casa Minha Vida, a COHAB, enquanto órgão estadual, gestor da política habitacional no Pará, tem ampliado seu raio de atuação, articulando recursos estaduais e federais, conforme se pode verificar na Tabela 9.

Tabela 9 - Investimento da COHAB em ações habitacionais em Belém (2000-2010).

Programa/Fonte de Financiamento	Empreendimento	Famílias Beneficiadas	Período
Habitar Brasil-BID	Urbanização de áreas ocupadas por sub-habitações	1.328	1998-2001
Pró-Moradia	Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários	1.812	1997-2006
Pró-Moradia/FGTS	Urbanização e Regularização de Assentamentos precários	1.812	1997-2006
	Produção de Conjuntos Habitacionais	2.743	
Construcard/CAIXA	Construção de habitações em áreas já infra-estruturadas	459	2000-2001
Programa de Subsídio à Habitação Social (PSH)/CAIXA	Construção de habitações em áreas já infraestruturadas	582	2002-2003
PAC/OGU	Urbanização de assentamentos precários (lote urbanizado + lote e habitação)	11.731	2008-2011
Programa de Arrendamento Residencial	Construção de unidades habitacionais	1-084	2000-2003
Programa Carta de Crédito Associativo	Construção de unidades habitacionais destinadas à famílias	1.127	1998-2006
Total		20.866	

Fonte: COHAB (2011). Organização: Sandra Cruz.

Pelos dados da Tabela 9, pode-se observar que os programas desenvolvidos pela COHAB para o município de Belém, em sua maioria estão destinados à urbanização de áreas já ocupadas, com baixa produção de novas unidades habitacionais. São áreas com tradição de mobilização social e de luta social pelo Direito à Moradia, como é o caso das áreas localizadas nos bairros Guamá, Tenoné e Paracuri. Em todo caso, a produção de novas moradias quase sempre está vinculada a projetos de urbanização que incluem o remanejamento como solução de moradia para as famílias que habitam áreas precarizadas, como é o caso das obras financiadas com recursos do PAC.

Outro aspecto que chama a atenção é o fato de que as fontes de recursos são majoritariamente oriundas da esfera federal, com a participação do governo estadual apenas no que tange aos valores de contrapartida, demonstrando a baixa capacidade dessa esfera governamental em desenvolver a política habitacional e garantir o direito à moradia em Belém e no Pará. Além disso, tem-se conhecimento da baixa capacidade de gestão dos recursos e dos programas formulados, uma vez que o cronograma estipulado para a realização das obras sofre solução de continuidade permanentemente, como é o caso das obras vinculadas ao PAC, que estavam previstos para conclusão em 2011, mas que até a presente data não se tem previsão para finalização, em Belém⁷⁵.

Tais aspectos estão relacionados ao que vários estudiosos já analisaram sobre o investimento público em moradia: a) Os programas elaborados e recursos destinados visam estruturar a cidade para os grupos mais bem posicionados economicamente, como é o caso dos programas de urbanização; b) O investimento acaba por favorecer o mercado de habitações, ao estimular o setor imobiliário especulativo; c) O processo de urbanização das áreas não considera o ônus a ser gerado aos segmentos populares, como é o caso das taxas e tributos como impostos, água, esgoto etc., levando ao abandono das áreas e a busca ou formação de outras ocupações; d) Os investimentos não possibilitam o fortalecimento institucional da gestão pública no sentido de reverter o quadro de fragilidade administrativa, principalmente das prefeituras municipais. Estes são

⁷⁵ Sobre a paralisação das obras do PAC em Belém, os moradores desalojados de suas residências pelo programa se organizaram e formaram o Fórum de Entidades e Moradores de Áreas de projetos do PAC-Belém (FEMA-PAC). O FEMA-PAC, articulado com parlamentares da Assembleia Legislativa do Pará, com lideranças dos movimentos sociais das áreas atingidas reivindicaram da COHAB a realização de audiências públicas para debaterem sobre a paralisação das obras. Algumas paralisadas desde 2008, 2010 e 2011 (FEMA-PAC, 2012).

alguns dos aspectos que permeiam as experiências de urbanização com centralidade na melhoria habitacional.

No que tange à esfera municipal, a política de habitação passou a ser estruturada após a criação da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), pela lei nº 7.865, de 05 de janeiro de 1998. Considerando que a gestão municipal nesse período era composta por uma frente popular de esquerda⁷⁶, que inaugurou uma forma participativa de governar a cidade, nesse mesmo ano foi realizada a Primeira Conferência Municipal de Habitação, que deliberou sobre os principais eixos norteadores da política municipal de habitação: a) Produção e organização do espaço urbano; b) Governabilidade participativa e controle social, e c) Reforma urbana na cidade dos rios.

A elaboração e definição de projetos e programas se deram no cerne da experiência do Orçamento Participativo, no período de 1997-2000 e posteriormente no âmbito do Congresso da Cidade, no período de 2001-2004⁷⁷. Tratava-se de espaços de planejamento participativo, em que a população de Belém decidia sobre os investimentos a serem realizados na cidade com os recursos oriundos do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Nesse contexto, a SEHAB desenvolveu vários programas e projetos de urbanização e de melhorias habitacionais. Cita-se: O Direito de Morar; o programa Gestão dos Rios Urbanos; o projeto Morando Melhor, o Plano de Desenvolvimento Local Riacho Doce e Pantanal, conforme Quadro 4.

⁷⁶ O governo eleito em 1996, para a gestão 1997-2000, era composto por uma frente de esquerda com quatro partidos políticos, liderada pelo Partido dos Trabalhadores e que elegeu o arquiteto e urbanista Edmilson Rodrigues, tendo sido reeleito no ano 2000 para a gestão 2001-2004.

⁷⁷ Essa gestão municipal se pautou pelas experiências do orçamento participativo e do congresso da cidade como espaços de decisão e planejamento orçamentário e financeiro das ações, programas e projetos executados em todos os setores da estrutura municipal. Sobre essa experiência, ver as publicações: Rodrigues (1999); Santos, Moreira, Sousa (2002); Neves, Quintela, Cruz (2004).

Quadro 4 - Projetos e Programas municipais executados pela Prefeitura Municipal de Belém (1997-2004).

PROGRAMAS/PROJETOS	FINALIDADE	LOCALIZAÇÃO	FINANCIAMENTO	FONTE
DIREITO DE MORAR	Urbanização de ocupações desordenadas, regularização fundiária e construção de novas unidades habitacionais.	Áreas de Laranjeiras, Radional II, Jardim Bom Futuro, Residencial Raimundo Jinkings, Conjunto São Gaspar, Residencial Nova Belém I e II, Morada de Deus I e II, Residencial Eduardo Angelim I, II, III e Residencial Malvinas	R\$ 13. 650.338,00	PMB/CAIXA
GESTÃO DOS RIOS URBANOS	Diagnóstico para plano de melhoria das condições e de gestão dos rios Paracuri e Mata-Fome	Rio Paracuri no Distrito de Icoaraci e Rio Mata-Fome no bairro do Tapanã	—	Convênio PMB/Programa de Gestão Urbana da ONU
MORANDO MELHOR	Revitalização da Vila da Barca, através da melhoria das moradias e da recuperação das vias de baixada, estivas e sistemas de água e esgoto.	Moradores da Vila da Barca, no bairro do Barreiro.	R\$ 28.200,00	Convênio PMB/Centro de Estudos, Articulação e Referências sobre Assentamentos Humanos (ONG Ceará Periferia) e o Programa Gestão Urbana.
PRÓ-MORADIA	Urbanização de 13 áreas de ocupação, no Distrito do Bengui (DABEN) que receberam rede de esgoto, sistema de tratamento de água, asfaltamento de ruas, calçamento, arborização, equipamentos comunitários como postos de saúde, creches e quadras esportivas e regularização fundiária.	Jardim Bom Futuro, Residencial Raimundo Jinkings e Canal São Gaspar no DABEN); Morada de Deus I e II no DAICO	R\$ 11. 800.00	PMB/CAIXA
PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL RIACHO DOCE/PANTANAL	Integração e articulação das ações de planejamento participativo, Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba, preservação e/ou recuperação do rio, educação e gestão ambiental, transporte fluvial, habitação, regularização fundiária, educação, saúde, assistência social e geração de renda.	Comunidades das ocupações desordenadas do Riacho Doce e Ilha do Pantanal no DAGUA; Bairros que compõem a Bacia Hidrográfica do Tucunduba	R\$ 12.054.000,00	PMB/Programa Habitar-BID/SEDUR-PR.
TOTAL			R\$ 25.744.338,00	

Fonte: Mensagens da Prefeitura à Câmara de Vereadores (1998, 1999, 2002).

De maneira semelhante, a PMB, no período mencionado, buscou recursos nas mesmas fontes acessadas pela COHAB e também encontrou dificuldades para implementar os projetos aprovados pelas instâncias participativas e pelos órgãos financiadores. O fato de ser uma gestão de caráter democrático não foi suficiente para ultrapassar os limites impostos pela conjuntura neoliberal. Assim como a estrutura municipal, a burocracia legalizada, os servidores públicos com baixa qualificação técnica e política, os cortes financeiros, a pressão política por parte das lideranças que disputavam os orçamentos nas instâncias de participação, são elementos que inviabilizaram algumas das agendas definidas no âmbito dessa gestão. Contudo, o aspecto da participação popular e do controle social deve ser ressaltado como o que diferenciou a gestão da PMB nos anos de 1997-2004, quando comparada à gestão estadual da COHAB e à atual gestão municipal.

A gestão que assumiu a PMB em 2005 encontrou programas e projetos aprovados nas instâncias de participação popular no município e nas agências de financiamento e, portanto, com recursos garantidos para a continuidade dos programas, conforme pode se observar no Quadro 5, destacando-se os financiados com recursos da OGU e da CAIXA. Contudo, a nova gestão adotou a velha prática de negar os investimentos já feitos na cidade e foi incapaz de intensificar as políticas discutidas nos fori de participação popular. É digno de nota a situação do PDLS-Riacho Doce/Pantanal,⁷⁸ que foi considerado pela gestão de 1997-2004, projeto estratégico de urbanização de assentamento precário, concebido e construído juntamente com a população residente dessas áreas, e que constam como investimento municipal (Quadro 4), mas que não aparece no quadro de investimentos da PMB (Quadro 5). Esse foi um dos projetos ignorados pela atual gestão municipal, e que após muita luta, denúncia e reivindicação popular, teve a sua gestão repassada para o governo estadual no ano de 2007, mas, ainda assim, encontra-se com suas obras paralisadas.

⁷⁸ Esse projeto de planejamento participativo desenvolvido em uma das áreas de ocupação espontânea, considerada como área de assentamento precário. Foi interrompido quando da mudança da gestão municipal, ficando suas obras paralisadas até 2008, por ocasião da visita da missão da ONU pela Moradia Digna, momento em que o movimento social pressionou o poder público a resolver o impasse criado pelo prefeito eleito. O Projeto, então, migrou da esfera municipal para a esfera estadual, tendo sido assumido pela COHAB no ano de 2007. Mesmo assim, ainda se encontra em fase de execução, tendo sofrido várias alterações, inclusive descaracterizando o modelo de gestão participativa.

Quadro 5 - Investimentos no Setor Habitacional em Belém (2005-2012). Valores em Reais (R\$).

TIPO DE INVESTIMENTO	PROGRAMA	FONTE DO RECURSO	VALOR DO REPASSE	VALOR DA CONTRAPARTIDA (PMB)	TOTAL DE INVESTIMENTO	TOTAL DE HABITAÇÃO	INFORMAÇÃO SOBRE O PROJETO
COMANDANTE CABANO ANTÔNIO VINAGRE	HABITAR BRASIL	Tesouro Municipal (*)	—	3.800.000,00	3.800.000,00	126	Projeto originalmente concebido para beneficiar remanejados da Av. Primeiro de Dezembro (João Paulo II)
VILA DA BARCA (1ª ETAPA)	Morar melhor	OGU/ CEF	10.613.501,97	1.056.816,31	11.670.318,28	136	Unidades Habitacionais e Infraestrutura
VILA DA BARCA (2ª ETAPA-FASE I)	Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários (palafita zero)	OGU/ CEF	7.988.360,85	421.205,24	8.409.566,09	30	Urbanização e construção de unidades habitacionais
VILA DA BARCA (2ª ETAPA-FASE II)	Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários (palafita zero)	OGU/ CEF	7.988.360,85	356.917,93	8.345.278,78	30	Urbanização e construção de unidades habitacionais
VILA DA BARCA (2ª ETAPA-FASE III)	Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários (palafita zero)	OGU/ CEF	7.988.360,85	304.846,73	8.293.207,58	30	Urbanização e construção de unidades habitacionais
VILA DA BARCA - 3ª ETAPA (PAC)	Programas prioritários de investimentos - intervenções em favelas	PAC-OGU/ CEF	36.080.000,00	15.116.240,03	51.196.240,03	462	Urbanização e construção de unidades habitacionais e equipamentos urbanos e comunitários

TIPO DE INVESTIMENTO	PROGRAMA	FONTE DO RECURSO	VALOR DO REPASSE	VALOR DA CONTRAPARTIDA (PMB)	TOTAL DE INVESTIMENTO	TOTAL DE HABITAÇÃO	INFORMAÇÃO SOBRE O PROJETO
CDP 3 - FASE 2	Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários (palafita zero)	FNHIS/CEF	8.658.000,00	4.130.774,00	12.788.774,00	24	Urbanização e construção de unidades habitacionais
CDP 3 - FASE 3	Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários (palafita zero)	PAC – OGU/ CEF	2.965.600,00	1.414.718,07	4.380.318,07	56	Urbanização e construção de unidades habitacionais
CDP 3 - FASE 4	Pró-moradia	FGTS/ CEF	70.015.000,00	3.685.000,00	73.700.000,00	360	Urbanização e construção de unidades habitacionais
CDP 3 - FASE 1	FNHIS	OGU/ CEF	9.250.750,00	7.400.600,00	16.651.350,00	156	Urbanização e construção de unidades habitacionais
PMHIS	Apoio à elaboração de Planos Habitacionais	CEF	58.640,00	2.932,00	61.572,00	—	
ARTHUR BERNARDES	PAC 2	OGU / MCMV/ CEF	9.550.861,33	2.552.933,37	12.103.794,70	168	Urbanização e construção de unidades habitacionais e equipamentos urbanos e comunitários
TOTAL				40.242.983,68	211.400.419,53	1.578	

Fonte: SEHAB (2012).

A análise do Quadro 5 sobre os investimentos feitos pela Prefeitura Municipal em Belém expõe e reafirma a tese de que no Brasil os municípios se encontram majoritariamente com suas estruturas fragilizadas e, conseqüentemente, sua capacidade de gestão e realização muito baixa. Percebe-se que em um período de 16 anos de gestão municipal da política habitacional, a prefeitura não ultrapassou a meta de 1.578 unidades, materializadas em unidades domiciliares, produção de lotes, urbanização de assentamentos, instalação de equipamentos comunitários e reforço de planejamento institucional. Chama atenção, ainda, a baixa capacidade de investimento de recursos próprios do município, pois o maior volume de recursos advém dos cofres públicos federais, próprios ou em articulação com as agências multilaterais, como é o caso do HABITAR-BRASIL/BID, com pouco investimento originado pela arrecadação municipal própria, o que certamente coloca em questão o pacto federativo da municipalização dos serviços e da descentralização da gestão⁷⁹.

Os processos de participação popular norteadores da política habitacional em Belém possibilitaram maior transparência na execução dos recursos e na articulação dos movimentos sociais organizados, como salvaguarda das reivindicações e bandeiras de lutas históricas, em prol do direito à moradia. Mesmo assim, a gestão municipal desse período não escapou da fragilidade institucional em relação à execução dos recursos e do cumprimento do cronograma. Haja vista que, várias das obras previstas não conseguiram ser finalizadas no tempo previsto, algumas, inclusive, continuam no impasse até os dias atuais, como é o caso do Plano de Desenvolvimento Local Riacho Doce/Pantanal, que oscila conforme a definição política de quem está na gestão.

Com a inauguração no Brasil do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, a atual gestão⁸⁰ da prefeitura se viu forçada a constituir o Conselho Municipal de Habitação e o Sistema Municipal de Interesse Social, que incorpora o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social⁸¹, acompanhando a política de descentralização das políticas públicas e a normatização da política habitacional no Brasil. Com o advento da descentralização instaurada no país nos anos 1990, a

⁷⁹ Sobre esse tema em âmbito local ver Cruz (2004. P. 61-78).

⁸⁰ A atual gestão da prefeitura é coordenada pelo prefeito Duciomar Costa, eleito com o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em 2004, para o período 2005-2008 e reeleito em 2008, para o período 2009-2012.

⁸¹ O Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social, o Conselho Municipal e o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social foram criados pela lei nº 8.478/2005 e regulamentados pelo Decreto nº 50.419, de 31 de janeiro de 2006.

Prefeitura Municipal só pode acessar recursos financeiros da esfera federal à medida que os gestores municipais garantem a institucionalidade da política pública em âmbito municipal, capacitando o município a fazer a captação de recursos nacionais e internacionais.

Nesse sentido, a Prefeitura Municipal de Belém (PMB) foi pressionada pelas instâncias federais de governo a criar as condições necessárias para o acesso de recursos públicos e, assim, em 2007, a PMB iniciou o processo de elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS), realizando o Diagnóstico Habitacional de Belém (DHB)⁸², como etapa precedente à elaboração do PMHIS, de forma a identificar a realidade dessa questão no âmbito municipal.

O cálculo do déficit habitacional para o Brasil, realizado pela Fundação João Pinheiro (FJP), fez parte de um contrato entre essa fundação e o MCIDADES, que diante da demanda de elaborar o Plano Nacional de Habitação (PLANHAB) necessitava de maior aproximação com a realidade brasileira. Nesse sentido, para o cálculo do déficit nacional, a FJP desenvolveu uma metodologia que ajudasse na definição do Déficit Habitacional Básico (DHB) e Inadequação de Moradias⁸³, calculado para Unidades da Federação, regiões metropolitanas e municípios com população urbana igual ou superior a 20 mil habitantes, ou seja, aqueles com obrigatoriedade de elaboração do Plano Diretor.

Desse modo, a metodologia para o cálculo das necessidades habitacionais foi originalmente desenvolvido, tendo como base de informações a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, estatisticamente representativa somente para as unidades da Federação e as nove regiões metropolitanas. Adaptar essa metodologia, de modo a fornecer o cálculo desses mesmos indicadores para municípios foi outro objetivo do estudo.

Desse modo, o DHB foi definido levando em consideração os seguintes elementos: Domicílios improvisados; famílias conviventes; cômodos e domicílios rústicos. Esses são os elementos que determinam o DHB⁸⁴ para os municípios

⁸² O DHB foi desenvolvido pela Organização Não Governamental Instituto Amazônico de Gestão e Planejamento Urbano e Ambiental (IAGUA), contratada pela PMB. O relatório do DHB é composto de cinco volumes acerca da situação política, institucional e habitacional de Belém.

⁸³ De acordo com a FJP, “a metodologia desenvolvida para o cálculo do déficit habitacional e das inadequações de domicílios exige um nível de detalhamento de dados secundários que, para o caso de municípios, só seria possível com a divulgação e a liberação pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dos dados da amostra e dos ‘microdados’ do Censo Demográfico 2000, o que ocorreu no final do ano de 2002”.

⁸⁴ De acordo com a FJP, o conceito de déficit habitacional utilizado está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias, englobando tanto aquelas moradias sem condições de

brasileiros a partir de 20 mil habitantes. No caso de Belém, o déficit habitacional⁸⁵ foi calculado em 73.977 novas unidades habitacionais para atender à demanda dos que não possuem moradia ou para quem precisa repor a unidade habitacional, em decorrência da depreciação construtiva (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2006), conforme Tabela 10.

Tabela 10 - Estimativa dos componentes do Déficit Habitacional Básico (1) Belém - 2000⁸⁶.

Especificação	Total	Urbana	Rural
Domicílios Improvisados	629	601	28
Famílias Conviventes ou Coabitação Familiar	56.652	56.469	183
Cômodos (2)	12.619	12.484	135
Domicílios Rústicos (3)	4.077	4.016	61
Total	73.977	73.570	407

Fonte: BELÉM; INSTITUTO... (2008).

Notas:

- (1) Déficit Habitacional Básico: soma da coabitação familiar, dos domicílios improvisados e dos rústicos.
- (2) Em Belém se considera cômodo, os domicílios que se restringem a apenas um compartimento, podendo ser de madeira ou tijolo e localizam-se predominantemente nas áreas subnormais ou bairros de extrema pobreza.
- (3) O total de domicílios rústicos das regiões, unidades da Federação, inclui as estimativas inferiores a 50 unidades.

Observa-se que o déficit habitacional em Belém é determinado pelos elementos da “coabitação familiar”, que corresponde a 56.652 unidades habitacionais; e os cômodos utilizados como moradia, correspondendo a 12.619 unidades, significando que a redução do déficit habitacional básico nessa cidade pressupõe um investimento de maior peso na aquisição de novas moradias, principalmente quando esse déficit atinge a maioria da população que se encontra dentre os que percebem salários de zero a três salários mínimos, como demonstra os dados da Tabela 11.

serem habitadas devido à precariedade das construções ou em virtude de terem sofrido desgaste da estrutura física e que devem ser repostas, quanto à necessidade de incremento do estoque, decorrente da coabitação familiar ou da moradia em locais destinados a fins não residenciais (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2006).

⁸⁵ Ressalta-se que o cálculo realizado para o déficit habitacional no Brasil, a partir do Censo (IBGE, 2000) é um valor aproximado, lembrando que em 2001, por ocasião do estudo do PEMAS (PMB, 2001), o déficit habitacional para Belém foi estimado em 128.312 unidades habitacionais. Do mesmo modo que é necessário lembrar que em 2007, a Fundação João Pinheiro, a pedido do MCIDADES, atualizou o cálculo do déficit habitacional no Brasil, reduzindo-o de sete para seis milhões de domicílios, enquanto para Belém o déficit ficou estimado em 67.421 domicílios.

⁸⁶ É importante ressaltar que o cálculo do déficit para Belém, além dos dados do censo 2000, foi acrescido da base de dados do Cadastro Técnico Multifinalitário da PMB (2008), sendo que as informações resultantes do Censo 2010 ainda não foram disponibilizadas para atualização do estudo realizado pela FJP, e que institucionalmente se constitui referência para todo o Brasil.

Tabela 11 - Estimativa dos componentes do Déficit Habitacional Básico, segundo faixas de renda - Belém (2000).

TIPOS DE HABITAÇÃO	FAIXAS DE RENDA EM SALÁRIOS MÍNIMOS								Total
	Até 3 SM	%	3-5 SM	%	5-10 SM	%	Mais de 10 SM	%	
Domicílios Improvisados	347	57,7	108	18,0	74	12,3	72	12,0	601
Famílias Conviventes	43.365	76,8	6.272	11,1	4.317	7,6	2.515	4,5	56.469
Cômodos	9.904	79,3	1.802	14,4	666	5,3	112	0,9	12.484
Total	5.3616	77,1	8.182	11,8	5.057	7,3	2.699	3,9	69.554

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatísticas e Informações (CEI). Déficit Habitacional no Brasil – Municípios Selecionados.

O déficit habitacional, segundo a renda salarial, demonstra a intensidade da segregação produzida em Belém, com aproximadamente 90% dos domicílios que compõem o déficit encontrando-se na faixa salarial de zero a cinco salários mínimos, impondo ao poder público o desafio de direcionar os programas de governos para o atendimento desses segmentos sociais, articulando-os com um conjunto de outras medidas econômicas e sociais que venham a facilitar o atendimento da demanda prioritária, tornando a moradia um direito, pois a permanência das famílias no lugar de moradia depende das condições de vida que lhes são asseguradas. Do contrário, a prática da valorização econômica empurrará novamente as famílias para a produção de um novo déficit habitacional, tornando-o um “círculo vicioso”.

Nesse sentido, a estrutura urbana de Belém reproduz a mesma realidade das grandes cidades brasileiras, onde o fenômeno da segregação social aprofunda cada vez mais a situação de desigualdade e precarização da vida social de frações das classes trabalhadoras que se reproduzem no interior de suas áreas periféricas (RIBEIRO; AZEVEDO, 1996). Ainda no contexto da segregação social em Belém, o estudo da situação habitacional revela que, além do déficit quantitativo, Belém apresenta um déficit considerado qualitativo, em decorrência da precariedade de infraestrutura urbana vivenciada nesta cidade.

O Diagnóstico Habitacional de Belém apontou a existência de 449 assentamentos precários⁸⁷ localizados em 48 bairros, dos 71 existentes no município, inclusive as ilhas de Mosqueiro e Outeiro, conforme Tabela 12 e Mapas 7a-b, abrigando 50% dos domicílios existentes⁸⁸, o que significa que metade da população reside nessas localidades.

Tabela 12 - Número de assentamentos precários em Belém, segundo os bairros.

Ordem	Bairro	Assentamentos	%
01	Marco	10	2,2
02	Águas Lindas	9	2,0
03	Águas Negras	9	2,0
04	Agulha	2	0,4
05	Aurá	3	0,7
06	Bairro da Brasília	1	0,2
07	Barreiro	14	3,1
08	Batista Campos	2	0,4
09	Benguí	10	2,2
10	Cabanagem	11	2,4
11	Campina	6	1,3
12	Canudos	5	1,1
13	Castanheira	5	1,1
14	Cidade Velha	5	1,1
15	Condor	12	2,7
16	Coqueiro	13	2,9
17	Cremação	4	0,9
18	Cruzeiro	4	0,9
19	Curió-Utinga	10	2,2

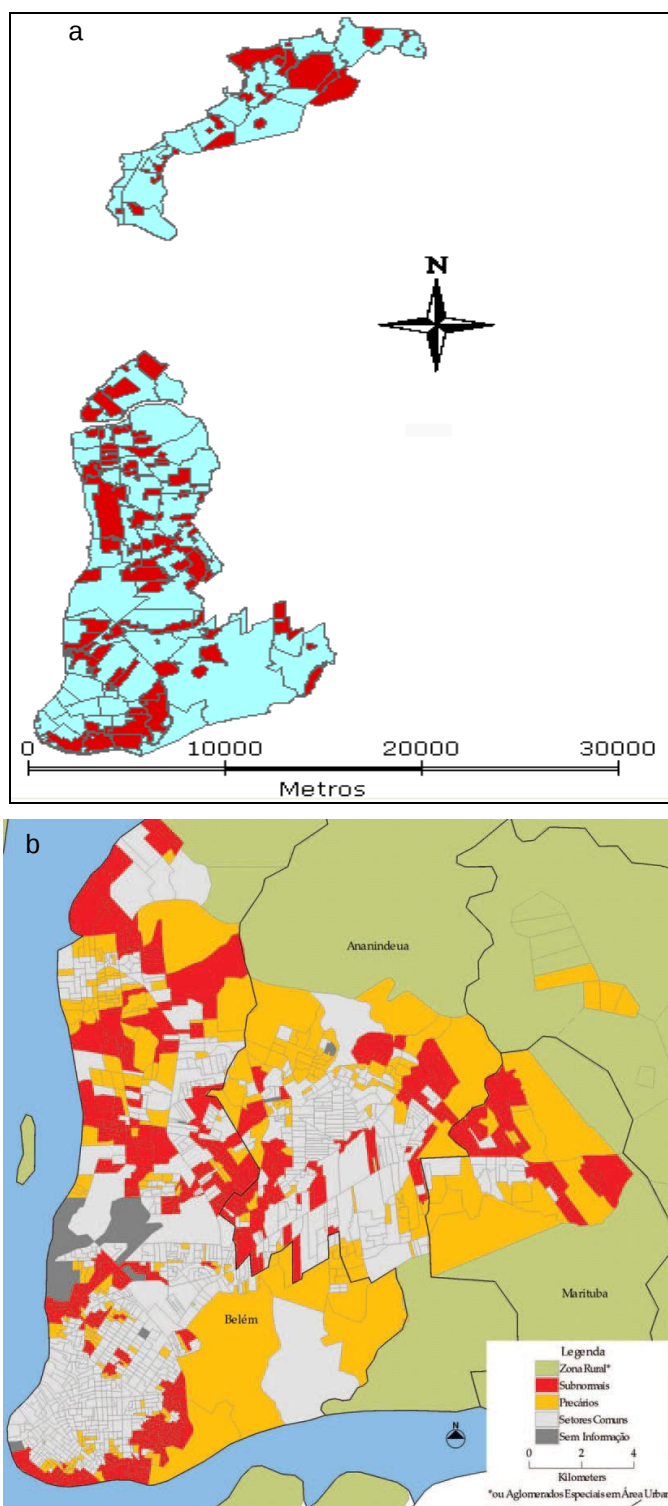
⁸⁷ O estudo dos assentamentos precários em Belém fez parte do diagnóstico habitacional realizado pelo Instituto Amazônico de Planejamento e Gestão Urbana e Ambiental (IAGUA).

⁸⁸ Outro estudo sobre os assentamentos precários no Brasil dá conta de que em Belém 50% dos domicílios encontram-se nessas áreas, dos quais 80% das famílias residentes ganham até três salários mínimos, e a maioria das unidades domiciliares é tecnicamente inadequada para moradia – sem acesso à água potável, a banheiro privativo, à rede de esgoto e ao título de posse do terreno – demonstrando que o acesso à moradia de qualidade só é possível mediante a superação das desigualdades econômica e social (CENTRO DE ESTUDO DA METRÓPOLE/CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO, 2007).

Ordem	Bairro	Assentamentos	%
20	Fátima	6	1,3
21	Guamá	18	4,0
22	Guanabara	3	0,7
23	Icoaraci	15	3,3
24	Itaiteua	2	0,4
25	Jurunas	9	2,0
26	Mangueirão	7	1,6
27	Maracacuera	15	3,3
28	Maracangalha	4	0,9
29	Marambaia	15	3,3
30	Outeiro	6	1,3
31	Paracuri	17	3,8
32	Parque Guajará	16	3,6
33	Parque Verde	11	2,4
34	Pedreira	11	2,4
35	Ponta Grossa	5	1,1
36	Pratinha	14	3,1
37	Sacramenta	20	4,5
38	Santana do Aurá	2	0,4
39	São Brás	2	0,4
40	São Clemente	8	1,8
41	São João do Outeiro	1	0,2
42	Souza	3	0,7
43	Tapanã	27	6,0
44	Telegrafo	7	1,6
45	Tenoné	19	4,2
46	Terra Firme	12	2,7
47	Una	13	2,9
48	Val de Cans	3	0,7
49	Mosqueiro	23	5,1
	Total	449	100,0

Fonte: BELÉM; INSTITUTO...(2008).

Mapas 7a-b - Mapa do município de Belém com os respectivos assentamentos precários, 2008.



Fontes: a) Cardoso, Sá e Cruz⁸⁹, 2011; b) CEM/Cebrap, 2007.

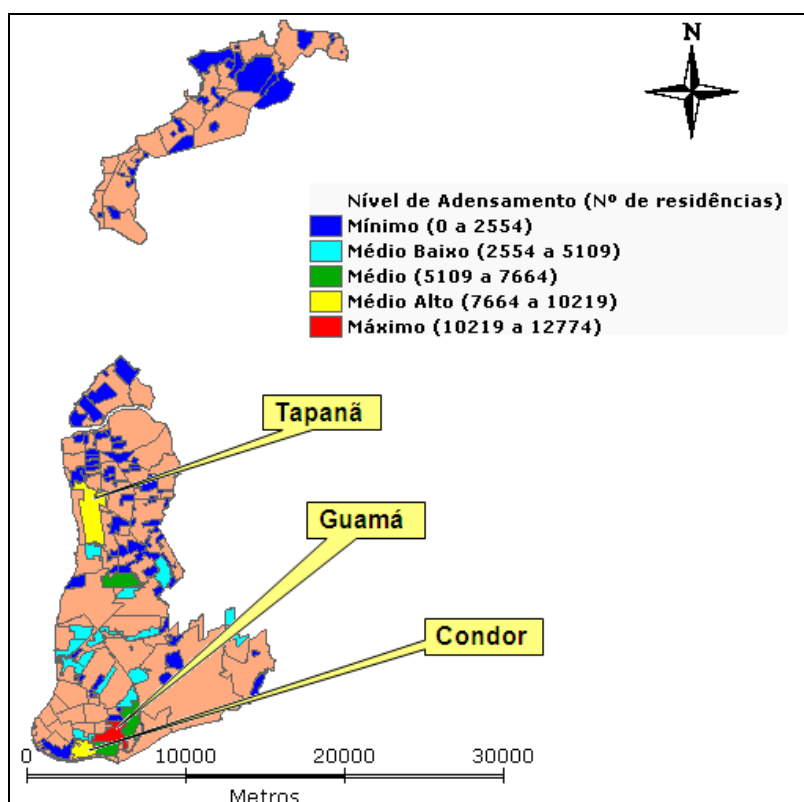
⁸⁹ O presente estudo constitui em esforço de identificação, classificação e caracterização dos assentamentos precários em Belém, bem como qualificá-los a partir da formulação de indicadores socioespaciais urbanos, demonstrando a situação social, econômica e físico-territorial das áreas em situação de precarização urbana. Para melhor entendimento, recorrer a Cardoso (2009); Cardoso, Sá, Cruz (2011); Sá, Cruz, Costa, Cardoso (2008).

De forma ilustrativa, os Mapas 7a-b revelam que ao se comparar os resultados dos dois estudos sobre os assentamentos precários em Belém, observa-se em quase todos os bairros e setores existem áreas de assentamentos precários, agrupados em toda a sua extensão territorial, inclusive na área insular, embora as metodologias tenham sido diferenciadas. Para a identificação e caracterização dos assentamentos precários, o estudo realizado pela PMB/IAGUA (2008) se preocupou em verificar as condições socioambientais e físico-territoriais das áreas selecionadas, a partir dos dados produzidos pelo IBGE (2000) e pelo Cadastro Técnico Multifinalitário da PMB (1998). O estudo classificou os assentamentos precários segundo a origem, a situação física e ambiental, o tipo de intervenção física e a situação fundiária (BELÉM, 2008).

De acordo com a Tabela 12 é possível verificar que os bairros com áreas de acima de 10 assentamentos precários podem ser agrupados em dois conjuntos de bairros: 1) são os mais antigos, os mais consolidados, os que fazem parte das áreas denominadas “baixadas”, com infraestrutura precária e onde residem os extratos da população que sobrevive do mercado informal, com renda salarial abaixo de três salários mínimos. É o caso dos bairros do Marco, Barreiro, Condor, Curió-Utinga, Guamá, Marambaia, Benguí, Pedreira, Pratinha, Sacramento e Una. 2) São os mais novos, que foram reconhecidos como bairros em 1986 pela lei nº 7.806/1986, que fazem parte da área considerada de “expansão urbana”, localizados em torno do eixo da Avenida Augusto Montenegro. É o caso dos bairros Cabanagem, Coqueiro, Icoaraci, Maracacuera, Paracuri, Parque Guajará, Parque Verde, Tapanã, Tenoné e Mosqueiro.

Por esse estudo, constata-se que em todos esses bairros que possuem mais de 10 áreas de assentamentos precários a situação da infraestrutura urbana se apresenta de forma bastante preocupante, dado o nível de moradia considerado alto nessas áreas, conforme se pode observar no Mapa 8.

Mapa 8 - Assentamentos precários de Belém, segundo o nível de adensamento residencial (nº de residências).



Fonte: Cardoso, Sá e Cruz (2011).

O Mapa 8 reafirma de forma visual que a maior concentração de moradia com índices que vão de “médio alto” a “máximo”, cujas áreas possuem entre sete e 10 mil e mais de 10 mil domicílios são Guamá e Condor. São bairros antigos, localizados em áreas de “baixadas” e, portanto, alagados e insalubres, dada a proximidade com o rio Guamá. Enquanto que o bairro do Tapanã, possuindo entre sete e dez mil domicílios, constitui-se em um bairro mais novo, situado ao longo do eixo de expansão urbana, foi criado a partir dos movimentos de ocupação de terras urbanas, pelas camadas populares e que nasceu, cresceu e se adensou sem nenhuma infraestrutura. Porém, com o fenômeno do “boom” imobiliário⁹⁰, retomado a partir dos anos 2000, esse bairro

⁹⁰ Belém viveu o seu primeiro “boom” imobiliário nos anos 1970, com a ocupação, pelo mercado imobiliário, das áreas centrais mais valorizadas economicamente. Nesse período, o mercado imobiliário inaugurou uma nova forma de edificação urbana em Belém através de prédios com mais de quatro andares, com elevador, de luxo, voltados para os segmentos das classes média-alta e alta, arrefecendo após os anos 1980, sendo retomado em fins dos anos 1990 e se intensificando neste século – fenômeno que carece de profundo estudo sociológico, uma vez que Belém está vivendo outra reconfiguração urbana a partir da intervenção do mercado imobiliário, em seu eixo de expansão urbana denominado por alguns agentes do mercado imobiliário como “nova Belém”. Vide estudo de Oliveira (1991), Trindade Júnior (1997), Cardoso, Lima, Sena, Santos e Cruz (2007), Cardoso, Lima, Assis, Cruz e Mercês (2009).

recebeu algumas melhorias urbanas favoráveis aos empreendimentos imobiliários que atualmente disputam a ocupação territorial com os segmentos populares.

O estudo sobre os assentamentos precários constatou ainda vários domicílios sem acesso à água potável e os que possuem tem um sistema instalado “clandestinamente”, sem rede de esgoto, sem pavimentação asfáltica, com energia elétrica informal, sem áreas destinadas ao lazer etc. É o que demonstra a Tabela 13.

Tabela 13 - Oferta de infraestrutura nos assentamentos precários em Belém (2007).

ITENS DE INFRAESTRUTURA	EXISTÊNCIA/OFERTA DOS SERVIÇOS							
	SIM	%	NÃO	%	Não respondeu	%	TOTAL	%
Ruas com pavimentação asfáltica /paralelepípedo	61	13,5	374	83,3	14	3,2	449	100
Calçadas nas ruas	48	10,7	383	85,4	18	3,9	449	100
Arborização	56	13,0	367	81,7	24	5,3	449	100
Coleta de lixo diária	73	16,2	359	80,0	17	3,7	449	100
Creche/escola	256	57,1	193	42,9	0	0	449	100
Segurança/policiamento	218	48,5	212	47,3	19	4,2	449	100
Água encanada	264	58,9	154	34,3	30	6,7	449	100
Iluminação pública	155	34,6	273	60,8	21	4,6	449	100
Serviço de saúde	291	64,7	159	35,3	0	0	449	100
Transporte coletivo	397	88,4	52	11,6	0	0	449	100
Área de lazer	118	26,0	332	74,0	0	0	449	100

Fonte: BELÉM; INSTITUTO... (2008).

Essas informações demonstram que a população residente nas áreas de assentamentos precários sobrevive sem nenhum tipo de conforto, que possa lhe assegurar condições de moradia digna⁹¹. Além de se encontrarem em níveis econômicos baixos, ainda carecem de infraestrutura básica. Dentre os itens relacionados, observa-se que a coleta de lixo aparece como o maior problema das áreas de assentamentos precários. O que se explica pela localização dos domicílios que quase sempre se encontram com ruas com difícil acesso, com áreas em que as estivas de madeira assumem a função de rua, passagem etc., não tendo condições de entrar o carro de coleta (Fotografias 1a-f). Tal situação transforma as áreas e os bairros em territórios isolados e dominados pela violência, quase sempre não havendo alcance dos programas e projetos sociais públicos ou privados.

⁹¹ Em 2010, o Observatório das Metrópoles desenvolveu estudo com o intuito de avaliar as condições urbanas das regiões metropolitanas brasileiras, procurando aferir múltiplas dimensões da vida urbana e assim definir o Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU). O IBEU é composto de três dimensões: Atendimento de serviços coletivos, condições habitacionais e mobilidade urbana. A partir do IBEU, Belém é uma das cidades metropolitanas no Brasil que apresenta os piores resultados, principalmente no que tange ao aspecto moradia e serviços coletivos (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2010).

Fotografias 1a-f - Aspectos gerais da condição da moradia em assentamentos precários na cidade de Belém – Área do Riacho Doce, Jurunas e Terra Firme.



Fonte: Instituto Amazônico de Gestão, Planejamento Urbano e Ambiental (2010).

4.2.2 Moradia em Manaus

Os espaços ocupados (às margens de igarapés e canais) pela população expulsa do campo, tanto no interior do Amazonas, como no interior do Pará (trabalhadores rurais, pescadores, ribeirinhos e índios), migrantes de outros estados do Brasil que chegam à cidade de Manaus com a esperança de melhoria de vida, fixam residência em áreas de risco, encostas íngremes, terras alagadas, onde convivem com doenças, inadequadas condições de habitabilidade e ausência de assistência por parte do poder público. Segundo Bentes (2005):

[...] Foi a partir da implantação e dinamização dos empreendimentos da Zona Franca de Manaus, no final da década de 60, que a ocupação das margens dos igarapés tornou-se mais acentuada. Procurando fixar-se no centro urbano, famílias buscaram satisfazer suas necessidades de moradia ocupando as áreas dos igarapés, uma vez que as áreas secas da cidade encontram-se em franca valorização, com preço acessível somente para as famílias de renda mais elevada (BENTES, 2005, p. 73).

A evolução urbana de Manaus se associa à dinâmica migratória estimulada pelos programas oficiais de povoamento da Amazônia. A partir dos anos 1970, a Zona Franca desempenhou um papel de atração de população de níveis sociais diferentes, mantendo ainda hoje uma recepção de migrantes vindos de vários estados da Amazônia e do Brasil. Segundo Castro [20--]:

[...] O contingente de paraenses, amapaenses, maranhenses e cearenses é alto nos bairros do Leste e do Norte, ocupando espaços novos do entorno da cidade. Os bairros da periferia são o retrato dessa dinâmica, Manaus continua a crescer com altas taxas demográficas [...] e revela, assim, a contradição entre a riqueza e opulência do setor industrial, composto de grandes empresas de eletroeletrônica de liderança mundial, e a pobreza que se alastra pelas Zonas Norte e Leste da cidade. Os bairros populares apresentam precariedade em todos os serviços urbanos como água, esgoto, segurança, transporte, educação, saúde e habitação (CASTRO, [20--]).

Barbosa (2009), ao analisar o processo de ocupação urbana e a questão da moradia em Manaus, descreve a produção e consolidação dos principais bairros daquela cidade, desde a sua criação até meados de 2000, apontando as diferentes conjunturas econômicas e sociais estabelecidas ao longo da reprodução espacial da capital amazonense: ciclo da borracha, cheias do Amazonas e seus afluentes e Zona Franca de Manaus. Diz a autora, que os efeitos das políticas econômicas desenvolvidas em Manaus se deram imediatamente sobre o seu crescimento populacional, ou seja,

[...] O espaço urbano da cidade passa a sofrer fortes intervenções por parte dos novos habitantes que, sem ter onde morar iniciam o processo de ocupação, com a constituição de inúmeros bairros que passam a compor a periferia da cidade. Dentre os primeiros igarapés ocupados, destaca-se o igarapé de Manaus, do Quarenta e Mestre Chico. Os migrantes sentiam-se livres para construir suas casas no curso dos igarapés [...] (BARBOSA, 2009. p. 32).

O enfrentamento da questão da habitação nessa cidade ainda carece de maior ofensividade em relação aos aspectos da infraestrutura urbana. No presente trabalho, a análise da situação habitacional em Manaus partirá dos estudos produzidos pelos órgãos oficiais e pelos realizados por órgãos de pesquisas, com destaque para o levantamento do Censo 2000 e 2010; o estudo realizado pelo CEM/CEBRAP (2007) sobre os assentamentos precários no Brasil, o Atlas do Desenvolvimento Humano de Manaus, elaborado pelo governo do estado do Amazonas e Prefeitura Municipal de Manaus, em parceria com a Fundação João Pinheiro, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o IBGE-Manaus. Buscou-se apoio ainda nos estudos acadêmicos de Bentes (2005); Moura, Schor e Oliveira (2008). É importante ressaltar que diferentemente de Belém, em Manaus não existem estudos específicos de diagnóstico habitacional por parte dos órgãos oficiais estaduais ou municipais. Segundo a coordenadora social da SUHAB, o processo de elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS) encontra-se em curso, não tendo ainda sistematizado um diagnóstico mais preciso sobre a questão.

Em Manaus, a política de habitação é conduzida pela Secretaria Municipal de Habitação e pela SUHAB. Durante as observações realizadas naquela cidade, percebeu-se que as ações do governo estadual para a habitação popular são mais ostensivas, quando comparadas com as do governo municipal. Há uma decisão política do governo estadual em tornar a cidade de Manaus “sustentável”, conseqüentemente, referência para o mundo como cidade desenvolvida e sustentável. O alcance dessa perspectiva prevê o saneamento das áreas consideradas precárias, no que tange aos aspectos de infraestrutura, situadas nos bairros históricos e centrais, próximos ao rio Negro.

São áreas superadensadas e que foram sendo ocupadas historicamente pelos segmentos populares oriundos do interior do Amazonas e de outros estados. De acordo com a literatura disponível sobre Manaus, os segmentos populares ao chegarem a Manaus fixaram residência nas áreas centrais,

localizadas às margens dos igarapés que entrecortam o interior dessa cidade e, ao longo dos anos 1970-1980, foram sendo rapidamente adensadas, conforme se observa no Mapa 10.

Barbosa (2009), ao analisar o processo de ocupação urbana e a questão da moradia em Manaus, descreve a produção e consolidação dos principais bairros daquela cidade, desde a sua criação até meados de 2000, apontando as diferentes conjunturas econômicas e sociais estabelecidas ao longo da reprodução espacial da capital amazonense: ciclo da borracha, cheias do Amazonas e seus afluentes e Zona Franca de Manaus. Diz a autora, que os efeitos das políticas econômicas desenvolvidas em Manaus se deram imediatamente sobre o seu crescimento populacional, ou seja,

[...] O espaço urbano da cidade passa a sofrer fortes intervenções por parte dos novos habitantes que, sem ter onde morar iniciam o processo de ocupação, com a constituição de inúmeros bairros que passam a compor a periferia da cidade. Dentre os primeiros igarapés ocupados, destaca-se o igarapé de Manaus, do Quarenta e Mestre Chico. Os migrantes sentiam-se livres para construir suas casas no curso dos igarapés... (BARBOSA, 2009. p. 32).

O adensamento populacional em Manaus tem gerado um processo de reprodução das áreas consideradas tecnicamente pelo IBGE como “aglomerados subnormais”⁹². No ano de 2000 foram registrados em Manaus 26 aglomerados considerados subnormais, com 31.084 domicílios. O déficit habitacional para essa cidade está em torno de 50 mil novas habitações necessárias para suprir a demanda existente (BENTES, 2005, p. 75). Enquanto que o estudo realizado pelo CEM/CEBRAP, a partir do Censo 2000, identificou 324.862 domicílios em aglomerados subnormais e assentamentos precários, com, aproximadamente, 359.876 pessoas residindo essas áreas, o que corresponde a 26% do total de habitantes de Manaus, conforme a Tabela 14.

⁹² Para o IBGE (2009), os “aglomerados subnormais” é um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e, estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa (IBGE, 2009).

Tabela 14 - Estimativa de domicílios e pessoas em assentamentos precários nas áreas urbanas em Manaus, 2000.

Domicílios em Setores Subnormais (A)	Domicílios em Setores Precários (B)	Estimativa de domicílios em assentamentos precários (A+B)	Total de domicílios em todos os tipos de setores	% de domicílios em assentamentos precários
39.220	45.313	84.533	324.862	26,02
Pessoas em Setores Subnormais (A)	Pessoas em Setores Precários (B)	Estimativas de pessoas em assentamentos precários(A+B)	Total de pessoas em todos os tipos de setores	% de pessoas em assentamentos precários
166.870	193.006	359.876	1.389.938	25,89

Fonte: CEM/CEBRAP (2007). Organização: Sandra Cru (2011).

* Inclui setores em área rural de extensão urbana.

Diferentemente de Belém, que possui uma estimativa de 652.954 pessoas habitando os assentamentos precários, o CEM/CEBRAP indica uma estimativa de 359.876 pessoas residindo nos assentamentos de Manaus, ou seja, uma diferença de quase 60% entre as duas cidades. Contudo, quando verificamos a quantidade de pessoas residindo em todos os setores considerados precários pelo IBGE e pelo CEM/CEBRAP, percebe-se que nas duas cidades quase a totalidade da população se aloja nas áreas consideradas precárias, revelando, assim, um alto grau de exclusão social em relação às condições de moradia nas duas metrópoles amazônicas. Em 2009, o IBGE iniciou um novo levantamento sobre os “aglomerados subnormais”⁹³ em Manaus, mas que não chegou a ser divulgado. Contudo, a partir das estimativas feitas pelo CEM/CEBRAP é possível visualizar que nessa cidade os aglomerados subnormais e assentamentos precários estão por toda a parte, conforme os Mapas 9 e 10.

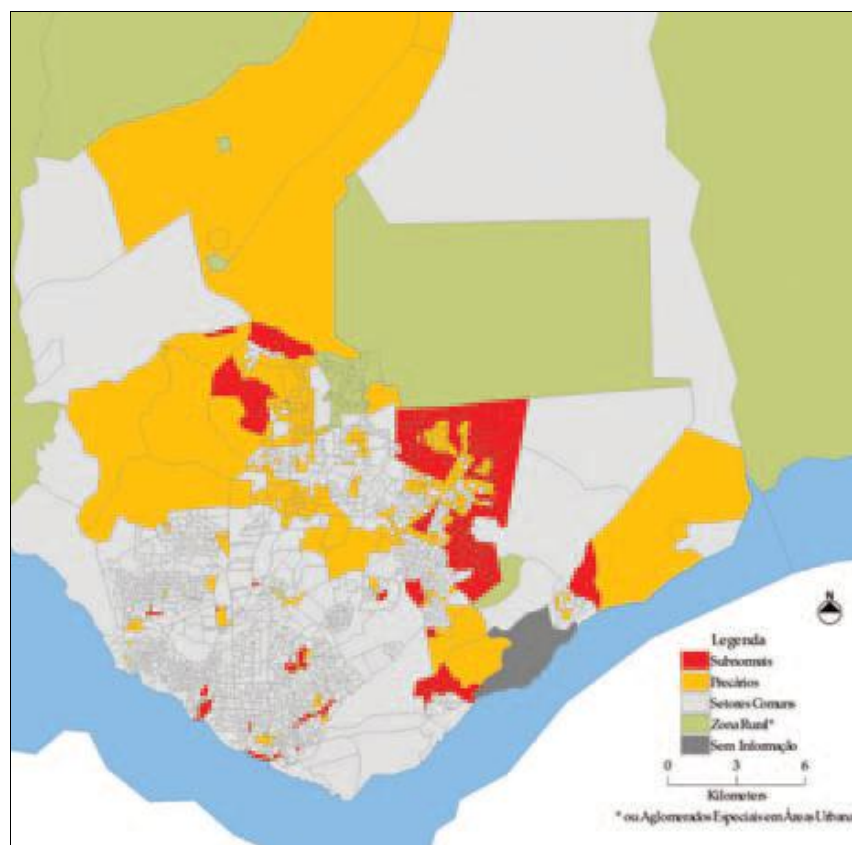
⁹³ Para o IBGE, “aglomerados subnormais” são um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas) carentes em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e, estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa (IBGE, 2009, p. 5).

Mapa 9 - Aglomerados subnormais em Manaus.



Fonte: IBGE (2009).

Mapa 10 - Distribuição espacial dos setores censitários segundo tipo de assentamento. Município de Manaus (Amazonas).



Fonte: CEM/CEBRAP (2007).

Aliados aos dados obtidos pelo IBGE (2009) e pelo CEM/CEBRAP estão os dados calculados pelo Atlas de Desenvolvimento Humano de Manaus [20--]. Por este estudo é possível demonstrar qual é a condição de moradia nos setores considerados precários. Primeiramente, percebem-se pelas Figuras 12 e 13 que a maioria das áreas está localizada na porção norte e leste da cidade e, embora em menor proporção, mas se localiza também na porção sul, onde estão situados os bairros mais antigos, históricos e centrais. Os bairros situados nas zonas norte e leste a infraestrutura é insuficiente, quando comparada com outras zonas da cidade, enquanto que na zona sul a infraestrutura é mais consolidada, porém, no ano 2000 (período do recenseamento do IBGE), o percentual de pessoas com acesso a bens e serviços ainda deixava a desejar, conforme se observa na Tabela 15.

Tabela 15 - Percentual de Pessoas com acesso a serviços básicos em todas as zonas de Manaus.

Zona	Água encanada	Banheiro e água encanada	Coleta de lixo	Energia elétrica
Zona Centro Oeste	93,09	86,75	97,90	99,96
Zona Centro Sul	86,21	82,16	92,63	99,17
Zona Leste	54,37	43,81	84,15	98,63
Zona Norte	57,93	51,67	88,99	99,36
Zona Oeste	92,17	83,24	95,18	98,80
Zona Rural	21,12	16,80	47,88	68,42
Zona Sul	93,54	85,57	95,73	99,85
Manaus	75,44	67,60	91,31	99,00

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano em Manaus [20--]. Elaboração: Sandra Cruz (2011).

Os dados da Tabela 15 indicam que, com exceção da zona rural, as áreas consideradas precárias enfrentam os mesmos problemas de toda grande cidade no Brasil e na Amazônia, qual seja, o do não acesso à rede de esgoto sanitário e água tratada. No caso específico de Manaus, a situação é mais grave, pois nessa cidade o serviço de abastecimento de água está com a gestão privada, tornando o acesso à água ainda mais difícil. O estudo de Castro sobre a *privatização da água em Manaus* serve para corroborar com nossa análise. Para essa autora:

[...] Quase a metade da cidade está tomando água sem tratamento, sem exame frequente de laboratório e controle sanitário. O atendimento ainda depende de águas subterrâneas via poços artesianos, embora Manaus seja banhada por grandes rios de água potável. A situação é igualmente grave

nos bairros de Grande Vitória, Santa Inês, Nova Floresta, Nova Vitória, Jorge Teixeira^{1ª}, 2ª, 3ª e 4ª Etapas, João Paulo, Val Paraíso, Cidade Alta, São José, Nova Conquista, Gilberto Mestrinho, Grupo Suez. Em Manaus, a privatização dos serviços de água e impactos sobre as mulheres ⁴¹ Tancredo Neves, Novo Reino I e II, São Lucas, São José, Novo Israel, Redenção, Tancredo Neves, Zumbi dos Palmares I, II e III, Mauazinho I e Mauazinho II. O abastecimento de água em Manaus está diretamente relacionado à posição de classe social, correspondendo também a uma geografia social, econômica, política e simbólica da presença ou ausência do poder público no espaço urbano, de modo que há bairros onde os serviços são plenamente atendidos e satisfatórios. Entretanto, nas Zonas Leste e Norte, onde se encontra uma grande população oriunda do interior do estado com grande concentração de pobreza, as condições, ao contrário, são muito difíceis e a carência dos serviços é enorme. Esta população se posiciona nas camadas mais baixas da estrutura de renda (CASTRO [20--], p. 40-41).

A posição de classe social a que se refere Castro [20--], baliza a análise e se verifica que nas zonas norte e leste os chefes de domicílios auferem renda que vai de zero a cinco salários mínimos, alcançando um patamar de quase 80%. Enquanto que nas zonas com maior infraestrutura urbana os chefes de domicílios auferem rendas mais elevadas, conforme se pode observar na Tabela 16.

Tabela 16 - Renda do chefe do domicílio em todas as zonas de Manaus, 2000.

Zona	Renda média	% sem rendimento	% até 1 SM	% 1 a 2 SM	% 2 a 5 SM	% 5 a 10 SM	% mais de 10 SM
Zona Centro Oeste	895,79	11,59	13,15	18,19	26,39	16,31	14,37
Zona Centro Sul	1.750,29	10,86	7,81	12,98	19,60	18,53	30,21
Zona Leste	367,51	18,55	20,66	26,12	25,18	7,20	2,29
Zona Norte	464,78	16,84	16,66	22,97	27,73	11,70	4,10
Zona Oeste	616,60	15,24	16,96	21,56	26,24	13,00	7,02
Zona Rural	236,85	37,03	29,35	19,82	8,91	2,96	1,92
Zona Sul	719,21	13,22	16,06	19,82	25,52	15,19	10,19
Manaus	683,46	15,31	16,41	21,37	25,38	12,62	8,92

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano em Manaus [20--]. Elaboração: Sandra Cruz (2011).

Analisando a Tabela 16 é possível constatar que em Manaus o rendimento médio dos chefes de domicílio das zonas urbanas que auferem renda entre zero e dois salários alcançam o patamar de 53%, enquanto que os que auferem rendimento acima de dois salários estão em torno de 46%, sendo que nesses extratos chama atenção que apenas 8,92% auferem renda superior a dez salários mínimos, com maioria estando localizada nas zonas Centro Oeste e Centro Sul, onde se localizam as áreas com maior infraestrutura urbana. Áreas onde atualmente ocorre maior

disputa pelo mercado imobiliário que, ao contrário de Belém, que viveu o primeiro “boom” imobiliário nos anos 1970, Manaus agora que está vivenciando essa experiência, com processos de verticalização do solo urbano e condomínios horizontalizados próximos às áreas onde a natureza ainda possui presença forte, como é o caso da orla da Ponta Negra.

Em estudo sobre o mercado imobiliário, Martins (2008) demarca que o “boom” em Manaus se instala no ano de 2007, momento favorecido pela estabilidade econômica, concentração populacional nos centros urbanos, facilidades de crédito e credibilidade no mercado, fatores que contribuíram para aumentar a procura por moradia em nível nacional e local. Nessa cidade, o ano 2007 aparece nas análises como sendo o marco para o crescimento do mercado imobiliário, inclusive com o interesse de capitais externos ao município. De acordo com o Sindicato da Construção Civil:

[...] O mercado imobiliário do Amazonas passou por fase jamais experimentada antes, encerrando o exercício de 2007 com 20,7 mil trabalhadores empregados formalmente na área da construção civil (quase um quarto dos operários do setor na Região Norte, que totalizaram 87,6 mil). O número de lançamento de imóveis aumentou 15% no ano em relação a 2006 e que o mercado é diversificado, indo de casas populares financiadas pela Caixa Econômica Federal até residências de alto padrão econômico. [...] As empresas da construção civil entregaram 2,5 mil unidades habitacionais na cidade de Manaus. O mercado imobiliário se tornou cada vez mais competitivo com atração de capitais oriundo de outros estados do Brasil. Para Manaus vieram grandes construtoras (SINDUSCON apud MARTINS, 2008, p. 59-64).

De modo a conciliar a demanda das classes média-alta e alta pelo mercado, o Estado, historicamente, busca acalantar os segmentos populares com políticas públicas que, como já vimos aqui, vão desde os financiamentos que foram destinados pela política do BNH, em que pese a timidez dos investimentos direcionados aos setores populares por essa agência de financiamento, até a política de conjuntos habitacionais, inaugurada pelo movimento das COHAB's, instalado no país na década de 1970, com recursos federais e estaduais.

Em Manaus, os conjuntos habitacionais populares emergem como solução para a população de faixa de renda mais baixa e para servidores públicos que não conseguem acessar o sistema financeiro privado. Em estudo específico Moura, Schor e Oliveira (2008), asseveram que nessa cidade os conjuntos habitacionais desempenharam papel fundamental para a política habitacional pública, pois, de acordo com esses autores, os conjuntos habitacionais

respondem tanto a uma demanda de habitação legalizada de uso e ocupação do solo urbano, mas que à medida que são construídos garantem minimamente infraestrutura urbana e acabam servindo de atração para os segmentos que não conseguem alcançar nenhum patamar financeiro e, conseqüentemente, não conseguem acessar a habitação “legal”. Para esses autores:

Como os conjuntos são construídos de forma legalizada, levando com ele acesso a infraestrutura de água e eletricidade (mas não saneamento básico) o entorno do conjunto, normalmente áreas de floresta ou margens de igarapés tornaram-se regiões visadas para ocupações urbanas, pois além da proximidade da infraestrutura havia também a possibilidade de trabalho nos conjuntos (MOURA; SCHOR; OLIVEIRA, 2008, p. 2).

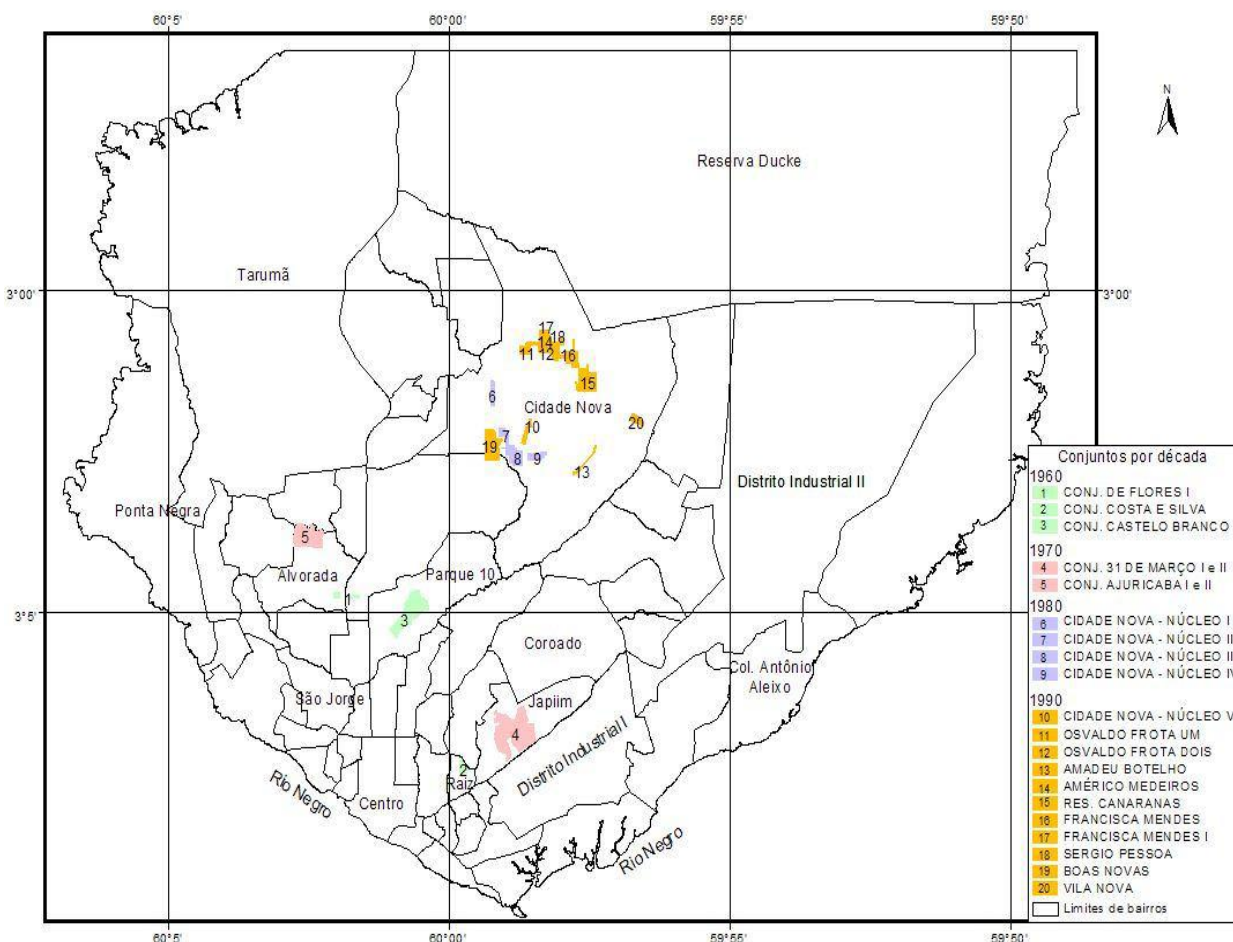
No Amazonas, a SUHAB foi criada com a finalidade de estudar as questões relacionadas à habitação de interesse social e de executar as suas soluções. Mais do que a Prefeitura Municipal, possui uma política ofensiva no sentido de superação do déficit habitacional, mesmo que seus programas habitacionais atendam à lógica dos conjuntos habitacionais em áreas muito distantes do centro e, portanto, da infraestrutura consolidada, sobretudo em relação ao trabalho. Outro aspecto observado é o fato de que a política habitacional, tal qual em Belém, está vinculada à ação de grandes intervenções urbanísticas, que para acontecerem, necessitam garantir o remanejamento dos domicílios, que se constituem obstáculo às intervenções, como o que aconteceu com a cidade flutuante na década de 1960 e o PROSAMIM neste século – tema que será abordado no próximo capítulo.

Moura, Schor, Oliveira (2008), afirmam que:

[...] O problema habitacional de Manaus não pode ser suficientemente apreendido sem levar em conta a demolição da Cidade Flutuante e a implantação da Zona Franca de Manaus. Esses dois eventos foram responsáveis pelas transformações urbanas que se operaram na cidade a partir de 1966, culminando com a criação da COHAB-AM e por via de consequência, na inserção do Estado no SFH, até então inexistente. (MOURA; SCHOR; OLIVEIRA, 2008, p. 4).

Na década de 1970, com a efervescência da ZFM, era necessário pensar uma alternativa que viesse atender ao processo de reprodução de frações das classes trabalhadoras que chegavam a Manaus em busca de trabalho. Nessa época, os conjuntos habitacionais surgiram no contexto das COHAB's, como política habitacional, com o objetivo de atender à pressão da classe trabalhadora sobre o Estado. Em Manaus, nesse período, os conjuntos construídos pela intervenção do Estado constituíram vetores de expansão urbana em direção ao eixo norte, conforme se observa no Mapa 11.

Mapa 11 - Espacialização dos Conjuntos habitacionais na cidade de Manaus/Eixo Sul-Norte (1960-1990).



Fonte: Moura, Schor e Oliveira (2008).

Em visita à cidade de Manaus, foi possível observar que os conjuntos habitacionais são a principal política de habitação, em áreas cada vez mais distantes das áreas urbanas centrais, indo ao encontro das áreas rurais ou mesmo da floresta. Trata-se de uma política ostensiva, que se constitui em parâmetro da política habitacional para os segmentos populares, independente da iniciativa governamental, se municipal ou estadual. Contudo, é visível que a SUHAB, por ser um agente da esfera administrativa estadual, portanto, com maior capacidade de operar recursos públicos, apresenta uma política habitacional ostensiva, conforme pode se observar nas Tabelas 17 e 18.

Tabela 17 - Produção de moradias em Manaus (2003-2009) pela SUHAB.

CONJUNTO	TOTAL
Cidadão I	478
Cidadão II – Amine Lindoso	73
Bairro - Nova Floresta	36
Bairro - Riacho Doce	10
Bairro - Grande Vitória	66
Cidadão III - Carlos Braga	403
Residencial Vila Nova	276
Cidadão IV - João Paulo II	1.320
Conjunto Nova Cidade	6.686
Conjunto Galiléia	1.080
Conjunto Cidadão Petrópolis	32
Conjunto Lula	500
Cidadão V	631
Cidadão VI	421
Cidadão VII	423
Parque Residencial Manaus I	567
Parque Residencial Manaus II	252
Parque Residencial Jefferson Péres	150
Nova Cidade (Área da Baixada)	40
Igarapé do Passarinho	39
Total de Casas Entregues	14.473

Fonte: SUHAB (2011). Disponível em: www.suhab.am.gov.br. Acesso em: 30 jan. 2012.

Tabela 18 - Produção de casas e apartamentos em Manaus (2009-2011) pela SUHAB.

CONJUNTO	TOTAL
Conjunto Cidadão VIII	500
Prédio Popular de Petrópolis	256
Conjunto Cidadão X	1.287
Pró Moradia	1.920
Conjunto Ozias Monteiro I	800
Conjunto Ozias Monteiro II	192
Conjunto Cidadão XI	512
Conjunto Cidadão XII	800
Conjunto Cidadão XIII	512
Total de Casas/Aptos em Construção	6.859

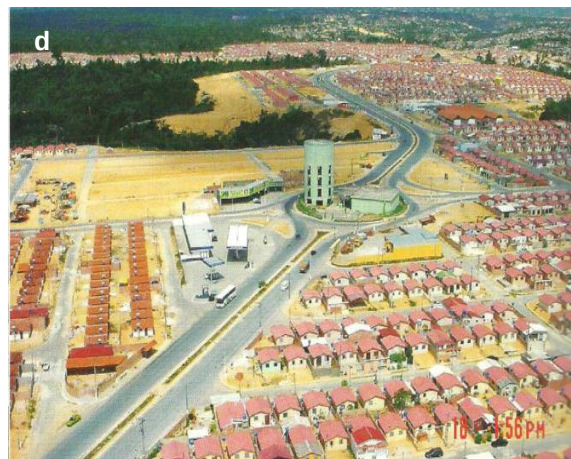
Fonte: SUHAB (2011). Disponível em: www.suhab.am.gov.br. Acesso em: outubro 2011.

Em tempos de “Minha Casa, Minha Vida”, o governo do Amazonas ainda previu a construção quase 10 mil novas unidades habitacional destinadas a famílias com renda de zero a três salários mínimos, para os anos 2012 e 2013. Segundo a Revista Brasileira da habitação⁹⁴, “Minha Casa, Minha Vida do Amazonas: o maior do Brasil”. Além dos recursos desse programa, o governo estadual acessou recursos do PAC e dos programas específicos da CAIXA.

No que tange ao *modus operandi* adotado para tornar os conjuntos habitacionais legítimos perante a população atendida, a SUHAB conta com os mecanismos legais, onde se destaca o contrato de uso, que tem validade de dez anos, o que significa que a partir do momento que a família recebe a chave do imóvel, não pode fazer nenhum tipo de negociação. Outro aspecto está relacionado à orientação que as famílias recebem, de não alterar a fachada das casas padronizadas. Contudo, esses aspectos são contrariados, uma vez que os aspectos da distância, do transporte, do local do trabalho e dos impostos tornam a moradia dispendiosa, expulsando a população para outras áreas de ocupação, o que acaba por gerar um mercado informal de venda ou de aluguel. Do mesmo modo, em termos de espaço, por vezes, o tamanho do imóvel não comporta o tamanho das famílias, especialmente aquelas que utilizam o imóvel como local de trabalho, onde instalam pequenos comércios ou serviços, fazendo com que alterem o layout original dos conjuntos para ampliação dos imóveis, seja para moradia seja para desenvolverem atividades de trabalho (Fotografias 2a-f).

⁹⁴ Trata-se de uma revista editada pela Associação Brasileira das Companhias de Habitação (COHABs) e Agentes Públicos de habitação e Fórum Nacional de Secretários de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

Fotografias 2a-f - Aspectos Gerais da Moradia Popular em Manaus – Silves, Centro, Conjuntos Nova Cidade e João Paulo.



Fonte: Cruz e Castro (2012) e Moura, Schor e Oliveira (2008).

A moradia como expressão da questão social em Belém e Manaus expõe a lógica da desigualdade social de toda grande cidade no Brasil. Uma lógica que concebe a moradia apenas como a necessidade da casa, não conseguindo perceber que a casa é parte de um conjunto de necessidades fundamentais para a garantia do Direito à Moradia com dignidade, como a escola, os equipamentos de lazer, o saneamento básico, o transporte e o trânsito, o trabalho etc. Para os moradores do conjunto João Paulo e Conjunto Lula, o governo “usou o conjunto habitacional como esconderijo. Ele retirou a população da beira do igarapé e levou todo mundo à força de volta para o meio da floresta” (Entrevista concedida em março de 2010).

[...] Quando eles retiram os moradores que eles alocam, se tu entras no Conjunto Cidadão I, II, João Paulo a gente via quando conversava, na época que eles retiravam hoje tudo bem, mas já tem cinco, sete anos que os ex-moradores foram retirados e eles não tinham o que comprar para comer, porque não tinha comida perto, não tinham como sair para levar os filhos para a escola sem pagar o transporte, [...] teve vários problemas com relação aos trabalhos e serviços, ou seja, você é moradora e é faxineira aí você tem cinco casas na Cachoeirinha e trabalha na [...] e não precisa pagar ônibus quando essa pessoa é reassentada ela perde esse vínculo de trabalho e aí fica difícil [...] (liderança do Fórum da Moradia em Manaus, 2011).

[...] O Estado é conivente porque não consegue resolver e aí é uma coisa interessante quando eles financiam a instalação dos conjuntos habitacionais tem uma coisa interessante que a gente vai perceber. Que de cada conjunto habitacional vai nascer uma favela, aí você vai ver no Japiin, no Parque Dez [...] (Liderança do Fórum de Reforma Urbana em Manaus, 2011).

[...] Eles vão ficar ali por um contrato de dez anos, mas na verdade eles não vão nem conseguir ficar naquela urbanização por nem dois anos e aí que vocês vão comprando residência e a especulação imobiliária começa a crescer em cima dessas pobres pessoas (morador do bairro do Jurunas, em Belém, 2011).

Os argumentos desenvolvidos têm a perspectiva de demonstrar que a questão da habitação é histórica, e decorre da própria estrutura de organização da sociedade capitalista, pois se trata de uma questão decorrente da propriedade privada. Primeiro do próprio solo, ou seja, o mercado de terras e, segundo, pelo mercado de produção da habitação em si e de seus fatores externos – a infraestrutura urbana e serviços coletivos (LOJKINE, 1981).

5 GRANDES PROJETOS URBANOS E A QUESTÃO DA MORADIA EM BELÉM E MANAUS: PORTAL DA AMAZÔNIA E PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS (PROSAMIM)

A cidade de Belém possui longa trajetória em programas de intervenção urbanística. Desde os anos 70, projetos são executados com o intuito de resolver o problema habitacional, aliado ao problema do saneamento de Belém. Podemos citar o Programa de Recuperação das Baixadas⁹⁵; O Programa de Macrodrenagem da Bacia do Una⁹⁶, o Programa de Recuperação da Bacia do Tucunduba⁹⁷ e, mais recentemente, o Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN) e o projeto Orla, compõem a intervenção urbanística que recebe a denominação de “Portal da Amazônia”, que será analisada neste capítulo.

Do mesmo modo, a cidade de Manaus também experimenta, ao longo de sua história, ações de urbanização, com vistas à melhoria das condições de habitabilidade. Cita-se o primeiro processo de urbanismo em fins do século XIX e início do século XX, quando do *boom* da borracha. A urbanização da orla da praia da Ponta Negra, em meados do século XX, a intervenção do projeto Manaus Moderna, de revitalização do centro histórico e da área portuária central, que se encontra em processo de execução, e o Programa de Saneamento Ambiental dos Igarapés Manaus (PROSAMIM) e que também será objeto de análise neste capítulo.

⁹⁵ Em 1973, foi firmado convênio entre o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), a Superintendência da Amazônia (SUDAM) e o Governo do Estado do Pará, cujo ponto crucial era a recuperação das áreas de baixadas, que teve início pelo igarapé do São Joaquim, na Bacia Hidrográfica do Una (ABELÉM, 1988).

⁹⁶ A macrodrenagem da Bacia do Una teve início em 1985, com o Projeto de Saneamento para Recuperação das Baixadas da Bacia do Una, e, somente em 1992, o Governo do Estado do Pará assinou convênio com Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), contraindo empréstimo na ordem de U\$ 145 milhões. O convênio estabelecia obras e serviços de recuperação de áreas alagadas ou alagáveis, dragagem de canais, construção de comportas nos igarapés, construção e alargamento de vias marginais dos canais, esgotamento sanitário, construção de pontes, aterramento, obras de microdrenagem e remoção. Acompanharam essa intervenção os projetos Educação em Saneamento Ambiental e o Plano de Ação Comunitária. O contrato com o BID foi encerrado em fins dos anos 1990 e nos últimos anos as comunidades que foram atingidas direta e indiretamente pela intervenção intensificaram a mobilização social em decorrência do abandono das áreas pela gestão municipal. Aconteceu audiência pública no Ministério Público Estadual e mobilizações na Assembleia Legislativa do Estado do Pará.

⁹⁷ O Projeto Tucunduba inicialmente fez parte do programa pró-sanear na década de 1980, posteriormente, na década de 1990 passou a fazer parte do programa Habitar Brasil-BID e a partir de 1997 integrou o Programa “Gestão dos Rios Urbanos: Belém cidade dos rios”, sob a gestão municipal, foi selecionado pelo PGU/ONU. Este Projeto é financiado com recursos oriundos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e administrado pelo Conselho Curador do FGTS e pela Caixa Econômica Federal (CEF). A intervenção urbanística busca, em última instância, recuperar áreas degradadas localizadas nas periferias da cidade de Belém, que são resultantes do desmatamento das áreas verdes, bem como garantir a sustentabilidade socioeconômica da população local (SÁ, 2003). Nos dias atuais, o programa está sob a gestão estadual, mais especificamente sob a coordenação da COHAB-PARÁ.

Do mesmo modo, a cidade de Manaus também experimenta, ao longo de sua história, ações de urbanização, com vistas à melhoria das condições de habitabilidade. Cita-se o primeiro processo de urbanismo em fins do século XIX e início do século XX, quando do boom da borracha. A urbanização da orla da praia da Ponta Negra, em meados do século XX, a intervenção do projeto Manaus Moderna, de revitalização do centro histórico e da área portuária central, que se encontra em processo de execução, e o Programa de Saneamento Ambiental dos Igarapés Manaus (PROSAMIM) e que também será objeto de análise neste capítulo.

Para efeito dessa tese, o Portal da Amazônia e o PROSAMIM serão analisados a partir do conceito de grandes projetos urbanos, uma vez que se constituem ações de grande porte, no que tange ao grau de cobertura, financiamento e impacto. Trata-se de duas intervenções urbanísticas de cunho estruturante, cujos resultados deverão repercutir sobre toda a extensão territorial das duas cidades em análise.

A adoção do modelo de grandes projetos econômicos e de infraestrutura⁹⁸ na Amazônia data dos anos 1970 e 1980, quando o governo federal, ao cumprir sua agenda de industrialização e de pagamento da dívida externa, verificou que seria possível gerar novas divisas para o país, a partir da exploração dos recursos naturais existentes na região. Chegou-se a falar de “enclaves”⁹⁹ econômicos e de uma “urbanização da fronteira”¹⁰⁰, na tentativa de compreender as transformações que ocorreram nessa região, de acordo com a lógica desses grandes projetos, implantados segundo a concepção de uma modernização conservadora¹⁰¹.

⁹⁸ Sobre essa questão, Hébette (1989, p. 8-10) aponta: “[...] a incorporação da Amazônia ao modelo sociopolítico adotado pelas frações da burguesia dos polos dominantes do país se fez sob o duplo signo da industrialização atrelada à dinâmica das economias capitalistas centrais e da doutrina da Segurança Nacional. [...] A abertura oficial da Amazônia ao capital, nacional e estrangeiro, teve efeitos imediatos. Interessava a todos esse espaço relativamente protegido e preservado do planeta. Cada um vinha agora, sem constrangimento, procurar ali o que lhe aprouvesse: terra, madeira, minério, recursos hidrelétricos. O Estado, inclusive, estimulou esses interesses através de incentivos fiscais e da implantação de obras de infraestrutura”.

⁹⁹ Altvater (1989, p. 113), ao discorrer sobre a integração da Amazônia ao mercado mundial, observa: “[...] os grandes projetos da Amazônia oriental têm um caráter de enclave. Economicamente, isto significa que eles estão mais integrados na estrutura de reprodução do capital, além da região, do que na própria região. Naturalmente, isto significa, no aspecto político, que as decisões importantes sobre o desenvolvimento da economia regional e social são, preponderantemente, tomadas além da região”.

¹⁰⁰ Sobre esse debate, consultar os trabalhos de Hébette (1989, 1991) e Altvater (1989).

¹⁰¹ A ideia de modernização foi incorporada ao planejamento regional, com a intenção de tornar a produção social e as relações sociais mais avançadas do ponto de vista tecnológico, colocando à margem tudo o que aparentasse tradicional. Sobre a forma de modernização conservadora da sociedade capitalista, ver Berman (1986).

Observa-se que a lógica dos grandes projetos econômicos tem-se irradiado para o conjunto das metrópoles amazônicas, que são reestruturadas com grandes projetos urbanos, fundados nos investimentos em infraestrutura, passando a agregar maior valor econômico ao território. A fisionomia dessas cidades é, portanto, reconfigurada para torná-las atrativas para novas relações socioeconômicas e culturais. A lógica prevalente é a do modelo de planejamento estratégico¹⁰², que está assentado em conceitos e técnicas do planejamento empresarial¹⁰³.

Assim, as cidades de Belém e Manaus, nos dias atuais, por estarem submetidas a processos de transformação regidos pela matriz político-econômica norteadas pelo modelo de “cidades estratégicas”, têm suas infraestruturas urbanas transformadas em um meio para ampliar divisas em âmbito local e global, mesmo que para isso as relações sociais e culturais sejam alteradas de forma drástica e arbitrária. Esses processos serão contextualizados na análise das ações realizadas no âmbito dos projetos Portal da Amazônia e PROSAMIM, em Belém e Manaus, respectivamente.

5.1 INTERVENÇÃO URBANÍSTICA EM BELÉM: O PORTAL DA AMAZÔNIA

A centralidade do chamado **Portal da Amazônia** – grande projeto urbano desenvolvido em Belém –, está na intervenção urbanística realizada na orla do rio Guamá e nas ações de saneamento das áreas ocupadas por moradias às margens dos cursos d’água que compõem a Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (BHEN). O Projeto é composto, de um lado, pelo Projeto Orla, que visa a reconfiguração urbana da orla do rio Guamá, como estratégia de valorização de áreas centrais, por meio de

¹⁰² Segundo Vainer (2000), na prescrição de modelos de gestão de cidades, tem tido destaque o denominado planejamento estratégico, propagado no Brasil e na América Latina pelas agências multilaterais (Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Mundial) e por consultores internacionais, particularmente os catalães Manuel Forn e Jordi Borja, que difundem a experiência de gestão da cidade de Barcelona (Espanha). Esse modelo foi inspirado nos conceitos e técnicas do planejamento empresarial e deve ser utilizado pelos governos locais, visto que as cidades enfrentam os mesmos desafios e condições que as empresas. Uma das ideias-força do planejamento estratégico é a competitividade urbana, segundo a qual as cidades devem competir pelo investimento de capital, tecnologia e competência gerencial, para atrair novas indústrias, negócios e força de trabalho qualificada.

¹⁰³ No Brasil, a dinâmica de grandes projetos urbanos teve início nos anos 1990, nas cidades da região Sul do país, mais especificamente em Curitiba (PR), irradiando-se depois para outras capitais, como Porto Alegre, Rio de Janeiro, Manaus e Belém. Esse processo ganha força em anos recentes, com a implantação de megaeventos esportivos internacionais – a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016. A relação entre esses eventos e as demandas dos direitos humanos no Brasil resultou na elaboração, em 2011, do Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (2011), que aponta impactos econômicos, fundiários, urbanísticos, ambientais e sociais, tendo sido destacada a remoção forçada, em massa, de 150.000 a 170.000 pessoas nas cidades-sedes dos referidos eventos.

diversas atividades econômicas, dentre as quais se destacam o lazer e o turismo, e, de outro, pelo Projeto de Macro drenagem da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), centrado no saneamento das áreas alagáveis dos bairros localizados na porção sul de Belém, conforme pode se observar no Mapa 12.

Mapa 12 - Área de abrangência do Projeto Portal da Amazônia.



Fonte: BELÉM (2003). Adaptado por Sandra Cruz (2012).

Essas áreas são caracterizadas por processos históricos de degradação socioambiental e marcadas pela escassez de investimentos públicos em infraestrutura básica. Os bairros que compõem a BHEN são: Cidade Velha, Jurunas, Condor, Cremação e Guamá. Os bairros de Batista Campos, Nazaré, São Brás e Marco são atingidos indiretamente pela interligação de diferentes afluentes do rio Guamá. Desse modo, o Portal da Amazônia, ao delimitar as áreas de intervenção, definiu-as como: Áreas de Influência Direta e Áreas de Influência Indireta. No presente trabalho buscar-se-á discorrer sobre os bairros que compõem as Áreas de Influência Direta (AID).

5.1.1 Sobre os Bairros da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (BHEN): ocupação, história e expansão urbana

Os bairros que compõem a BHEN estão localizados na parte central de Belém, mais especificamente em sua região Sul. A história desses bairros se confunde com a história de ocupação das margens do rio Guamá, no início do século XX, a partir da expansão econômica vivenciada em Belém em diferentes momentos históricos. Assim, o processo de ocupação demográfica se inicia pelas áreas às margens do rio Guamá e da baía do Guajará¹⁰⁴, das quais a BHEN faz parte.

Pela sua peculiar característica topográfica, Belém, desde sua origem, no século XVII, possui uma estreita relação com o fenômeno das águas. Por ser uma cidade que nasceu no vértice do Estuário Guajarino, a sua ocupação inicial se deu ao longo do Rio Guamá e da Baía do Guajará, dando origem aos bairros da Cidade Velha e da Campina (CRUZ, 1994, p. 46).

Até a década de 1970, o processo de ocupação das áreas denominadas de baixadas se deu de maneira invisível aos olhos da cidade, uma vez que os projetos de modernização eram concentrados nas áreas de terras altas, mais valorizadas economicamente. Somente com a criação da Comissão de Baixadas, em 1973, e com a realização de pesquisas que buscavam explicar a totalidade espacial da cidade, o problema da densidade demográfica, nessas áreas, foi evidenciado.

Cruz (1994) aponta, ainda, que:

[...] Dentro do quadro de crescimento populacional e periférico belenense, deve-se vislumbrar a proliferação das áreas de "baixadas", que no período de 78/79 atingiu elevados índices de ocupação, com cerca de 226 hab./ha na baixada Guajará e de 204 hab./ha na baixada Guamá, acentuando-se esses números em 1990 para 234 hab./ha nas duas baixadas, respectivamente (CRUZ, 1994, p. 55).

O processo de ocupação das áreas de baixadas faz parte da história de diversos bairros de Belém, inclusive dos bairros que hoje compõem a BHEN e que se constituem campo de intervenção do projeto Portal da Amazônia. Na BHEN predominam os terrenos de Marinha¹⁰⁵, cuja ocupação se deu ao longo do século

¹⁰⁴ O sítio onde se deu a expansão urbana é caracterizado pela presença de densa rede de cursos d'água, na baía do Guajará (onde se situa a foz do rio Guamá), em que se distribuem igarapés, várzeas e terra firme, semelhante à encontrada na região amazônica. O município é formado por uma região continental, com 173,79 km² (34,36%) de extensão, e outra insular, com 332,04 km², perfazendo um total de 505,83 km² (SILVA, 2010).

¹⁰⁵ Os terrenos de marinha constituem-se em porções de terras de propriedade da União. No caso específico da BHEN, considerável número de ocupações se situa em terras da Marinha, de

XX, constituindo-se nos dias atuais por diferentes tipos de uso do solo: a) Comercial: comercialização de madeiras e estâncias; b) Indústrias: beneficiamento da castanha-do-pará e da madeira através das serrarias; c) Residencial: grande incidência de moradias, preponderantemente constituídas por palafitas; d) Serviços: predominam o serviço de transporte e de passageiros.

Inicialmente, as atividades econômicas se localizaram na margem direita do canal, no espaço entre o rio Guamá e a pista (o asfalto). Pequenos negócios foram criados nos imóveis que também serviam de residência aos seus proprietários. Ao mesmo tempo, surgiram pequenos portos, servindo de atracadouros às embarcações que transportavam pessoas e produtos, resultantes do extrativismo vegetal, da pesca artesanal e das fazendas localizadas nas ilhas próximas a Belém.

Nessa época, o acesso ao rio era difícil e se dava através de pontes que ligavam as ruas dos bairros à Estrada Nova. As unidades econômicas da margem esquerda do canal surgiram após a total ocupação dos terrenos da margem direita e se implantaram inicialmente nas proximidades das pontes, para se espalharem ao longo do canal. Essa ocupação não só se expandiu pela margem esquerda, mas também sobre o canal. Os empresários inicialmente passaram a transpor o canal com pontes improvisadas para facilitar o acesso aos seus estabelecimentos, de forma desordenada e ilegal, como foi dito anteriormente, chegando ao atual estágio de ocupação (BELÉM, 2010). Para Rodrigues (2008),

[...] Os bairros que surgiram, no prolongamento da cidade em sentido paralelo ao rio Guamá, atestam uma ocupação muito antiga. Podemos dizer que os mesmos começaram a constituir-se desde o século XVII, considerando-se a presença a presença de populações indígenas ao longo da margem direita do rio, quando os portugueses aqui chegaram (RODRIGUES, 2008. p. 73).

5.1.2 Passagens pela BHEN: Cidade Velha, Jurunas, Condor, Cremação e Guamá

a) Bairro Cidade Velha

O bairro Cidade Velha, um dos mais antigos da cidade de Belém, durante sua história de ocupação foi sendo modificado pelos moradores que chegavam pelas águas do Estuário Guajará e transformavam sua estrutura espacial, fazendo surgir novos caminhos que posteriormente se tornaram as mais antigas ruas da cidade de Belém. Segundo Penteado (1968),

[...] A primeira rua belenense foi a Rua Norte, atual Siqueira Mendes, posteriormente foi criada a Rua do Espírito Santo, atual Dr. Assis, a terceira rua foi denominada de Rua dos Cavaleiros, atual Dr. Malcher, desta forma, o bairro da Cidade Velha foi sendo constituído paulatinamente conforme as necessidades dos colonizadores. Segundo Cruz (1973), os primeiros moradores da parte sul da cidade foram os religiosos capuchos da província de Santo Antônio (PENTEADO, 1968, p. 232-233).

Ao discorrer sobre Belém, Ernesto Cruz (1970), revela a importância desse bairro à fundação da cidade:

[...] Parte de Belém onde os portugueses, sob o comando de Francisco Caldeiras de Castelo Branco, desembarcaram, constituindo um Forte de madeira e uma Capela. A praça d'arma (pequena e modesta) era defendida por uma *Estacada de Madeira*, dentro da qual ficaram os primeiros colonizadores civis e militares. Saindo do Forte, os colonos abriram um caminho, que chamaram de Rua Norte, e foram se aventurando na construção de casas de moradia. Daí surgiu a *Cidade*, chamada posteriormente de *Velha*, permanecendo esta denominação até os dias presentes (CRUZ, 1970, p. 32).

Esse autor destaca, ainda, a importância da administração municipal do Intendente Antônio José de Lemos¹⁰⁶, que conferiu à cidade forte intervenção urbanística. Sobre a economia, o autor ressalta que durante o século XVII havia engenhos construídos na faixa litorânea de Belém, que ficavam agrupados na parte da cidade que se estendia da Travessa de São Mateus ao Convento de São Boaventura, onde depois foi construído o Arsenal de Marinha¹⁰⁷.

¹⁰⁶ Para Sarges (2000), foi durante a administração Lemos (1897-1910) que Belém vivenciou as primeiras transformações urbanísticas e culturais. [...] Uma série de melhoramentos foi realizada no espaço urbano de Belém, como pavimentação das ruas, construção de praças e jardins, usinas de incineração de lixo, limpeza urbana, tudo isso controlado por um código de posturas, baseado em ideias liberais. Entretanto, todo esse 'progresso' era localizado e dirigido à área central da cidade, onde habitava a elite local e parte da classe média nascente (SARGES, 2000, p. 96).

¹⁰⁷ Em nota de rodapé Rodrigues (2008), esclarece que nesse lugar onde está o Arsenal de Marinha, funcionou o convento de São Boaventura, até o ano de 1761, quando a Coroa portuguesa expulsou essa ordem e transformou o convento em Arsenal de Marinha (RODRIGUES, 2008, p. 71).

A formação e ocupação desse bairro também estiveram marcadas pela presença do igarapé do Piry de Jussara, conforme destaca Cruz (1973):

[...] Um igarapé longo e tortuoso que os naturais chamavam de PIRY, descia das bandas onde posteriormente foi construído o Convento de São Boaventura e depois o Arsenal de Marinha, infiltrando-se pelo núcleo e indo desembocar perto do Forte, onde está hoje a Doca do Ver-o-Peso, uma tradição colonial (CRUZ, 1973, p. 23).

Nos dias atuais, o bairro Cidade Velha compreende a área da poligonal que tem início na interseção da margem oriental da baía do Guajará com a Av. Portugal. Segue por esta até a Rua João Diogo, a partir da qual passa a se chamar Rua Desembargador Inácio Guilhon, seguindo até a Av. Almirante Tamandaré, onde passa a receber a denominação de Av. 16 de Novembro. A partir desta, segue até a sua interseção com a Rua Cesário Alvim, flete à direita e segue por esta e por seu prolongamento até encontrar a margem direita do rio Guamá (Lei nº 7. 806, de 30 de julho de 1996), onde se localizam várias instituições, como o Arsenal de Marinha, o convento de Ponta de Pedras, o complexo cultural Mangal das Garças, o espaço cultural Mormaço, algumas residências e pequenos portos.

Apenas uma parte desse bairro integra a poligonal de intervenção do projeto Orla, no âmbito do Portal da Amazônia, abrangendo a área que inicia na Rua Veiga Cabral e segue até a Rua Oswaldo de Caldas Brito, onde viviam dezenas de famílias em condições de insalubridade, em moradias inadequadas e que foram remanejadas para o auxílio-aluguel, situação essa que será analisada no próximo tópico.

b) Bairro do Jurunas

O bairro Jurunas tem início ainda no século XVIII, fazendo parte do processo de colonização portuguesa em Belém, Seu sítio geográfico foi incorporado à área de expansão da cidade a partir do surgimento das primeiras ruas que buscavam ligar o centro da cidade e as terras que estavam sendo utilizadas para moradia ou para atividades econômicas pela população pobre que aumentava lentamente. Rodrigues (2008) assinala que era possível que nesse momento já havia “uma parcela considerável de habitantes, a maioria deles indígenas ou mestiços de índios e negros, nos trechos habitáveis às margens do rio Guamá, onde hoje se localizam os bairros do Jurunas, Condor e Guamá” (RODRIGUES, 2008. p. 73).

O bairro Jurunas teve suas primeiras ruas delimitadas nos anos de 1840, pelo Governador Dr. Abel das Graças, porém, o bairro somente recebeu o nome Jurunas em 1871, pelo Governador da Província do Pará, Sr. João Antônio Miranda, assim como as travessas e ruas que formam o bairro (Timbiras, Pariquis, Apinagés, Tamoios, Mundurucus, Tupinambás e outras). Vale ressaltar que o processo de ocupação se deu inicialmente de forma espontânea pelos primeiros habitantes, originários da região das ilhas e dos municípios mais próximos da capital, tais como: Abaetetuba, Acará, Igarapé-Mirim, entre outros (SILVA, 2008).

Para Penteado (1968), o bairro Jurunas possui uma formação mestiça, visto que a grande maioria da população era composta por várias comunidades ribeirinhas, que acabava ocupando o local, devido à localização do bairro, que se encontrava às margens do rio Guamá, e que nos dias atuais ainda possui uma relação sólida com as comunidades ao redor da cidade de Belém, através, não somente, mas principalmente, pelos portos localizados no bairro, visto que muitos moradores ribeirinhos acessam a cidade através dos mesmos.

A ocupação das áreas desse bairro pela população originária de outros municípios do Pará ou mesmo por migrantes vindos de outros estados, sobretudo da região nordeste, possibilitou que o mesmo adquirisse características que lembravam os traços rurais da vida interiorana, com rios, igarapés e casas no formato de palafitas. Do mesmo modo que as relações estabelecidas entre os moradores refletiam a convivência própria da vida no meio rural.

Outro elemento de fundamental importância para o processo de ocupação e adensamento populacional nesse bairro está na dinâmica de povoamento das áreas denominadas de baixadas, que, a partir dos anos 70, tornou esse bairro um dos mais populosos de Belém, pois, embora tivesse um território alagadiço, em função da proximidade com o rio e por ser entrecortado por pequenos igarapés, estava localizado na área central da cidade, próximo aos bairros mais infraestruturados, quais sejam: Comércio, Cidade Velha, Campina, Reduto e Nazaré, tornando-se lugar de atração tanto para as frações das classes trabalhadoras, que fixaram residência pela proximidade com os locais de trabalho, como para empresas que ali se instalaram pela facilidade de comercialização e escoamento da produção.

As formas de ocupação das terras nesse bairro foram historicamente objeto de disputas e lutas sociais, expressando os problemas sociais enfrentados, principalmente pela população de baixa renda, que, ao se instalar nesse bairro, já se

encontrava em situação de extremo abandono por parte dos governantes, e como forma de amenizar as dificuldades vivenciadas, realizavam os mutirões de moradores em prol das melhorias coletivas, aterrando ruas com caroços de açaí, com cascas de castanhas, serragens das estâncias etc.

Segundo Silva (2008), apenas na década de 40, foi realizada a primeira intervenção no bairro, por parte do governo, com a construção do Dique na Estrada Nova, através de uma parceria entre o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) e a Fundação Norte-Americana, com o objetivo principal de impedir alagamentos nos bairros próximos à orla da cidade: Jurunas, Guamá, Cremação Condor e Arsenal. Após a implantação do projeto, a população passou a ocupar espaços antes não ocupados, elemento que contribuiu para que houvesse um aumento da população nesta área.

O comércio ganhou grande proporção neste período, alterando a dinâmica e a cultura do bairro, visto que a orla possuía um papel fundamental na vida das comunidades ribeirinhas, dado o nível de interlocução estabelecido com a cidade, por meio dos portos localizados na orla sul de Belém, gerando certa complexidade para a vida dos moradores. Logo, como estratégia de amenizar e lutar contra o descaso do poder público para com a localidade, os moradores se reuniam em busca de melhoria para a comunidade, e, neste contexto, surgem os centros comunitários, que objetivavam lutar por melhorias.

Segundo Cruz (1994):

[...] São nesses bairros que os MSU's assumem sua condição de sujeito na produção da área urbana, em Belém, através da ocupação de espaços vazios e/ou ociosos, construindo novas ou ocupando velhas moradias, organizando o arruamento, construindo estivas (pontes de madeiras novas ou usadas), aterrando os trechos alagados (comumente utilizam serragem de madeira ou caroços de açaí), e reivindicando os serviços que são básicos à sociedade [...] Era chegar, trabalhar e ficar. Chegavam de muitos lugares, ocupavam os espaços ociosos, construíam casas, palafitas, pontes, abriam ruas, limpavam tudo, criavam estabelecimentos comerciais e de lazer (tabernas, clubes de festa e de futebol etc.), criavam laços, davam uma forma, uma estrutura e uma função para as áreas ocupadas, enfim, construíam bairros sob a sua própria lógica, embora influenciados pela lógica geral da sociedade (CRUZ, 1994, p. 65-66).

Neste contexto, os moradores do Jurunas deram origem à Associação da Comunidade de Base do Jurunas (COBAJUR)¹⁰⁸, que surgiu da luta pelo Direito de Morar e pelo Direito à Cidade (Fotografia 3).

Fotografia 3 - Manifestação da COBAJUR pela Reforma Urbana (década de 1960).



Fonte: Silva (2008).

Pela legislação atual, o bairro compreende a interseção da margem direita do Rio Guamá, com a projeção da Rua Cesário Alvim, segue por esta até a Rua Tupinambá, flete à direita e segue por esta até a Trav. Quintino Bocaiúva. Flete à direita e segue por esta e por seu prolongamento até a margem direita do Rio Guamá, flete à direita e segue por este até o início da poligonal (Lei 7.806, de 30 de julho de 1996). Dentre os bairros de Belém, o Jurunas é um dos mais populosos e com graves problemas de infraestrutura urbana e de regularização fundiária, situação esta que se pretende solucionar com a intervenção urbanística do PROMABEN.

c) Bairro da Condor

O nome desse bairro decorre da presença entre 1920-1930 de uma Companhia de Navegação Aérea Alemã CONDOR, que se estabeleceu às margens do rio Guamá, onde possuía armazéns para a descarga de mercadorias, mais precisamente onde se

¹⁰⁸ Fundada em 15 de novembro de 1969, e possuía sua sede na Avenida 15 de novembro, nº17.

localiza a Praça Princesa Izabel, o porto flutuante e pela casa de dança “Palácio dos Bares”, fazendo parte dos equipamentos de lazer e turismo da cidade de Belém.

O bairro nasceu e cresceu nos idos dos anos 1940-1950, em torno do local onde pousavam os hidroaviões dessa companhia de navegação, além do que, nessa localidade foram instalados ainda depósitos da Petrobrás, tornando elemento atrativo para uma maior ocupação do bairro por trabalhadores que buscavam estabelecer as suas moradias, conforme se verifica na Fotografia 4.

Fotografia 4 - Habitações no Bairro Condor (1940-1950).



Fonte: Penteado (1968. p 311).

Grande parte dos moradores era composta por migrantes e originários dos bairros contíguos ao mesmo, dado a efervescência urbana desse período, “confundindo” por vezes os moradores que não sabem se são jurunenses (bairro contíguo) ou se habitam o bairro da Condor, dada a estreita aproximação entre ambos. Penteado (1968) comparou os bairros, a partir das obras estruturantes que foram realizadas pelo Estado e que permitiu a mobilidade entre os bairros da orla sul de Belém, descrevendo a interligação, a influência e a convivência entre ambos:

[...] Jurunas e Condor são, tipicamente, dois bairros de várzea, enquanto o bairro do Guamá possui trechos na várzea e no baixo terraço. Em virtude de tais fatos, todo o litoral do Guamá era sujeito às enchentes anuais; então, a população numerosa e bastante pobre dos três bairros citados se via a braços com tal problema, o que determinou a construção, pelo Serviço Especial da Saúde Pública (SESP), de um dique de proteção, que

acompanha quase toda a fachada destes bairros, junto ao citado rio. Foi ele quem permitiu o aproveitamento de vastas áreas dos bairros referidos, além de proporcionar a abertura da chamada Estrada Nova que partindo das proximidades do Arsenal de Marinha (Cidade Velha) sobre o dique, acompanha o litoral do Guamá até as imediações do Igarapé do Tucunduba onde finda a cidade (PENTEADO, 1968, p. 299)

Do ponto de vista de sua delimitação territorial, atualmente o bairro circunscreve-se à:

[...] A área envolvida pela poligonal, que tem início na interseção da margem direita do Rio Guamá com a projeção da Trav. Quintino Bocaiúva, segue por esta até a Trav. Pe. Eutíquio, flete à direita e segue por esta até a Pass. São Silvestre, flete à esquerda e segue por esta até a Trav. 14 de Março, flete à direita e segue por esta até a Pass. Teixeira, flete à esquerda e segue por esta até a Pass. Umariz flete à direita e segue por esta até a Trav. 9 de Janeiro, flete à direita e segue por esta até a Pass. Mucajás, flete à esquerda e segue por esta até a Pass. Albi Miranda, flete à direita e segue por esta até a Pass. Paulo Cícero, flete à esquerda e segue por esta até Trav. 14 de Abril, flete à direita e segue por esta até a Pass. Alvino, flete à esquerda e segue por esta até a Pass São Cristovão, flete à direita e segue por esta e por seu prolongamento até encontrar a margem direita do Rio Guamá, flete à direita e segue por esta até a inicio da poligonal (Lei 7.806, de 30 de julho de 1996).

d) Bairro Cremação

O processo de ocupação desse bairro está relacionado à existência do forno crematório, instalado em fins do século XIX, durante a administração municipal de Antônio Lemos. Segundo Penteado (1968), o bairro Cremação possui um sentido popular, denunciado pela população que é, em grande parte, constituída de modestos funcionários, comerciários e operários, que habitavam “barracas”, geralmente casas de madeira ou pau-a-pique cobertas com folhas de palmeiras. O desenvolvimento demográfico desta área deu-se com a ocupação de terrenos baldios, como no trecho situado ao sul da Rua Caripunas, onde havia algumas vilas e travessas, cuja origem está ligada a um antigo caminho que se dirigia para o Guamá.

Atualmente, o bairro está delimitado por uma área poligonal que

[...]Tem início na interseção da Trav. Quintino Bocaiúva com a Av. Conselheiro Furtado, segue por esta até a Trav 14 de Abril, flete à direita e segue por esta até a Rua Silva Castro, flete à direita e segue por esta até a Trav. 3 de Maio, flete à esquerda e segue por esta até a Pass. Mucajás, flete à direita e segue por esta até a Trav. 9 de Janeiro, flete à direita e segue por esta até a Pass. Umariz, flete à esquerda e segue por esta até a Pass. Teixeira, flete à esquerda e segue por esta até a Trav. 14 de Março, flete à direita e segue por esta até a Pass. São Silvestre, flete à esquerda e segue por esta até a Pass. Rodolfo Albino, flete à esquerda, segue e retoma a Pass. São Silvestre, segue por esta até a Trav. Pe. Eutíquio, flete à direita e segue por esta até a Pass. Pinheiro, flete à direita e segue por esta até a Trav. Dr. Moraes, flete à esquerda e segue por esta até a Rua Conceição, flete à direita e segue por esta até a Trav. Quintino Bocaiúva, flete à esquerda e segue por esta até o início da poligonal (Lei nº 7.806, de 30 de julho de 1996).

O bairro Cremação também viveu uma história de luta social pelo Direito à Moradia e pelo Direito à Terra Urbana¹⁰⁹, pois, durante sua ocupação, os moradores ocuparam terrenos que pertenciam ora ao poder público, ora a grupos privados, fossem empresas ou famílias, forçando o poder público a executar programas de desapropriação de terras para fins de utilidade pública, haja vista a intensificação dos conflitos existentes nesse bairro.

e) Bairro Guamá

De acordo com a Lei nº 7.806, de 30 de julho de 1996, o bairro Guamá está circunscrito às áreas da poligonal, que tem início na

[...] Interseção da margem direita do Rio Guamá com a projeção da Pass. São Cristóvão; segue por esta até a Pass. Alvino, flete à esquerda e segue por esta até a Travessa 14 de Abril, flete à direita e segue por esta até a Pass. Paulo Cícero, flete à esquerda e segue por esta até a Pass. Albi Miranda, flete à direita e segue por esta até a Pass. Mucajás, flete à esquerda e segue por esta até a Trav. 3 de Maio, flete à direita e segue por esta até a Rua Silva Castro, flete à direita e segue por esta até a Trav. 14 de Abril, flete à esquerda e segue por esta até a Av. Conselheiro Furtado, flete à direita e segue por esta até a Trav. 2ª de Queluz, flete à esquerda e segue por esta até a Pass. N. Sra das Graças, segue por esta até o Igarapé Tucunduba, flete à direita e segue a jusante até encontrar a Av. Perimetral, flete à direita e segue por esta até a rua Augusto Corrêa, flete à esquerda e segue por esta até encontrar o limite do terreno da UFPA, segue por este até a margem direita do Rio Guamá, flete à direita e segue por esta até o início da poligonal.

¹⁰⁹ Sobre essa questão, consultar Mourão (1987).

Ramos (2002) afirma que o começo de sua história está intimamente ligado à área do igarapé Tucunduba, uma vez que antes da colonização europeia na Amazônia as margens do igarapé podem ter sido ocupadas por grupos indígenas existentes na área, já que todo esse imenso território, no passado, pertenceu aos mesmos, sendo que a primeira forma de ocupação do bairro se refere a uma fazenda localizada próxima ao referido igarapé, a qual foi doada como sesmária pelo rei português ao Sr. Theodoretto Soares Pereira, em 1728. (RAMOS, 2002, p. 15), como é possível constatar através da fala da moradora do bairro:

[...] A primeira área mesmo ocupada na década de 60 foi Tucunduba, inclusive aquela área onde está o policial (a delegacia). Foi ali que começou o inchamento das pessoas que vieram ocupar a área do Tucunduba. Ali tudinho por trás, começando por aqui por trás da Augusto Corrêa tem uma ruazinha que vai pra banda de lá, que foi quando começou a ocupação, foram desmatando tudo. Ali tudo era alagado, tudo! Era tipo assim: – riacho, rio! O pessoal foi desmatando tudo, foram quebrando açail, tinha muito açail, foram derrubando, foi fazendo casas (Entrevista concedida em dezembro de 2011).

A característica que marcou a identidade do bairro do Guamá no começo de sua história foi a construção do Hospício dos Lázaros do Tucunduba (1815/1938), onde as pessoas eram excluídas pela sua condição de hansenianas. Ainda no começo do período novecentista, foram construídos hospitais de isolamento, assim comprova Ramos (2002, p. 33): “três hospitais de isolamento foram construídos no começo do século XX, os Hospitais: Domingos Freire, São Sebastião e São Roque (que se transformaram no atual Hospital Universitário João de Barros Barreto)”, indicando forte segregação social.

No local, havia, ainda, três cemitérios: o de Santa Isabel, o da Ordem Terceira de São Francisco, que se localizava em frente ao cemitério de Santa Isabel e, por último, um pequeno pedaço de terreno onde eram feitas as práticas de enterramento, construído e inaugurado próximo ao Leprosário do Tucunduba, que servia para enterrar os internos. Na fala do morador a seguir, podemos perceber como o Cemitério, até certo momento, influenciou na delimitação do bairro do Guamá:

[...] Por sinal, naquela época o pessoal considerava o bairro de Santa Isabel que era assim: bairro de Santa Isabel e Bairro do Guamá, depois entenderam que o Guamá é Santa Isabel, que Santa Isabel é Guamá, aí ficou Guamá, aí depois como entenderam que Santa Isabel era considerada até o cemitério de Santa Isabel, que ali ainda tinha bonde. Então de lá o Guamá foi crescendo, crescendo, crescendo! Aí acabou o bairro de Santa Isabel. Aí hoje é o bairro do Guamá (Entrevista concedida em dezembro de 2011).

No século XIX, o bairro acabou sendo excluído do centro urbano, em decorrência da modernização econômica que girava em torno da borracha em Belém. Sarges (2002) explica que Belém, no período oitocentista, passou por processos de reformas urbanas na gestão do Intendente Municipal Antônio Lemos, que criou Código de Posturas, relacionado à vida social, para serem criados novos mecanismos para padronizar a cidade, ou seja, reformar, de maneira europeizada, adquirindo e transformando o seu espaço urbano de maneira disciplinada e ordenada. Mas, para fluir essa estratégia, Lemos, apesar de estar voraz em modificar a cidade, transformando-a num local de atração, teve que reprojetá-la segundo critérios elitistas, estabelecendo estratégias de modernização. Uma delas era expulsar os moradores de classes menos abastadas, que no seu imaginário enfeavam a cidade e não acompanhavam esse processo urbanístico.

Em 1938, quando foi desativado o leprosário do Tucunduba, o bairro do Guamá passou por processos de ocupação habitacional, em consequência da reabilitação econômica gomífera que tramitava na região, de acordo com Ramos (2002). A maioria desses habitantes era de nordestinos (cearenses), conforme é analisado na fala do morador:

[...] Era mais gente que veio tirar seringa do Amazonas, apelidava “arigó”, era o cara que vinha de outro estado pra cá atrás de recurso pra viver. Veio mais do Ceará, vinha atrás de recurso pra tu viver, porque eles iam pro Amazonas tirar o leite de Seringa (Id. *ibidem*).

No ano de 1959, foi implantado no bairro do Guamá o Núcleo Universitário, atual Universidade Federal do Pará (UFPA), sob administração do reitor José Rodrigues da Silveira Neto, o que possibilitou uma maior estruturação do bairro, principalmente pela maior quantidade de linhas de ônibus. Conforme reportagem do jornal O Liberal, de 04 de abril de 1989, o morador Antonio Almeida Mendes relata que quando chegou ao bairro, a universidade ainda não estava lá e, segundo ele, no local onde está o campus, funcionava uma olaria.

A década de 1960 foi marcada pelos investimentos públicos, quando foram construídos e inaugurados o posto de saúde, os colégios, o Serviço de Atendimento ao Cidadão (SACI) – próximo ao mercado municipal do Guamá (conhecido como Casa do Bife II). Com isso, o Guamá foi se urbanizando, aumentando a população. O bairro antes era um território cheio de mato, não existiam ruas, só existiam caminhos que eram percorridos pelas pessoas ou moradores, conforme a Sra. Doralina Demétrio, de 75 anos, moradora do bairro do Guamá.

É importante ressaltar, também, que a partir dos anos 60 e 70, quando são implantados os Grandes Projetos na Amazônia, o bairro do Guamá recebeu um grande fluxo de pessoas vindas do interior para morar na cidade. Mas, em função dos espaços do centro não serem adequados a eles, passam a migrar para as zonas periféricas, onde sequer tinham uma condição adequada de saneamento, muito menos documentos que comprovassem a titularidade daquele terreno, de acordo com Ramos (2002).

O Sr. Manoel Jorge, 62 anos, morador do bairro, acrescenta que a maioria dos terrenos era ocupada por fazendas. Uma dessas fazendas, conhecida no Guamá nos anos 1960, era de uma proprietária que se chamava Umbelina Quadros, dona da maior parte dos terrenos do bairro, que alugava para os moradores. A Sra. Umbelina Quadros era dona de uma parte, e o Acatauassú Nunes, de outra. Faziam papéis de grileiros no bairro para manter o domínio do território. Os moradores aos poucos foram conquistando esses espaços de moradia através de suas resistências e organizações. No passado, no bairro do Guamá, as casas tinham quintais e criações de animais, o que denota um modo de vida muito próximo do que se vê no interior (RAMOS, 2002), conforme pode ser visualizado na Fotografia 5.

Fotografia 5 - Aspecto da moradia no bairro do Guamá (início do Século XX).



Fonte: Ramos (2002, p. 38).

No começo de sua ocupação, o bairro não era muito populoso. No seu espaço, na maioria das vezes, havia matas que serviam para caçar e para coleta de frutas pelas pessoas que moravam no local (Fotografia 6).

Fotografia 6 - Aspecto da Rua João de Deus, no bairro do Guamá.



Fonte: Jornal O Liberal (1962).

No Guamá, as casas eram com quintais enormes no começo de sua ocupação, não tinha ruas pavimentadas, uma das primeiras ruas a ser aberta no bairro do Guamá, junto com as outras, foi a Passagem João de Deus (Figura 20) – até a empresa “Aços Copala Indústrias Reunidas S.A” e terminava na atual Av. Barão de Igarapé Mirim, como argumenta o Sr. Manoel Campos, morador do bairro, em O Liberal:

[...] O bairro do Guamá não teve por enquanto ruas asfaltadas. Todavia, o trabalho efetuado foi gigantesco. Novas ruas e travessas foram abertas e picarradas, dando margem a que o referido bairro se interligasse com o Jurunas, Estrada Nova e Cremação. A Passagem João de Deus foi uma das primeiras ruas abertas (O Liberal, de 16/11/1962. p. 6).

Outra rua do Guamá que teve asfalto e recebeu reformas urbanas foi a Travessa Castelo Branco. Assim comprova a matéria: “a Castelo Branco foi outra artéria do bairro do Guamá, totalmente recuperada. Recebeu os serviços de terraplenagem, e posteriormente foi asfaltada” (Fotografia 7).

Fotografia 7 - Aspecto da Travessa Francisco Caldeira Castelo Branco (Século XX).



Fonte: Jornal O Liberal (1962).

A Avenida Bernardo Sayão, conhecida como Estrada Nova¹¹⁰ (Fotografia 8), começa a receber serviços de pavimentação na gestão de Moura Carvalho. Penteado (1968) ressalta a importância da abertura desta via para o bairro do Guamá, assim como de outras ruas que seguem nas imagens a seguir:

[...] Além de proporcionar a abertura da chamada Estrada Nova, que, partindo das proximidades do Arsenal de Marinha (na cidade velha), sobre o dique, acompanha o litoral do Guamá até as imediações do igarapé Tucunduba, onde finda a cidade. Esta Estrada, que, na verdade, é mais uma rua do que uma estrada corresponde ao grande eixo - de que dispõem estes bairros - para sua ligação com o centro de Belém; por outro lado, a Estrada Nova (atual Av. Bernardo Sayão) criou condições para que, ao longo de seu percurso, fossem aparecendo alguns importantes estabelecimentos comerciais e mesmo industriais (PENTEADO, 1968, p. 299, 312).

¹¹⁰ Para Rodrigues (2008), [...] A Estrada Nova, hoje Avenida Bernardo Sayão, ligava a Cidade Velha ao bairro do Guamá, acompanhando um dique de concreto construído na década de 1940, para conter as águas do rio. Todo o pequeno espaço paralelo ao seu traçado, de ambos os lados da rua, foi rapidamente tomado por palafitas de madeira, ocupadas em parte por migrantes recém-chegados à cidade, como única opção de instalação definitiva ou mesmo temporária, em parte por moradores mais antigos que ainda não dispunham de espaço para morar (RODRIGUES, 2008, p. 79).

Fotografia 8 - Serviço de asfaltamento da Estrada Nova.



Fonte: Jornal O Liberal (1964).

Sobre a articulação e integração desses bairros, que fazem parte da BHEN, Penteado (1968) afirma que:

[...] Jurunas e Condor são, tipicamente, dois bairros de várzea, enquanto o bairro do Guamá possui trechos na várzea e no baixo terraço. Em virtude de tais fatos, todo o litoral do Guamá era sujeito às enchentes anuais; então, a população numerosa e bastante pobre dos três bairros citados se via a braços com tal problema, o que determinou a construção, pelo Serviço Especial da Saúde Pública (SESP), de um dique de proteção, que acompanha quase toda a fachada destes bairros, junto ao citado rio. Foi ele quem permitiu o aproveitamento de vastas áreas dos bairros referidos, além de proporcionar a abertura da chamada Estrada Nova que partindo das proximidades do Arsenal de Marinha (Cidade Velha) sobre o dique, acompanha o litoral do Guamá até as imediações do Igarapé do Tucunduba onde finda a cidade (PENTEADO, 1968, p. 299).

Atualmente, a BHEN apresenta uma população de aproximadamente 300.000 habitantes, que reivindica infraestrutura urbana e posse da terra, bem como a melhoria da qualidade de vida. Segundo o estudo realizado pela Prefeitura:

[...] Os oito bairros de Belém (Guamá, Batista Campos, Cremação, Cidade Velha, Jurunas, Nazaré, Condor e São Brás) que estão diretamente vinculados ao projeto de Recuperação Socioambiental da Bacia da Estrada Nova abrigam quase um quarto da população da Capital (24%), ou seja, para cada quatro belenenses, um será contemplado por este projeto (BELÉM, 2007, p. 105).

Desses oito bairros, apenas quatro serão áreas de influência direta da intervenção urbanística do Portal da Amazônia, quais sejam: Guamá, Jurunas, Condor e Cremação. Tais bairros possuem um adensamento populacional altíssimo, que juntos abrigam 237.382 habitantes, o que representa 77,2 % da população total da área de influência direta do projeto, conforme veremos na próxima seção.

5.1.3 Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova

A rede de macrodrenagem da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova compreende os seguintes canais: Caripunas, Timbiras, Quintino, Dr. Moraes, 14 de Março, 3 de Maio, João de Deus, Radional I e II, Bom Jardim, Euclides da Cunha e Bernardo Sayão (BELÉM, 2010a)¹¹¹. A PMB, ao divulgar que a intervenção na Baciada Estrada Nova é “um investimento na saúde, no meio ambiente, na geração de emprego, na qualidade de vida e, acima de tudo, no resgate da dignidade de quem vive em condições de extrema pobreza e exclusão social”, apresenta a ação mais importante do “Portal da Amazônia”, que é o PROMABEN¹¹².

Este programa prevê a macro e microdrenagem de quatro (4) Sub-bacias¹¹³ da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova, entre as quais, a Sub-bacia 1, que se estende da travessa Veiga Cabral à rua Fernando Guilhon; a Sub-bacia 2, da rua Fernando Guilhon até o canal da travessa Quintino Bocaiúva; a Sub-bacia 3, do canal da Quintino Bocaiúva ao canal da travessa 3 de Maio; e a Sub-bacia 4, do canal da 3 de Maio à Universidade Federal do Pará (UFPA), conforme a Figura 1.

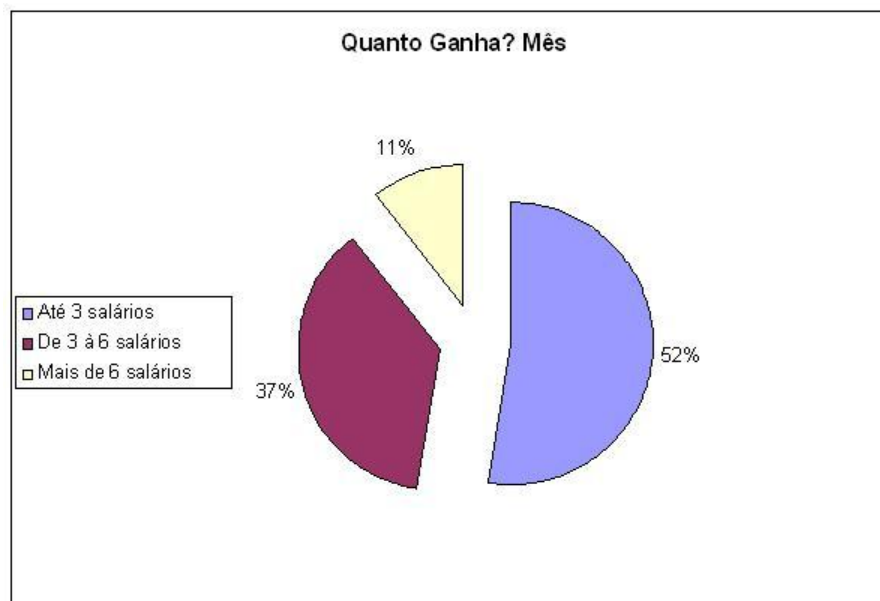
Como todo grande projeto de infraestrutura urbana, o PROMABEN teve como ação preliminar o diagnóstico socioeconômico e ambiental das áreas previstas para a intervenção urbanística, realizada pela empresa contratada, ENGESOLO S.A., e após a sistematização em Diagnóstico a prefeitura municipal realizou o cadastramento das unidades residenciais e comerciais que seriam atingidas inicialmente pela ação projeto. Por ocasião do estudo, a empresa contratada, constatou que na BHEN a população residente possui um perfil socioeconômico muito baixo. No que tange ao aspecto educacional, a maioria não concluiu o ensino fundamental e encontram-se sem ocupação de trabalho formal. E, assim, se verificou que a maioria não utiliza transporte coletivo para trabalhar por que são desempregados e os que trabalham utilizam o ônibus como alternativo, revelando o alto grau de pobreza nessa região da cidade. Em relação à renda salarial, o diagnóstico apontou que 52% da população da Bacia auferem no máximo três salários mínimos, conforme podemos conferir nos dados do Gráfico 3.

¹¹¹ Pesquisas foram e estão sendo desenvolvidas sobre processos de ocupação humana das áreas litorâneas da cidade de Belém, entre as quais destacamos as seguintes: Universidade Federal do Pará (2004), Ponte (2004, 2007); Trindade Júnior e Silva (2005), Castro (2006); Trindade Júnior e Tavares (2008), Araújo (2008); Malheiro (2009).

¹¹² A elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Programa de Recuperação Urbana e Ambiental da Estrada Nova – PROMABEN e concluído, em 2007, pela Engesolo Engenharia Ltda. foi objeto de ação judicial contra a Prefeitura Municipal de Belém (MALHEIRO, 2009, p. 109).

¹¹³ É importante esclarecer que as obras de retificação e microdrenagem dos canais da Sub-bacia 3 estão associadas ao projeto Orla, já mencionado na seção anterior.

Gráfico 3 - Dados sobre renda da população residente na área de implementação do PROMABEN.



Fonte: EIA/PMB/ENGESOLO (2006).

A maioria declarou ganhar até três salários mínimos; e os que declararam ganhar mais de seis, foram geralmente os proprietários de estabelecimentos comerciais. Nesse sentido, as informações disponibilizadas no diagnóstico feito pela prefeitura constataam que na BHEN a situação da grande maioria dos trabalhadores é de extrema pobreza. Como consequência, habitam as áreas com pouca infraestrutura urbana, sobretudo, o saneamento básico, o que as tornam áreas degradadas ambientalmente.

Nas áreas que margeiam os diversos cursos d'água que compõem esta bacia hidrográfica, à semelhança do que ocorre com as outras existentes na extensão territorial do município de Belém, há a prevalência de ocupação humana às margens dos canais ou mesmo no interior desses, impactadas pelo fluxo das marés e das chuvas constantes na região, características propícias à propagação de doenças veiculadas por meio hídrico¹¹⁴, tornando-as inadequadas para este tipo de ocupação, pelo alto índice de insalubridade¹¹⁵, conforme Fotografia 9a-c.

¹¹⁴ Conforme documento do BID, 65% das enfermidades em Belém são originadas por problemas hídricos.

¹¹⁵ A cidade de Belém viveu, desde a segunda metade do século XX, formas de ocupação do território em que os segmentos populacionais menos aquinhoados economicamente foram sendo empurrados para as áreas mais baixas da cidade, que se encontram topograficamente 4 m abaixo do nível do mar e, por isso, são áreas historicamente sujeitas a alagamentos e, portanto, inadequadas para moradia, e que ficaram conhecidas como “áreas de baixadas”. Contudo, foram nesses lugares que diversas frações da classe trabalhadora fixaram residência. Inicialmente, sem

Fotografia 9a-c - Aspectos de habitações às margens dos canais da BHEN.



Fonte: UFPA/PARU, 2007; PROMABEN (2010).

Diante dessa realidade, a PMB, desde os anos 1990, tenta reverter o quadro de insalubridade que assola os domicílios dessas áreas. Entre essas iniciativas do poder público municipal, o projeto de intervenção urbanística PROMABEN está sendo realizado desde 2009, pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB)¹¹⁶, a partir de convênio firmado em 2 de abril de 2009, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), depois de atendidas todas as exigências financeiras do Banco. O contrato é parte de

infraestrutura urbana, sem equipamentos sociais, sem transporte coletivo etc. Nos dias atuais, essas “baixadas” compõem o cardápio da especulação imobiliária, uma vez que após longos anos de luta social, foram dotadas da infraestrutura urbana e social, passando a ser objeto de cobiça do mercado de terras e da produção de moradia especulativa.

¹¹⁶ Na primeira gestão (2005-2008), o prefeito Duciomar Costa foi eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e reeleito para o mandato 2009-2012, pelo mesmo partido, com apoio da coligação “União por Belém” composta pelo PDT, PTC, PTB, PRP, PV, PT do B, PSC, PSDC, PR, PRTB.

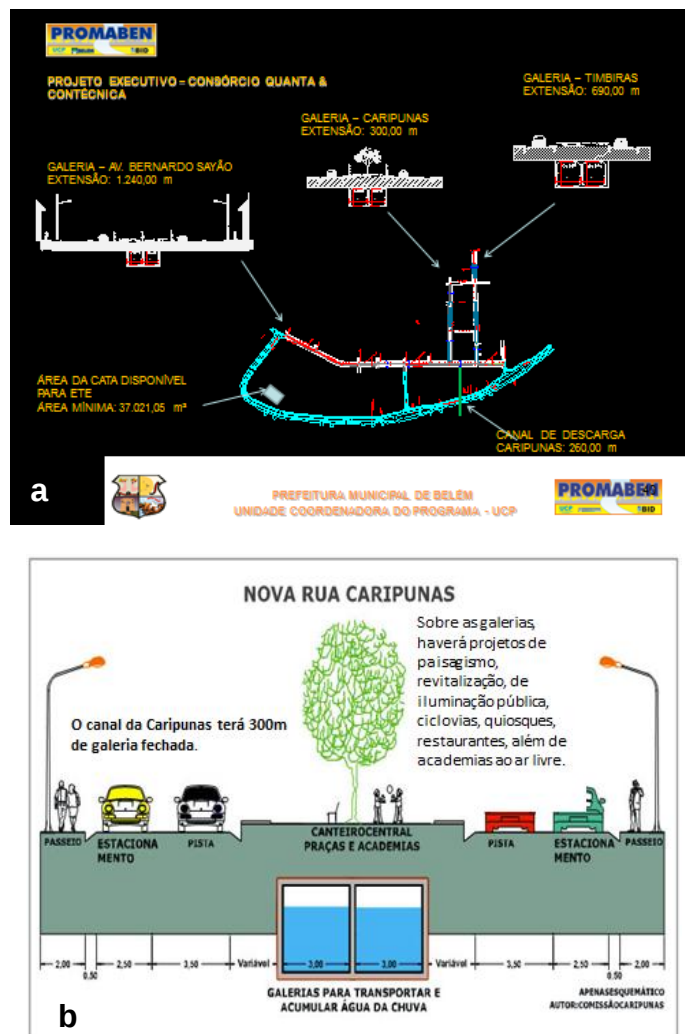
um arcabouço legal que visa a garantia de todas as pactuações feitas durante a negociação da operação de crédito e é composto de: Documento Conceitual do Projeto (DCP), Proposta de Empréstimo, Contrato de Garantia assinado pelo governo federal, assumindo a condição de fiador do empréstimo, Contrato de Empréstimo com a prefeitura municipal de Belém. A moeda aplicada no caso é dólar (US\$) dos Estados Unidos da América do Norte (USA), que se tornou parâmetro para o cálculo do montante financeiro contraído, bem como a política de juros aplicada.

O valor total da proposta foi orçado em U\$137.500,000, sendo que o BID contratou o valor correspondente a 50% desse total, ou seja, US\$ 68.750.000,00 (sessenta e oito milhões, setecentos e cinquenta mil dólares), cabendo à PMB a garantia dos outros 50%, que na linguagem interna do Banco denomina-se “Recursos Adicionais”, ou seja, a “contrapartida”. O recurso aprovado pelo BID deve ser aplicado em ações de saneamento básico das áreas sujeitas a alagamento pela ação do rio Guamá, da Baía do Guajará e dos igarapés localizados na porção Sul de Belém. A intervenção urbanística tem como principal objetivo “promover a melhoria das condições ambientais e sociais na área da Bacia, que ao longo dos anos vem sofrendo com o rápido crescimento da população” (PMB, 2007).

De acordo com os estudos realizados pela empresa terceirizada ENGESOLO (2007), o PROMABEN obedecerá estrategicamente quatro pilares básicos de obras estruturantes: 1) Drenagem da bacia, com adequação do sistema de macro e microdrenagens; 2) Saneamento básico, com melhoria nos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário; 3) Urbanismo e habitação, com implantação de novas vias urbanas e equipamentos urbanísticos, melhoria na habitação e o reassentamento da população das áreas de risco; 4) Revitalização urbano-ambiental, com a implantação de infraestrutura urbana que proporcionará a implantação e desenvolvimento de atividades e a integração socioeconômica da população residente nas áreas da bacia.

O programa Portal da Amazônia buscará corrigir os cursos d'água que provocam enchentes na BHEN e adjacências, com intervenções urbanísticas que preveem a macro e a microdrenagem dos canais (igarapés) formados a partir das águas do rio Guamá, buscando modificar a realidade atual na Avenida Bernardo Sayão, que liga o centro histórico e a área portuária à Av. Perimetral Norte, dando acesso à saída de Belém, bem como fará a retificação dos canais localizados nas travessas que findam no rio Guamá, conforme pode se verificar na Figura 1a-b.

Figura 1a-b - Maquetes das obras de macrodrenagem e projeção das vias que ligam o rio Guamá ao restante da cidade (Av. Bernardo Sayão, Trav. Caripunas e Timbiras).



Fonte: PROMABEN (2011)

Com base nas imagens das maquetes do projeto (Figura 1a-b), constata-se que as ações do PROMABEN, ao garantir a retificação dos canais (igarapés), fazer a instalação dos sistemas de drenagem e esgoto, o revestimento dos canais em concreto, o fechamento e a pavimentação asfáltica, estará preparando a área para receber, num momento posterior, as ações do trânsito, que garantirão a melhoria do acesso à área portuária, que se localiza as margens do rio Guamá, e que serve de entreposto comercial para entrada e saída de produtos primários internos e externos ao estado do Pará, assim como consolidará a circulação de transportes pesados que entram e saem da cidade pela malha rodoviária, à medida que as vias urbanas recebam melhorias e sejam interligadas, estabelecendo a conexão entre a zona Sul, com forte fluxo fluvial e rodoviário, e a zona Norte, que dá acesso, pela malha rodoviária, à entrada e saída da cidade pela BR-316, que leva ao Eixo Belém-Brasília.

Aliado a essas ações, a área também receberá projetos paisagísticos, que tornarão as áreas mais atrativas para os empreendimentos imobiliários, turísticos e de lazer, haja vista que o perímetro definido pelo programa estabelece uma relação estreita com o rio Guamá, bastante utilizado pelos empreendimentos que já se encontram na orla, podendo, portanto, consolidar a área enquanto potencial econômico para o município e para o estado do Pará.

5.1.3.1 Sustentabilidade ambiental na BHEN à luz das orientações do BID

Para realização das obras em andamento na BHEN, a PMB buscou apoio financeiro junto ao BID¹¹⁷, que desde os anos 1960 realiza investimentos em grandes projetos urbanos no Brasil e na América Latina, buscando garantir sustentabilidade às cidades localizadas em países do terceiro mundo ou países em desenvolvimento. Alguns estudos¹¹⁸ têm sido desenvolvidos nos últimos anos a fim de compreender e explicar o papel do BID no contexto internacional. Para Santana (2006):

O BID nasce com o objetivo de potencializar a integração econômica regional (da América Latina) mediante aceleração do desenvolvimento econômico de seus países membros. Nas palavras de Chiriboga (1978, p. 7), o Banco, em sua constituição, era considerado como o “motor financeiro do desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos em processo de crescimento” (SANTANA, 2006. p. 28-29, tradução da autora).

A iniciativa de investimento em países em desenvolvimento estava historicamente ligada à estratégia norte-americana de assegurar condições para o desenvolvimento econômico desses países. Assim, a partir dos anos 1960, dez anos após a sua criação, o BID, juntamente com o governo americano, resolveu ampliar o raio de investimentos para projetos sociais (denominados como “recursos brandos”) e, assim, o governo americano¹¹⁹ faz um incremento aos recursos financeiros do BID

¹¹⁷ O financiamento solicitado foi assinado no ano de 2009, depois de atendidas todas as exigências financeiras do Banco. Ressalta-se que o surgimento do BID se deu na conjuntura do pós-segunda guerra mundial, quando ocorrem mudanças na geopolítica da economia mundial, que passou a se assentar a partir de instituições globais capazes de definir “novos” paradigmas para a gestão monetária, do desenvolvimento e do comércio. Cita-se o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Gatt (posteriormente Organização Mundial do Comércio - OMC), lançando as bases do novo regime internacional sob a hegemonia norte-americana e, associada a ela, surgem outros organismos de natureza regional, dentre os quais o BID, que teve sua origem em 1959.

¹¹⁸ Ver Santana (2006), Arantes (2006), Vainer (2000), Maricato (2000), Santos (2003), Santos e Silveira (2002), dentre outros.

¹¹⁹ No ano de 1960, com a preocupação de socorrer os países em desenvolvimento, foi assinada a Ata de Bogotá, em que [...] os Estados Unidos dispuseram de seu orçamento o montante de 500

como uma forma de prestar socorro aos países empobrecidos e subdesenvolvidos, segundo afirmação de Santana (2006):

[...] a preocupação dos países latino-americanos, bem como a dos Estados Unidos, no atendimento das *justas demandas sociais das massas latino-americanas* não se fez aleatoriamente. A crescente pobreza latino-americana era em si uma ameaça à expansão capitalista, posto que poderia permitir a aceitação das ideias difundidas pelo bloco socialista (SANTANA, 2006, p. 31).

Já no contexto de crise econômica, nos anos 1970, com a redefinição do modelo de produção econômica industrial e diminuição do papel do Estado, os bancos internacionais, em âmbito regional e global, encontram campo fértil para ampliar os investimentos não apenas na área econômica e produtiva *stricto sensu*, mas também nas áreas sociais, onde se expõe e se esconde ao mesmo tempo e de forma aparente as mazelas produzidas pelo modelo capitalista de produção.

No Brasil e na Amazônia, o BID tem uma ação mais ofensiva a partir dos anos 1990, em pleno processo de crise econômica, reforma gerencial do Estado e provisão das cidades como estratégia de prepará-las para produzirem mais riqueza ao mundo capitalista e, assim, extirpar definitivamente do cenário político e urbano os projetos socialistas de cidade, inaugurados em algumas cidades europeias. Citam-se os exemplos das cidades soviéticas e Catalunha. Nas cidades da Amazônia, o BID inicia o investimento público pelas cidades de Belém, nos anos 1990 e em Manaus, no ano de 2006.

De modo a corrigir as falhas cometidas em programas anteriores, o BID determinou algumas exigências a serem adotadas pelo PROMABEN. Neste sentido,

El diseño del presente Programa considera las lecciones aprendidas en la ejecución de estos y otros proyectos similares: (i) La participación y articulación de las entidades locales en el programa deben estar bien definidas. (ii) La colaboración de la comunidad es necesaria para que las mejoras realizadas sean sustentables; (iii) Solamente realizar obras de macrodrenaje en áreas urbanas, cuando exista un Plan Maestro de Macrodrenaje actualizado y de buena calidad técnica. (iv) Los diseños finales, o en su defecto, los diseños básicos avanzados, deben estar disponibles al inicio de la ejecución para evitar atrasos y sobre-costos en la ejecución de las obras. (v) La ejecución de las obras debe ir acompañada de acciones de educación sanitaria y ambiental. (vi) La tenencia de la tierra debe ser regularizada y el plan de uso de suelo debe permitir el

milhões de dólares, a serem aplicados em projetos que redundassem no desenvolvimento rural, na produção de habitação e projetos de educação e saúde, sendo que o BID ficou responsável por administrar a maioria desses recursos – 394 milhões de dólares – destinados à constituição de Fundo Fiduciário de Progresso Social, o qual deveria facilitar o crescimento social e econômico dos países da América Latina (SANTANA, 2006. p. 31).

acceso a la vivienda formal a personas de bajos ingresos. y (vii) Los planes de reasentamiento deben describir con detalle el conjunto de acciones requeridas para su implementación. Además, los mismos deben ser discutidos y estar aprobados por la comunidad. **En los proyectos de reasentamiento de familias, debe definirse oportunamente el plan de acción para la expropiación de terrenos, adquisición de nuevos predios y los diseños de las soluciones habitacionales, incluyendo la infraestructura urbana.** La participación de las familias afectadas y de las instituciones representativas fortalece la confianza entre la población afectada y los equipos encargados, facilitando la preparación y ejecución de los planes de reasentamiento (BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO, 2007, p. 3) (Grifo nosso).

Nas recomendações feitas pelo banco está implícita a tentativa de superação das falhas cometidas nas experiências anteriores, sobretudo quando da intervenção urbanística realizada na Bacia do Una, no período de 1993-2005, e ainda a perspectiva de que se garanta na cidade de Belém a inversão das condições atuais da moradia, por meio de ações de meio ambiente, saneamento, regularização da posse da terra, ordenamento urbano, geração de emprego e renda, lazer e turismo. Para cada recomendação, há um argumento específico, mas que na totalidade visa à valorização das áreas que compõem a Bacia, a sustentabilidade socioambiental, o reconhecimento popular e a garantia de que uma intervenção urbanística desse porte não sofra solução de continuidade por parte do poder público governamental, em decorrência de processos eleitorais.

Os quatro pilares apontados pelo referido estudo segue, de forma *strictu sensu*, as orientações do BID, conforme as estratégias definidas na relação com o Brasil. Ou seja:

[...] La estrategia del Banco en Brasil tiene como elementos principales: (i) promover y profundizar la reforma y modernización del sector público en los niveles Federal y Estatal; (ii) apoyar los esfuerzos para mejorar la competitividad y acceso al mercado; (iii) apoyar los esfuerzos para reducir las desigualdades sociales y la pobreza; y (iv) atender los problemas de manejo ambiental y recursos naturales, con énfasis en la protección de los ecosistemas vulnerables ((BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO, 2007, p. 5).

Ainda segundo o BID:

[...] La estrategia descansa en cuatro pilares: dos de ellos son de carácter correctivo y otros dos son de carácter preventivo. El primer pilar lo constituye en las obras de macro y micro drenaje para regular el impacto de las lluvias intensas y las crecidas del río Guama. El segundo es el reasentamiento de la población que ocupa los canales en terrenos habilitados para usos residenciales dotados de servicios básicos. Este segundo pilar reducirá los problemas sociales que padecen esos habitantes y también restaurará la función de drenaje de los propios

canales; El tercer pilar es la construcción de avenidas y parques en las áreas más vulnerables a las invasiones ilegales para prevenir la ocupación de las mismas y al mismo tiempo dar una opción de recreación a la población de toda la ciudad. El cuarto pilar es la ampliación de la oferta de vivienda barata y el mayor control y vigilancia del uso del suelo. Este pilar permitirá ofrecer a la población de Belém soluciones habitacionales formales adaptadas a su capacidad de pago y reducirá los incentivos de la población para adoptar soluciones informales. (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2007, p. 6).

O PROMABEN foi elaborado a partir de duas das estratégias mencionadas acima: a) A redução das desigualdades sociais e b) A solução dos problemas de manejo ambiental e recursos naturais. Nesse sentido, o programa adotou como objetivo atender a problemática ambiental e social dos assentamentos informais nos canais da cidade de Belém. Para o conjunto das quatro sub-bacias “[...] El Programa contempla el conjunto de obras en los canales principales de las cuatro subcuencas de la Cuenca de la Estrada Nova: Timbiras, Quintino Bocaiuva, 3 de Maio, Bernardo Sayao, Caripunas, Doutor Moraes y 14 de Março”.

No que tange ao terceiro pilar do programa, relacionado à questão habitacional, a PMB buscou recursos do Projeto Urbanização de Favelas, no valor de R\$12.627.110,28, destinado à construção de três conjuntos habitacionais no bairro do Jurunas, para o atendimento das 1.560 famílias atingidas pelas obras do “Portal”, ou seja, pelo projeto Orla e pelo PROMABEN, com previsão de inauguração para 2012. De acordo com a proposta elaborada, a construção das moradias com saneamento seria garantida no próprio bairro em que vivem, só que com a vantagem de ser na orla do rio Guamá, o que significa que “os moradores vão viver em uma área muito mais valorizada” (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO, 2011, p. 6).

É importante observar que para a execução das obras de saneamento previstas será necessária a retirada de todos os imóveis cadastrados que, em sua maioria, constitui-se de imóveis residenciais, tornando a equação do saneamento x moradia ainda mais complexa. O número de famílias cadastradas pela PMB, que serão atingidas por essa intervenção, por remoção ou por reassentamento, nas quatro (4) Sub-bacias mencionadas acima, totaliza 2.129, cuja distribuição por Sub-bacia é apresentada na Tabela 19.

Tabela 19 - Unidades cadastradas nas quatro Sub-bacias.

Tipo da Unidade	Sub-bacia1	Sub-bacia2	Sub-bacia3	Sub-bacia4	Total
Unidade Residencial (UR)	196	625	554	85	1.460
UR/Unidade Mista (UM)	51	97	70	20	238
Unidade Empresarial (UE/UM)	58	94	74	23	249
Unidade Empresarial (UE)	33	57	39	29	158
Unidade sem identificação (U)	6	22	13	3	24
Total Geral	344	875	760	160	2.129

Fonte: Prefeitura Municipal de Belém/ENGESOLO (2007).

Tendo em vista as dificuldades e desafios dos processos provocados, a coordenação do programa tem alterado constantemente as soluções propostas para a questão do deslocamento/remanejamento. A perspectiva de que “En los proyectos de reasentamiento de familias, debe definirse oportunamente el plan de acción para la expropiación de terrenos, adquisición de nuevos predios y los diseños de las soluciones habitacionales, incluyendo la infraestructura urbana”, imposta pelo BID como condição para liberação dos recursos solicitados, constitui-se um dos maiores desafios para a coordenação do programa, haja vista que em Belém o poder público nas esferas municipal, estadual e federal, não conseguiu, até a presente data, encontrar uma solução para a questão fundiária na cidade, permitindo que se destine terras para programas de interesse social.

Outra dificuldade está relacionada ao fato de que para a questão habitacional os programas de infraestrutura urbana só conseguem prever, no máximo, ações de deslocamento compulsório, sem planejar ações de construção habitacional ou mesmo de melhoria das habitações consideradas inadequadas, que em Belém se constitui a grande demanda, como se verificou no capítulo sobre moradia em Belém.

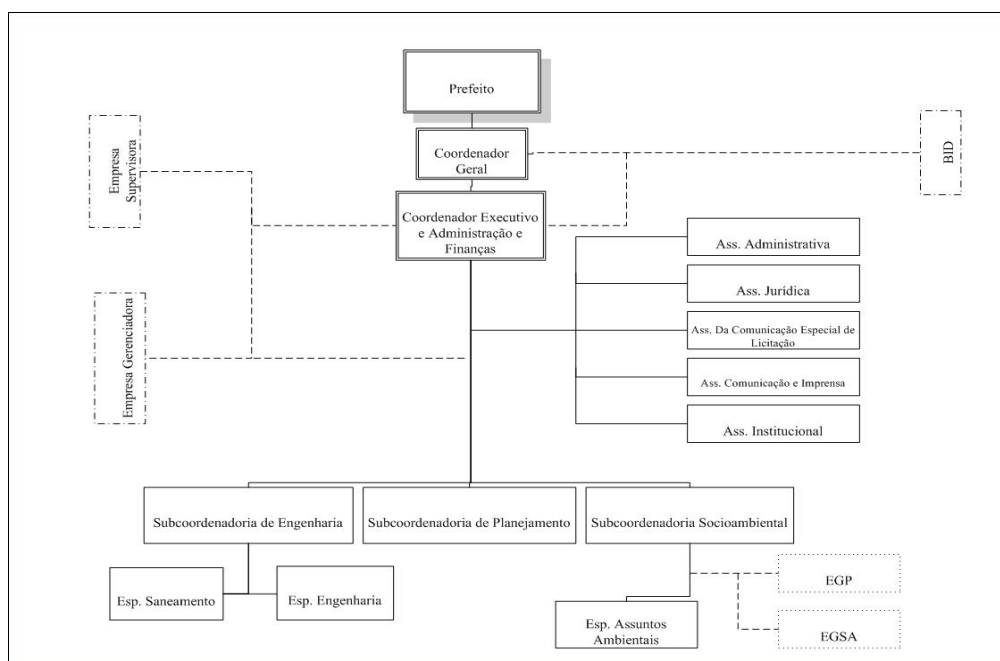
O BID faz não só o acompanhamento do cronograma de execução, como interfere diretamente sobre as ações e gastos programados. Tudo é devidamente organizado a partir da sistemática contida nos manuais do Banco, e só pode ser realizado após a análise e parecer do mesmo, dando a sua “objeção” ou “não objeção”, desde as ações de planejamento, licitação, compras, contratação, execução e supervisão, relativizando, dessa forma, a autonomia do município na gestão e execução dos projetos.

5.1.3.2 PROMABEN: da Gestão à Participação?

No que tange à gestão do programa, o Portal da Amazônia envolve as seguintes secretarias: Secretaria Municipal de Urbanismo (SEURB), Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental (SESAN), Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) e Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAEB), sendo que cada secretaria assume a sua parte, havendo pouco ou quase nenhuma interlocução ou integração entre elas.

Deve-se destacar que pela especificidade de serem duas intervenções diferentes e complementares – o projeto Orla e o PROMABEN – a gestão do projeto se apresenta de maneira setorializada e fragmentada, de modo que a intervenção urbanística na orla do rio Guamá está sob a responsabilidade da SEURB, e é financiada pelos recursos dos governos federal, estadual e municipal, enquanto que o PROMABEN recebe o financiamento do BID, e está vinculado diretamente ao gabinete do prefeito, com uma coordenação executiva que é responsável pela execução das ações e pela interlocução com o BID¹²⁰, conforme pode se observar no Organograma 1.

Organograma 1 - Organograma da Unidade de Coordenação do Programa (UCP).



Fonte: BELÉM (2011).

¹²⁰ Uma das exigências do BID é criação de estrutura específica para fazer a gestão dos recursos contraídos junto ao Banco pelo poder público (municipal ou estadual). Durante o trabalho se verificará que em Belém, a Prefeitura Municipal constituiu a UCP e em Manaus, o governo estadual constituiu a UGPI.

A partir do organograma observa-se que o programa apresenta uma estrutura bastante verticalizada, com instâncias de decisão e execução hierarquizadas, cujo poder de decisão está centralizado na coordenação geral que se vincula ao gabinete do prefeito e ao BID. Para garantir a aproximação do Programa com a comunidade, foi implantado o Escritório de Gestão Participativa (EGP), que tem a finalidade de dirimir conflitos, realizar as avaliações dos imóveis afetados pelas obras físicas do programa, resolver impasses eventualmente surgidos nas negociações, bem como prestar informações e esclarecimentos aos afetados sobre processos e andamentos das obras físicas do programa. As ações são planejadas a partir de dois eixos: Sustentabilidade Ambiental e Sustentabilidade Institucional.

Para desenvolvimento desses eixos, o Programa, sob orientação do BID, garante os seguintes subprogramas: Cultura Organizacional, Agenda de Compromisso, Plano de Ação, Sistema de Monitoramento de Metas, Resolução de Conflito, Gestão da Qualidade com Manual de Procedimento, Plano de Resíduos Sólidos e Regulamento Operacional do Programa. Todo esse aparato institucional possui um léxico próprio, devendo ser utilizado por todos os agentes envolvidos como parâmetro de gestão durante o convívio com a comunidade, as negociações, a realização de obras, a supervisão e o acompanhamento feito pelo BID.

Os mecanismos de participação foram desenvolvidos pela equipe do Escritório de Gestão Sócio Ambiental (EGSA), através dos seguintes instrumentos: Programa de Comunicação Social (PCS), Programa de Participação Comunitária (PPC), Programa de Educação Ambiental (PEA). De modo a amenizar os impactos sociais, econômicos e culturais, o programa conta com uma equipe social, formada por trabalhadores formados em Serviço Social, Sociologia, Pedagogia e Psicologia.

O trabalho social tem a função de seduzir os moradores a aderirem ao programa, assinando o Termo de Adesão, concordando com as soluções compensatórias de indenização, aluguel e remanejamento. Acompanham a saída das famílias do imóvel a ser demolido, fazem a mudança para a moradia provisória e o acompanhamento da família até a solução definitiva. Segundo a equipe social do Portal da Amazônia:

[...] Nós conversamos com os moradores através das visitas e confirmamos os dados do cadastro. Nós vamos ao imóvel, fazemos a visita domiciliar, chamamos os moradores aqui no plantão ou na visita a gente informa sobre os direitos de receber a unidade habitacional ou a indenização ou faz a opção. Geralmente eles querem a unidade habitacional pelo menos nessa parte das palafitas, as casas a maioria de madeira e a maioria deles preferiram a unidade habitacional no próprio local de moradia ou em áreas próximas (entrevista com a equipe social, em maio de 2010).

A equipe planeja ainda ações voltadas para a divulgação e esclarecimentos dos processos provocados, sobretudo em relação à questão do remanejamento e remoção de domicílios, e desorganização das relações de trabalho, uma vez que parte das residências funcionava também como lugar de trabalho. Assim, são programadas atividades de capacitação, profissionalização, lazer, passeios turísticos, festas comemorativas etc.

O programa conta com a estrutura da Comissão de Fiscalização de Obra (CAO), que é constituída em cada trecho da intervenção urbanística. A CAO faz o acompanhamento e fiscalização das obras, e sua composição é escolhida nas assembleias de apresentação do programa, que quase sempre são esvaziadas em decorrência do tipo de atividades desenvolvidas, e não consegue funcionar como atrativo para a organização política da comunidade, assim como não há a o interesse, por parte da prefeitura, de que essa organização funcione plenamente. De acordo com a equipe:

[...] Teve eleição que acompanha a obra, eles visitam vão até o canteiro de obra, e lá eles visualizam como está o andamento da obra. O engenheiro responsável acompanha, juntamente com o assistente social, justamente para estar explicando para a comunidade. O objetivo é acompanhar a obra e o projeto social. A gente mobiliza a empresa, as pessoas e aí eles vão ver as unidades se estão todas no padrão do que eles assinaram (Entrevista concedida em maio de 2010).

Aliada às atividades de fiscalização de obra, a participação comunitária se resume a atividades de cunho assistencial, visando o envolvimento da comunidade nas ações do PROMABEN. São ações socioculturais, com formato de eventos, e que funcionam como mecanismo de participação. São também atividades de caráter informativo, formativo, de mobilização e organização comunitária, que buscam a legitimidade da concepção do programa junto à população envolvida, com exceção dos processos de divergência que ocorrem durante as negociações entre o programa e os moradores – que em dadas circunstâncias a participação é ampliada, com definição de estratégias específicas, de acordo com a situação. São exemplos desses casos, os abaixo-assinados, as ações judiciais junto ao MPE, as audiências públicas, as reuniões com os representantes da Prefeitura na gestão do programa, chegando até as manifestações e passeatas públicas.

5.1.3.3 Moradia e realocação de população no âmbito do PROMABEN

Do ponto de vista da concepção do projeto, é importante destacar que as obras de macrodrenagem fazem parte do eixo de sustentabilidade ambiental da Estrada Nova, que visa melhoria urbana, habitacional e ambiental dos moradores da BHEN, com vistas a garantir saneamento, segurança, moradia, geração de renda e espaços de lazer para a comunidade. Contudo, a partir de várias visitas nas áreas e contato com a população moradora, constatou-se que muitas dúvidas pairam no ar: Quem se beneficiará dos resultados do projeto? Para onde nós iremos depois? Por que depois que tudo estiver terminado outros virão para se apropriar de tudo que a gente sempre almejou? São dúvidas, conjecturas que acabam por reforçar a tese de que os grandes projetos urbanos não conseguem resolver a situação da moradia digna nas metrópoles amazônicas.

Aliás, um dos maiores problemas provocados pelo Programa está relacionado à questão habitacional, em decorrência da necessidade de demolição dos imóveis que se encontram no caminho do Programa e, conseqüentemente, da retirada dos moradores das áreas. Pelo histórico dos bairros atingidos, sabe-se que são lugares antigos, áreas de moradia consolidadas, e sua constituição social sejam de uma maioria empobrecida, cuja faixa de renda atinge, em média, três salários mínimos. Embora se trate de um programa de saneamento básico, o PROMABEN está afetando diretamente a questão da habitação na BHEN, uma vez que para a sua realização está desalojando centenas de famílias que viviam nas áreas de intervenção há cerca de 30 ou 40 anos. Segundo a documentação do BID, para a construção das obras seria necessário o remanejamento de 1.100 famílias (BID, 2006. p. 1), entretanto ao verificarmos as informações do programa percebe-se que esse número é bem maior como veremos mais a diante.

Para facilitar a execução do cronograma físico das obras, a coordenação gestora do PROMABEN estabeleceu uma metodologia que prevê a realização das ações por trecho de obra como estratégia de não sofrer solução de continuidade, em decorrência dos possíveis conflitos e das ações judiciais de suspensão das obras de saneamento, pois o avanço da obra depende da capacidade com que a PMB estabelece as negociações com as famílias atingidas. Nesse sentido, a Sub-bacia 1 foi dividida em três trechos entre as ruas Veiga Cabral e Fernando Guilhon, nessa sub-bacia o cadastro socioeconômico realizado, inicialmente, identificou o total de 436 imóveis a serem afetados e assim distribuídos (Tabela 20):

Tabela 20 - Número de imóveis cadastrados na sub-bacia I.

Especificação	Quantidade
Unidades Residenciais	272
Unidades Comerciais	120
Unidades Mistas	44
Total de Imóveis	436
Total de Famílias	355

Fonte: Belém (2011).

O processo de negociação nesse trecho foi permeado pelas divergências entre a PMB e moradores, em decorrência principalmente dos seguintes aspectos: a) Não aceitação por parte dos moradores/proprietários dos valores de avaliação dos imóveis afetados; b) Indisponibilidade pela Prefeitura, das unidades habitacionais para os moradores que tiveram seus imóveis avaliados em até R\$ 25 mil reais; e c) Indisponibilidade de unidades comerciais para os comerciantes que tiveram suas unidades avaliadas em até 25 mil reais.

Tais aspectos revelam que entre o que a prefeitura planejou no âmbito do PROMABEN e o que foi detectado nas áreas há grandes disparidades e divergências, em decorrência, em primeiro lugar, da falta de conhecimento mais detalhado da realidade a ser modificada pelo programa; em segundo lugar, em decorrência do alto adensamento demográfico e domiciliar nas áreas que compõem a BHEN e a total falta de mobilização e articulação, pelos gestores públicos, da população moradora das áreas, tornando o diagnóstico socioeconômico inconsistente. Nesse sentido, a elaboração de diagnósticos socioeconômicos e levantamentos cadastrais nem sempre revelam os desejos e necessidades existentes nas áreas selecionadas para a intervenção urbanística, resumindo a participação da comunidade à assinatura do Termo de Adesão, momento em que o programa deve obter no mínimo 85% de assinaturas.

A assinatura do termo de adesão significa a aceitação do programa pela comunidade atingida, conforme planejado pelos órgãos gestores. Essa prática faz parte da dinâmica estabelecida pelo poder público e pelos agentes financeiros internacionais que desde a década de 1990 adotaram mecanismos que buscam legitimidade das ações através da participação comunitária. Essa forma de participação se constitui condição para aprovação de recursos financeiros. Para Almeida (2002), essa dinâmica tem sua origem nas parcerias entre agências da sociedade civil com os aparatos do poder que possibilitou a apropriação de

categorias que até então eram de uso dos movimentos sociais e que passaram a ser utilizadas pelo discurso da dominação. Nesse sentido,

[...] Os projetos financiados pelo Banco Mundial (BIRD) ou pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) tem como exigência básica, para que as chamadas 'comunidades' tenham acesso aos recursos, um 'termo de adesão' no qual pelo menos 80% dos integrantes da referida 'comunidade' apõem sua assinatura manifestando concordância com os detalhes da ação institucional, objetivando instituir instâncias mediadoras, capazes de propiciar uma interlocução mais direta com os aparatos do poder. Trata-se de institucionalizar os mediadores num campo construído pela ação oficial (ALMEIDA, 2002. p. 6).

Assim, o PROMABEN buscou adesão da comunidade através do termo de adesão e em seguida iniciou o processo de remanejamento das famílias atingidas diretamente, adotando as seguintes soluções: Indenização Moradia, Indenização Comércio, Auxílio Moradia: Proprietário, Auxílio Moradia: Inquilino e Auxílio Comércio, conforme o Tabela 21.

Tabela 21 - Soluções de remanejamento na sub-bacia I (junho/2010 a maio/ 2011).

Solução Aplicada	Veiga Cabral/ Cesário Alvim	Cesário Alvim/ Oswaldo C. Brito	Total de Soluções	Percentual
Indenização Moradia	24	75	99	-
Indenização Comércio	13	20	33	-
Auxílio Moradia: Proprietário	8	13	91	-
Auxílio Moradia: Inquilino	1	24	196	93,3
Auxílio Comércio	6	5	11	-
Em negociação	3	11	14	6,7
Total de Imóveis	28	53	81	-
Total de Soluções	55	201	210	100%

Fonte: Belém (2011).

Os dados demonstram que dentre as soluções mais aplicadas destacam-se as indenizações com 38,7% dos imóveis atingidos e o auxílio moradia (aluguel) com 19,1%, refletindo a preferência das famílias em obter recursos financeiros que ajudem resolver suas questões mais rapidamente. É perceptível ainda que a gestão do programa enfrente muitas dificuldades em sua execução, uma vez que o processo de negociação com as famílias revela diferentes situações, envolvendo aspectos relacionados às condições das casas a serem desapropriadas, o tamanho da família a ser indenizada, o número de famílias por domicílios e a situação das unidades habitacionais que tinham também finalidade de trabalho etc.

Mesmo com a estratégia de realizar a intervenção por trechos, com o intuito de impedir o atraso no cronograma, as negociações são sempre permeadas de novas situações: a) Ausência de documentos pessoais dos moradores; b) Litígios familiares e c) Impedimentos jurídicos para pagamento dos casos de terrenos de marinha.

As dificuldades e entraves forçaram a coordenação executiva do Programa, juntamente com o BID, a realizarem uma avaliação dos procedimentos do reassentamento normatizados no Plano Específico de Reassentamento (PER), redimensionando-o. Dessa forma, o PER foi revisado a partir das “visitas de inspeção rotineiras” e da “missão de inspeção socioambiental” do BID, com a participação do Ministério das Cidades, no período de 7 a 11 de fevereiro de 2011, obedecendo aos critérios determinados no Plano Diretor de Realocação de População e Atividades Econômicas (PDR) e no Plano de Ação Sócio-Ambiental e as especificidades detectadas na área no período de junho/2010 a maio/2011.

Na Rua Timbiras, onde serão implantados serviços de macrodrenagem e microdrenagem, abastecimento de água, esgotamento sanitário, sistema viário, urbanização e paisagismo, as soluções de remanejamento afetaram 37 indenizações apenas, uma vez que nesse trecho o projeto atingiu parcialmente os imóveis edificadas, cumprindo os critérios de elegibilidade normatizados no PER, conforme diretrizes do PDR foram aplicadas: soluções de troca de benfeitorias afetadas por UH's construídas pela PMB, mais especificamente as unidades de apartamentos localizados no residencial Comandante Cabano Antônio Vinagre, na Av. Almirante Barroso, Bairro do Marco. Nesse residencial estão sendo concluídas 115 unidades, que serão destinadas a atender os moradores proprietários dos imóveis afetados, que não atingiram os valores de corte de 25 mil reais.

Outro aspecto a ser ressaltado é que, em decorrência dos valores ofertados, a população fica muito dividida entre receber uma indenização que não dá para adquirir outro imóvel na área de abrangência e ir para o auxílio-moradia (aluguel), e aguardar uma unidade habitacional prometida, pois, desde o início do projeto na Orla do rio Guamá, em 2006, até os dias atuais, a PMB não conseguiu entregar ainda nem 100 unidades habitacionais, dada a sua incapacidade administrativa em cumprir esse cronograma específico. Contudo, como já foi mencionado, a coordenação do programa adotou a estratégia de solicitar a liberação da obra por trecho. Assim, o Programa continua avançando em direção à UFPA, demolindo os imóveis que estão pela frente, conforme se pode observar no Mapa 13.

Mapa 13 - "TSUNAMI": efeitos sociais do projeto Portal da Amazônia na BHEN.



O Mapa 13 foi elaborado com o objetivo de demonstrar a intensidade e os efeitos dessa intervenção urbanística em toda a sua extensão, que compreende o trecho entre o Centro Cultural Mangal das Garças e o Campus da UFPA, que passa por profundas modificações em vários aspectos: fisiográficos, cultural, econômico e social, na medida em que há um processo de desorganização das famílias residentes nas áreas. São várias famílias que antes conviviam sob o mesmo domicílio, e que agora estão sendo dispersas; são trabalhadores que se encontram sem ocupação porque seus pontos de atividade comercial foram desmontados; são famílias que, pelo valor recebido na indenização, não conseguem comprar outro imóvel naquela área. Durante a pesquisa de campo, alguns moradores se referiram às demolições como a “Tsunami do PROMABEN, que vem derrubando tudo que encontra pela frente”.

Na área de abrangência da UFPA, o Programa já demoliu cerca de 30 imóveis. Para a PMB, a demolição tem que ser rápida, para que se evite novas ocupações/invasões, não importando que tipo de funcionalidade tenha o imóvel (moradia ou moradia/trabalho). Nesse sentido, no trecho entre a Avenida José Bonifácio e a Universidade Federal do Pará (Mapa 13), verificam-se dezenas de imóveis demolidos parcialmente ou totalmente, conforme as Fotografias10a-c, 11 e 12a-c.

Fotografias10a-c - Residências e comércios demolidos na Av. Bernardo Sayão entre a Av. José Bonifácio e a UFPA.



Fotos: Rosa Cruz (2012).

Fotografia 11 - Residência e Comércio a demolir na Av. Bernardo Sayão/Caripunas-Beira-Rio.



Foto: Rosa Cruz, 2012.

Fotografia 12a-c - Residências demolidas na Av. Bernardo Sayão entre a Av. José Bonifácio e a UFPA.



Fotos: Rosa Cruz, 2012.

Segundo informações obtidas junto à coordenação executiva do projeto, entretanto, parte das famílias da sub-bacia 1 será reassentada no residencial Comandante Cabano Antônio Vinagre, localizado na Av. Almirante Barroso, bairro do Marco (perímetro conhecido como Bandeira Branca). O residencial Antônio Cabano foi construído durante a gestão municipal do ex-prefeito Edmilson Rodrigues, com objetivo de atender às famílias atingidas pelo projeto de infraestrutura viária da Avenida João Paulo II, mas, que na gestão do prefeito Duciomar Costa ficou abandonado e somente foi retomado em 2011, a partir da nova equação que teria que resolver a situação dos moradores da BHEN que estão no auxílio-aluguel desde 2009.

Segundo órgão de comunicação da PMB:

[...] Vinte e duas famílias remanejadas do bairro do Jurunas em decorrência do Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN) conheceram seus novos apartamentos no Conjunto Habitacional Comandante Cabano Antônio Vinagre. As visitas para conhecimento das unidades seguem um cronograma estabelecido pelo Promaben e nesta primeira fase 69 unidades serão entregues. Para que a escolha de cada unidade fosse feita de forma democrática as 69 unidades foram sorteadas com prioridade para famílias que possuem integrantes portadores de necessidades especiais e idosos. Após a escolha dos apartamentos, o projeto de habitação entrará em nova etapa: a de agendamento para mudança das famílias aos seus apartamentos, que deverá ser feita em grupos de até 10 famílias. A prefeitura dará todo o suporte necessário para traslado dos móveis e dos objetos pessoais das pessoas contempladas com as novas habitações. O residencial Cabano Antônio Vinagre fica situado na Avenida Almirante Barroso, esquina com a Avenida Doutor Freitas, no bairro do Marco. Com a mudança, as pessoas que antes conviviam com a lama e os constantes alagamentos, passam a usufruir de melhores condições de moradia e conseqüentemente, de melhor qualidade de vida. O Conjunto Habitacional possui ainda vagas de garagem que serão rotativas e pontos comerciais para os moradores que declararam ter pontos comerciais quando foram remanejados. A previsão é que até junho as famílias já comecem a mudança para o local (BELÉM, 2012).

O residencial Comandante Cabano Antônio Vinagre possui 115 unidades habitacionais, sob a gestão da SEHAB. Essas 26 unidades irão atender aos moradores da Av. João Paulo II¹²¹ e as demais atenderão à demanda do PROMABEN. O residencial está situado mais precisamente na Av. Almirante Barroso com a Av. Dr. Freitas (ao lado da feira da Bandeira Branca), no bairro do Marco (ver Mapa 13). As unidades habitacionais possuem 45 m², com sala, dois quartos, cozinha, banheiro e garagem e estão dispostas em blocos de apartamentos com três andares, conforme Fotografias 13a-c.

¹²¹ De acordo com informações da equipe social da SEHAB os demais moradores da Av. João Paulo II não aceitaram ir para o residencial e preferiram receber indenizações e por esse motivo apenas 26 famílias dessa área irão habitar no residencial juntamente com os moradores do Jurunas.

Fotografias 13a-c - Residencial Comandante Cabano Antônio Vinagre.



Fonte: SEHAB (2012).

A partir de contatos mantidos com as coordenações e equipe técnica do Portal da Amazônia, conseguiu-se verificar que a PMB, ao elaborar as propostas de intervenção, não fez previsão para a solução da moradia, embora se diga que o projeto tem como centralidade a melhoria dos moradores da BHEN, mesmo sabendo que o principal impacto do projeto seria em relação às moradias que existiam nas áreas de abrangência a mais de dez anos, como se constatou nos depoimentos dos moradores, colhidos durante a pesquisa.

As soluções apontadas e classificadas como indenização: auxílio-moradia, auxílio-comércio e pacote-inquilino, resolvem a demanda do programa, atendendo as situações do remanejamento das famílias, mas não resolvem a situação de moradia, pois de acordo com as reivindicações do movimento social em defesa da reforma urbana, programas como o PROMABEN deveriam prever a construção de unidades habitacionais nas próprias áreas de intervenção, evitando ao máximo o remanejamento ou a vulnerabilidade das famílias atingidas, como é o caso das centenas de famílias submetidas ao auxílio-aluguel, sem previsão de serem reassentadas em novas unidades habitacionais em curto prazo.

Nesse sentido, o PROMABEN, em nome da melhoria urbana, ambiental e de moradia, acaba por reproduzir as formas antigas e conservadoras do deslocamento compulsório e do remanejamento como solução para a questão da moradia, sem ter projetado, no âmbito do programa, novas unidades habitacionais, que viessem atender à demanda de moradia, de forma a contribuir para a superação do déficit habitacional na Estrada Nova e em Belém.

5.1.3.4 Moradia e trabalho no âmbito do PROMABEN

Embora o presente trabalho tenha como centralidade o debate sobre os grandes projetos urbanos e seu efeito sobre a questão da moradia, tornou-se, impossível não fazer alguma referência à questão do trabalho, uma vez que a dinâmica estabelecida pelo PROMABEN para a realização de suas ações interferiu diretamente sobre as condições de trabalho das famílias atingidas, já que parte dos imóveis demolidos era lugar de moradia e de trabalho, como pudemos verificar nos dados demonstrados na Tabela 19 e nas entrevistas realizadas, pois, dos 436 imóveis cadastrados, somente no Trecho 1, 164 eram imóveis caracterizados como residência e comércio, dos quais, 145 foram definidas como “Unidades Comerciais” e 19 como “Unidades Mistas”.

Das 23 famílias entrevistadas, oito tinham comércio em suas residências, que após a intervenção do projeto enfrentam muitas dificuldades, uma vez que as soluções garantidas restringiram-se ao auxílio-comércio ou a indenização e que, de acordo com os moradores, ficou ainda mais complicado. Os moradores que se encontram nessa situação revelam que esperaram tanto tempo por essa intervenção na Estrada Nova, mas lamentam o prejuízo que sofreram com a sua chegada, conforme alguns depoimentos:

[...] O processo de desapropriação trouxe prejuízos, pois eu estava começando a me estabilizar financeiramente. A clientela era boa e agora está tudo parado! [...] Não consegui manter a renda que tinha anteriormente. Os consertos costumavam render até R\$150,00 por dia e hoje esse mesmo valor (ou até menos) é arrecadado por semana (Entrevista concedida em 2012).

[...] Pra gente não foi bom não [...] bem ruim, que tiraram agente da onde agente tava trabalhando, onde a nossa venda era boa né? [...] não quiseram nem saber pra onde agente iria, agente que tinha que procurar um local pra gente. Quando eles chegaram: olha o dinheiro tá na conta. Então agente teve que sair. Não queriam saber se agente tinha ou não tinha pra onde ir [...] (Entrevista concedida em 2012).

[...] tá ruim. Foi uma mudança assim [...] brusca, foi uma mudança totalmente diferente né? porque alguns mudam pra melhor. Eu não vou dizer que a gente tá numa pior, mas também a gente não tá bem, por que lá (no outro ponto) a gente já tava conhecido, a gente tinha nosso ponto fixo ali, nosso dinheiro era certo e hoje não [...] A renda reduziu

muito só dá manter o aluguel da casa e do ponto comercial, tiramos a nossa filha menor da escola particular, e hoje praticamente trabalhamos somente para suprir as necessidades mais básicas da família (Entrevista concedida em 2012).

Assim, os moradores da BHEN além de terem que conviver com os efeitos que o processo provocou sobre a condição de moradia, têm que redefinir também suas estratégias de trabalho, buscando superar as dificuldades ampliadas com o processo de remoção/remanejamento. Pergunta-se, nesse sentido, se a PMB, ao invés de resolver as dificuldades da população moradora da Estrada Nova, não estaria complicando ainda mais, produzindo o desemprego? Para o morador da Rua João de Deus, próximo à UFPA:

[...] O PROMABEN não quer saber se a família tem ou não condições ou estrutura para enfrentar um processo desses. Chegaram, não deram prazo, depositaram o dinheiro da indenização. Não consigo comprar outro imóvel aqui na área porque tudo subiu de preço. Tiraram minha venda de açai e já tô três meses sem trabalhar. A companheirada tá chamando prá ir lá pressionar. Nós vamos lá [...] (Entrevista concedida em 2012).

De acordo com os moradores entrevistados, o projeto Portal da Amazônia representa a conquista de um sonho antigo, mas que não deveria ter sido pensado sem a participação da população, que só aconteceu sob a pressão do Ministério Público do Estado que, ao ser acionado pelas dezenas de abaixo-assinados, convocou o poder público para apresentar e esclarecer as ações previstas. Tal processo foi permeado de conflitos, que gerou diversas manifestações públicas, audiências públicas e com o prefeito, no sentido de se incorporar as contribuições dos moradores.

Foram movimentos de resistência, principalmente à concepção de remanejamento, uma vez que extrapolava a situação das famílias que se encontravam nas palafitas do rio Guamá, ampliando-se para os domicílios localizados em áreas mais firmes, o que serviu de elemento mobilizador das comunidades residentes nos quatro bairros pertencentes à Bacia da Estrada Nova. As mobilizações fizeram com que a PMB e as empresas terceirizadas para executar a obra abrissem espaço para incorporar as reivindicações populares, bem como asseguraram espaços de participação nas instâncias do projeto, elegendo representantes para as comissões de fiscalização de obra.

É importante frisar, ainda, que, ao mesmo tempo em que os moradores das áreas almejam melhoria de habitabilidade, os mesmos têm clareza de que o projeto Portal da Amazônia não foi concebido para eles que residem no lugar por

mais de dez, vinte, trinta ou até quarenta anos. No dizer de um dos entrevistados, “a Prefeitura planejou tudo direitinho para quando a obra concluir a gente sair daqui. Porque não temos condições de pagar pelo espaço valorizado urbanisticamente” (Entrevista concedida em 2012).

Por esse exemplo, é importante refletir acerca de um determinado *modus operandi* que faz com que o Estado, aliado aos setores da economia capitalista, continue produzindo cidades para o “estrangeiro”, para atrair mais investimentos de grandes negócios, negando as formas estruturantes que também produzem a cidade, como é o caso dos trabalhadores que residem nas áreas circunscritas ao projeto.

D. Val¹²² é residente na Travessa Caripunas. Segundo a moradora, ela veio para Belém com sua mãe no início do século XX e mora nessa rua desde que chegou em Belém. Tem nove irmãos, dez com ela. Sua família residia em Alenquer e veio para Belém porque precisava de escola para os irmãos mais velhos. Então sua mãe veio com toda a “tropa”. Quando chegaram a Belém, a Rua Caripunas era um Igarapé, seu pai trabalhava em barco, era tipo caixeiro viajante. Segundo ela:

[...] Esse lugar aqui era um igarapé, como o meu pai trabalhava em barco era tipo caixeiro viajante, comprava mercadoria aqui em Belém e levava pra vender no Suriname, em Manaus e todo esse baixo Amazonas ele viajava, e o barco dele atracava aqui perto de casa, isso aqui era tudo um igarapé. Não tinha ponte, era só igarapé”. Aí eles foram aterrando com lixo, com pau, com casca de castanha [...] a própria população [...] (Entrevista concedida em 2011).

O lugar a que D. Val se refere fica na Travessa Caripunas, próximo à Avenida Bernardo Sayão, local onde está acontecendo a obra de instalação de galerias de contenção da água do rio no período de cheia, e de água das chuvas em períodos intensos. De acordo com a moradora:

[...] Quando fizeram a Estrada Nova, que foi na ditadura, em 1964, os ingleses fizeram a Estrada Nova e fecharam o braço do rio, não passou mais. Como a rua era muito larga, os ribeirinhos que vinham não tinham onde morar e começaram a fazerem casa no meio da rua. Isso aqui era uma favela. Tinha casa da Estrada Nova até a Rua de Breves. [...] O meu pai comprou o terreno da CODEM, essa área é de terra de marinha, ele comprou parcelado em 12 vezes. De posse do documento de quitação ele averbou a casa ao terreno. Ou seja, deu legalidade ao que está construído no terreno. Ele chamou o mestre de obra e pediu uma declaração de que ele havia construído a casa e no cartório fez a escritura da casa. Se tem umas vinte casas legalizadas é muito. A maioria tem só recibo de compra e venda (Entrevista concedida em 2011).

¹²²Entrevista realizada em 19 de maio de 2011.

Segundo a moradora, no tempo do Orçamento Participativo (OP), na gestão do ex-prefeito Edmilson Rodrigues, todo mundo ia a todas as plenárias, para tentar passar a macrodrenagem da Estrada Nova, mas, como não havia projeto específico, a demanda não conseguia ser aprovada. Segundo a moradora, [...] no governo Edmilson, todas as ruas do Jurunas foram asfaltadas, menos a Caripunas e a Timbiras, porque precisava de projeto de macrodrenagem.

Para essa moradora, o projeto não irá beneficiar os moradores que residem nessa rua há muitos anos, pois, a maioria não terá condições de se manter na área revitalizada, urbanizada. Aliás, ao circular nas ruas dos bairros atingidos já se percebe o inflacionamento no preço dos imóveis, com algumas unidades já em processo de comercialização, como se observa na Fotografia 14a-b.

Fotografia 14a-b - Imóveis à venda na rua Caripunas.



Fonte: Rosa Cruz e Sandra Cruz (2012).

Essa dinâmica de comercialização dos imóveis na BHEN faz parte de um processo que tem na mercantilização da moradia a principal lógica da política urbana, e que também se reproduz no cerne dos bairros mais carentes econômica e socialmente. Trata-se de uma política urbana que, ao garantir infraestrutura urbana, desencadeia um processo de valorização da terra urbana, encarecendo o cotidiano de quem nela habita, aumentando os impostos, as taxas de serviços prestados, tornando mais complexo e mais caro o transporte, o lazer, a educação, o trabalho etc.

Nesse sentido, percebe-se que nessa fase do programa a população habitante na BHEN aguarda o melhor momento para passar os imóveis a frente e assim, resolver as dificuldades de ordem econômica. É como se os moradores

estivessem fazendo uma “poupança financeira” através dos imóveis, mesmo sabendo que os imóveis não possuem valor econômico alto, em virtude da depreciação dos imóveis, da inadequação fundiária, pois a maioria não possui título da terra, como informa D. Val:

[...] Na minha visão, conhecendo toda a estrutura dos moradores daqui eu acho que muito pouco vai ficar aqui. As famílias que moram aqui são muito carentes. Aqui tem muito feirante, vendedor de carro, doméstica, muita doméstica, pintor. São raríssimas as casas que tem documento, que tem condições. Então, muitos poucos continuarão aqui. Como é que Eles vão se manter, morando numa rua que vai ser toda bonitinha. Segundo os engenheiros vai ser a área mais valorizada da cidade. Aqui boa parte não paga IPTU, não pagam água, a luz é “gato”. Então como eles vão manter todos os encargos sociais sem emprego fixo. Porque agora tudo bem. Mas, quando vier o saneamento básico como vai ser? Como vão se manter? Eles fazem hoje “gato” em tudo. Depois de pronto aos poucos vão saindo, vão vendendo. Queira Deus que esteja enganada. Mas, do que eu conheço não vão ficar. Muitos vão embora. [...] Agora ninguém quer vender, estão esperando valorizar. Então é isso que eu já coloquei serão raros os que conseguirem a manter a sua moradia aqui depois de urbanizada, saneado. Na Caripunas tem terreno que na frente é uma casa e por trás é vila de casas. Mas, nem sempre é de família. É alugada ou vendida. Tem família que herdou lote e está vendendo. Inclusive venderam para as famílias que foram indenizadas na Estrada Nova (Entrevista concedida em 2011).

Já para o Sr. Eliezer¹²³, morador na Rua Caripunas há 42 anos,

[...] Veio esse projeto da macrodrenagem só que por trás de toda essa situação desse benefício para a população na verdade está um monstro muito grande que o povo acaba não enxergando, que o povo acaba não vendo, na verdade existe todo um consórcio por trás de preparar urbanizar a rua fazer lindas maquetes preparar a rua para ficar bonita e casas populares né? Que eles dizem o que vão fazer e que na verdade a gente entende e começa a perceber entender que a ideia deles é que se conversa do governo com as grandes empresas e diz te acalma! (Entrevista concedida em 2011).

O morador está se referindo também à relação que existe entre a política de urbanização e a moradia digna, pois, em sua concepção, a área vai receber os benefícios, mas os moradores não irão se beneficiar. Para Eliezer:

[...] Eles vão ficar ali por um contrato de dez anos, mas na verdade eles não vão nem conseguir ficar naquela urbanização por nem dois anos e aí que vocês vão comprando residência e a especulação imobiliária começa a crescer em cima dessas pobres pessoas (Entrevista concedida em 2011).

¹²³ Entrevista concedida no dia 28 de maio de 2011.

Nesse ponto, o morador acredita que o projeto de urbanização da Estrada Nova não irá contemplar os moradores antigos da área. Para ele, após a conclusão do projeto, os moradores não conseguirão permanecer em seus domicílios nem dois anos. Para ele, o projeto irá beneficiar as grandes empresas. Segundo o Sr. Eliezer, o pensamento do poder público sobre o povo pobre é de que não terão condições de manter a moradia no centro da cidade depois dos bairros urbanizados.

[...] eles comentam assim o povo é pobre, carente de não conseguir pagar imposto, energia elétrica a água tudo direitinho como no centro da cidade, então eles não vão conseguir manter esse padrão e a gente não vai dar esse padrão para eles, a Assistente Social o trabalho social ele vai fazer uma máscara dizendo que vai dar curso e dão mesmo, mas não dão a condição para se manter de fazer esse curso para fazer com que o povo cresça o que o poder público quer é empurrar cada vez mais o povo para longe da cidade e que o povo carente ... essa é a mentalidade hoje do povo do poder público, por exemplo eles disseram que tinha havido várias audiências públicas e que o povo participou de 12 audiências e decidiu por esse projeto onde todas as casas seriam remanejadas, na verdade no dia que houve essa audiência pública que foi no Rancho não posso me Amofiná as pessoas ... a comunicação que é a base de todas as informações ela não chegou com força no povo para que este lotasse o rancho, veio amistosamente com um panfletinho um único carro som na época 2007, um único carro som passando como se fosse um trem bala porque o governo não tinha interesse que o povo ficasse sabendo de toda a verdade daí foi um monte de gente pra lá algumas pessoas das ruas Caripunas, Timbiras e e o governo Sayão foram para essas audiências públicas que não chegaram a ser trinta pessoas, o governo levou pra lá pessoas de outros bairros em vários ônibus, faixas e tudo mais para votar e aprovar o projeto de valor, quando eles apresentaram o projeto na tela eles não falaram que ia ter remanejamento, só falaram que iam fazer um lindo projeto com ruas pavimentadas, saneadas e que o povo ia viver em casas maravilhosas que o governo ia fazer para eles para acompanhar o projeto e a beleza da rua para que fosse o olho do mundo, a lente ótica para o mundo, foi isso que eles comentaram, o seguinte distribuíram lanche para o povo lá para todo mundo e ora uma equipe começou a passar com um papel para o povo assinar e o pessoal comendo e se divertindo começou a assinar sem ler sem nada porque foi distraído a ler ou a prestar atenção naquilo que estava assinando, aí o povo começou a assinar a sua sentença sem saber na verdade o que estava acontecendo [...] (Entrevista concedida em 2011).

Quando os estudantes começaram a cadastrar as unidades na rua Caripunas, que os moradores se depararam com a realidade do projeto, pois até então eles não conheciam e não sabiam o que estava acontecendo exatamente. Para o morador:

[...] Começaram a cadastrar e foi nesse cadastramento que começou o burburinho, ou seja, o povo mais uma vez não sabia o que estava acontecendo, ou seja, o poder público faz toda a situação e não explica para o povo o que vai acontecer tudo é um processo se eu vou fazer um cadastramento na rua Caripunas o que o governo tem que fazer é procurar um local, uma sede alguma coisa, primeiro avisando que vai ter um

cadastramento para isso para aquilo que é assado, cozido e frito e saber o que está acontecendo e foi assim que começou a grande confusão além do que também as pessoas ficaram horrorizadas e muitas pessoas adoeceram com a pouca informação, aliás, quase nada que quando o povo descobre através de trabalhador que todas as casas tinham que ser cadastradas para poder receber em 2011 cheque moradia para poder ir para o aluguel em um conjunto habitacional em outras áreas para que o povo soubesse da bacia hidrográfica imensa que ia pegar da Bernardo Sayão até a travessa de Breves ou seja um quarteirão inteiro ia sair para uma bacia hidrográfica e nem sequer ouviram o povo. Existiram três alternativas no projeto, mas, na verdade, eles estavam empurrando para a alternativa que eles queriam não para aquilo que o povo achava, o que seria melhor para o povo eles não estavam interessado (Entrevista concedida em 2011).

De acordo com o Sr. Eliezer, quando ele teve acesso à maquete do projeto nas dependências da Prefeitura, ele percebeu que toda a beleza do projeto já previa a construção de prédios no entorno, favorecendo o mercado imobiliário. Segundo ele:

[...] Só para entender eu depois eu sou assim como trabalhei muito com a questão da comunicação eu trabalhei muito na área de produção de vídeo, trabalhava no SBT como editor de vídeo eu consegui me infiltrar com um gravadorzinho e escutei conversa, consegui fazer amizade com um camarada aí e consegui ir até a sala onde estava a maquete da bacia eu te falo isso porque eu bati foto a bacia hidrográfica é imensa ao lado da bacia grandes prédios, condomínios ao lado, ou seja, beneficiando quem? O povo? Não. [...] Tem uma previsão da especulação imobiliária, existia uma previsão nisso tudo, ou seja, pra se ver que o povo é que eleger o governante, quem põe ele lá dentro, dá as cartas para ele para ele representá-lo e infelizmente tem que ser tratado como cachorro, como animal qualquer, que é jogado na rua e colocado migalha para ele comer (Entrevista concedida em 2011).

Às divergências identificadas na relação com a prefeitura, os moradores reagiram formando uma comissão para buscar informações mais precisas e fazer a interlocução com a Prefeitura. Segundo ele:

[...] montamos uma comissão e tentou com esta comissão viabilizar uma conversa com eles tentando marcar, mas eles não atendiam as nossas reivindicações e nós pacificamente, tentando conversar com eles, mas eles não nos recebiam, não nos atendiam e as portas ficavam fechadas o tempo todo, daí a gente teve que infelizmente partir para aquilo que a gente costuma dizer de vandalismo e infelizmente quando o povo sai para as ruas para quebrar, jogar pau é chamado de vândalo e a gente tomou consciência pra chamar a atenção da mídia senão a gente vai ficar numa situação complicada e fomos para a rua, fizemos passeatas organizadas fechamos o trânsito da Bernardo Sayão, não deixamos carro nenhum passar pra ver se a coisa aglomerava mais e a gente então começou a fazer esse tipo de reivindicação o tempo todo chamamos a mídia várias vezes e eu tive que estudar o projeto todinho para debater com eles e aí fomos para o ministério público e aí no início a coisa foi animadora mas na segunda instância quando estávamos discutindo com eles na mesa com o Dr. Marco Aurélio que estava presidindo a reunião a coisa começou a complicar (Entrevista concedida em 2011).

A partir da ação movida junto ao Ministério Público, a prefeitura voltou atrás em seu projeto inicial, reelaborando a proposta que inicialmente previa uma caixa de contenção que para viabilizar precisaria fazer remanejamentos na Rua Caripunas, o que não foi aceito pelos moradores. E assim, a comissão dos moradores da Rua da Caripunas, pressionou no sentido de reverem a proposta. Nesse sentido, o morador relata que:

[...] Era o promotor e disse assim olha infelizmente a gente não vai poder beneficiar vocês era um povo de mais de três mil pessoas pra deixar de beneficiar uma população de mais de três milhões e meio de habitantes e foi aí que eu tirei as cartas da manga porque tinha e disse Dr. Marco Aurélio quer dizer que o projeto já iniciou e a licença do projeto não foi dada, a licença de impacto ambiental não foi dada e como a obra tá iniciando, a gente vai botar quente e se o senhor estiver por trás dessa situação agente vai lhe queimar porque a gente não está aqui como bandido [...] foi que ele parou sentou e disse como que a licença do projeto ainda não foi dada? Perguntou para o pessoal do PROMABEM, que dizia que a licença já havia sido dada e ele disse não está aqui a documentação, não foi dada licença nenhuma do projeto e eles ficaram acuados aí pararam e ficaram de providenciar as nossas reivindicações, foi aí então que a gente conversou com o Dr. Valdinei que é engenheiro sanitaria da IFPA e ele então [...] a nossa comissão (Entrevista concedida em 2011)

[...] a gente reuniu para criar alternativa de projeto que pudesse beneficiar o povo para que não houvesse remanejamento foi aí que criamos um projeto que fosse uma galeria com seis metros de fundura e quatro de comprimento e essa galeria seria pré-moldada com queda para a baía e que toda a água da chuva acumulasse nessa baía tanto do Caripunas quanto do Timbiras seriam duas galerias e essas galerias a gente acabou comprovando por a mais b que e acumularia um nível mais alto de água do que as galerias que eles iam fazer daí a gente pediu uma reunião com os representantes do BIRD e fomos atendidos, sentamos com eles e o nosso projeto foi aprovado e a prefeitura ficou muito chateada com o que aconteceu, porque eles queriam que o projeto partisse da ideia deles e não da ideia de uma comunidade, então o que aconteceu [...] (Entrevista concedida em 2011).

De acordo com os depoimentos e conversas informais nas áreas durante o trabalho de campo se constatou que a elaboração da proposta de intervenção não levou em conta a participação da população que seria atingida no sentido de que as ações fossem definidas conjuntamente de acordo com a dinâmica de cada lugar que receberia a intervenção. Ficou evidente que o ponto de maior conflito refere-se a questão da demolição dos imóveis e o remanejamento das famílias, pois se percebeu que esse aspecto aparece no programa de forma fragilizada, passando insegurança para as famílias no que tange a questão da moradia, o que reforça a tese de que os grandes projetos urbanos não tem a questão da moradia como centralidade, o item habitação se constitui medida compensatória do cerne do programa, embora a orientação do BID durante a elaboração do programa seja de

que as ações de remanejamento aconteça o mínimo possível, evitando impactos negativos à intervenção, conforme informa o morador no depoimento abaixo:

[...] Uma das prerrogativas do BIRD em uma das reuniões com ele nas documentações toda a urbanização do projeto que o povo não saísse, não fosse remanejado iriam para um local e depois voltariam quando tivesse as casas e que o governo tivesse um projeto social que pudesse capacitar esse povo para que eles pudessem receber toda a capacitação possível por pelo menos cinco anos da vida deles, acompanhasse os comerciantes aqueles que não tivessem escola teriam para que eles pudessem andar com suas próprias pernas, então isso tá no projeto do BIRD eu descobri depois tirei uma cópia, mas tive que devolver, fiquei com medo de me prenderem, a documentação que chega para o BIRD que tá tendo projeto social, tá tendo curso, que tá tendo isso, aquilo, o que chega para o BIRD tá tudo às mil maravilhas (Entrevista concedida em 2011).

Segundo o morador, a empresa contratada para executar a obra é a Andrade Gutierrez, que dá todo apoio à comunidade, tendo inclusive ajudado na promoção de uma festa para comemorar a vitória dos moradores. Os moradores estão aguardando resposta de uma reivindicação para que a empresa construa um prédio para funcionar o centro comunitário, mas a empresa afirma que depende do PROMABEN liberar área.

A empresa fez várias contratações de trabalhadores para a obra, sem discriminação, sem seleção. Contratou bastante gente para servente de pedreiro, mas o PROMABEN se envolveu e decidiu que as contratações deviam passar pela coordenação do programa e não mais pela empresa diretamente. Para o morador:

[...] O que aconteceu no início quando o PROMABEM não estava se metendo a numa reunião com a Andrade Gutierrez fez uma reunião com a comunidade e ela disse assim olha! Pessoal a nossa prioridade da gestão da empresa é emprego para a comunidade e a empresa começou a contratar trabalhadores daqui, inclusive a empresa não usou discriminação, pessoas que estavam no mundo da droga eram bandidos a empresa contratou para servente para trabalhara a empresa não pediu nenhuma documentação federal nada enfim a empresa contratou, só que depois que a PROMABEM começou a ver a contratação de trabalhadores locais ela disse assim vocês vão ter que parar de contratar e todo o currículo que a comunidade pegar e mandar pra vocês. Vocês vão ter que mandar pra gente, nós que vamos analisar se vamos empregar ou não e aí a empresa parou de contratar (Entrevista concedida em 2011).

Em nível geral os moradores das ruas afetadas organizaram suas comissões e formaram ainda uma comissão especial com 25 pessoas de várias áreas afetadas. Assim:

[...] Montamos uma comissão especial que é a da Timbiras, Bernardo Sayão e montamos uma comissão grande, que deveria conversar, debater os problemas para ir às reuniões, como o interesse era comum, fazíamos passeatas tudo junto e agora estamos com um dilema eu ate

pedi para conversar com a Jesus, que é até agente comunitária aqui da Caripunas-beira-mar que agora está acontecendo o problema para eles que é remanejamento enfim todo o projeto vai passar por lá eles estão em reunião e mais reuniões (Entrevista concedida em 2011).

[...] a gente conversou muito sobre isso eu fui a uma reunião com a prefeitura para apresentar o projeto de macrodrenagem e eles estavam que iriam acompanhar as famílias saber o que elas fazem dar uma visualizada nas residências e ver como fazer para melhorar as residências e eu disse que não iria falar sobre isso, pois eu não ia encher os olhos do povo. E eles falam que o povo tem que lutar, estudar para poder comprar seu apartamento como ele comprou essa fala foi do Doutor Pedro Paulo, que é o engenheiro coordenador do projeto (Entrevista concedida em 2011).

É o que acontece – ficamos tristes com aquela situação, pois defendíamos que tivesse reforma nas moradias. Esse cenário de diversidades e complexidades demonstra o paradoxo que existe diante da ação dos grandes projetos urbanos, pois, ao vislumbrarem a instalação de infraestrutura urbana nas metrópoles, não consegue colocar na pauta as questões sociais inerentes às cidades produzidas segundo o modelo capitalista de produção, em que a cidade se torna lugar de disputas, de conflitos, de lucro, de mercantilização, de desigualdade e segregação social, com índices altíssimos de exclusão social. E que nesse campo da exclusão, da desigualdade e da segregação, as relações de forças antagônicas encontram-se permanentemente em confronto.

No caso dos moradores da BHEN, os mesmos tentam assegurar para suas famílias o mínimo de condições de moradia, de trabalho e de vida, seja se adequando às regras impostas pelo projeto, seja burlando as regras e a legalidade ou, quem sabe, reproduzindo as mesmas lógicas de mercado, já que são elas que ditam a “ordem” das coisas nessa sociedade em que vivem. Nesse sentido, esperar o melhor momento para vender a casa, aguardar a conclusão das obras do projeto para encontrar uma solução para as dificuldades vivenciadas deve ser interpretada como estratégia de luta, de resistência às políticas que visam transformar a cidade em mercadoria e marketing urbano; como estratégia de sobrevivência na cidade excludente, desigual e segregativa e de resistência à cidade do capital.

5.1.4 O Projeto Orla

O projeto Orla é uma ação complementar à macrodrenagem da BHEN, e deverá beneficiar dez bairros de Belém: Arsenal, Jurunas, Guamá, Cremação, Canudos, Condor e Terra Firme. A parte correspondente ao projeto Orla limita-se às

ações de urbanização e paisagismo de uma faixa litorânea do rio Guamá, contando com linha viária com extensão de seis quilômetros, entre o complexo cultural Mangal das Garças e a Universidade Federal do Pará, e está sendo desenvolvido em uma primeira etapa denominada insular (correspondendo ao aterramento de uma área litorânea), conforme o Mapa 14.

Segundo a coordenação do projeto,

[...] O objetivo do Projeto Orla da Estrada Nova é dotar o município de Belém de uma Orla Urbanizada, valorizando as características locais, bem como ambientais do Rio Guamá, tendo como principal diretriz a melhoria social e ambiental da área. O Projeto deverá mudar a paisagem da cidade, abrindo uma grande “janela” para o rio, melhorando o saneamento, incrementando o turismo e gerando emprego e renda. (Palestra proferida no MPE, 2011).

A primeira etapa do projeto prevê a construção de

[...] seis pistas, com largura de 70 metros, com área de passeio, estacionamento e ciclovia. Parte do espaço deverá ser reservada para área de lazer, incluindo quadras de esporte, áreas com equipamentos de ginástica, restaurantes e quiosques, nos moldes das orlas construídas nos grandes centros, como Recife e Rio de Janeiro. Com o projeto, a prefeitura pretende fazer com que Belém desponte definitivamente para o turismo com o objetivo de gerar emprego e renda, aliado às outras obras que abriram algumas janelas para o rio, como a Estação das Docas, as Onze Janelas e o Mangal das Garças (BELÉM, 2010a).

A modalidade do Portal da Amazônia na orla do rio Guamá (Projeto Orla) está sendo executada com recursos oriundos do governo federal, por intermédio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na modalidade Urbanização de Favelas¹²⁴, desde 2007, abrange os bairros Condor e Jurunas e uma parte do bairro Cidade Velha, numa área que se estende da Rua Veiga Cabral até a Avenida Mundurucus, em sua primeira etapa (BELÉM, 2007).

¹²⁴ A modalidade “Urbanização de Favelas” do PAC corresponde às ações de “regularização fundiária, segurança, salubridade e habitabilidade de população localizada em área inadequada à moradia, a sua permanência ou realocação, por intermédio da execução das ações integradas de habitação, saneamento e inclusão social” (BRASIL. Manual de Instruções – PAC/2007).

O projeto tem sua atuação circunscrita aos bairros que compõem as Sub-bacias I e II da grande BHEN, sendo acompanhado pela SEURB, enquanto que as III e IV são de responsabilidade da SESAN. Segundo o diretor geral da SEURB,

[...] a SEURB é responsável pelo projeto Orla que se constitui em ação de macrodrenagem da sub-bacia II, necessária para garantir a urbanização da orla de Belém, na Bacia da Estrada Nova. [...] os bairros que compõem a sub-bacia II, de sua responsabilidade, são o Jurunas, Umarizal, um pedaço da cremação, todo o Condor. [...] O projeto na Sub-bacia II desenvolve toda a parte de infraestrutura urbana, sendo a macrodrenagem, a microdrenagem e a parte de pavimentação (Entrevista concedida em 2010).

O diretor geral da SEURB informou ainda que as ações do projeto Orla são financiadas por recursos vinculados às secretarias municipais responsáveis por cada intervenção e que constituem contrapartida junto aos recursos obtidos no BID para a macrodrenagem da BHEN. Assim,

[...] Cada projeto tem um valor e que é fiscalizado por um fiscal designado pela própria prefeitura para essa finalidade específica. As ações relacionadas à questão da habitação dizem respeito apenas às moradias atingidas pela intervenção e se localiza dentro do programa nacional Recuperação de Favelas que tá ligado ao PAC. O projeto Orla que acontece na Sub-bacia II é parte da contrapartida municipal ao PROMABEN (exigência do BID para o financiamento externo) (Entrevista concedida em 2010).

Desse modo, observa-se que a gerência das ações de infraestrutura urbana do projeto Orla está sob a gestão da SEURB, com o apoio dos demais setores da prefeitura envolvidos no projeto, tais como a SEHAB, a SESAN e SEMMA, mas que nem sempre atuam articuladamente, ficando visível um significativo nível de desinformação, desarticulação e desintegração das ações. Além do que, percebe-se que embora o projeto tenha como objetivo a melhoria habitacional nessa área, não contém ações voltadas para a recuperação da habitação na área, com exceção das famílias atingidas diretamente pela intervenção.

Para a equipe social do projeto:

[...] As intervenções fazem parte de vários projetos separados, fragmentados, e cada projeto está em uma instância de gestão governamental. O trabalho social e o plano de reassentamento dos projetos estão na SEHAB, o projeto orla está na SEURB, o PROMABEN está no gabinete do prefeito. Os projetos todos fizeram previsão de remanejamento, indenização e realocação de moradia. Houve terceirização do trabalho, com contratação da Andrade Gutierrez e UNI engenharia¹²⁵ (Entrevista concedida em 2010).

¹²⁵ A Andrade Gutierrez e a UNI Engenharia são empresas contratadas para execução das obras do Portal da Amazônia.

A gestão do projeto obedece a uma lógica em que a informação, a integração e articulação das ações não fazem parte da sua dinâmica técnica, dificultando o acesso às informações e ao acompanhamento de sua execução pelos sujeitos atingidos e pela sociedade em geral, gerando divergências e conflitos, tais como o que se verificou com os processos movidos tanto pelo Ministério Público Federal¹²⁶ como pelo Ministério Público Estadual¹²⁷.

De acordo com o jornal de Destaque Amazônia (2012), editado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi,

[...] Os moradores que vivem sobre o canal, em palafitas, essa remoção não é para a melhoria da sua vida. É um mecanismo para abrir espaços para empreendimentos de classe média, para o lazer, construção de apartamentos de alto valor econômico e não para os moradores tradicionais, muitas vezes remanejados para distante, perdendo seus vínculos sociais, familiares e de trabalho (DESTAQUE..., 2012, p. 3).

A extensão da orla fluvial é também ocupada por portos, trapiches e feiras, que fazem parte da logística necessária às atividades econômicas e sociais desenvolvidas em seus territórios, ao mesmo tempo em que expressam a materialidade da identidade ribeirinha que esta cidade apresenta. Uma das questões que se colocam para os trabalhadores diz respeito ao futuro dos Portos Públicos localizados na Av. Bernardo Sayão, mais precisamente às margens da orla do rio Guamá. São dois os portos que integram a orla sul de Belém: O Porto da Palha e o Porto do Açaí. O Porto da Palha tem seu acesso pela Travessa Padre Eutíquio com a Avenida Bernardo Sayão, até o trapiche onde os barcos atracam. O Porto do Açaí, anteriormente denominado Porto da Conceição, localiza-se na Avenida Bernardo Sayão, próximo ao final da Rua Fernando Guilhon, no bairro do Jurunas.

Os portos, embora sem infraestrutura adequada para desenvolverem suas funções, desempenham papel importante para a economia regional e para o processo de reprodução social das famílias que o utilizam, uma vez que os mesmos se constituem espaços de relação entre o campo e a cidade, em que o rio assume a

¹²⁶ O Ministério Público Federal instaurou ação civil pública contra o município de Belém, o Estado do Pará e a construtora Andrade Gutierrez S.A, solicitando a anulação da concorrência pública realizada em 2006, alegando atrasos e problemas na emissão das licenças ambientais expedidas pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) (DIÁRIO DO..., 2009).

¹²⁷ No dia 14 de setembro de 2010 a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural de Belém instaurou Procedimento Administrativo Preliminar (PAP) para acompanhar o PROMABEN, como consequência dos vários documentos e “abaixo-assinados” pela população atingida que deram entrada no MPE questionando a execução do programa (INQUÉRITO CIVIL Nº 039/2010 – 3ª PJDMAPC, 2010).

condição de elo entre essas duas dimensões específicas da realidade social em Belém, conforme pode se observar pelas Fotografias 15a-f.

Fotografias 15a-f - Movimentação diária dos portos públicos na orla sul de Belém.



Fonte: Iraneide Silva; Lídia Souza (2011).

Os portos como lugar de vida social, precisam ser considerados pelo poder público e pela sociedade local enquanto:

[...] Entrepasto comercial por excelência, um espaço de intermediação entre o rio e a cidade; de interface entre o urbano e o modo de vida ribeirinho. Um território de reprodução social: local de trabalho, de comércio, de passageiros e de moradia, que exprime a realidade do trabalho nos portos comerciais e de habitação precária, pelo descaso do poder público na infraestrutura e serviços nesta fração da orla fluvial (SILVA, 2011, p. 93).

No referido estudo, Silva (2011) chama atenção, ainda, para o fato de que no caso do Porto da Palha, o mesmo desempenha, ainda, a importante função de moradia e organização política, uma vez que nele os trabalhadores abrigam seus familiares e procuram se organizar para garantirem os direitos sociais negados pelo Estado. Para a autora,

[...] O Porto da Palha é também um local de moradia. Várias famílias que compõem a comunidade do Porto da Palha residem na parte superior de seus comércios e outras residem nas vielas estreitas e becos que configuram aquele local, que é quase imperceptível aos que trafegam na Bernardo Sayão. As condições das vielas são precárias, mal conservadas, sem esgotos e o acesso de veículos é possível somente na rua principal. Como parte da organização comunitária de moradores, foi criada a atual Associação Beneficente do Centro Comunitário do Porto da Palha, há 28 anos, por iniciativa do Sr. Sarmiento. A sociedade oferece serviços médicos, odontológicos, exames e auxílio funeral aos comunitários associados e aos ribeirinhos que utilizam os serviços daquela Associação (SILVA, 2011, p. 98).

A pesquisa realizada, em 2009, pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia¹²⁸, identificou quatro portos públicos e 28 portos privados, onde os trabalhadores comercializam e movimentam não só os produtos provenientes das ilhas e municípios circunvizinhos, principalmente o açaí, produto bastante consumido em Belém, como circulam as mercadorias demandadas pelos moradores destas ilhas e cidades próximas¹²⁹.

¹²⁸ Boletim Informativo Nova Cartografia Social da Amazônia, 2009.

¹²⁹ Os portos existentes na orla da Estrada Nova servem para atracação de barcos que atendem a produtores ribeirinhos, estudantes, deficientes físicos e à comunidade em geral, que os utilizam como transporte entre as ilhas de Belém e dependem do trapiche para desembarcar, como o Porto do Açaí. Esse porto é o único Porto 24 horas e um dos portos públicos de maior movimento de Belém, onde atracam barcos que trazem a produção dos ribeirinhos que moram nas ilhas de Barcarena, Acará e Marajó, entre outras. Os produtos mais comercializados são o açaí, farinha, sementes de cacau e frutas regionais. [...] O grosso da comercialização destes produtores ribeirinhos se dá exatamente no centro do trapiche, como é que vamos ficar aqui sem ele? Como os barcos que chegam do outro lado da orla vão atracar e descarregar seus produtos? Isso é a mesma coisa que fechar o porto. Como é

Outros estudos¹³⁰ já realizados sobre a orla de Belém ou sobre os portos públicos chamam atenção não só para a importância desses espaços para a economia regional e para a continuidade da vida ribeirinha na “urbe”, como também demonstram o descaso do poder público para com esses espaços, que por sua história e trajetória social são carregados de significado para a população que o utiliza diariamente. E, nesse sentido, os trabalhadores e usuários dos portos, surpresos, contestam a forma como a Prefeitura de Belém vem executando o projeto Portal da Amazônia, seja em sua extensão litorânea, seja em sua extensão continental, pois, para eles, trata-se de uma intervenção urbanística que vai passar pelos portos públicos e os mesmos ainda não sabem de que maneira serão tratados. Sentem suas formas de trabalho e de vida ameaçadas.

[...] Movimentos diários e constantes, a obra do Projeto Portal da Amazônia preocupa a população trabalhadora, principalmente, os feirantes dos portos da Palha e do Açaí, locais diretamente atingidos pelas obras. Com uma produção intensa da parte de ribeirinhos que vão até a feira para vender, seja fruta regional ou animais e comprar materiais para o próprio sustento, a remoção de portos ou mesmo sua realocação podem significar o impedimento da atividade comercial que é parte da cultura local (DESTAQUE..., 2012, p. 5).

Durante a realização da pesquisa ficou claro que dentre as ações do projeto Portal da Amazônia não constam nenhuma referência, até o momento, sobre o que acontecerá com os portos públicos. Até a presente data o projeto só faz menção às ações de saneamento, habitação, lazer e turismo, sem nenhum debate mais sistematizado sobre as formas históricas de relações socioeconômicas e que agregam valor à economia regional, como é o caso das relações comerciais, sociais e culturais que acontecem nas áreas dos portos públicos da orla sul de Belém.

Segundo o representante da prefeitura, [...] O projeto Portal da Amazônia, em desenvolvimento desde 2005, deverá mudar a frente da cidade, abrindo uma grande 'janela' para o rio, melhorando o saneamento da área e incrementando o turismo (PMB, 2010). Acompanhando os debates provocados pelo Ministério Público Estadual (MPE) se observou que para os representantes do poder público municipal a intenção do projeto orla ao “abrir janelas para o rio” materializa a perspectiva modernizante da cidade como lugar de acumulação capitalista em detrimento das

que dizem que não vão acabar com o Porto, se querem retirar o nosso trapiche, que é fundamental para o trabalho que desenvolvemos aqui? (PORTAL CULTURA, 2010).

¹³⁰ Trindade Júnior e Silva (2005), Castro (2006); Rodrigues (2008); Trindade Júnior e Tavares (2008); PNCSA (2009); Moura, Santana e Sá (2010).

formas históricas que permeiam a vida social e cultural da população habitante do lugar, substituindo a apropriação e o uso do território, retirando os imóveis e os moradores residentes nas áreas atingidas desde o início da formação dos bairros, conforme se verificou no histórico dos bairros. Moura; Santana; Sá (2010) assinalam que:

[...] A projeção das imagens sobre o futuro das áreas do entorno da referida intervenção urbanística, popularizada como “abertura de uma janela para o rio”, indica espaços reveladores de uma lógica segregadora, que aponta para o embelezamento e uso para práticas de turismo por segmentos sociais, locais e externos, que buscam alternativas de lazer (MOURA; SANTANA; SÁ, 2010, p. 38).

Essa lógica segregadora se insere no contexto das experiências de revitalização urbana, que tem nos projetos com grandes dimensões urbanísticas, a perspectiva de tornar a cidade referência urbanística em escala mundial, acompanhando a tendência geral da urbanização como mediação para acumulação capitalista, recuperando relações perdidas, historicamente, como no caso de Belém em que a cidade perdeu o rio e que agora se pretende fazer a reconciliação “abrindo janelas para o rio”.

Trindade Júnior (2008), analisando a relação entre a *Beira-rio e a experiência de revitalização da área central de Belém* chama atenção para o significado e a importância que o rio passa a ter nos processos de revitalização das áreas centrais de cidades que exercem estreita relação com as águas, como é o caso de Belém. Para esse autor:

[...] O elemento hídrico aparece, em geral, como moldura do acontecer urbano ou como um pano de fundo a compor as novas paisagens locais a serem apreciadas, à semelhança das telas, contempladas em museus ou em exposições culturais. [...] Na difusão de um novo estilo de viver na grande cidade, propaga-se o resgate do rio [...] (TRINDADE JÚNIOR, 2008, p. 152-153).

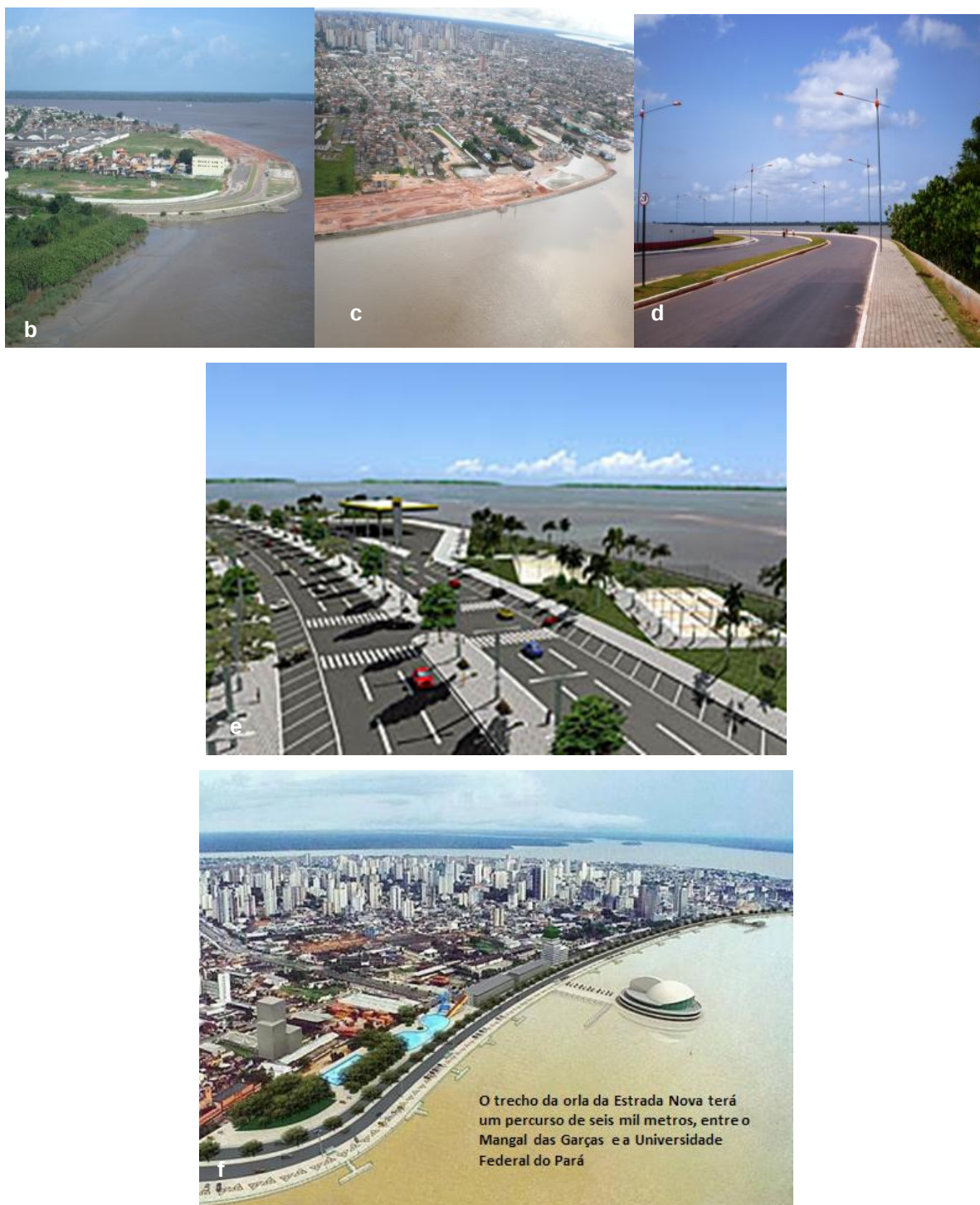
É verdade que a história da ocupação de Belém, iniciada nas áreas que hoje compõem a área central e histórica, acompanhou uma dinâmica econômica, cultural e social que tornou a “Beira-do-rio” adensada e totalmente ocupada por grupos e atividades econômicas que diante das facilidades que o rio possibilita, sobretudo, em relação à circulação de coisas e pessoas, se ergueu um verdadeiro muro que segregou territorialmente esse lugar do resto da cidade. Não se sabe se “a cidade virou de costas para o rio” ou se “o rio fugiu da cidade”. Sabe-se, entretanto, que em toda a orla de Belém não se vê o rio a partir de sua área

continental, pois só para falar da orla do rio Guamá, onde acontece a intervenção urbanística do Portal da Amazônia, existem mais de quarenta portos comerciais, entre os quais se destaca [...] os portos do Açai, da Palha, da Casa Silva, Bom Jesus, Líder, Custódio, Pueza, Comercial, Antero, Boa Viagem, Diniz, São Benedito e Mundurucus (RODRIGUES, 2008, p. 79).

Nesse sentido, o projeto orla visa abrir espaços, ou melhor, “janelas” que tornem o rio mais acessível. É necessário entender, contudo, o significado de maior acesso ao rio. Como isso se dará? Quais as formas propostas pelo projeto orla? As imagens da Fotografias 16a-f e o conjunto de informações que se seguem evidenciam que as formas propostas pelo projeto, substituem o lugar de morar e de trabalhar pelo de contemplar. Ao aterrar o rio, remover pessoas e imóveis, abrir ruas largas próprias para o trânsito, articular ruas e travessas, ligando o continente à “Beira-rio”, o projeto visa “modernizar” a imagem da área central, segundo a lógica das “cidades-modelo”, com imagens construídas a partir da [...] ação combinada de governos locais, junto a atores hegemônicos com interesses localizados, agências multilaterais e redes mundiais de cidades que buscam tornar a cidade marketing e mercadoria (SÁNCHEZ, 2001, p. 31).

Fotografias 16a-f - Projeto Orla – Trecho Mangal das Garças à Avenida Mundurucus – Fase atual e protótipo.





Fonte: BELÉM (2011).

As ilustrações demonstram que a ação de urbanização proposta pelo projeto Orla, embora tenha sido concebida a partir do discurso da melhoria de vida para a população dos bairros que compõem a BHEN e para a população de toda a cidade de Belém, constituem-se em um tipo de intervenção urbanística que se realizará com base em processos de substituição e gentrificação, expulsando, compulsoriamente,

as formas tradicionais de vida, pelas formas modernizantes, retirando daquele lugar todas as atividades relacionadas com a dinâmica de sobrevivência da população empobrecida que vive e trabalha na orla, desde o início de sua ocupação e substituindo por atividades que representam o progresso e a modernidade, enquanto parte de uma dinâmica de valorização econômica da cidade, buscando tornar a cidade vitrine para as formas globalizantes do Capital.

5.1.4.1 Projeto Orla nas sub-bacias I e II: moradia e o direito à cidade

Pelas Fotografias 15a-f observa-se, ainda, que além das atividades econômicas dispostas nas margens do rio Guamá, existem vilas de casas que abrigam centenas de famílias residentes, por um tempo que se estende de 10 a 30 anos, e que a partir da intervenção do projeto foram demolidas em sua totalidade, com exceção da Vila Elaine e Vila Santa Luzia¹³¹ que até o presente momento resistem à ação de remanejamento. Embora não tenha como objetivo resolver a questão da moradia, o projeto orla interfere diretamente nessa questão, à medida que para se tornar realidade, desalojou centenas de famílias que residiam à margem ou sobre o rio Guamá, desde o início do século XX.

A faixa que se encontra em processo de intervenção pelo projeto Orla, desde 2008, tem sido lugar de disputa entre o poder público e os sujeitos que ali vivem. Pela sua localização, os imóveis de dentro da área delimitada pelo projeto foram objeto de desapropriação, cujas famílias foram submetidas a várias soluções: a) Indenização; b) Auxílio-aluguel; c) Auxílio-comércio; d) Unidade habitacional. A Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) cadastrou 388 imóveis nas nove Vilas localizadas sobre o rio, e que fazem ligação com a parte continental da Estrada Nova pela Rua Osvaldo de Caldas Brito, dentre os quais apenas dez estavam fechados, conforme Tabela 22, significando que em sua totalidade os imóveis estavam sendo utilizados com a finalidade de moradia ou no máximo como moradia e trabalho.

¹³¹ De acordo com a equipe técnica do projeto orla, as casas da Vila Elaine e da Vila Santa Luzia não estavam incluídas no projeto inicial, porém à medida que a intervenção urbanística avançou houve necessidade de demolição de algumas casas das referidas vilas. Contudo, com base nas condições em que se encontravam as famílias desapropriadas de suas moradias, os moradores das duas vilas não estavam concordando em se submeter ao auxílio-aluguel, conforme veremos ao longo desta seção.

Tabela 22 - Imóveis cadastrados, demolidos e em negociação nas vilas localizadas na Rua Osvaldo de Caldas Brito – Trecho Beira-Rio.

Vilas	ImóveisCadastrados e Demolidos
Vila Santa Rita	42
Vila Elaine (1)	53
Vila Valério Amorim	84
Vila Passarinho	89
Vila Santos	67
Vila Palmito	29
Vila Santa Luzia (2)	5
Vila Maria Isabel	1
Vila Beira Rio	8
Total	378

(1) Até o mês de dezembro de 2011 os moradores da Vila Elaine não haviam negociado a sua saída da área com a PMB.

(2) Os moradores da Vila Santa Luzia também estavam em processo de negociação

Fonte: Belém (2008).

Nos estudos realizados pela BELÉM/ENGESOLO (2007), registrou-se que 74,7% das residências eram compostas de até cinco pessoas, enquanto 23,4% são formadas por mais de 6 e até 20 pessoas; a renda familiar varia de 1 a 2 salários mínimos; 80,5% dos imóveis são de propriedade particular, sendo 53,39% correspondentes às famílias que residem há mais de dez anos no imóvel; 28,91% são famílias em que as mulheres assumem a função de chefes de família; as casas, em sua maioria, são de madeira, com 2 a 5 cômodos, com padrão construtivo do tipo palafita (construções sobre as águas do rio Guamá), prevalecendo o uso das águas do rio como local de destino dos dejetos e do lixo (BELÉM, 2007), conforme se pode verificar pela Fotografias 17a-c e Fotografias 18a-c.

Fotografias 17a-c - Habitação do tipo palafita na área do Projeto Orla.



Fonte: Programa de Apoio à Reforma Urbana/UFGA (2011).

Fotografias 18a-c - Moradias e atividades de trabalho na orla do rio Guamá.



Fonte: Sandra Cruz (2011).

Observa-se nas ilustrações que o processo de intervenção do projeto na orla sul de Belém interfere em diferentes aspectos do cotidiano sociocultural das famílias que há décadas residem nas áreas. São aspectos relacionados principalmente à moradia e ao trabalho. Nesse sentido, os imóveis cadastrados à época foram demolidos; e como se tratava de área alagada, a mesma foi aterrada para receber as novas unidades habitacionais para fins de reassentamento das famílias remanejadas. À medida que a obra avança, os moradores são incluídos em “auxílio aluguel” no valor de R\$ 450,00 ao mês, repassados num intervalo de dois meses. Segundo a equipe social do projeto Orla:

[...] O auxílio moradia é pago pela SEURB e o acordo com os moradores é de que o mesmo é pago em um mês ou mês e meio, depositado em conta bancária aberta para essa finalidade por meio de termo de contrato que dá direito ao morador receber de dois em dois meses o valor de R\$ 900,00 por um ano; e se for necessário, a renovação é automática. O morador recebe o auxílio até mudar para a unidade habitacional (Entrevista concedida em 2010).

Assim, nesse primeiro trecho de realização do projeto, 360 famílias foram remanejadas e submetidas ao auxílio-aluguel, mas até a presente data não têm previsão de receberem as unidades habitacionais previstas pelo projeto. Dezenas de trabalhadores tiveram suas formas de produção desorganizadas, em decorrência da peculiaridade do trabalho da pesca, do comércio, do porto etc., gerando diferentes tipos de insatisfação à população originária da área, como podemos observar nas falas¹³² dos moradores que resistem em sair do lugar, sem que tenham uma certeza sobre o seu futuro:

[...] A gente que tá aqui numa situação complicada fica logo com medo quando vê assim gente que não se sabe quem é [...] A gente tem uma casa, não é alvenaria, mas que é da gente. Depois de 20 anos eu saio da minha casa sem rumo? As mais de 250 famílias da Osvaldo, o que eles estão vivendo? É assim que eles estão vivendo porque atrasa o aluguel, o dono da casa não quer saber, Eles da prefeitura chegam aqui e dizem 'você vão prá um lugar melhor'. Onde? Como é esse lugar melhor? (Entrevista concedida em 2012).

[...] Eles chegaram aqui e disseram que essa área aqui atrás era prá nós. Nós ficamos alegres. Mas, agora querem colocar a gente não sei prá onde (Entrevista concedida em 2012).

Veio uma advogada em casa dizer que era prá ir lá assinar, que eles não se responsabilizam a hora que me jogarem daqui. Que não adianta ir prá justiça que a justiça tá do lado deles (Entrevista concedida em 2012).

[...] Porque a minha casa tá feia por fora, mas por dentro é tudo acapu e pau amarelo (Entrevista concedida em 2012).

[...] Eles querem tirar nós daqui. A gente não sabe nem prá onde a gente vai. Então não é projeto prá nós porque se fosse eles poderiam até mexer com a nossa casa, mas eles entravam com alguma coisa prá gente ter acesso à CAIXA e melhoravam a nossa casa para fazer parte do projeto. Mas, não, eles não querem. O que eles fazem é vir pressionar a gente prá sair da nossa casa [...] (Entrevista concedida em 2012).

[...] Aqui o meu marido pescava [...]. Isso era muito alegre. Agora é tudo triste [...] (Entrevista concedida em 2012).

[...] Eles estão colocando pressão pra gente sair. A nossa casa é de madeira, mas a gente não paga aluguel [...] (Entrevista concedida em 2012).

No caso específico da urbanização da orla (projeto Orla), 272 famílias fizeram opção por uma unidade habitacional de frente para o rio Guamá, e até o final do ano de 2011, sido construído blocos com oito apartamentos cada, atendendo 16 famílias

¹³² Estas manifestações aconteceram durante uma visita de campo na orla do rio Guamá em dezembro de 2011.

das 360 que se encontram no auxílio-aluguel, gerando muitos protestos, pois as famílias atingidas pela intervenção se sentem desconfortáveis e instáveis com a situação. A construção de outro prédio foi iniciada na orla, entretanto, de acordo com informações dos moradores, o mesmo foi projetado abaixo do nível da rua produzida na faixa litorânea e por esse motivo encontra-se com as obras paralisadas, sem previsão de retomada (Fotografias 19a-b e 20).

Fotografias 19a-b - Prédio em fase de construção na orla para reassentamento das famílias que se encontram no auxílio-aluguel.



Fonte: Sandra Cruz (2011).

Fotografia 20 - Conjunto Habitacional construído na orla para reassentar as famílias das vilas demolidas.



Fonte: Sandra Cruz (2011).

As unidades habitacionais estão sendo construídas com recursos do programa Urbanização de Favelas desde 2010, porém, em decorrência do atraso no cronograma da obra, a população atingida demonstra preocupação e insatisfação tanto com o atraso na entrega das unidades quanto em relação à qualidade do padrão construtivo. São unidades de 44 m², em concreto e com acabamento de nível inferior.

Chama atenção, dessa forma, que um projeto que se propõe a garantir melhorias, em seis anos de execução, tenha demolido mais de trezentos imóveis, submetendo as famílias ao imóvel de aluguel e só tenha conseguido concretizar a construção efetiva de 16 unidades de apartamento. Tal situação demonstra que o projeto não tem a moradia como centralidade.

Por um lado porque ao conceber o projeto para a orla não previu formas de recuperação das unidades habitacionais ou mesmo a substituição das mesmas em um prazo de tempo capaz de não expor a população às mazelas do mercado, uma vez que nos bairros influenciados diretamente pelas obras o preço do metro quadrado de terra urbana inflacionou bastante, tornando quase inviável a manutenção da casa de aluguel pela população que economicamente é considerada de baixa renda. De outro lado, os prédios em construção não têm prazo para conclusão, principalmente os prédios que apresentaram deficiências em seus projetos arquitetônicos, o que tem deixado a população inquieta de certa forma. De modo a amenizar a situação a PMB apontou como solução imediata o remanejamento de 115 famílias para novas unidades habitacionais, localizadas no bairro do Marco, ora em fase de finalização – processo esse que se encontra em negociação com os envolvidos.

Outro aspecto verificado é de que o projeto ao enfrentar a questão da moradia nas áreas atingidas pelo projeto utiliza critérios de seleção para adequar as demandas existentes. Nesse sentido, percebe-se nítida diferenciação em relação às famílias que residem em imóveis alugados. Estes são tratados como sujeitos estranhos ao ambiente construído socialmente e, portanto, são atendidos diferenciadamente das famílias que se constituem proprietárias de imóveis, mesmo que estejam na condição de locatários. É o que verificamos na fala da equipe social:

[...] As unidades são tipo apartamento, medindo 44m, divididos em sala, dois quartos, cozinha e banheiro. São prédios com quatro andares. O critério adotado para atender à demanda é o número de pessoas por domicílio. Ou seja, quem tem a partir de oito pessoas na unidade, recebe mais de um imóvel, com exceção do inquilino. Esse recebe uma unidade, independente do número de pessoas habitando na moradia de origem. A questão do direito de receber duas unidades habitacionais pelas famílias numerosas, com oito pessoas, a gente nunca leva em conta quantas famílias tem ali, porque tem situações de famílias com oito a dez pessoas, e, às vezes, têm três a quatro com cinco, seis pessoas (Entrevista concedida em 2010).

[...] Existe o Plano de Reassentamento, que diz quais são os direitos do morador – se vai ter direito à unidade habitacional; se vai ter direito apenas à indenização; quanto tempo o inquilino tem direito a uma unidade (que a partir de um ano), ou seja, a partir de um ano morando na unidade habitacional na época da realização do cadastro, tem direito a uma nova unidade habitacional. A equipe realizou o cadastro em janeiro e fevereiro de 2008 – e aí se o inquilino já estava lá há um ano, ele vai ter direito à unidade habitacional. O proprietário, como ele aluga um imóvel, ele tem direito apenas à indenização pela benfeitoria construída, porque aqui é terra de Marinha. Então, ele não tem direito à titulação da terra. Hoje, eles estão recebendo a construção de uso para fins de moradia – só que é posse de uso. Isso que o morador não entende; a liderança comunitária coloca para ele como se ele fosse o proprietário da terra. Não, ele só tem o direito de uso, mas não tem o direito à titularidade da terra (Entrevista concedida em 2010).

Percebe-se, dessa maneira, que um dos maiores problemas provocados pela intervenção urbanística na orla sul de Belém diz respeito à questão da moradia, uma vez que as unidades habitacionais remanejadas ou em vias de remanejamento pertencem, em sua maioria, aos segmentos mais vulnerabilizados economicamente e, ao serem contatados pela equipe do projeto, não têm opções de escolha, pois o *modus operandi* adotado, prevê toda uma dinâmica de persuasão, visando à adesão ao projeto.

Nós conversamos com os moradores através das visitas e confirmamos os dados do cadastro que é de 2008. Nós vamos ao imóvel, fazemos a visita domiciliar, chamamos os moradores aqui no plantão – ou na visita, a gente informa sobre os direitos de receber a unidade habitacional ou a indenização ou faz a opção. Geralmente, eles querem a unidade habitacional, pelo menos nessa parte das palafitas – as casas a maioria de madeira e a maioria deles preferiram a unidade habitacional (Entrevista concedida em 2010).

Sobre o processo de adesão ao projeto, a equipe explica que:

[...] foi realizada uma assembleia geral para explicar o projeto aos moradores; depois foi feito um cadastro casa a casa, e depois foi realizado visita domiciliar. No início do projeto, a maioria dos moradores, como eles moravam em palafitas, foi bem aceito. A única área que encontraram um pouco de dificuldade foi na Vila Elaine, devido não ser palafita, mas precisava sair (Entrevista concedida em 2010).

Nesse sentido, para que o projeto alcance seus objetivos é necessário que a população aprove à sua lógica, abrindo mão de sua história de vida, e, assim, dando vez a uma nova história, da qual não farão parte. Nesse contexto, a gerência do projeto busca definir uma série de estratégias, que são direcionadas para a população moradora nas áreas de intervenção, eliminando os “obstáculos”, conforme se verifica na fala da equipe social:

[...] Há complicações quando a indenização é maior, apesar de ser de madeira. Alguns aceitaram no primeiro momento, através do laudo; outros, nós pedimos a reavaliação para a secretaria e foram reavaliados. Às vezes aumenta, às vezes não, porque o parâmetro que a gente trabalha é o da CAIXA. A gente trabalha com a tabela da SEHAB, CODEM e a TINER, que dá o valor para a Vila da Barca (Entrevista concedida em 2010).

As modalidades são indenização, unidade habitacional ou unidade potencial, porque às vezes o morador tem direito à indenização e à unidade habitacional. Mora em baixo e aluga a parte de cima. Aí ele recebe a unidade pela parte de baixo e indenização pela parte de cima do imóvel (Entrevista concedida em 2010).

Em relação ao auxílio aluguel, tem o auxílio-moradia e o auxílio comércio. Têm umas sete pessoas que trabalhavam no comércio, geralmente vendendo alimentos, então é auxílio comércio. Os que estão no auxílio comércio vão aguardar ser construído ponto comercial na obra do Portal, atualmente são sete ou 10. [...] Serão contemplados com área comercial só os que constam no cadastro realizado na época do cadastramento. São 20 cadastrados para auxílio comércio (Entrevista concedida em 2010).

Os moradores das áreas atingidas pelo projeto Orla não desenvolvem atividades relacionadas ao rio, e nem possuem atividades no próprio local. A maioria trabalha no comércio de Belém, em empresas fora do bairro. Não existe essa relação de dependência direta; os moradores vêm, depois eles voltam para pescar. Muitos trabalham em navio, fazendo comida no rio, mas não com dependência do rio (Entrevista concedida em 2010).

A equipe, de forma contraditória, afirma que a subsistência da população atingida não depende do rio. Contudo, reconhece que “[...] eles podem trabalhar num barco de propriedade deles; muitos são empregados trabalham fazendo comida e vivem viajando, mas não existe essa relação direta de subsistência” (Entrevista concedida em 2010).

O acontecer do projeto orla desestabilizou o dia-a-dia dos trabalhadores residentes nas áreas atingidas. Além da desarticulação das relações de trabalho, do aterramento do rio Guamá, o projeto submeteu centenas de famílias ao auxílio aluguel. De acordo com morador da área, o projeto teria como previsão construir 360 unidades em conjunto habitacional a ser construído na própria orla urbanizada, que

deveria ter sido inaugurado em janeiro de 2012, mas, até dezembro de 2011, só tinham conseguido entregar 16 unidades, faltando, portanto, construir 344 unidades.

As ações programadas para resolver a questão da moradia causaram efeitos negativos nas áreas, tais como o inflacionamento do mercado de aluguel de imóveis, subindo muito na área, rotatividade do aluguel dos imóveis, uma vez que o pagamento pelo projeto atrasa e provoca conflito entre inquilinos e proprietários de imóveis, fazendo com que as famílias tenham que trocar de moradia em curto espaço de tempo. Além dessas situações, tem destaque a resistência dos moradores da Vila Elaine, que está localizada no meio-fio da Rua Oswaldo de Caldas Brito (Fotografia 21a-c), que inicialmente não fazia parte da intervenção, porém, no sentido de abrir vias de ligação entre a parte continental a insular, o projeto fez a revisão do mesmo, incluindo a possibilidade de retirada de todas as unidades da vila.

Na perspectiva dos gestores do projeto, a Vila Elaine não sairia em sua totalidade, porém, como será necessário viabilizar a infraestrutura capaz de garantir a circulação viária no entorno da orla, a vila terá que sair. Esse fato está sendo motivo de divergência entre os moradores e os gestores públicos, representantes da prefeitura municipal. Segundo a equipe social do projeto:

[...] Que no início seriam removidas somente as favelas, porém, como não foi tirado apenas o pessoal da palafita, a Vila Elaine, mas ela participa e algumas casas de alvenaria são grandes. Mas, ela vai ter que sair porque lá vai passar estrutura, tubulação, iluminação e tudo mais (Entrevista concedida em 2010).

[...] A Vila Elaine demonstrou resistência porque a maioria das residências da Vila está localizada em área de terra firme e, por isso, avaliavam que não era necessário saírem, pois no início do projeto foi anunciado que só removeriam as casas palafitadas. “Quando vocês forem andar na Vila Elaine, vocês vão perceber que algumas casas lá foram retiradas já; alguns moradores foram remanejados – os que entraram antes da reprogramação e conseguiram unidade habitacional. Como houve essa questão na Vila Elaine, de não quererem sair e foi visto que esse lado da Elaine não viria sair mais, esse lado precisa para passar a infraestrutura. Então, antes ia sair toda e agora só parcialmente (Entrevista concedida em 2010).

[...] Vinte casas não receberão benefícios, porque durante as negociações ficou definido que as casas que não irão sair, em virtude do movimento de resistência, não receberão nenhum tipo de apoio. Devem recorrer à Caixa para obter financiamento pessoal, sobretudo as famílias que residem na condição de cedidos. Não tem mais direito, porque mora cedida e só iria ter se houvesse obra aqui e como foi uma decisão dos moradores da Vila Elaine não vai ser mexido. Quando teve a reunião, o Damião da SEURB disse que eles podem, se quiserem, procurar a Caixa para poder realizar a benfeitoria, desde que eles peguem o financiamento (Entrevista concedida em 2010).

Fotografia 21a-c - Unidades habitacionais da Vila Elaine aguardando negociação entre a prefeitura e os moradores para o remanejamento das famílias e demolição dos imóveis - dezembro, 2011.



Fonte: Sandra Cruz (2011).

Os moradores da Vila Elaine constituíram uma Comissão de Negociação para interagir com a Prefeitura no processo de remanejamento das famílias, que até a presente data ainda não sabiam qual seria seus destinos, e revelam com indignação o nível de insatisfação com o projeto Orla.

O projeto Orla na sub-bacia II realiza ações com financiamento do PAC e é uma obra específica de macrodrenagem com duas metodologias: o canal de transporte e o de acumulação. Sua área de abrangência é constituída pelos canais da Rua dos Caripunas, Av. Generalíssimo Deodoro, Trav. Quintino Bocaiúva, Av. Bernardo Sayão, Trav. Dr. Moraes, Trav. 14 de Março, e Radional II, dispostos na parte continental da BHEN, circunscrevendo os bairros Batista Campos, Cidade Velha, Condor, Cremação, Guamá, Jurunas, Nazaré e São Brás. Estão recebendo a

instalação de Bacia de Detenção que deverá comportar cerca de 70.000m³ de água e terá 25.000 m². Será formada pela Rua Fernando Guilhon, no trecho entre Trav. Doutor Moraes e a Av. Generalíssimo Deodoro, assim como pela Av. Bernardo Sayão, da Fernando Guilhon até a Trav. Quintino Bocaiúva. O escoamento da bacia será feito diretamente para o canal da Trav. Quintino Bocaiúva e, conseqüentemente, direcionado ao Rio Guamá, através do sistema de comporta, que permite a entrada e saída da água do rio (PLANO DE REASSENTAMENTO, 2010).

As moradias localizadas às margens ou sobre os trechos de igarapé nessa poligonal eram constituídas, em sua maioria, de casas de madeira deteriorada pelo tempo e pela ação da chuva e da umidade causada pela ação do igarapé, como é o caso das unidades que se encontravam sobre o igarapé que corta a Travessa Quintino Bocaiúva, conforme Fotografias 22a-c.

Fotografias 22a-c - Aspectos da moradia no Igarapé da Quintino Bocaiúva antes da intervenção do Projeto Orla.



Fonte: Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB, 2011).

Pelo relatório social de acompanhamento do projeto da sub-bacia II, foi possível verificar que a prefeitura realizou um levantamento socioeconômico para identificar o perfil da população, utilizando-se de um formulário-cadastro e de realização de assembleias com todas as famílias da área de intervenção do projeto. As famílias foram informadas que teriam duas opções: Unidade habitacional construída próximo do local de moradia ou indenização do imóvel. A família que adere ao projeto assina um termo de adesão e passa a receber o auxílio-moradia por dois anos, dependendo da situação.

Seguindo a orientação dos manuais da CAIXA e do BID, o projeto define as fases de remanejamento e reassentamento das famílias atingidas no Plano de Reassentamento (PER), em três fases: pré-reassentamento, reassentamento e pós-reassentamento. A fase do pré-reassentamento consiste na realização de atividades cujo objetivo é levantar e atualizar os dados socioeconômicos das famílias e a caracterização da área, além de estabelecer mecanismo de participação e controle social no projeto de urbanização. [...] Os esclarecimentos e orientações às famílias quanto aos procedimentos fazem parte das atividades desta fase, juntamente com a composição e avaliação das benfeitorias pertencentes a cada família (FORTE; SODRÉ, 2011, p. 52).

Durante o pré-reassentamento é efetivada a mediação do processo de remanejamento, através da negociação caso a caso, mediante a assinatura do termo de compromisso ou termo de adesão pelas famílias atingidas, sendo que uma das metas do PER é obter 100% de adesão ao projeto. Esse é um dos momentos mais importantes do processo, pois os técnicos do Projeto têm pleno acesso ao domicílio do morador para negociar e prestar as informações necessárias à compreensão do mesmo, além de agilizar a retirada dos imóveis do igarapé.

Considerando que a maioria dos imóveis estava em condições de precarização, e, portanto, com valores insignificantes, tornando impossível a aquisição de um novo imóvel, haja vista as casas serem construídas com madeira e sobre palafitas, além da ilegalidade da ocupação, o morador, sem muita opção de escolha, teve que aderir ao projeto, o qual garantiria em até dois anos um novo imóvel como moradia digna.

De acordo com dados do projeto, 104 benfeitorias foram demolidas para garantir a continuidade da execução das obras. Destes, 86 estão recebendo auxílio moradia e nove estão no auxílio comércio. As indenizações de residências foram 15,

e de comércio foram três. Dentre os representantes cadastrados, 81,25% são mulheres e 70% estão na faixa etária entre 20 a 40 anos. Das famílias atingidas na sub-bacia II, 67,5% encontram-se na faixa de renda entre 1/2 a um salário mínimo.

Quanto às famílias cadastradas, 62,5% possuem ente 1 a 5 pessoas residindo sob o mesmo teto. Dentre estas, 75% moram em Belém há pelo menos 10 anos. Quase 100% das famílias possuem renda familiar de ½ a 2 salários e 71,25% são oriundos do trabalho informal e não possuem o ensino fundamental completo. Quase todas as famílias eram proprietárias da benfeitoria do tipo madeira. As famílias estavam sobre o igarapé da Quintino Bocaiúva em torno de cinco a dez anos (38,75% viviam no local de um a cinco anos e 61,25 de cinco a dez anos).

Nessa sub-bacia, entretanto, as ações do projeto enfrentaram várias tensões e conflitos no processo de negociação das formas de remanejamento. As famílias se organizaram e buscaram o apoio de outras formas de organização social que lutam pelo Direito à Cidade em Belém. Ressalta-se o apoio do Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e do Fórum de Apoio à Reforma Urbana que juntos mobilizaram as famílias para pressionarem a prefeitura e a coordenação executiva do projeto, no sentido de garantirem condições mínimas para o processo de remanejamento, conforme Fotografias 23a-b.

Fotografias 23a-b - Mobilização dos Moradores da Trav. Quintino Bocaiúva (Sub-Bacia 2).



Fonte: Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB).

Aliás, essas mobilizações e busca de apoio e alianças políticas são vistas pelos gestores municipais como estratégia eleitoreira. É o que informa o secretário municipal de urbanismo de Belém:

[...] Tiramos todo esse pessoal, por conta de política foi incentivado o povo a invadir isso aí, então isso foi um ato político irresponsável... Então foi visto isso aí que por conta de voto ficou assim e nós cadastramos as pessoas e nesse ponto aqui das palafitas. Existe a pessoa que realmente precisa, existe o especulador, tem um monte de kits net onde o pessoal ganha dinheiro, então é difícil esta relação com a comunidade [...]. Então o clima na comunidade muda de acordo com as negociações, tem dia que a gente chega e lá e eles estão protestando, então a parte social, o trabalho com a comunidade é muito importante para resolver essas situações. Tem gente que não quer a obra, então isso é mais importante que a engenharia (Entrevista concedida em 2011).

De acordo com as entrevistas realizadas observou-se que a maioria das 100 famílias que residiam nesse trecho do projeto era oriunda do município de Acará e várias faziam parte do mesmo núcleo familiar. Como a área fica localizada às proximidades do rio Guamá, geralmente um membro da família se desloca para Belém, arranja trabalho, moradia e em seguida passa a trazer outros membros, conforme relata uma das entrevistadas.

Para Maria Bernadete dos Santos Farias, oriunda do município de Acará e moradora na área do igarapé da Quintino a seis anos: a “área faz parte do conjunto de baixadas de Belém. A gente chegou e colocou o nome de invasão da Quintino”. Durante a entrevista realizada no dia 19 de junho de 2011, Bernadete revela “compramos um barraquinho, no valor de R\$ 3.200,00. Quando nós chegamos, a ocupação estava no começo aí já tinham pessoas vendendo, indo embora e a gente comprou na época por 3.200, barato mesmo. Eram dois compartimentos, aí a gente foi reformando, foi aumentando, como a gente trabalhava com ponto comercial. E aí a casa foi considerada mista quando eles vieram aí porque era casa e ponto comercial”.

Indagada sobre o restante da família, Bernadete informa que “também está a minha irmã e duas sobrinhas minha. Primeiro veio minha sobrinha, depois veio eu, minha irmã depois a outra sobrinha. Minha irmã e minha sobrinha trabalham em casa de família a outra trabalha por conta própria”.

Bernadete e o marido trabalham com comércio de farinha que trazem do Acará para comercializar aqui em Belém o que lhes rende uma quantia em média de R\$ 900,00 por mês. “A gente compra na feira lá, é vendida no interior depois trás para feira da cidade, compra trás pra cá e revende”. A família de Bernadete é uma das inúmeras famílias que se utilizam do Porto do Açaí para comercializar farinha em Belém: “Chega ao Porto do Açaí, de barco e de lá desembarca na feira do Açaí, aí de lá vai para a minha casa que fica bem pertinho agora”. Pois após a negociação

com a prefeitura, Bernadete conseguiu comprar uma casa na passagem São Miguel, na parte continental da BHEN, porém não muito distante do rio.

Indagando sobre o contato com o projeto Portal da Amazônia, Bernadete diz:

[...] Primeiro a gente tinha uma representante aqui e quando nós chegamos conhecemos a Perpétua que era representante e ela sempre passava nas casas pedindo ajuda para ir atrás, dinheiro para a passagem de ônibus que ela ia à Prefeitura, mas ela nunca chamava ninguém para ir junto ela sempre ia sozinha. Ela foi escolhida por um pessoal lá detrás que talvez já nem morasse aqui quando cheguei, porque muita gente que começou a ocupação foi embora, a maioria que está hoje nesse projeto não são os ocupantes iniciais. Então aí quando a gente chegou conheceu ela, aí foi na época que surgiu a história que eles iam dá R\$ 3.000,00, aí a Perpétua não aceitava e o que a gente entendeu foi que ela foi comprada e deixou a gente de mão. Falou que infelizmente não adiantava a gente lutar contra, que não ia vencer e que ela lavava as mãos e deixou o povo assim. Ela comprou uma casa não sei te dizer onde, mas aqui por perto, mas as pessoas que conhecem falaram que é um casarão muito bonito que ela comprou, ela tem banca no Ver-o-Peso de cerveja essas coisas e aí a gente ficou [...] (Entrevista concedida em 2011).

[..]Foi aí que nos reunimos e aí a Fernanda chegou fazendo esse trabalho e uma das primeiras pessoas que ela falou foi comigo. No começo eu relutei, achei que não, que não valia a pena ela ficou até chateada aí foi embora, passou uns dias ela voltou novamente aí foi que eu resolvi entrar com ela na luta e chamar a vizinha Rosangela depois o Sr. Domingo, aí foi que a Fernanda trouxe a Eni, a Carla, os companheiros do movimento, a primeira luta junto com eles foi no Ministério Público que agente chamou a imprensa lá (Entrevista concedida em 2011).

De acordo com seu relato a primeira visita ao Ministério Público foi para reivindicar que não aceitavam vender a casa por três mil reais nem o terreno que estavam oferecendo na área da CDP.

[...] Nós fomos olhar o terreno e era um lixão lá tinha mato fomos andando pelo meio do mato e aí a gente disse que não queria aí a gente resolveu se juntar com a Fernanda ela falou que ia chamar a imprensa e fomos no Ministério Público e ocupamos lá umas trinta pessoas e ficamos desde as nove até uma da tarde até que uma equipe fosse recebida pela [...] não sei te dizer o que ela era ali uma Assistente Social, não lembro direito agora [...] aí o que ficou acordado é que seria abolida essa história de que a gente ia pra lá, aí caiu essa tese de que eles ia colocar a gente e ficamos aqui. Foi a partir daí que a gente começou a luta, começou mobilizando a população, fechando a rua, chamou a imprensa (Entrevista concedida em 2011).

Segundo o relato, Bernadete informa que após a mobilização do MPE e a decisão de não remanejamento das famílias para a área da CDP, a prefeitura convocou uma reunião no rancho para agilizar a assinatura dos termos, firmando o valor da indenização em R\$ 3.000,00.

[...] O Ministério Público derrubou essa história aí e falou que não era para agente se preocupar que inclusive quando ela falou que a Prefeitura e aí eles abriram o Rancho e colocaram algumas pessoas lá assinando já lá se comprometendo a sair do terreno aí nesse documentozinho que eles davam estava lá que era 3.000 e o lotezinho de terreno lá e que a partir do momento que esse dinheiro caísse na conta que a gente ia abrir a gente sairia. Aí o pessoal se desesperou e eles colocando pressão, não se vocês não forem e aquele que não assinar vai sair sem direito a nada, aí todo mundo foi indo três dias para assinar eu e mais três famílias fomos os últimos a ir esperando que tivesse outra decisão aí como todo mundo foi [...] (Entrevista concedida em 2011).

Após a mobilização das famílias juntamente ao MPE e o apoio de outros movimentos sociais e instituições, inclusive a imprensa, os moradores contrataram um advogado para representá-los durante as negociações. Assim,

[...] A gente chamou advogado assinamos um contrato, eles formularam o advogado leu colocava tudo o que a gente exigia e eles colocaram as duas propostas quem quisesse indenização ficariam e quem quisesse aluguel ficaria aí eles vieram fotografaram, mediram as casas [...] 14 receberam indenização e o restante tá todo mundo no aluguel (Entrevista concedida em 2011).

Foi o caso da sobrinha de Bernadete, a jovem Aida, que preferiu ir para o aluguel, pois o valor do seu imóvel não daria para comprar outro na mesma área ou nas proximidades. Segundo ela, “fiz opção por uma unidade porque sabia que o dinheiro da indenização não daria para comprar uma casa confortável como a que está habitando agora”. Todos assinaram um Termo de Adesão, que após reconheceram em cartório. Abriram uma conta na CAIXA para receberem o auxílio moradia no valor de R\$ 450,00 que é repassado de dois em dois meses. Para ela esse processo elevou os valores dos aluguéis na área.

As famílias, que residiam no igarapé da Quintino e se encontram recebendo o auxílio-aluguel negociaram com a prefeitura a construção das unidades habitacionais na Av. Bernardo Sayão, no terreno que pertencia à antiga TELEPARÁ (empresa de telefonia), onde hoje foi erguido o residencial Aloysio Chaves. Sobre isso ainda questiona: “Será que vou morrer e não sai esse apartamento? Até quando vão manter as famílias no aluguel?”

Segundo informações obtidas junto à coordenação executiva do projeto, entretanto, as famílias irão ser reassentadas no residencial Comandante Cabano Antônio Vinagre, localizado na Av. Almirante Barroso, bairro do Marco (perímetro conhecido como Bandeira Branca), conforme se pode observar na Fotografia 13a-c.

Os problemas identificados pelos relatos das famílias e dos gestores do projeto orla revelam que os estudos prévios realizados pelo EIA-RIMA e a proposta de urbanização da orla, com vistas a devolvê-la para a cidade, não levaram em consideração as experiências vivenciadas na orla sul de Belém. Seja em relação aos aspectos relativos às atividades laborais da população, seja em relação às múltiplas funções estabelecidas nessa localidade, seja no que tange a questão da moradia, pois já era evidente para a gestão municipal e para o BID que o processo de intervenção urbanística nas áreas que margeiam o rio Guamá e os seus igarapés afluentes, com forte adensamento populacional, prescindia de uma solução imediata no que tange o aspecto habitacional. Contudo, percebe-se que essa questão ficou no limbo da proposta.

5.2 PROSAMIM: ENTRE O EMBELEZAMENTO E A MORADIA

Em Manaus, no ano de 2006, o poder público deu início ao PROSAMIM, constituindo-se em programa de intervenção urbanística, para solucionar o grave problema da falta de saneamento nas áreas sem infraestrutura urbana e que foram ocupadas, em sua maioria, pela população de baixa renda, principalmente a que habita as margens dos igarapés. Pela sua localização, Manaus possui uma rede hidrográfica de grande complexidade, com diversos igarapés que ao longo do tempo foi sendo ocupado e adensado por contingentes populacionais migrantes, sem que houvesse qualquer intervenção pública, no sentido de ordenar, planejar e controlar a situação.

O PROSAMIM foi concebido em 2003 pelo governo estadual, tendo sido instituído enquanto unidade de gestão pública por meio do Decreto nº 23.949 de 02 de dezembro de 2003. O programa tem como objetivo central “contribuir para a solução dos problemas ambientais, sociais e urbanísticos que afetam a população da cidade de Manaus, prioritariamente, as áreas situadas às margens dos igarapés” (PROSAMIM, 2007). Para sua efetivação o governo estadual contraiu junto ao BID empréstimo financeiro no valor inicial de US\$ 200 milhões por meio do contrato 1692/OC-BR, firmado em 19 de janeiro de 2006.

Para execução do programa o Governo Estadual do Amazonas (GEA) selecionou as áreas dos igarapés que entrecortam a cidade de Manaus em toda a sua extensão territorial e que ao longo da história dessa cidade foram sendo adensados pela população migrante do interior do Amazonas e de outros estados do Brasil,

principalmente paraenses e nordestinos. Pelas observações realizadas na cidade de Manaus e a partir das entrevistas realizadas com a coordenação e técnicos do programa, conclui-se que o recorte de seleção das áreas pelo GEA para a intervenção urbanística atendeu ao critério de localização, pois os trechos projetados para receber a intervenção urbanística fazem parte dos bairros centrais e mais antigos de Manaus, cujos trechos entrecortados por igarapés e adensados demograficamente eram considerados feios, sujos e pobres, passando uma imagem de degradação social e ambiental para os que visitam a cidade. Era necessário, portanto, revitalizá-los.

Assim, o projeto urbanístico iniciou no Igarapé Quarenta e seus afluentes, que drenam para o rio Negro. O Igarapé Quarenta possui uma extensão de 13 km, dos quais o programa fará a retificação de uma extensão de 4 km, entrecortando diversos bairros da cidade, particularmente os localizados nas zonas Sul da cidade. No Quadro 6, podem ser observadas as áreas de intervenção do PROSAMIM em relação ao igarapé e aos bairros por onde os mesmos passam.

Quadro 6 - Bairros e igarapés selecionados para a intervenção do PROSAMIM.

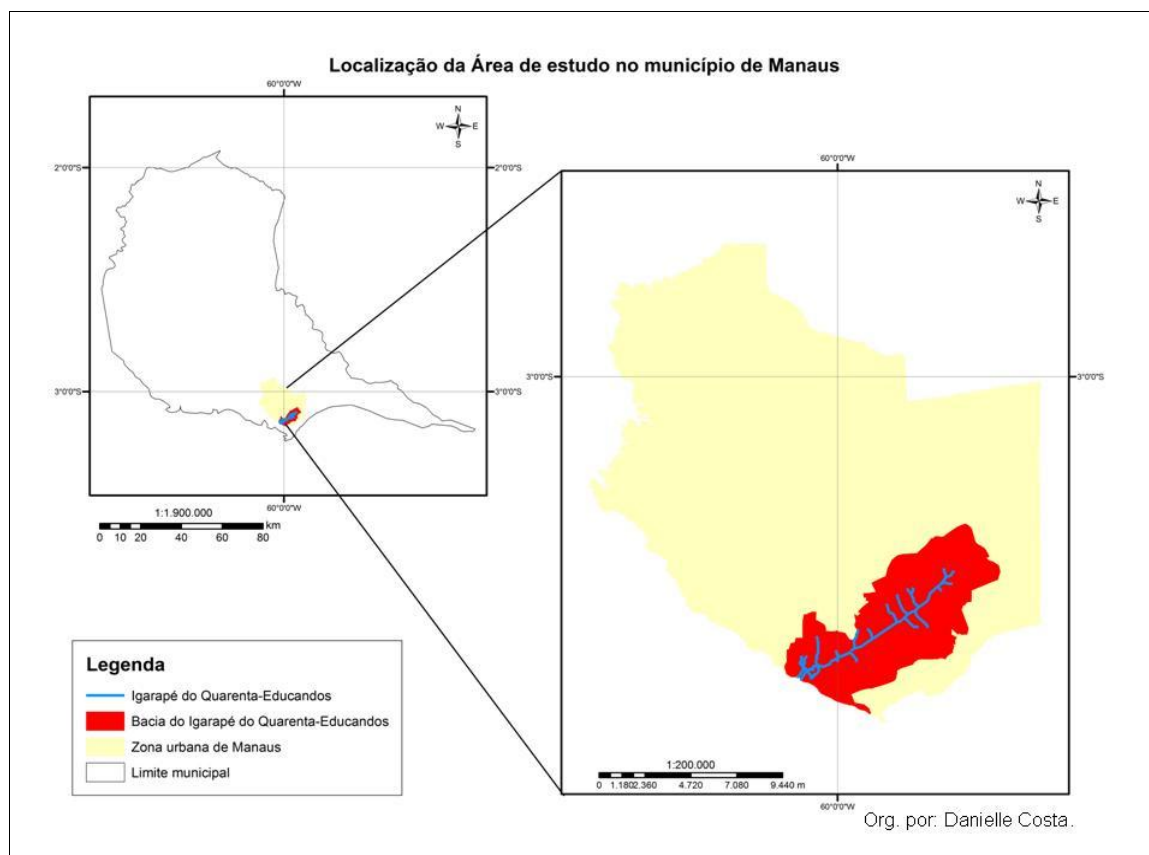
ZONA	BAIRRO	IGARAPÉS
SUL	Centro, Cachoeirinha, Praça 14	Manaus, Bittencourt, Mestre Chico
SUL	Betânia, Crespo, Colônia Oliveira Machado, Educandos, Japiim, Morro da Liberdade, Petrópolis, Raiz, São Lázaro, Santa Luzia, São Francisco.	Igarapé Quarenta
OESTE	Compensa	Igarapés do Franco, Bombeamento e Santo Agostinho.
CENTRO-OESTE	Alvorada	Igarapés Passarinho e Sapolândia
CENTRO-OESTE	Bairro da União	Igarapé do Bindá
SUL	Colônia Oliveira Machado	Igarapé 13 de Maio

Fonte: AMAZONAS (2011).

As obras realizadas nos bairros localizados na zona Sul receberão o financiamento do BID, enquanto que nos bairros localizados nas demais zonas da cidade as obras serão financiadas com recursos do governo federal e estadual. A pesquisa realizada se restringiu às áreas localizadas nos bairros componentes da Bacia do Educandos¹³³, ao sul do município de Manaus, mais precisamente, na porção sudeste dessa cidade, conforme o Mapa 15.

¹³³ A Bacia do Educandos é também conhecida como Bacia do Quarenta, haja vista que as suas áreas localizam-se no entorno do Igarapé Quarenta que fluem para o rio Negro, no centro de Manaus.

Mapa 15 - Localização da área de estudo no município de Manaus.



Fonte: Oliveira (2008). Elaborado por: Danielle Pereira da Costa/Nepecab.

A escolha da Bacia do Educandos decorreu do fato de que a mesma se constitui parte da primeira etapa do programa, executada no período de 2006-2011, o que possibilitou uma melhor observação dos processos provocados com a execução do projeto. De acordo com as informações obtidas, essa Bacia possui uma extensão territorial de 3.834 ha, contempla diversos igarapés e, em especial, os que fazem parte da primeira fase do PROSAMIM – os igarapés de Manaus, Bittencourt e Mestre Chico, abrangendo 15 bairros e uma parte do Distrito Industrial, apresentando uma alta densidade populacional de 115hab/ha, conforme Quadro 7.

Quadro 7 - Evolução do crescimento demográfico dos bairros que compõem a zona Sul (1996-2010).

NOME DO BAIRRO	POPULAÇÃO/ZONA/BAIRRO CONTAGEM 1996	POPULAÇÃO ZONA/BAIRRO CENSO 2000	POPULAÇÃO ZONA/BAIRRO CONTAGEM 2007	POPULAÇÃO ZONA/BAIRRO CENSO 2010
ZONA SUL	298.604	308.340	313.042	286.488
BETANIA	11.189	10.859	11.639	10.946
CACHOEIRINHA	24.213	24.352	18.706	16.948
CENTRO	35.386	33.568	28.336	33.183
COLÔNIA OLIVEIRA MACHADO	10.947	11.326	12.693	8.506
CRESPO	8.812	7.894	9.373	15.451
DISTRITO INDUSTRIAL I (a)	6.993	15.467	29.120	2.708
EDUCANDOS	16.452	15.995	15.635	15.857
JAPIIM	47.468	52.376	52.643	53.370
MORRO DA LIBERDADE	15.040	13.599	13.046	11.909
NOSSA SENHORA APARECIDA	5.327	5.528	6.184	6.996
PETRÓPOLIS	40.882	41.958	41.228	41.210
PRAÇA 14 DE JANEIRO	12.997	11.982	11.409	10.250
PRESIDENTE VARGAS	8.886	9.097	9.738	7.944
RAIZ	18.826	17.522	15.724	14.122
SANTA LUZIA	8.734	8.390	8.135	6.503
SÃO FRANCISCO	14.788	15.833	16.226	16.824
SÃO LÁZARO	9.618	10.702	11.368	11.934
VILA BURITI	2.046	1.892	1.839	1.827

Fonte: IBGE (2010). Organizado por Sandra Cruz (2012).

Na zona Sul estão agrupados os bairros que fazem parte da Bacia do Educandos, considerados pelo governo estadual como superadensados e com forte presença de palafitas na área central da cidade e por esse motivo foram definidos como os primeiros bairros a sofrerem a intervenção urbanística do PROSAMIM. Durante a pesquisa ficou claro que a intenção do governo era acabar com a imagem feia que as palafitas proporcionavam ao centro da cidade, desadensando a área central. Para o coordenador do programa [...] o que ocorreu o que existe são muitas unidades habitacionais em cima de palafitas e essas palafitas em sua maioria estão em área de risco, ou seja, área passível de alagação, então esse pessoal tinha que sair [...] (Entrevista concedida em 2012). Do mesmo modo, que outras personalidades da cidade comungam da opinião de que as palafitas tinham que ser retiradas, saneadas. Que a população residente nelas deveriam receber melhorias. Para Marilena Corrêa, [...] tinha que retirar a palafita por que enfeava a cidade, mas possibilitava o convívio da população migrante, ribeirinha com a sujeira, pois não havia saneamento e com o tempo de ocupação os igarapés foram ficando poluídos [...] (Entrevista concedida em março de 2012). Já para Oliveira (2008), [...] o PROSAMIM é um programa de intervenção inquestionável do ponto de vista social em decorrência das precárias condições socioambientais que predominavam as moradias localizadas nas margens dos igarapés (OLIVEIRA, 2008).

Nesse sentido, os dados do IBGE (1996-2010) revelam que o governo estadual atingiu seu principal objetivo com o PROSAMIM, qual seja o de desadensar a área central e eliminar o fenômeno das palafitas construídas desde o início da fundação de Manaus sobre os igarapés que entrecortavam a cidade. Assim, se observa que entre o período de 2000 e 2010 cai a quantidade de pessoas habitando os bairros atingidos pelo programa, o que nos leva a conjecturar que essa diminuição está relacionada com o processo de reassentamento da população atingida direta e indiretamente. Os bairros da zona Sul chegam em 2000 com um contingente populacional de 308.340 mil habitantes e após a implantação do PROSAMIM, em 2006, atinge 286.488 habitantes, em 2010, com uma diferença de 21.852 pessoas que deixaram as áreas. Supõe-se que parte tenha sido remanejada pela ação do programa. Parte significativa dos bairros faz parte da história de fundação da cidade de Manaus, como veremos na próxima seção.

5.2.1 Bacia do Educandos: historicidade, caracterização e perfil socioeconômico

Os bairros mais antigos de Manaus e que compõem a Bacia do Educandos na zona Sul, são carregados de história e significados, pois parte deles constitui o ponto inicial da fundação dessa cidade. São muitos os trabalhos¹³⁴ que contam essa história, contudo, por ocasião do aniversário de 336 anos de Manaus, em 2005, o Jornal do Commercio fez uma edição especial sobre os bairros, e que será utilizado como principal fonte de informação nesse trabalho, de modo a organizar uma breve síntese sobre a origem dos bairros que hoje sofrem a intervenção urbanística do PROSAMIM.

a) Bairro Nossa Senhora Aparecida

Um dos mais antigos de Manaus, o bairro Nossa Senhora Aparecida, tem uma história determinada pelo processo de fundação e ocupação de Manaus. Localizado na zona Sul adotou em sua origem nomes como Cornetas, Cajazeiras ou bairro dos Tocos. O primeiro por contado contingente do Exército antes localizado no igarapé que cortava o bairro. O segundo em função da grande quantidade de árvores desta espécie na localidade e o terceiro em virtude da derrubada das árvores para a abertura das ruas, deixando à mostra os troncos serrados.

De acordo com o jornal do Commercio (2005), por ocasião do aniversário de 336 anos de Manaus,

[...] o bairro de Aparecida através da paróquia desenvolvia várias atividades sociais e culturais como oficinas de marcenaria e carpintaria, arraiais, além de atividades esportivas como basquete, boxe entre outras. [...] Aparecida com o tempo foi se modernizando, mas sem perder a identidade. Até hoje possui o mesmo padrão simétrico de ruas... As reminiscências que marcam o bairro são as ruelas e becos, muitos deles ainda com a mesma arquitetura das casas grudadas uma nas outras. Outra grande referência é a rua Comendador Ventura, ou melhor Bandeira Branca que até os dias de hoje serve de palco para a realização dos principais eventos do bairro (JORNAL DO COMMERCIO, 2005, p. 3-4).

¹³⁴ Cita-se aqui Antonaccio (2011), Dias (2007), dentre outros.

Por ser localizada na área central, parte antiga da cidade, o bairro mantém ainda algumas rugosidades em sua fisionomia urbana, como tamanho das ruas, que mais parecem ruelas, onde se misturam residências e atividades comerciais, conforme se observa na Fotografia 24.

Fotografia 24 - Fisionomia do bairro Nossa Senhora Aparecida.



Fonte: Jornal do Commercio, 2005.

Do mesmo modo que cultiva diversas manifestações culturais e religiosas, como as festas das pastorinhas e do boi-bumbá 'Coringa'. O serviço de alto-falante comandado por um de seus moradores. No campo religioso, restou a tradicional novena da terça-feira na igreja de Nossa Senhora de Aparecida, frequentada por devotos dos quatro cantos da cidade, assim como mantém a tradição esportiva com a presença da agremiação do "Independência Futebol Clube". O bairro Inicia no igarapé de São Vicente com o Rio Negro, até o igarapé de São Raimundo, seguindo até o igarapé da Castelhana e, deste, até a Rua Luiz Antony, indo até a Rua José Clemente, retornando ao igarapé de São Vicente até o Rio Negro (JORNAL DO COMMERCIO, 2005).

b) Bairro Betânia

Esse bairro tem sua origem nos anos 1960, passando a ser denominado "Nova Betânia" em 1964. A origem do bairro está vinculada à história de

ocupação urbana das cidades na Amazônia, quando amazonenses e nordestinos foram atraídos com o advento da ZFM, acreditando que teriam acesso à boa educação, saúde e um futuro promissor, empregados nas poucas fábricas e empresas de pequeno porte que abriam vagas para o trabalho não qualificado.

O bairro é cortado pelo igarapé Quarenta, centralizado entre os bairros Morro da Liberdade, São Lázaro, Crespo e Santa Luzia, na Zona Sul. Possui uma área de 548.127,80m², abrigando aproximadamente uma média de 13 mil moradores. O bairro da Betânia começa na confluência do igarapé do Quarenta com o igarapé da Lagoa Verde, seguindo por este até o ponto frontal do Beco São José, deste até a Rua Vicente Reis com a Rua Edgar Neves. Seguindo pela Edgar Neves até a Rua São Lázaro, desta até a Rua Santa Etelvina, passando pelo beco de mesmo nome, indo até a Rua São Vicente, retornando ao extremo do igarapé Quarenta, até a Lagoa Verde. Uma de suas ruas mais movimentadas é a Avenida Adalberto Vale, vivendo um cotidiano efervescido pelo comércio e todos os caminhos do bairro levam à grande feira coberta, oferecendo à comunidade produtos de primeira necessidade, da forma como se observa na Fotografia 25.

Fotografia 25 - Aspectos do bairro Betânia.



Fonte: Jornal do Commercio (2005).

c) Bairro “Cachoeirinha de Manaus” ou Cachoeirinha

O bairro tem sua história determinada pela ação do governador Eduardo Ribeiro, em 1892, tido como um dos grandes “urbanistas” de sua época. Com sonhos construir uma Manaus moderna. Assim, que

[...] Eduardo Ribeiro tido como um governante de amplos horizontes solicitou ao engenheiro Antônio Joaquim de Oliveira Campos que elaborasse um plano piloto em uma área de 1.574.448 metros quadrados para edificar o bairro da Cachoeirinha, antes conhecida como Cachoeirinha de Manaus. A origem do nome se deve a um caudaloso igarapé que na vazante formava uma forte corredeira, local que servia para o lazer dos poucos habitantes da área e das lavadeiras. As águas que corriam no igarapé circundavam toda a extensão do novo bairro fazendo fronteira com o igarapé Quarenta a Leste e igarapé do Mestre Chico ao Sul. (JORNAL DO COMMERCIO, 2005, p. 12-13).

Esse bairro foi um dos que mais sofreu a intervenção do PROSAMIM, pois retirou as palafitas, aterrou-as, construiu residências denominadas como “solo criado”, recuperou o principal elo de ligação entre o bairro central, com as demais zonas da cidade, a ponte Benjamin Constant, que também tem história no bairro e na cidade. [...] A ponte metálica Benjamin Constant situada na entrada sul da Cachoeirinha foi construída no período de 1892 a 1895, com peças importadas da Inglaterra. Por mais de uma vez foi recuperada, em diferentes governos, por se constituir parte do patrimônio histórico da cidade.

d) Bairro Centro

O bairro denominado de Centro surgiu com o advento do “boom” da borracha e as consequências de acelerado crescimento populacional e eventos que culminaram com a urbanização intensa de Manaus. Nos idos do século XX, em suas primeiras décadas, Manaus ostentou uma economia que fez fortes modificações na fisionomia dessa cidade amazônica. Adotou um modelo de planejamento inspirado na cultura européia, em decorrência da forte relação com os países europeus nesse período.

Assim, junto com a estruturação urbana de Manaus a partir da instalação de equipamentos e serviços como serviços de bonde, eletricidade, praças, coretos, teatros, cinemas etc., surge nesse contexto um bairro na área central onde se instalaria o Teatro Amazonas, principal ícone da cultura amazonense.

[...] Foi esta área da cidade chamada de centro de Manaus que amanheceu o século 20 fazendo da cultura um privilégio de poucos. Manaus vislumbrava o mundo civilizado com a edificação do Teatro Amazonas para mostras de grandes companhias de óperas vindas da França e da Inglaterra. Corriam sobre os trilhos os primeiros bondes elétricos cortando as principais ruas já iluminadas pelos lâmpões de arco voltaico. As linhas não eram tantas, mas atendiam a população daquele período. Do Centro, os bondes partiam para os poucos bairros existentes como a Aparecida, Cachoeirinha, Vila Municipal e Flores (JORNAL DO COMMERCIO, 2005, p. 15).

O bairro tem a denominação de Centro antigo da cidade, tendo sido tombado em 1990 pela Lei Orgânica do Município, por meio do Artigo 342. Possui uma área de 10% sob a área de proteção legal. Em suas ruas e praças se localizam vários monumentos históricos, todos tombados em nível federal e estadual. O ponto inicial do Centro começa no igarapé do Educandos com frente para o Rio Negro até a frente da Ilha de São Vicente (Fotografia 26).

Fotografia 26 - Aspectos do bairro Centro.



Fonte: Jornal do Commercio (2005).

e) Bairro Colônia Oliveira Machado

O bairro Colônia Oliveira Machado, localizado na Zona Sul da cidade, tem a sua história ligada à comunidade do Educandos e ao presidente da província do Amazonas, Joaquim de Oliveira Machado. O local era uma paradisíaca estância formada por chácaras e sítios, com centenas de castanheiras, plantadas onde hoje se encontram a feira da Panair e a Avenida Presidente Kennedy, até as margens do rio Negro. Possui uma superfície de 146, 428 hectares, e faz fronteira com os bairros Santa Luzia, Educandos, Morro da Liberdade, São Lázaro, Crespo e estende-se até

a Vila Buriti. Embora seja um bairro antigo, localizado na área central, ainda enfrenta uma série de dificuldades, que são apontadas pelos moradores: Irregularidade no abastecimento de água, não tem praça para as crianças brincarem, só duas linhas de ônibus circulam intrabairro. O bairro ainda cultiva festividades culturais, folclóricas e religiosas (Fotografia 27).

Fotografia 27 - Aspecto do bairro Colônia Oliveira Machado.



Fonte: Jornal do Comércio (2005).

f) Bairro Crespo

Crespo está localizado na Zona Sul de Manaus, fazendo fronteira com os bairros Japiim, Raiz, Betânia e Distrito Industrial. A data oficial do surgimento do bairro do Crespo se dá no dia 1º de abril de 1950 (Fotografia 28). Em decorrência da proximidade com a área do Distrito Industrial, recebeu grandes empreendimentos, como as indústrias da Lisbomassa, Balbilog e Real Lux, possibilitando um número significativo de empregos, embora haja ainda presença de muitos moradores desempregados.

Diante dos inúmeros problemas sociais que o bairro apresenta, a comunidade está sempre aglutinando esforços de solidariedade, com atividades para crianças carentes, programações religiosas e culturais. Contudo, o bairro conta com uma rede de serviços que procura atender às demandas dos moradores com educação, saúde e cultura.

Fotografia 28 - Bairro Crespo.



Fonte: Jornal do Comércio (2005).

g) Bairro Educandos

O bairro Educandos tem sua origem e seu nome associado à obra educacional de regime de internato para a prática das artes denominado Educandos Artífices. A tentativa de batizar oficialmente o bairro com o nome de Constantinópolis, em homenagem ao governador Antônio Constantino Nery (1904-1907) não deu certo e, “mesmo toda a pompa feita para a inauguração do bairro, os populares batizaram mesmo de Educandos”, por conta da construção feita no alto da colina. Aos 145 anos, e com uma população de 15.995 habitantes, os moradores gostam mesmo é de reconhecê-lo como "Cidade Alta" (Fotografia 29).

Em decorrência de sua localização, o bairro conta com variado setor de serviços comerciais, serviços públicos, equipamentos sociais etc. Nos últimos anos, teve sua fisionomia alterada pela intervenção do PROSAMIM, uma vez que é entrecortado pelos igarapés onde estavam instaladas as palafitas removidas pelo programa urbanístico.

Fotografia 29 - Bairro Educandos.



Fonte: Jornal do Comércio (2005).

h) Bairro Japiim

Japiim foi o nome escolhido pelos antigos moradores do bairro porque no local onde se desenvolveu o bairro havia grande número de pássaros dessa espécie. A origem política e social do bairro está relacionada ao conjunto habitacional “31 de Março”, projetado para atender a população que trabalhava no Distrito Industrial da cidade. Contudo, face ao seu intenso crescimento populacional o seu território foi ampliado e atualmente se divide em Japiim I, Japiim II e Japiinlândia. Sua população estimada é de aproximadamente 53.370 habitantes, que vivem numa área de 547,63. Devido a sua localização, em ponto estratégico para a cidade, às proximidades da Avenida General Rodrigo Otávio, a principal do Japiim, e que dá acesso ao Distrito Industrial o bairro é bem servido de transporte coletivo, assim como outros equipamentos coletivos, como escola, posto de saúde, área comercial, inclusive *shopping center*. A boa localização e as melhorias recebidas pelo bairro atraem cada vez mais habitantes, que vão se alojando do modo que dá e, assim, o bairro conta com algumas áreas de ocupação às margens do igarapé Quarenta, que estão em processo de negociação com a coordenação do PROSAMIM para a retirada de parte das favelas. Nesse bairro está previsto o ponto final da extensão dos 4 km de extensão do igarapé Quarenta. O bairro faz limites com Coroadó, Petrópolis, Japiinlândia, Raiz, Distrito Industrial (Fotografias 30a-b).

Fotografias 30a-b - Bairro Japiim: Avenida General Rodrigo Otávio e palafita sobre o Igarapé Quarenta.



Fonte: Jornal do Commercio (2005).



Fonte: Jornal do Commercio (2005).

i) Bairro Petrópolis

O bairro de Petrópolis está localizado na Zona Sul da cidade de Manaus e foi fundado em 17 de setembro de 1951. Faz limites com os bairros de São Francisco, Cachoeirinha, Aleixo e Raiz. Tem uma população estimada em 41.210, e área territorial de 324,1 hectares (Fotografia 31). A história do bairro está associada à figura do coronel Alexandre Montoril. Para os moradores antigos, a imagem de Alexandre Montoril é bastante viva e está presente na história do bairro, dando nome a alguns dos equipamentos ali instalados, como é o caso Centro de Atendimento Integrado à Criança (CAIC), que leva o seu nome.

[...] Entre os anos de 1950 e 1951 foi aberto os primeiros caminhos com a presença de alguns moradores. Mas foi a partir da grande enchente no Estado, em 1953, que foi acelerado o processo de urbanização com a vinda de interioranos fugidos da alagação. Segundo Iracema Pereira da Silva, moradora desde os primeiros momentos do bairro, foi neste instante que Alexandre Montoril iniciou o loteamento de toda a área para abrigar aos flagelados da alagação (JORNAL DO COMMERCIO, 2005, p. 43)

O nome do bairro foi inspirado na forma topográfica de seu território que em toda sua extensão tinha altos e baixos como as planícies encontradas na cidade de Petrópolis do Rio de Janeiro.

Fotografia 31 - Bairro Petrópolis.



Fonte: Jornal do Commercio (2005).

j) Bairro Praça 14

O bairro Praça 14 é um dos mais antigos da cidade de Manaus, com mais de cem anos de idade (Fotografia 32). Esse bairro está ligado à história da ocupação populacional da cidade, que no período de sua formação era habitado predominantemente por pessoas vindas do estado do Maranhão, muitos deles de origem escrava.

[...] No primeiro momento de sua história se dá no início de 1892, quando Manaus vivia um momento de desequilíbrio social e econômico com o fracasso da administração pública durante o governo de Gregório Thaumaturgo de Azevedo. Atraso no pagamento do funcionalismo e fornecedores, a falta de assistência social à população e o rompimento com o governo federal foram itens primordiais para o início do processo de insatisfação popular. Foi nesse cenário, que surgiu o movimento liderado por Almino Álvares Afonso, Leonardo Malcher e Lima Bacuri para a derrubada do governo. Fato que levou milhares de pessoas às ruas numa imensa manifestação popular em direção ao antigo Palácio do Governo, na Praça D. Pedro II exigindo a renúncia de Gregório de Azevedo no dia 14 de janeiro de 1892. O movimento saiu vitorioso terminando em 27 de fevereiro do mesmo ano com a renúncia de Gregório e consequentemente a nomeação de Eduardo Ribeiro (JORNAL DO COMMERCIO, 2005, p. 46).

O bairro cultiva muitas atrações festivas de ordem religiosa e cultural. Sua principal referência religiosa e cultural é o Santuário de Fátima e a agremiação carnavalesca Vitória Régia. Devido ao seu forte envolvimento com as manifestações carnavalescas, o bairro carinhosamente é conhecido como o “berço do samba”.

Fotografia 32 - Agremiação Vitória Régia no bairro Praça 14.



Fonte: Jornal do Commercio (2005).

k) Bairro da Raiz

O bairro da Raiz, na Zona Sul, é relativamente pequeno, entre as avenidas Costa e Silva e Tefé ligando o Centro de Manaus ao distrito industrial (Fotografia 33). Tem como áreas de fronteira o igarapé do Quarenta e os bairros do Japiim, Petrópolis e Cachoeirinha. A origem do bairro está relacionada ao cenário nacional de regime militar.

[...] Com o lema "Ordem e Progresso", os militares adotam a lei da organização e, nesse contexto de desenvolvimento não sobra espaço nem vez para os moradores da antiga cidade flutuante (aglomerado de casas construídas sobre balsas às margens do Rio Negro, em frente do centro de Manaus). Com a ordem para se retirarem do local, muitas famílias migraram para outras áreas próximas ao Rio Negro, principalmente nas imediações do Igarapé do Quarenta, local onde está localizado hoje o bairro da Raiz. O conjunto Costa e Silva, na avenida homônima, construído com casas e ruas numeradas, teria sido uma das tentativas frustradas do governo Arthur Reis para solucionar o problema dos desabrigados da antiga "Cidade Flutuante".

As casas eram sorteadas, e quem tinha era o felizardo recebia a casa e um longo carnê de prestações (de 7 anos e meio ou de 15 anos). O maior problema é que 80% dessa população eram pessoas carentes que não tinham condições de pagar as prestações. O resultado é que hoje andando pelas ruas do conjunto é possível se contar nos dedos quem são os moradores da "Cidade Flutuante" que ainda moram no local (JORNAL DO COMMERCIO, 2005, p. 48).

Em decorrência da tentativa de se experimentar uma política de conjuntos habitacionais na área central da cidade, o bairro tem instalado três grandes conjuntos habitacionais são eles: o Conjunto Costa e Silva, o condomínio Jardim Brasil e o condomínio Parque Solimões. Segundo o Jornal do Commercio (2005),

[...] O condomínio "Jardim Brasil" (com 30 blocos de 32 apartamentos cada, existem no conjunto 480 residências, onde moram aproximadamente 5 mil pessoas. Condomínio "Parque Solimões" (fundado em 1977, possui 13 blocos com 12 apartamentos cada, perfazendo um total de 160, onde moram aproximadamente 700 pessoas), e o já mencionado Conjunto residencial "Costa e Silva". A outra parte e a outra realidade dos habitantes do bairro moram nas imediações do igarapé do 40, com condições de vida muito desfavoráveis (JORNAL DO COMMERCIO, 2005, p. 48).

Fotografia 33 - Aspecto do Bairro da Raiz.



Fonte: Jornal do Commercio (2005).

Passar pela história dos bairros que se encontram sob intervenção urbanística do PROSAMIM ajuda na reflexão acerca das mudanças que esses bairros sofrem ao longo de sua existência, com experiências que se repetem continuamente, como é o caso da construção de conjuntos habitacionais, no início do século XX, nos anos de ditadura militar, no período de redemocratização do país e mais recentemente em tempos de Minha Casa, Minha Vida, já mencionados no presente trabalho.

5.2.1.1 Entre o Igarapé e a casa: formas de viver na Bacia do Educandos

Durante os processos de negociação do governo estadual com o BID para obtenção de financiamento para a execução do PROSAMIM, a UFAM, por meio do NEPECAB desenvolveu um projeto de pesquisa sobre as áreas que seriam atingidas pela intervenção do PROSAMIM. Nesse sentido, a pesquisa coordenada pelo Dr. José Aldemir de Oliveira teve início em 2004, mas recebeu o apoio do CNPq¹³⁵ apenas no ano de 2006. Portanto, a pesquisa, iniciada em 2004, sob a denominação “*Manaus, a paisagem em movimento: os impactos de intervenção urbana do Programa Social e Ambiental dos Igarapés*” desenvolveu o estudo socioeconômico da população habitante das áreas impactadas, especificamente na bacia do Educandos, com a aplicação de questionários específicos, possibilitando o perfil socioeconômico das áreas. Durante minha primeira visita a Manaus, e em contato com o prof. Dr. José Aldemir de Oliveira, o mesmo disponibilizou-me o relatório referente a essa pesquisa.

Ressalta-se que a referida pesquisa partiu da análise dos dados levantados pelo governo estadual nas áreas de abrangência, tendo em vista a necessidade de remoção dos imóveis ali instalados. Além disso, ainda a pesquisa fez um cotejamento de informações aplicando formulários nas áreas. [...] Essa fase da pesquisa foi realizada nos três primeiros meses do segundo semestre de 2007, quando o PROSAMIM já estava em andamento (OLIVEIRA, 2008).

A pesquisa apontou vários aspectos relacionados ao perfil socioeconômico, e em relação à dinâmica sociocultural das famílias ocupantes das áreas. Assim, vislumbrou-se que a maioria dos moradores dos igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico é de origem “manauara”¹³⁶, e revelam possuir a propriedade da terra onde se encontram instaladas as suas residências, embora nem sempre estejam regularizadas de acordo com o previsto pela legislação vigente. As famílias que se revelaram proprietárias de imóveis têm a mulher como chefe de família, acompanhando a tendência geral vivenciada no Brasil nas últimas décadas, em que a participação da mulher na condução da família e do trabalho tem aumentado gradativamente. Nesse sentido, “60% das famílias apresenta a mulher como a controladora das despesas” (OLIVEIRA, 2008).

Do ponto de vista econômico, a situação das famílias é demonstrada pela informação de que 75% das famílias vivem com até dois salários mínimos, advindos do mercado informal de trabalho. Situação que pode ser associada ao baixo nível de

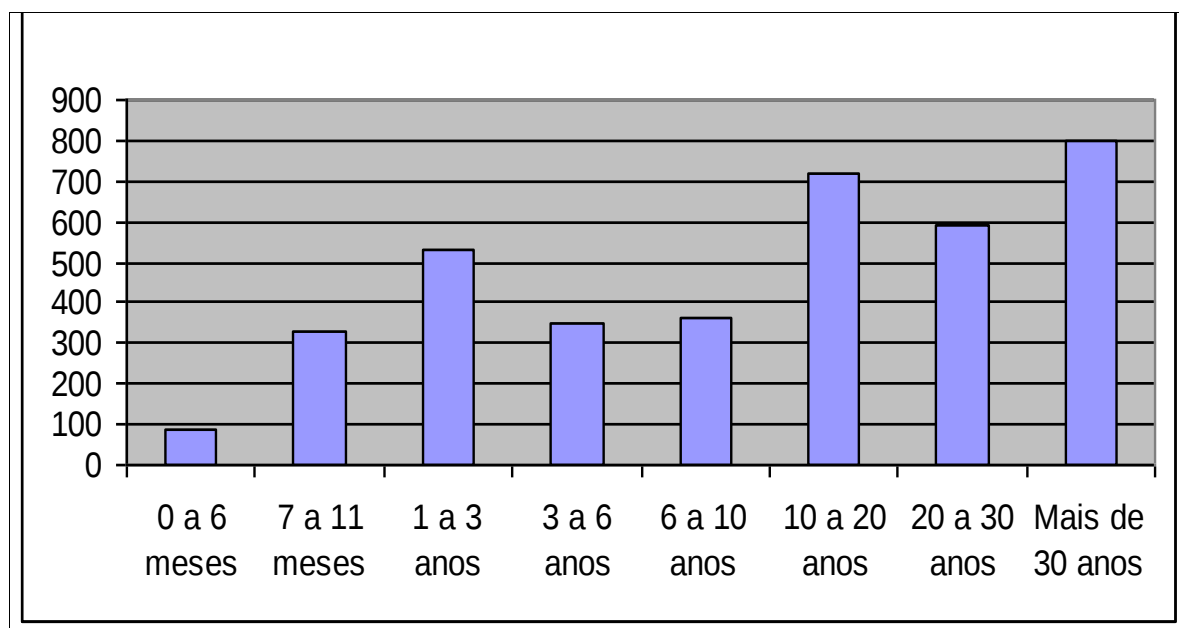
¹³⁵ A referida pesquisa foi inscrita no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do processo individual: Edital Universal – Processo 479368/06-6.

¹³⁶ Expressão utilizada pelos habitantes do Amazonas para identificar os que nascem em Manaus.

escolaridade, onde predomina o Ensino Fundamental completo ou incompleto, produzindo, portanto, uma mão de obra pouco qualificada.

Em relação ao tempo de moradia nas áreas, os moradores revelaram residir nesse lugar há 30 anos, conforme dados da Gráfico 4. Tempo que corresponde ao período de maior ocupação demográfica de Manaus.

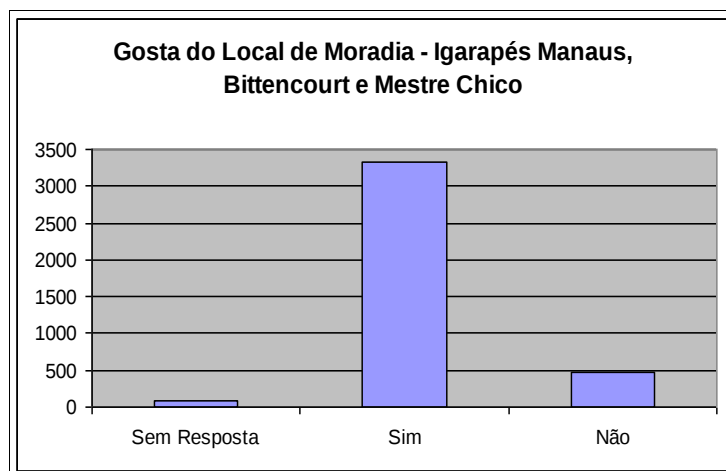
Gráfico 4 - Tempo de moradia – Igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico.



Fonte: OLIVEIRA, 2008. Organização: Juliana Araújo Alves (2008).

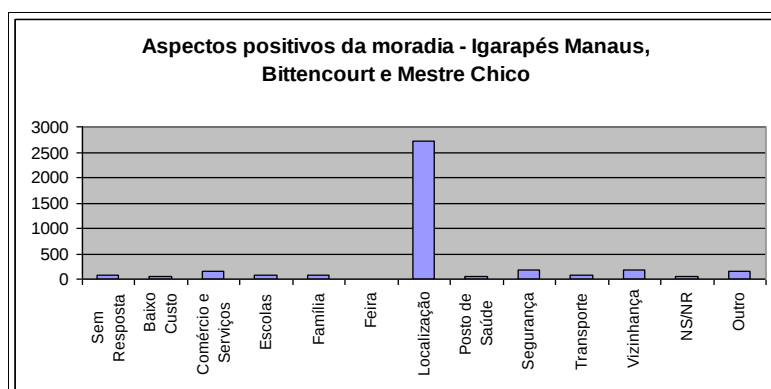
Percebeu-se, então, que 20% dos moradores têm mais de 30 anos de moradia, 15% têm de 20 a 30 anos, 18% têm de 10 a 20 anos e 14% têm de 1 a 3 anos. O tempo de moradia torna-se uma variável importante para o processo de elaboração de projetos e programas da envergadura do PROSAMIM, que tem como uma de suas intervenções o deslocamento compulsório de muitas famílias. Outro aspecto verificado é de que as famílias, embora residam em áreas com pouca ou nenhuma infraestrutura urbana revelaram gostar de morar às margens dos igarapés, porque estão bem localizados no centro da cidade. O que podemos observar nos dados dos Gráficos 5, 6, 7.

Gráfico 5 - Moradores que gostam do seu local de moradia - Igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico.



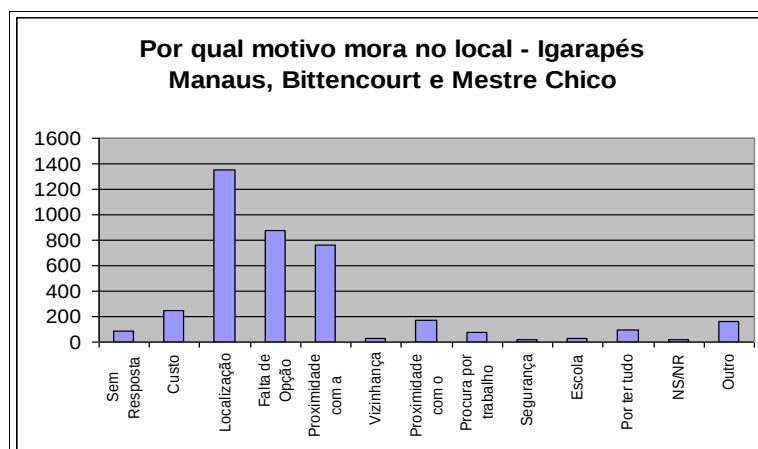
Fonte: Oliveira (2008). Organização: Juliana Araújo Alves (2008).

Gráfico 6 - Aspectos positivos do local de moradia – Igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico.



Fonte: Oliveira (2008). Organização: Juliana Araújo Alves (2008).

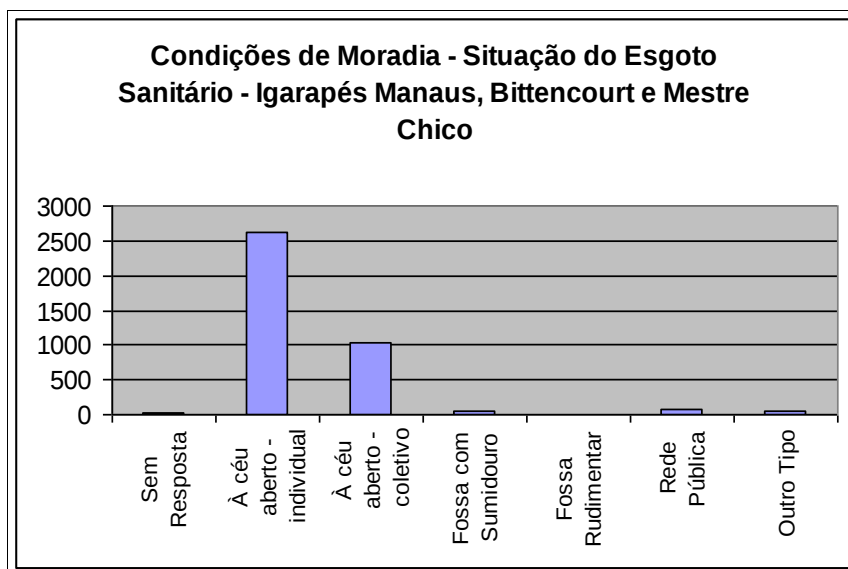
Gráfico 7 - Motivações para a escolha do local de moradia – Igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico.



Fonte: Oliveira (2008). Organização: Juliana Araújo Alves (2008).

A despeito dos aspectos positivos apontados pelas famílias, verifica-se que em decorrência da precariedade das áreas, com difícil acesso ao abastecimento de água, coleta de lixo, saneamento, educação, saúde etc., os moradores revelaram alguns sinais de negatividade em relação à moradia nessas áreas, conforme observamos nos dados da Gráfico 8.

Gráfico 8 - Condições de moradia – Igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico.

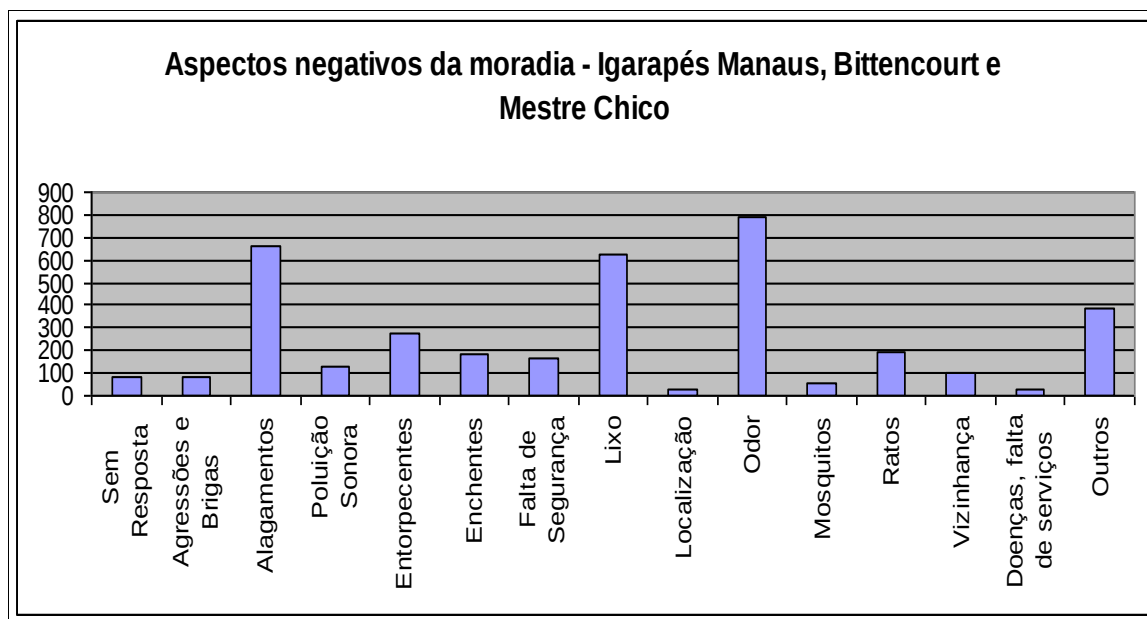


Fonte: Oliveira (2008). Organização: Juliana Araújo Alves (2008).

Observa-se que em relação a esse aspecto, as residências não possuem serviço de esgoto sanitário, com aproximadamente 60% utilizando esgoto sanitário a céu aberto e de forma individual, seguido de 30% que possuem de forma coletiva. Quanto à situação do lixo doméstico, que é outra forma de auferir sobre o saneamento ambiental, aproximadamente 75% dos moradores dos igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico revelaram que destinam o lixo nas vias públicas. As respostas sobre o abastecimento de água revelam dúvidas, pois 94% dos cadastros preenchidos apontaram o uso do sistema público de água tratada, ao contrário de 2% que revelaram ter acesso ao serviço de maneira ilegal. Sabe-se, contudo, que em Manaus a gestão privatizada da água tem dificultado o acesso a esse bem público¹³⁷, provocando, inclusive, um mercado informal de comercialização de água. Tais aspectos aparecem como motivo de insatisfação para os moradores, conforme se observa na Gráfico 9.

¹³⁷ Sobre essa questão vide estudo sobre “Privatização da água em Manaus” de Castro [20--].

Gráfico 9 - Aspectos negativos da moradia – Igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico.



Fonte: Oliveira (2008). Organização: Juliana Araújo Alves (2008).

Os dados acima revelaram que os aspectos mais significativos estão relacionados ao ambiente, onde 20,4% dos moradores apontam a questão do odor advindo dos igarapés (mau cheiro) como o aspecto mais negativo da moradia nas áreas dos igarapés, enquanto que 17% sustentam serem os alagamentos que caracterizam o lugar de forma negativa, pois provocam a perda de seus bens; 16% afirmam ser o lixo depositado no leito e nas margens dos igarapés e 7% apontam o comércio ilícito de drogas.

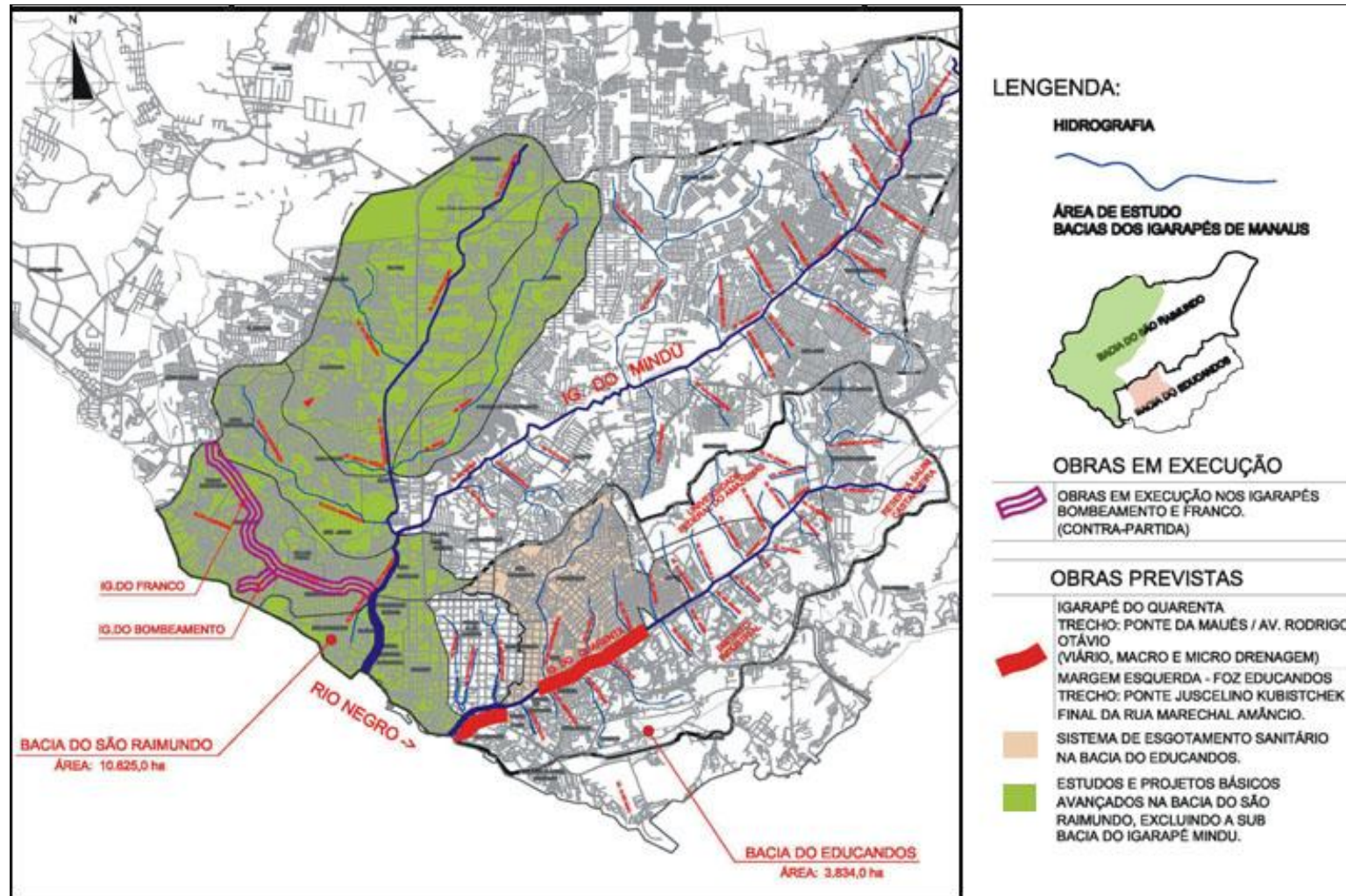
As condições de moradia constatada nas áreas que margeiam os igarapés na Bacia do Educandos refletem as circunstâncias em que as mesmas foram ocupadas pela população vindas do interior do Amazonas, de outros estados e em sua maioria de outros lugares da própria cidade de Manaus. Nesse sentido, a moradia nessas áreas resultou da falta de acesso a áreas com infraestrutura mais consolidada e a ausência de uma política habitacional no município e no estado do Amazonas que assegurem o Direito à Cidade. De um direito à cidade que possibilitasse o acesso ao que é produzido no âmbito da cidade. Harvey (2009), ao tratar sobre a crise econômica de 2008, a qual ele afirma ser uma “crise urbana”, provoca o movimento social urbano para a importância de reivindicar “o direito ao que existe na cidade” (HARVEY, 2009. p. 269) no âmbito de suas lutas pelo Direito à Moradia.

5.2.2 PROSAMIM

Manaus possui uma rede hidrográfica de grande complexidade, com muitos igarapés, cujas margens, ao longo do tempo, foram ocupadas e adensadas por maciços contingentes populacionais migrantes e de baixa renda, sem que houvesse qualquer intervenção pública no sentido de ordenar e controlar tais processos. Em 2006, o poder público deu início ao PROSAMIM – um grande projeto urbano que visa solucionar o problema ambiental e da falta de saneamento nas áreas ocupadas por segmento populacional há várias décadas, cuja faixa de renda da maioria não ultrapassa três salários mínimos.

O PROSAMIM direcionou sua intervenção para os igarapés ocupados demograficamente e que compõem as bacias hidrográficas do Educandos e São Raimundo (Mapa 16), sendo que o programa deu início às suas ações pelos igarapés que compõem a bacia do Educandos, dentre os quais se destacam os igarapés do Passarinho, dos Franceses, de Manaus, da Cachoeirinha, Bittencourt, Quarenta e Mestre Chico.

Mapa 16 - Mapa de localização das Áreas de Intervenção do PROSAMIM.



Fonte: AMZNAS (2012). Organização: Sandra Cruz, Gilberto Júnior (2012).

No entorno da Bacia do Educandos – que banha toda a área central de Manaus –, residiam 308 mil habitantes numa área de 39 km² que, segundo o censo demográfico (IBGE, 2000), tem uma densidade demográfica de 115 hab./ha, envolvendo 33 igarapés, 15 bairros e o Distrito Industrial. O igarapé de Manaus drena para o igarapé Quarenta na parte do centro antigo da cidade de Manaus, que tem seu principal curso a extensão de 2.370m. O igarapé do Bittencourt é afluente do igarapé Manaus, que se situa no centro da cidade, tendo seu único curso numa extensão de 900m, enquanto o igarapé do Mestre Chico, situado também no centro da cidade, tem em seu único curso a extensão de 2.500 m.

É importante ressaltar que o PROSAMIM, enquanto programa de intervenção urbanística nas bacias hidrográficas do Educandos e São Raimundo, teve sua origem a partir da ação de saneamento que já estava acontecendo na Bacia de São Raimundo, sob a gestão da Secretaria Estadual de Infraestrutura (SEINF), e que posteriormente se constituiu em contrapartida financeira junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Desse modo, a SEINF desenvolveu a recuperação de oito dos igarapés existentes na Bacia do Educandos (Quadro 8).

Quadro 8 - Intervenção urbanística realizada pela SEINF.

Prosamim I	Realizado (em metros)
Igarapé Passarinho	31
Igarapé Franceses	100
Igarapé Santo Agostinho	316
Igarapé do Franco	1326
Igarapé do Bindá	318
Igarapé do Bombeamento	180
Igarapé da Sapolândia	1.333
Igarapé 13 de Maio	1.726
Total	5.330

Fonte: AMAZONAS (2011).

As ações desenvolvidas pela SEINF, no valor de US\$ 60 milhões, foram financiadas pelo governo federal e apresentadas ao BID, como contrapartida do governo estadual durante as negociações do empréstimo obtido para executar o PROSAMIM. De acordo com os documentos do BID:

El PROSAMIM I, iniciado en el 2006, concentró sus acciones en la cuenca del Igarapé Educandos-Cuarenta por ser la más densamente poblada y por sus problemas ambientales representados por: i) tala de bosques de protección de las partes altas; ii) contaminación del agua por efluentes residenciales e industriales; y iii) excesiva impermeabilización del suelo.

De acordo com a equipe técnica do PROSAMIM, os objetivos principais do programa são a drenagem dos igarapés, que serão transformados em canais com o uso da técnica de aterramento, e a extinção das moradias consideradas como favelização, que se localizam em toda a extensão dos igarapés, destacando-se, entre outras ações, os processos de remanejamento ou reassentamento.

Para Santos¹³⁸ (2009), o PROSAMIM, “busca resolver los problemas sociales y ambientales que generan a la ciudad los asentamientos informales en las riberas de los arroyos (*igarapés*) que cruzan la ciudad y drenan al río Negro”. O programa foi estruturado a partir das seguintes ações: a) área de intervenção abaixo da cota de 30 m de inundação do rio Negro; b) atuação nos aspectos sociais, ambientais, urbanísticos, econômicos e institucionais; c) consulta pública junto à comunidade envolvida e sociedade civil organizada; d) gestão participativa do Programa; e) remoção das famílias das áreas de risco; f) oferta de moradias dignas nas áreas vizinhas e em conjuntos habitacionais de outras zonas da cidade; g) urbanização do entorno; h) recuperação das edificações de interesse histórico.

Após a institucionalização da UGPI¹³⁹, em 2003, e a obtenção de recursos em 2005/2006, o governo estadual iniciou suas atividades na bacia do Educandos/Quarenta. Dois anos após a execução da primeira etapa do programa, a UGPI/governo estadual iniciou novo processo de negociação para ampliação dos recursos, estendendo o financiamento das ações para a bacia de São Raimundo, de acordo com as informações da Tabela 23.

¹³⁸ Bárbara Araújo dos Santos, autora do texto referenciado, exercia em 2009 a função de coordenação do trabalho técnico-social no PROSAMIM.

¹³⁹ A Unidade de Gerenciamento do PROSAMIM foi instituída por meio do Decreto no 23.949, de 2 de dezembro de 2003.

Tabela 23 - A porte financeiro para o PROSAMIM (Valores em milhões de dólares).

Programa	BID	Aporte Local	Total (Milhões US\$)
PROSAMIM I (Educandos)	140	60	200
PROSAMIM SUPLEMENTAR (Educandos)	77	33	110
PROSAMIM II (Educandos)	154	66	220
PROSAMIM III (SãoRaimundo)	280	120	400
Subtotal	651	279	930
Programa	FECASALC ⁽¹⁾	Aporte Local	Total
Ligação intradomiciliar ⁽²⁾	5	1,45	6,45
Total Geral	656	280,45	936,45

Fonte: AMAZONAS (2011).

(1) Fundo Espanhol de Cooperação para Água e Saneamento na América Latina e no Caribe.

(2) Esta ação obteve apoio financeiro a título de fundo perdido do FECASALC para ligar a rede de esgoto das unidades habitacionais à rede geral de esgoto.

Como se observa na Tabela 23, o alcance do programa se tornou bastante amplo, com sua intervenção concentrada principalmente nas áreas centrais da cidade. O empréstimo obtido pelo governo do estado junto ao BID está na ordem de US\$ 530.000.000, distribuídos em três contratos a serem executados até 2013: o primeiro, assinado em 2006, no valor de US\$ 200.000.000; o segundo, em 2008, no valor de US\$ 220.000.000; o terceiro, em 2009, no valor de US\$ 110.000.000. Além do recurso obtido junto à FESALC para ligar a rede intradomiciliar à rede geral de esgoto, o que resultou num montante de quase um bilhão de dólares. As ações planejadas para a bacia do Educandos-Quarenta foram detalhadas da seguinte maneira (Tabela 24).

Tabela 24 - Detalhamento dos custos do PROSAMIM I na bacia do Educandos-Quarenta. Custo e financiamento (em milhares de US\$).

CATEGORIAS / COMPONENTES		TOTAL PROGRAMA		POR FONTE (Mil US\$)		POR FONTE (%)	
		Mil US\$	%	BID-OC	Mutuário	BID-OC	Mutuário
I	Engenharia e Administração	19.515	8,87%	18.484	1.031	94,7%	5,3%
1.1.	Unidade Executora	1.100	0,50%	990	110	90,0%	10,0%
1.2	Gerenciamento e Supervisão de Obras	6.475	2,94%	6.151	324	95,0%	5,0%
1.3	Estudos e Projetos	11.940	5,43%	11.343	597	95,0%	5,0%
II	Custos Diretos	199.425	90,65%	134.509	64.916	67,4%	32,6%
2.1	Melhoria Ambiental, Urbanística e Habitacional	195.141	88,70%	130.848	64.293	67,1%	32,9%
2.2	Sustentabilidade Social e Institucional	4.284	1,95%	3.661	623	85,4%	14,6%
III	Custos Concorrentes	1.060	0,48%	1.007	53	95,0%	5,0%
3.1	Auditoria, Avaliação e Monitoramento	1.060	0,48%	1.007	53	95,0%	5,0%
IV	Custos Financeiros (*)	-	0	-	-	0	1
TOTAL		220.000	100%	154.000	66.000	70,0%	30,0%

Fonte: BANCO INTERAMERICANO... (2011).

(*) O mutuário assumirá os custos financeiros, não estando os mesmos incluídos na contrapartida local.

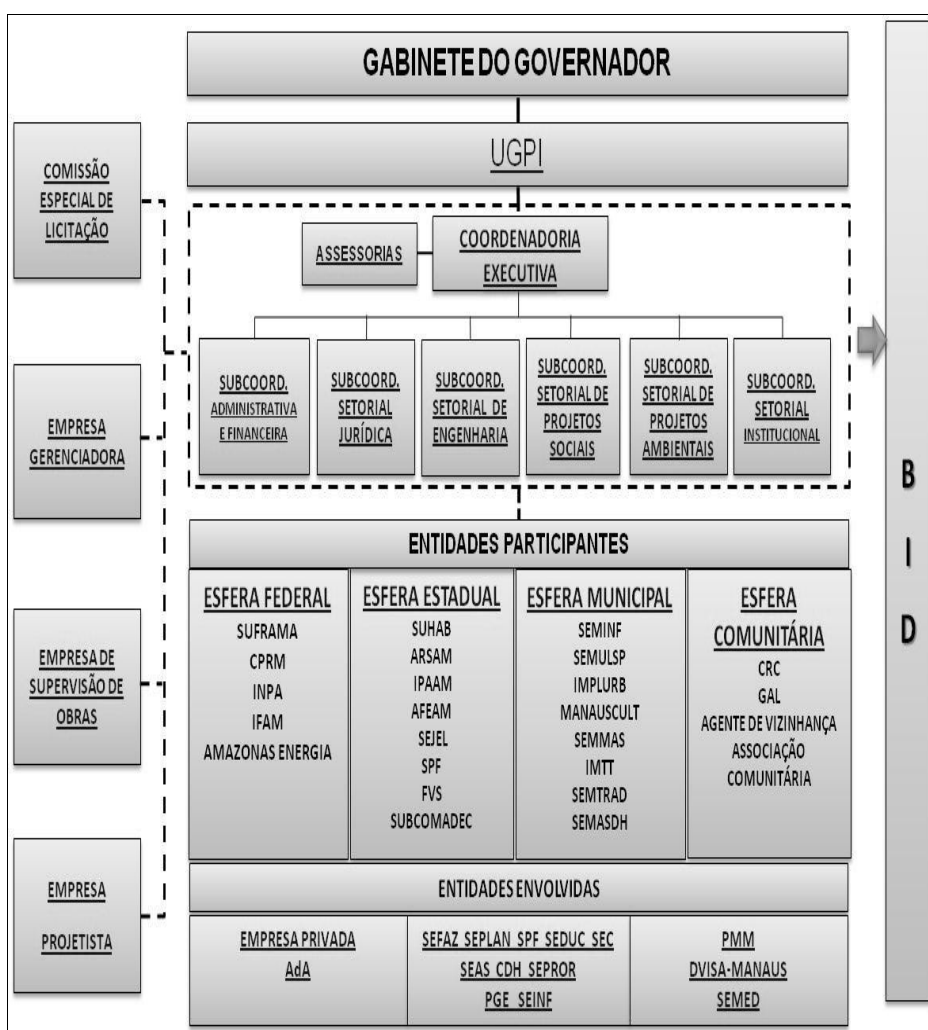
Ressalta-se que a elaboração e o detalhamento das ações do programa levam em conta todas as normas e regras estabelecidas na documentação oficial do BID. Assim, o agente operador de crédito definido como mutuário deve se ater às documentações disponibilizadas e obedecê-las rigorosamente. Nesse sentido, está previsto no Manual do BID o passo a passo a ser seguido, cujo pedido de empréstimo deve “implementar diversas etapas para cada uno de los países clientes del Banco [...]”. As etapas seguem a elaboração, execução e avaliação da realização das atividades. Toda a transação financeira do programa deve seguir os procedimentos operacionais do Banco, tais como as licitações de compras, contratações técnicas e de consultoria.

De acordo com a documentação do BID (2009), o empréstimo concedido para o PROSAMIM II

[...] será aplicado para a contratação de empresas para a execução de obras e aquisição de bens e serviços, através de licitações públicas nacionais e internacionais e outros métodos de aquisição de acordo com as políticas básicas e procedimentos de aquisições do BID e do supracitado contrato de empréstimo. O PROSAMIM II compreenderá a aquisição de bens, de serviços de consultoria, de serviços diferentes de consultoria, e a contratação de obras que serão implantadas nas bacias hidrográficas do Educandos e São Raimundo, na cidade de Manaus, Amazonas [...] (BRASIL/BID, 2009).

No aspecto da gestão do programa, o BID exige que seja constituída uma unidade específica para fazer a gestão política, social e financeira, de modo a dar agilidade ao processo, criando estruturas que assegure a participação da população atingida pelo programa, se for o caso. O PROSAMIM, após diversas formas de gestão experimentadas, chegou a uma estrutura que tenta buscar a articulação das ações de mitigação ambiental, social, econômica e política, conforme se pode verificar no Organograma 2.

Organograma 2 - Organograma do PROSAMIM.



Fonte: AMAZONAS (2011).

O programa estabelece relação direta com o gabinete do governador, que é quem toma as principais decisões com o acompanhamento do BID. Segundo o coordenador geral do programa,

[...] Ele é muito rígido, tudo que se faz tem que passar pelo BID, então não tem problema porque todas as nossas ações eles tem que dá não objeção, eu vou mudar o meu contrato, vamos mudar o valor das indenizações, tudo passa pelo BID e constantemente nós temos recebido missão do BID aqui para fiscalizar o Projeto. Por exemplo semana que vem eles estão vindo para cá (entrevista concedida em março de 2012).

Sob a justificativa de se agilizar os procedimentos a serem tomados pelo programa, o governo decidiu pela terceirização de diversos serviços, tais como: a obra física de engenharia, as ações de consultoria na área de gestão, supervisão de obra e monitoramento das ações. Enquanto que, em relação à participação da população, foram criadas várias instâncias que, de forma institucionalizada, procuram fazer o acompanhamento de obra (Quadro 9).

Quadro 9 - Instâncias de participação criadas pelo PROSAMIM.

INSTÂNCIAS DE REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO	ATRIBUIÇÕES
Comissão Consultiva (COMSUL), criada pelo Decreto Nº 24.154, de 13/04/2004.	Acompanhar a fase de preparação e implementação dos estudos e projetos para execução do PROSAMIM, no compromisso de garantir a participação da sociedade civil organizada, contribuindo, assim, em caráter consultivo, para o bom andamento do Programa.
Comitê de Representantes da Comunidade (CRC), criado através da Portaria SEINF/GS Nº0118/2004 de 27/10/2006.	Acompanhar o PROSAMIM; Representar a comunidade nas discussões de alternativas para o melhor andamento do projeto; Repassar para a comunidade as informações pertinentes ao desenvolvimento do PROSAMIM.
Grupo de Apoio Local (GAL)	Formado por lideranças informais da área de abrangência do programa e de seu entorno com atribuição de participar de todo processo de consulta, mobilização e decisão.
Consulta Pública	Realizada após a preparação do Projeto Básico Avançado, para que a comunidade tivesse conhecimento das propostas colocadas pelas equipes técnicas das diversas áreas. A Consulta Pública do Prosamim para o primeiro financiamento foi realizada em Junho de 2004, no Auditório do Centro Federal e Ensino Tecnológico (CEFET) e contou com a participação de mais de 400 pessoas, com a votação de 128 delegados.
Comissão de Gerenciamento de Crise (COMCRI)	A COMCRI é formada pelos representantes do CRC, GAL e técnicos do PROSAMIM e se reúne todas as vezes que surgem dúvidas a respeito do direito ao atendimento de uma pessoa que não consegue provar sua permanência no Igarapé, seja por falta de documentação ou por falha na aplicação do Cadastro Físico Territorial.

Fonte: AMAZONAS (2011).

Chama atenção, nesse sentido, que em Manaus, particularmente na bacia do Educandos, o PROSAMIM não realizou em seus estudos prévios o levantamento das organizações comunitárias históricas existentes nas áreas e bairros por onde o programa passaria. E, assim, para a sua operacionalização, foram constituídas formas organizativas e instâncias específicas que servem de instrumentos de comunicação, interlocução e mediação com os agentes do governo do Amazonas (UGPI) e com os agentes representantes do BID, como se observa no Quadro 9.

A interlocução com o BID obedece às normas e regras pré-definidas pelo Banco. Dentre elas, o arcabouço ideo-político da participação política da população afetada pela intervenção faz parte de um léxico apropriado pelos seus agentes, tanto que o programa deve conter o Plano de Participação Comunitária (PPC), que norteia o processo de pré-reassentamento, reassentamento e pós-reassentamento da população atingida pelo programa. Essas três fases do programa podem ser definidas como momentos de sedução, adesão e domesticação. Valemo-nos aqui da reflexão feita por Almeida (2002) sobre o conjunto de expressões, designativos das políticas oficiais de intervenção, porquanto refletem as novas formas de que se reveste o discurso da dominação, devendo ser repensados criticamente. Para esse autor,

[...] Há um conjunto de termos e expressões, designativos das políticas oficiais de intervenção, que devem ser repensados criticamente, porquanto refletem as novas formas de que se reveste o discurso da dominação. Expressões como 'participação comunitária', 'ação solidária', 'gestão participativa', 'ação solidária' e 'parceria' podem ser encontradas como pré-requisitos tanto nas iniciativas de planejamento governamentais, quanto naquelas das agências multilaterais. [...] Reforça esse argumento o fato de que projetos financiados pelo Banco Mundial (BIRD) ou pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) têm como exigência básica, para que as chamadas 'comunidades' tenham acesso aos recursos, um 'termo de adesão' no qual pelo menos 80% dos integrantes da referida 'comunidade' apõem sua assinatura manifestando concordância com os detalhes da ação planejada. Além disso, os 'manuais operacionais' asseveram que 'as entidades representativas dos beneficiários' igualmente têm que ter definidas suas formas de 'participação' (ALMEIDA, 2002, p. 6).

O PPC prescreve um *modus operandi* que tem de ser cumprido e alcançado sem possibilidade de dar errado. Nesse sentido, na fase de “sedução”, a equipe social do programa faz a confirmação do cadastramento de imóveis a serem retirados do caminho por onde a obra física passará; explica o programa e convida os moradores a assinarem um termo de adesão, que deve ser encaminhado ao Banco. Na segunda fase, a equipe colhe as assinaturas no termo de adesão, retira os moradores de seus imóveis e faz o acompanhamento social até o momento em que os mesmos devem ser reassentados. Na terceira fase, a equipe faz o reassentamento e o

acompanhamento de “readaptação” à nova moradia. Destaca-se que as ações de “readaptação” destinam-se aos moradores que são reassentados nos imóveis construídos pelo próprio programa, adotando novas regras de convivência nem sempre aceitas pelos moradores.

A contratação do PROSAMIM II prescindiu da incorporação em sua proposição do que o BID considera como “lições aprendidas”. Assim:

La ejecución del PROSAMIM I produjo varias lecciones que fueron inmediatamente incorporadas por la Alcantarillado UGPI e instituciones participantes. Se destacan: i) la buena dinámica que se estableció entre la apropiación de conocimiento que se lograba con el avance de los estudios técnicos y la socialización de estos conocimientos con la comunidad y sus representantes; ii) la gestión compartida a través de la participación del Consejo Consultivo, integrado por representantes de la sociedad civil, que tuvo un rol relevante durante el diseño del proyecto, de los Comités de Representantes de la Comunidad (CRC) con un representante por área de intervención, y de los Grupos de Apoyo Local (GAL) para definir los criterios y tipos de reasentamiento; iii) creación de un Consejo de Manejo de Crisis para lidiar con temas no previstos; iv) participación de la unidad ambiental en la definición de la necesidad e identificación de las fuentes de materia prima (arena, piedra, etc.) generando celeridad en la obtención de los necesarios permisos; y v) diversificación de las alternativas de reasentamiento favoreciendo los afectados que quisieran mudarse a otras ciudades.

Para la segunda Fase se recomienda: i) integrar y reforzar las sub-coordinaciones ambiental y social; y ii) ajustar la demanda familiar de habitación al tamaño de la residencia para bajar costos (BRASIL, 2007).

O PROSAMIM II se enquadra nos eixos de *Melhoria Ambiental, Urbanística e Habitacional*; e *Sustentabilidade Social e Institucional*, tendo como finalidade concluir as obras iniciadas na bacia do Educandos e iniciar as obras de saneamento na bacia de São Raimundo. Assim, de acordo com os documentos do BID, o programa deverá receber novo financiamento na modalidade operação de crédito, com aval do governo brasileiro, para:

[...] i) la continuación y expansión de los programas de comunicación social y de fomento a la participación comunitaria; ii) acciones de educación ambiental y sanitaria; iii) acciones complementarias para concretizar el reasentamiento de las familias en situación de riesgo; y iv) la continuidad del fortalecimiento de las instituciones que ya participan del Programa, incluyendo la Municipalidad de Manaus, y de nuevas instituciones identificadas como importantes. También está previsto el apoyo a la preparación del Plan Maestro de Drenaje de Manaus (DOCUMENTOS DO BID/BR-L1164).

Dentre os eixos, finalidades e ações propostas pelo programa, interessa aprofundar o eixo relacionado ao aspecto da moradia social, apontado como um dos principais objetivos, o que será apresentado a partir do próximo tópico.

5.2.3 Soluções para a moradia em Manaus: de qual cidade se apropriam os pobres?

Uma das questões apontadas como determinantes na elaboração do programa apresentado ao BID está relacionada à questão da moradia, pois, nessa bacia, o expressivo contingente populacional que vivia palafitada sobre os igarapés era muito extenso. De acordo com informações do programa, 36 mil pessoas, aproximadamente, viviam nas áreas dos igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico em palafitas improvisadas (Fotografia 34) e de acordo com a coordenação do PROSAMIM, a situação se reverteu.

Fotografia 34 - Vista aérea das moradias às margens do Igarapé Quarenta (2006).



Fonte: AMAZONAS (2012).

A imagem acima dá ideia da condição das moradias que se encontravam às margens do igarapé Quarenta e que com a intervenção do PROSAMIM foram totalmente demolidas e retiradas, no trecho delimitado pelo programa. No lugar novos equipamentos foram instalados, conforme verificaremos ao longo dessa secção. No que tange ao aspecto da moradia, várias foram as soluções propostas

pelo programa à população atingida na bacia do Educandos e que foram aplicadas conforme a situação de cada domicílio, e de acordo com os critérios estabelecidos pelo programa. De acordo com a subcoordenadora social do PROSAMIM:

[...] As alternativas de recolocação das famílias previstas no Regulamento Operacional (RO)¹⁴⁰ são: 1) Construção de novas moradias que priorizem a recolocação das famílias do entorno imediato e em terreno recuperado nas margens dos igarapés, garantindo o acesso aos serviços e infraestrutura social existentes; 2) reassentamento monitorado que consiste subsidiar e apoiar o reassentamento de famílias em moradias existentes no mercado local e regional através da entrega de um bônus moradia, com um valor de R\$ 21.000,00; 3) incorporação em programas de moradia popular oferecidos pelo Governo do Estado e do Município de Manaus, e 4) relocação independente, ou seja, compensação em dinheiro de acordo com o processo jurídico do país e em conformidade com a política do BID, aplicável aos proprietários que apresentem condições sociais de conduzir seu próprio processo de relocação. Devido às dificuldades de encontrar moradias para as famílias que querem ficar perto da área onde viviam, o Programa instituiu o chamado auxílio moradia, valor mensal dado às famílias para complementar o aluguel de uma casa até que a sua esteja concluída. Todas as mudanças são realizadas pelo Programa (subcoordenadora social do PROSAMIM, 2009).

Dos três componentes previstos no programa, o relativo à Melhoria Ambiental, Urbanística e Habitacional foi orçado em US\$ 135 milhões e prevê a construção de sistemas de macro e microdrenagem de águas pluviais, reordenamento e reassentamento urbano, garantindo, assim, ações de proteção de cabeceiras das bacias e das margens, a construção e adequação de canais, criação de espaço de função ambiental e de recreação, implantação de galerias e coletores pluviais, além de soluções habitacionais para a população assentada nos igarapés que possuem risco de inundações e para a população diretamente afetada pela construção das obras do programa. Nesse sentido, para que o programa desse início ao conjunto de obras previstas seria necessário retirar as famílias das áreas dos igarapés, o que aconteceu a partir das seguintes soluções (Quadro 10).

¹⁴⁰ O programa conta com um Regulamento Operacional que é monitorado pelo BID de forma sistemática.

Quadro 10 - Formas de indenização.

Proprietários	Inquilinos ou Cedidos
Indenização pelo imóvel. É Feita para imóveis com valores acima de R\$ 21.000,00.	Auxílio moradia R\$ 6.000,00 para dois anos de aluguel
Bônus Moradia, no valor de até R\$ 24.556,48 para aquisição de imóvel residencial.	
Unidade Habitacional em solo criado. Padronizada (Para pessoas que tinham palafitas nos igarapés)	
Casa em conjunto habitacional	Casa em conjunto habitacional
Cheque Moradia de R\$ 21.000,00. Nesta situação, a indenização é assistida. O Programa faz o acompanhamento social após a mudança da pessoa para confirmar se o dinheiro foi investido em um imóvel.	

Fonte: AMAZONAS (2010).

Como parte do arcabouço jurídico e técnico do programa, o governo estadual, atendendo às exigências do agente financiador, elaborou dois instrumentos relativos ao processo de remanejamento das famílias atingidas pelo programa. Assim, foi apresentado ao Banco o Plano de Ações para Reposição de Moradias (PDDR-PROSAMIM), Remanejamento de População e Reinstalação de Atividades Econômicas e, posteriormente, o Plano de Reassentamento (PER). Sob a orientação do PER, o programa remanejou, no período de 2006-2009, 5.639 famílias do Igarapé Quarenta e seus afluentes: Manaus, Bittencourt, Mestre Chico, e Cachoeirinha, com as seguintes soluções (Tabela 25).

Tabela 25 - Soluções de remanejamento por igarapé (número de casas).

Control de Soluciones	Igarapés					Total
	Quarenta	Cachoeirinha	Manaus	Bittencourt	Mestre Chico	
Indemnización	661	409	518	162	367	2.117
Bono de vivienda	948	661	62	37	273	1.981
Conjunto habitacional	510	282	38	21	123	974
Unidade habitacional	0	0	196	114	257	567
Total	2119	1352	814	334	1.020	5.639

Fonte: Santos (2009).

É importante observar, pelos dados, que nesse período, a solução escolhida pelos moradores, majoritariamente, está na indenização, com 2 117 famílias, pois, de acordo com depoimentos obtidos, o início do programa na bacia do Educandos enfrentou muitas adversidades em relação à credibilidade da população. Muitas das famílias não acreditaram de imediato na solução de unidade habitacional em solo criado¹⁴¹, proposta pelo programa, como afirma um dos moradores do Parque Residencial Manaus¹⁴²:

[...] As pessoas chegavam para fazer uma reunião aqui na praça e lá estava o projeto em slide, isso não vai ficar porque na política ninguém acredita, ficaram desacreditados, então antes esse benefício, esse residencial, as casas, as pessoas não acreditavam então [...] Ah! Então eu quero o meu dinheiro, porque sabiam que com o dinheiro iam embora. Hoje, quando vem alguém visitar o parque eles estão arrependidos, deixaram aqui o seu local onde tiveram criança e estão arrependidos (Entrevista concedida em 2010).

Além das indenizações, o PROSAMIM reassentou 2.001 famílias em moradias construídas com material cerâmico adquiridos no local, obedecendo às normas quanto ao número e tamanho dos cômodos, a saber: 2 quartos, sala, cozinha e banheiro, com uma área útil de 54 m². As moradias formam blocos de 6, 12 e 24 casas, sendo 1/3 térreas e as demais com dois pisos. Até julho de 2011, o programa viabilizou os seguintes residenciais (Tabela 26):

Tabela 26 - Parques residenciais construídos para reassentar as famílias atingidas pelo PROSAMIM na bacia do Educandos-Quarenta.

Obra	Unidades
Parque Residencial Manaus	567
Quadra 3 – Parque Residencial Manaus	252
Parque Residencial Prof. José Jefferson Carpinteiro Péres	150
Parque Residencial Prof. Gilberto Mestrinho	372
Parque Residencial Cachoeirinha	162
Parque Residencial Mestre Chico	498
Total	2.001

Fonte: AMAZONAS (2011).

¹⁴¹ Conceito definido pela equipe técnica do PROSAMIM para qualificar a intervenção urbanística de aterramento dos igarapés, transformando-os em solo criado para após receber os benefícios sociais do programa, tais como habitação, saneamento (esgoto e pavimentação asfáltica) e equipamentos de lazer (praças, recuperação de pontes e elementos característicos de patrimônio histórico).

¹⁴² O residencial Parque Manaus foi o primeiro prédio de apartamentos construído para reassentar a população que morava sobre os igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico, inaugurado em 2008.

A opção de fixar residência na área central, modificada pelo programa, obedece ao critério de ser proprietário do imóvel demolido. Após o reassentamento das famílias nas unidades habitacionais “solo criado”, o programa desenvolve várias ações com vistas à adaptação na nova moradia. Em visita realizada nos parques residenciais, percebeu-se que esse processo obedece a parâmetros de burocracia e práticas sociais que objetivam moldar o comportamento das famílias que antes habitavam sobre os igarapés¹⁴³. De acordo com a equipe do PROSAMIM, estavam previstas ainda para reassentar 1.110 famílias nas unidades que se encontram em fase final de construção, conforme a Tabela 27:

Tabela 27 - Unidades habitacionais a serem entregues – julho/2011.

Obra	Unidades
Parque Residencial Cajual	240
Igarapé Liberdade	438
Raiz	228
Betânia	204
Total	1.110

Fonte: AMAZONAS (2011).

Em sua proposta original, o PROSAMIM definiu quatro modalidades de atendimento em seu plano de reassentamento, para garantir o processo de realocação das unidades habitacionais atingidas pelo programa. Então, como no caso do morador entrevistado que foi contemplado com unidade habitacional, atendendo ao critério estabelecido pelo programa, de que “inquilino” não receberia indenização, como vemos na seguinte afirmação:

[...] Não eu como morador eu recebi o apartamento, eu morava alugado, por isso eu não recebi essa parte em dinheiro. Eu tinha duas opções no centro ou ali no bairro da Nova Cidade e as pessoas que eram proprietárias recebiam bônus de R\$ 28.000,00 ou também optavam por um apartamento. [...] Era uma coisa ou outra. Muitas pessoas que moravam aqui no igarapé Manaus e ficaram porque a maioria foi embora porque a realidade aqui antes [...] Muitas pessoas daqui do igarapé Manaus. Os que ficaram foram poucas pessoas e pela situação. Você não conheceu aqui antes? Isso era muito feio, já deram uma passada aqui na praça nossa! As pessoas

¹⁴³ Sobre essa questão a dissertação de mestrado de Meneghini (2012) mostra a intenção de o governo estadual tornar o Residencial Parque Manaus em Vitrine da cidade para o mundo, moldando comportamentos, costumes e hábitos. Segundo a autora, as orientações recebidas pelos moradores de manuais e cursos de etiqueta “reforça a idéia de um processo civilizador” (MENEGHINI, 2012, p. 47).

chegavam para fazer uma reunião aqui na praça e lá estava o projeto em slide, isso não vai ficar porque na política ninguém acredita, ficaram desacreditados, então, antes esse benefício, esse residencial, as casas, as pessoas não acreditavam (Entrevista concedida em 2010).

O processo de ocupação das unidades habitacionais em solo criado se dá após visita técnica da equipe social, cadastramento, validação do cadastro e participação em oficinas preparatórias à escolha do apartamento e à mudança. Segundo ele:

[...] O projeto é muito rigoroso com isso, quanto a esse levantamento, por quê? Antes de eles fazerem esse levantamento, cadastrar, eles vão fazer a visita técnica pra quê? Pra saber se estão construindo, para saber quantas famílias moram, que na verdade só é beneficiado a pessoa que é proprietária. E se por acaso um dos filhos tiver um quarto, sua kit net, mas que água e luz estejam em seu nome [...] eles não vão chegar lá e cadastrar porque é meu filho [...] dessa forma não, até porque teve pessoas que quando descobriram que iam passar [...] só que a visita técnica já tinha passado e perderam (Entrevista concedida em 2010).

O morador diz também que as indenizações foram diferenciadas “porque o proprietário que tinha uma casa maior e com título da terra recebia mais, mesmo que esse proprietário não morasse, ele alugava porque muita gente divide o imóvel em kit net e aluga. Enquanto que as pessoas que moravam alugado recebiam uma unidade ou o valor de 4 mil reais”.

[...] Sim porque essas pessoas têm seu título definitivo e quando se tem o título, aquilo lhe garante mesmo, tinham pessoas [...] ai meu Deus do céu – era vinte trinta metros de casas, então suas vilas suas kit nets porque Manaus é cheia de beco, aí recebe um valor alto, tem gente que reclama muito, mas é de barriga cheia, só o fato de estar morando alugado e estar morando numa casa deve agradecer muito a Deus. Agora tem um porém, uma coisa que eu acho errado é essa questão do esgoto, a gente paga 80% de esgoto aqui, gente (Entrevista concedida em 2010).

Em relação à moradia antiga, o morador informa que:

[...] O que eu sinto falta é do quintal, aquele espaço para fazer a churrascada, para brincar, os pés de plantas frutíferas isso a gente sente falta. [...] a gente se sente limitado. A limitação ao espaço de lazer, a área de circulação. Eu gosto de plantar, de cultivar alguma coisa. [...] Pretendo um dia depois daqui um contrato de dez anos que não se pode vender alugar, ceder e tal, então dentro desse contrato, não quero quebrar, não quero forjar. Mas, enquanto isso, eu vou construir um canto pra mim, um espaço, porque a gente se sente limitado aqui (Entrevista concedida em 2010).

Sobre as possíveis falhas do programa, o morador questiona a parte da rede de esgoto que liga o sistema às unidades habitacionais, pois para ele a situação é preocupante.

[...] Uma coisa que me preocupa não é a galeria, e sim as tubulações que saem das nossas casas. A parte das caixas, dos dejetos, das águas que saem das canaletas e caem dentro da caixa do esgoto. Estão pensando na parte ambiental quando você sair daqui, você vai ver, as galerias deveriam ter uma tela para não passar copo descartável, garrafa de pet, segundo algumas pessoas, não vou dizer que é concreto, dizem que as galerias estão cheias de garrafas pets e eu não vou dizer que não é verdade, porque já foi feito documento para colocar uma grade, para colocar as tampas de bueiro, então estão se preocupando com isso. [...] Sim. E eles não estão se preocupando com isso, então quando chove alguns bueiros transbordam. Mas, por que transbordam? Deve ter algum problema lá. A gente já solicitou aqui e a gente tem que se organizar para fazer um levantamento. Só que no contrato, a Andrade Gutierrez tem manutenção com a construtora por cinco anos. Quando a gente vai lá discutir essas questões com eles, é pau mesmo, porque quando a comunidade vai lá, tenta resolver da melhor maneira possível, até a gente tira do nosso próprio bolso para não [...] porque a gente sabe que o trabalho é lento, mas aí é aquela coisa, poxa, a gente [...]. Tem que desabar um prédio, abrir uma cratera, morrer alguém? (Entrevista concedida em 2010).

O entrevistado informou também sobre a organização política dos moradores que culminou com a formação de uma Associação de moradores, a Associação dos moradores do parque residencial Manaus (AMPARE).

Em relação à gestão do projeto, o morador diz que o governo e a prefeitura ainda não conseguiram se entrosar, o que dificulta a manutenção do residencial porque quando precisam de algum tipo de serviço que é de responsabilidade da Prefeitura, eles dizem que a área pertence ao governo do estado e, portanto, os moradores têm que recorrer à Andrade Gutierrez, que é a empreiteira da obra.

[...] A partir do momento que os moradores vieram pra cá, o governo do estado devia entregar, mas o que acontece a gente vai solicitar para cortar essa grama eles não querem porque o residencial ainda não foi tombado, a escritura não foi entregue. Então, quer dizer, a Andrade fica dando essa assistência aí quando a grama está passando de um metro a gente pede pelo amor de Deus venham cortar, aí corta e depois leva um outro período para vir (Entrevista concedida em 2010).

Outra limitação que o morador aponta é sobre o tamanho dos apartamentos, que não comportam famílias grandes. Ele diz que [...] Porque é assim – a filha mora com a mãe e já tem filhos. O filho mora com a mãe e tem a nora, tem uns apertadinhos; aí quando entra na sala tem dois colchões.

Outra limitação apontada refere-se à situação do terreno, da área, porque antes o proprietário tinha título da casa como zona rural e agora ele tem que se contentar com um apartamento na zona urbana. Então, ele fala:

[...] Quando ele comprou isso aqui o documento da casa dele era zona rural e os filhos tomavam banho, 1955, 1960, era ótimo para tomar banho, rio cheio e ele até essas margens aqui eram as casas que ele construiu para os filhos dele e ele recebeu um bônus uma indenização. E quando começaram a quebrar a cada desses moradores? Quando começaram, a quebrar as casa ele quase teve um enfarto (Entrevista concedida em 2011).

Outra questão é a dúvida em relação à regularização fundiária:

[...] só tem o título definitivo o morador, só que fazendo os estudos desse título, falaram que já não tem validade nenhuma, então, vejam, hoje eu estou aqui – se disserem: Everaldo sai, nada me ressalva, porque fizeram um levantamento, aí terra sem título, ou seja, não é registrada em cartório para registrar (Entrevista concedida em 2011).

A execução do programa na bacia do Educandos foi marcada por divergências e conflitos, pois, à medida que a intervenção avançava, alguns segmentos sociais reagiam às soluções apresentadas; e, outros, ao fato de que algumas áreas não foram contempladas. Para a coordenação do Fórum da Moradia de Manaus, o caso do igarapé Cachoeirinha é um exemplo de luta pela permanência na área-objeto da intervenção urbanística, diante da recusa do poder público em negociar:

[...] O governo foi tirando de um por um até o movimento não mais resistir. [...] se você for ver tá muito bonito, sonhamos com aquele serviço ali para depois não usufruirmos do mesmo, não tivemos oportunidade de escolha e estamos agora a mais de 20 km da cidade, na periferia. As famílias do PROSAMIM estão pulverizadas na cidade, estão no Coroado, no Japiim, no Alvorada etc. (Entrevista concedida em 2011).

Outra situação de conflito identificada está relacionada à intervenção na comunidade São Benedito, conhecida como “Beco dos Pretos”, localizada no bairro Morro da Liberdade. Trata-se de uma comunidade tradicional, com alguns remanescentes de quilombos, que foi dispersada quando foram construídas, em seu território, as unidades habitacionais, na modalidade do solo criado, para atender às famílias removidas do igarapé Mestre Chico. A única solução imposta era a indenização das famílias moradoras antigas. Uma liderança moradora do Beco dos Pretos, em uma entrevista realizada em 2009, declarou: “a comunidade existe há mais de 45 anos, o que aconteceu significou uma perda e uma

agressão ao convívio de décadas de uma comunidade que tradicionalmente realizava suas atividades culturais, como a festa do Divino, a festa de São Benedito e outras.

Segundo a coordenação do projeto, como o perfil sociocultural das famílias proprietárias e das famílias que viviam na condição de inquilinos era muito diferenciado, foi necessário fazer uma mudança nos critérios definidos inicialmente para o processo de reassentamento das famílias. Nesse sentido, a partir do acompanhamento pós-obra, só receberiam uma unidade em solo criado as famílias identificadas como moradoras e proprietárias dos imóveis, enquanto as famílias identificadas na condição de inquilino ou que residiam em imóveis cedidos por terceiros passaram a receber uma unidade habitacional nos conjuntos habitacionais construídos pela Superintendência de Habitação (SUHAB). Esses conjuntos estão localizados em áreas consideradas de expansão urbana nos bairros da zona norte da cidade, distantes principalmente dos locais de trabalho, de acordo com entrevista realizada:

[...] os inquilinos cedidos que não tinham acesso à casa, moradia própria, acabam que recebem a casa no conjunto habitacional, a única diferença é que a casa construída no conjunto habitacional está na periferia, não está no centro da cidade e os proprietários acabam que permanecem na área (Entrevista concedida em 2011).

[...] então onde a gente tem problema de venda era numa parte das unidades, inicialmente foram dadas para os inquilinos. [...] essas pessoas que começam a comercializar, todos os casos de denúncia, quando a gente vai na ficha, ele era inquilino ou era cedido por alguém para estar morando lá (Entrevista concedida em 2011).

Outra solução encontrada diz respeito ao remanejamento dos moradores para os conjuntos habitacionais construídos pela Superintendência Estadual de Habitação (SUHAB), localizados na zona Norte da cidade, considerada como área de expansão de Manaus, para onde são remanejadas principalmente as famílias que residiam em imóveis alugados ou cedidos, obedecendo, portanto, aos critérios definidos durante a elaboração do Plano de Reassentamento (PER). O conjunto habitacional Nova Cidade e o conjunto João Paulo foram os destinados para receber as famílias deslocadas pelo PROSAMIM.

De acordo com as informações da SUHAB:

[...] Paralelo à construção dos conjuntos, a Superintendência de Habitação trabalha em parceria com o Programa Social de Recuperação de Igarapés de Manaus (PROSAMIM). Para início e realizações das obras do Prosamim é necessária a retirada dos imóveis na envoltória da obra, para isso, os proprietários são indenizados, através de um levantamento socioeconômico realizado pelas assistentes sociais da SUHAB/PROSAMIM. Os relatórios ainda são encaminhados para avaliação técnica da engenharia do programa, que junto ao proprietário escolhem a forma de indenização, podendo o proprietário escolher pelo pagamento da avaliação do imóvel, realizada por um profissional qualificado ou ainda uma casa em um conjunto do programa habitacional do Estado. Nesses oito anos, 10.489 imóveis foram indenizados pelo Programa SUHAB/PROSAMIM. Para isso, foram gastos mais de R\$ 350 milhões (SUHAB, 2011, não paginado).

Em visita aos conjuntos habitacionais se observou que nesse tipo de intervenção urbanística um dos aspectos considerados por estudiosos e críticos da questão habitacional refere-se à prática de remanejamento ou deslocamento compulsório para áreas distantes do local de moradia anterior, expondo as contradições sociais reproduzidas pelas formas de apropriação e uso da cidade. Duas situações merecem destaque:

- a) As soluções de indenização que de acordo com os moradores “acaba sendo a solução mais rápida e imediata de resolver a questão, pois não tem a obrigação de ficar esperando construir e ainda ir para o aluguel”. Ressalva-se que essa é a fala dos segmentos de baixa renda e que se encontravam em palafitas. Pois, é importante evidenciar que em decorrência das ações de saneamento, algumas residências de padrão construtivo alto foram atingidas, tendo sido indenizadas com valores maiores.
- b) A solução de remanejamento para os conjuntos habitacionais reforça a tese de que os programas de intervenção urbanística ao revitalizarem a área central da cidade, geram dois processos que são intrínsecos: o da dinâmica de gentrificação das áreas valorizadas economicamente pela ação do programa e a dinâmica de segregação social produzida pela impossibilidade de acesso a infraestruturas urbanas consolidadas e pela produção de novos estigmas no tecido social da cidade determinados pelos critérios definidos para nortear as opções e as escolhas em relação as soluções “compensatórias”, como é o caso dos “inquilinos” que só podem “escolher” uma unidade habitacional do outro lado da cidade, porque segundo a coordenadora social do PROSAMIM, [...] os inquilinos não têm a cultura de ter um imóvel. São os primeiros a vender [...] (Entrevista concedida em 2011).

A zona Norte de Manaus, onde se localiza a maioria dos conjuntos habitacionais fica ao lado da floresta e que esta vai sendo derrubada à medida que a política urbana avança, conforme se observa na Fotografia 35.

Fotografia 35 - Aspecto geral do Conjunto Habitacional Nova Cidade.



Foto: Hubert Hayaud (2009).

Assim, pergunta-se: Até que ponto a política urbana ao planejar suas ações não está indo de encontro às questões ambientais relacionadas ao desmatamento da floresta amazônica? As terras utilizadas para construção de conjuntos habitacionais pertencem a que ente? A construção dos conjuntos nas áreas distantes da infraestrutura urbana não torna o acesso ao Direito à Cidade mais distante?

Os moradores dos parques reconhecem o esforço do governo estadual em resolver a questão do saneamento e da habitação, aliada aos aspectos de lazer e turismo, mas levantam diversas preocupações, principalmente em relação ao saneamento, pois, as galerias construídas e que passam por baixo das ruas e prédios, deixam dúvidas sobre a capacidade de absorção das águas pluviais e do uso de água doméstica, uma vez que a rede intradomiciliar ainda não tinha sido

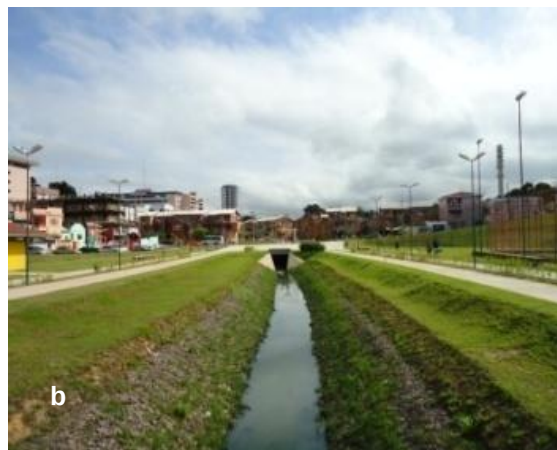
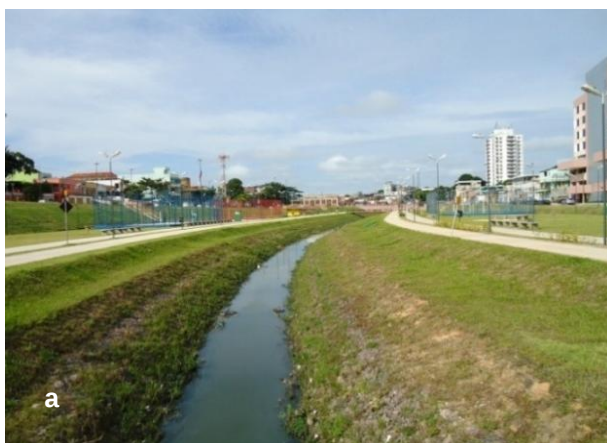
ligada à rede geral e, por esse motivo, já apresentam problemas, o que forçou o governo e o BID a buscarem apoio financeiro para assegurar esse aspecto.

Para um dos moradores,

[...] Eles reduziram o igarapé. Tá tudo direitinho, a gente só não sabe o que vai acontecer quando vierem as fortes chuvas. Eu não sei futuramente. As pessoas receiam as fortes chuvas. Eles fizeram a limpeza do rio. O rio tá livre, os canais estão livres eu não sei com o passar do tempo, com a sujeira que as pessoas vão jogando, se acumulando. Mas eu não sei como eles fizeram esses canais [...] a gente receia que haja transbordo com forte chuva e com o lixo no passar do tempo. [...] A água do igarapé foi toda canalizada, transformando-se em um córrego. As galerias passam por baixo dos conjuntos habitacionais. A preocupação das pessoas é com isso, pois não se sabe o que pode acontecer no futuro. Já se teve problema de alagamento aqui [...]. Aparentemente é uma obra muito bonita, agora não sei o lado da estrutura. A nossa tendência é que seja boa. Que nunca venha ter problema (Entrevista concedida em 2010).

O entrevistado diz que toda a área que hoje é entorno do canal era igarapé e que tudo foi aterrado (Fotografias 36a-b). “[...] Essa beirada da Praça foi toda aterrada. Era tudo igarapé e só sobrou isso aqui [...]” (Entrevista concedida em 2010).

Fotografias 36a-b - Igarapé Manaus aterrado e retificado (parte a céu aberto).



Fotos: Sandra Cruz (2010).

Sobre o processo de ocupação, o morador do residencial Igarapé Manaus, informa que o processo de ocupação iniciou em dezembro de 2008, quando de sua inauguração. Ele morava na área do igarapé por muitos anos, em imóvel alugado. Segundo ele, [...] muita gente não acreditou no projeto, ficou com medo de dá errado e preferiu o dinheiro da indenização.

Em Manaus, o PROSAMIM, como grande projeto urbano, reconfigurou a cidade em termos físicos, sociais, ambientais e econômicos, tornando-a,

aparentemente, bonita e organizada (conforme as Fotografias 36a-b). Contudo, é perceptível que o acesso ao direito à moradia digna por contingentes massivos de trabalhadores de baixa renda ainda é negado, enquanto, na visão do poder público e dos segmentos dominantes da sociedade, as mudanças implantadas pelo programa agregaram valor econômico às áreas centrais, tornando-as, potencialmente, cobiçáveis pela ação do mercado, visibilizada pela dinâmica das frações do capital imobiliário, turístico, industrial, educacional e outros. À medida que o programa avança, a cidade vai consolidando sua infraestrutura urbana, mecanismo fundamental para o processo de valorização do solo urbano e para as atividades imanentes à acumulação capitalista.

A partir de programas que tem como centralidade política o *marketing urbano* como solução para a questão da urbanização e das políticas urbanas, o Governo do Amazonas e a Prefeitura de Manaus iniciaram uma política que tem na revitalização das margens dos igarapés, antes adensados por moradias palafitadas, transformando-os em áreas de lazer e atração turística. Mesmo as unidades habitacionais construídas na modalidade “solo criado” tiveram como estratégia aliar a questão habitacional aos aspectos ambiental e de turismo. Assim, é ilustrativo apontar que as áreas antes definidas como de assentamentos humanos, agora passam a ser espaços de lazer, talvez pouco utilizados pelas populações que antes residiam nesses lugares, uma vez que em decorrência das alternativas de remanejamento, muitas famílias foram assentadas em áreas distantes do seu local de origem (Fotografia 35).

O programa finalizou sua intervenção na Bacia do Educandos, estando na fase da pós-ocupação. Resguardadas suas particularidades, as soluções definidas no programa para a remoção das famílias atingidas pela intervenção assemelham-se às adotadas pelo Portal da Amazônia em Belém: remanejamento, indenização, auxílio-moradia, indenização assistida e solo criado. Até meados de 2011 o programa reassentou 8.750 famílias e, em sua fase atual, está finalizando as obras da bacia do Educandos e dando início às obras da bacia de São Raimundo, que embora não seja campo de análise do presente estudo, será demonstrado na Figura 65a-d, expondo a dimensão programa, bem como sua cobertura com as ações de requalificação da moradia nas áreas precarizadas, conforme se observa a seguir.

Mais abaixo, apresentamos imagens do Parque Residencial Manaus (Fotografias 37a-d), igarapés Bittencourt (Fotografias 38a-b), Cachoeirinha (Fotografias 39a-b) Quarenta (Fotografias 40a-b) e Mestre Chico (Fotografias 41a-c), antes e depois da intervenção de saneamento.

Figura 37a-d - Parque Residencial Manaus, construído em cima de uma parte do Igarapé Manaus. Por baixo da Avenida foram instaladas galerias que ligam a rede de esgoto geral, pronta para receber a rede intradomiciliar.



Fonte: BANCO INTERAMERICANO... (2009); AMAZONAS (2011).

c



Fonte: Sandra Cruz (2010).



Fonte: AMAZONAS (2010).

Figura 38a-b - Igarapé Bittencourt, antes e depois da intervenção de saneamento.



Figura 39a-b - Igarapé da Cachoeirinha antes e depois da intervenção de saneamento.

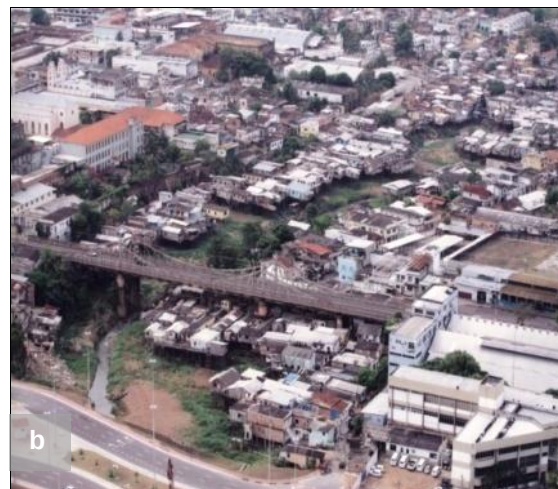
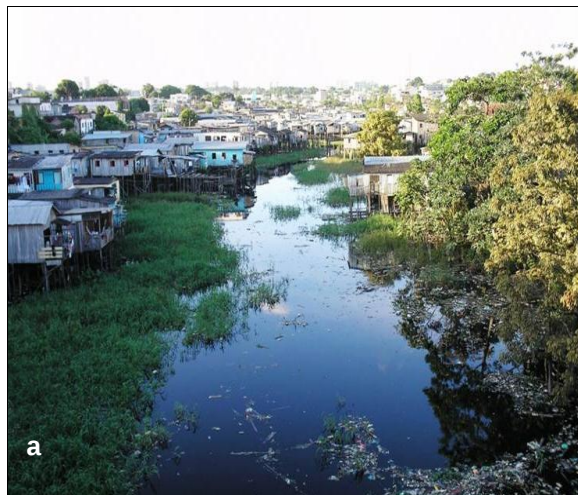


Figura 40a-b - Igarapé Quarenta antes e depois da intervenção de saneamento.



Fonte: AMAZONAS (2012).

Figura 41a-c - Igarapé Mestre Chico antes e depois da intervenção de saneamento.
 a) igarapé antes da intervenção; b) Ponte sobre o Igarapé antes da intervenção; c) Vista noturna da Ponte sobre o Igarapé.



Fonte: AMAZONAS (2012).

Em síntese, os Grandes Projetos Urbanos e a lógica da Segregação Social em Belém e Manaus na contemporaneidade, podem ser considerados como experiências que se localizam no contexto da globalização emergente, após a crise capitalista dos anos 1970. As análises¹⁴⁴ sobre esse período dão conta de que essa crise deu início à reestruturação produtiva, influenciando praticamente todas as nações do mundo, que culminou com o que se denominou de “globalização financeira”. Tais análises buscaram explicar os elementos determinantes da

¹⁴⁴ Cita-se Lojkin (1990, 1995), Ianni (1992, 1996), Chesnais (1996), Harvey (1994, 2005), Daves (2006), Santos (2003), dentre outros.

globalização, em seus aspectos político, econômico, cultural e ideológico. Algumas abordagens delimitaram o campo da análise para o entendimento do papel desempenhado pelas chamadas cidades globais, em que a produção do urbano se tornou uma das mediações fundamentais da acumulação do capital.

Nesse contexto, as cidades brasileiras, especialmente as grandes metrópoles, passaram a se adaptar ou se adequar às diretrizes da globalização, incorporando em seus projetos de cidade as estratégias do desenvolvimento sustentável, a partir de grandes intervenções urbanísticas, de modo a tornar a cidade mais moderna e mais atrativa. A análise sobre os grandes projetos urbanos nas metrópoles amazônicas revela que a lógica inerente à concepção de formação e estruturação das duas cidades é historicamente determinada pela ideologia colonizadora, que se renova no espaço e no tempo. Citam-se as diversas influências vivenciadas pelas cidades brasileiras a partir das políticas urbanas dos países desenvolvidos e projetada para o mundo periférico¹⁴⁵.

No caso de Belém e Manaus, as reformas urbanas datam do século XVII, quando essas cidades começam a se estruturar, sob a influência da colonização europeia, passando por várias modificações e se estendendo até o início do século XX, quando finalmente Belém assume o posto de metrópole da Amazônia, em virtude de toda a infraestrutura que essa cidade conseguira estabelecer, provocando, assim, um intenso êxodo rural do interior do Pará¹⁴⁶, o consequente aumento populacional e a “desordenada” ocupação territorial. Enquanto que Manaus só vai enfrentar esse processo a partir da segunda metade do século XX, com o advento da Zona Franca (ZFM).

As duas cidades apresentam especificidades, porém, as semelhanças são maiores, tanto em seus processos históricos, quanto na conformação socioeconômica. Nesse sentido, os dados socioeconômicos verificados no Capítulo 3 dão conta de um perfil de extrema pobreza e desigualdade social, no que tange à questão do trabalho, da renda salarial e da concentração de renda, elementos fundamentais para evidenciar os níveis de desenvolvimento social. Consequentemente, ambas apresentam profundas carências sociais, dentre as quais se evidencia a questão da moradia.

¹⁴⁵ Tais como a experiência francesa conduzida pelo plano Haussmann, pela experiência de Barcelona e ainda pela novidade que foi a Escola de Chicago no início do século XX, com a política de cidades-jardins, que influenciaram o modernismo urbano brasileiro de Norte a Sul.

¹⁴⁶ Sem falar no processo migratório, principalmente de nordestinos e amazonenses.

Em Belém e Manaus, o poder público busca desenvolver ações que visem reverter o déficit habitacional que se encontra em patamares altíssimos, como pode se observar no Capítulo 4 deste trabalho. Destaca-se que em Belém e Manaus a política habitacional, de responsabilidade da prefeitura e do governo estadual, com apoio financeiro do governo federal, ainda enfrenta muitas fragilidades, podendo ser materializada pelos seguintes aspectos: a) incompletude do processo de descentralização político-administrativa; b) baixa capacidade das esferas municipal e estadual; c) excesso de burocracia no acesso aos programas de moradia popular; d) as exigências dos programas de operação de crédito seguem a lógica de mercado, ou seja, só os acessa quem tem capacidade financeira; e) o poder público não possui o efetivo controle sobre a questão da terra urbana, não havendo estoques de terras públicas para fins de interesse social; e f) o mercado imobiliário atua de forma voraz sobre a apropriação do solo urbano.

Comparando a política habitacional das duas cidades, percebeu-se que, em Manaus, o poder público tem sido muito mais ofensivo em atender à demanda por moradia, mesmo que a sua política se localize no contexto da política urbana que amplia os espaços da periferização, (re)assentando a população, especialmente a considerada economicamente de baixa renda, em áreas fora dos eixos centrais, onde se localiza a maior parte dos serviços urbanos. O Amazonas, por exemplo, é o estado com maior programa “Minha Casa Minha Vida” no Brasil, segundo os informativos dos governos estadual e federal.

No caso de Belém, o atendimento da demanda por moradia é muito mais lento, com a política habitacional atrelada majoritariamente aos processos de intervenção urbanística que recebem financiamento do governo federal, seja a partir da esfera municipal, seja a partir da esfera estadual. Sob a gestão da Prefeitura Municipal, os programas resumem-se à urbanização de lotes e a ações de saneamento. A construção de unidades habitacionais de interesse social está totalmente atrelada às ações de remanejamento/deslocamento da população que é atingida por programas de intervenção urbanística, tais como os grandes projetos urbanos financiados pelo BID, com total apoio do Estado brasileiro.

Tanto em Belém quanto em Manaus, as áreas que receberão infraestrutura urbana a partir dos grandes projetos urbanos, tendem a se tornar lugar valorizado economicamente, que atenderá à demanda do mercado de moradias, desorganizando a vida social e cultural das áreas de intervenção. Em Belém, a

melhoria habitacional, enquanto objetivo do Portal da Amazônia, não aponta ações que possam reverter de forma efetiva o quadro de precarização de grande parte da população atingida. São trabalhadores ribeirinhos, que terão suas vidas afetadas; moradores que passarão a ocupar lugares mais distantes; as áreas incluem ainda os portos e trapiches públicos, de uso popular, ameaçados de extinção, pois são serviços e circuitos que não fazem parte de modo explícito da intervenção urbanística que ora acontece na Bacia da Estrada Nova. Uma das moradoras da Av. Bernardo Sayão se refere ao Portal da Amazônia, afirmando que: “a prefeitura não pensa que aqui tem gente, com coração, que a gente tem raiz [...]”

Em Manaus, o PROSAMIM, ao modificar as áreas centrais da cidade, embelezando-as, busca aliar ações de realocação humana com ações de sustentabilidade urbana. Ao retirar a população das áreas afetadas pelo programa, o poder público, por meio da política habitacional, reproduz um novo processo de periferização nessa cidade, deslocando as famílias para conjuntos habitacionais distantes dos locais de origem e construídos com a finalidade de reassentá-las. Aquelas que “optam” por permanecer nas unidades habitacionais construídas nas áreas denominadas “solo criado” a partir do aterramento dos igarapés, devem ser capacitadas para habitarem o novo lugar, adaptando-os à nova moradia. Trata-se de construir uma “nova etiqueta urbana” que ajude a manter o padrão concebido para as novas moradias, dando ainda mais conteúdo à segregação que agora não só fragmenta e divide a cidade, mas também cria estigmas: dos pobres que vieram das palafitas e não sabem viver no centro da cidade limpa, saneada, e embelezada. Para uma personalidade e intelectual da cidade, “O PROSAMIM é um projeto urbano bom, mas com base social pobre”.

No caso da Amazônia, as cidades despontam como potencialidade para a dinâmica capitalista, sobretudo as suas metrópoles, haja vista a sua diversidade cultural e a relação que as mesmas estabelecem com a natureza, diferenciando-se das demais cidades capitalistas em nível mundial e, assim, tornando-se elemento de atração para os órgãos de financiamento internacional, cujo compromisso maior é com os representantes do grande capital, fazendo com que suas ações nos países periféricos contribuam para o circuito internacional da economia e, portanto, para as “condições gerais da produção”. É necessário, então, retomar a perspectiva teórica que aponta a cidade e sua urbanização como fenômeno próprio das sociedades capitalistas, ou seja, [...] a aglomeração da população, dos

instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades – em outras palavras, *a cidade* – não é, de modo algum, um fenômeno autônomo, sujeito a leis de desenvolvimento totalmente distintas das leis de acumulação capitalista, onde a esfera da produção, da troca e do consumo estão em constante interação (LOJKINE, 1981, p. 139, grifo do autor).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referencial teórico-metodológico possibilitou que se verificasse que os grandes projetos urbanos implementados em metrópoles amazônicas provocam vários efeitos sobre as condições de moradia, que devem ser definidos como segregativos. Isso porque ao analisar a dinâmica estabelecida pelos projetos em Belém e Manaus, atentando para o reflexo em relação à questão habitacional, concluiu-se que o Portal da Amazônia e o PROSAMIM se constituem ações de grande porte, que visam transformar o território urbano dessas cidades a partir de suas áreas centrais, consideradas pela política urbana como “sub-habitadas”.

Nas duas cidades, as áreas definidas para a realização dos projetos se localizam na zona Sul, abrangendo os bairros mais antigos e históricos. A dinâmica de ocupação territorial das áreas acompanhou o curso das águas, seja nas margens do rio Guamá, em Belém, e do rio Negro, em Manaus, seja às margens dos igarapés que drenam para esses rios e que ao longo do tempo se tornaram áreas superadensadas por moradias do tipo palafitas. A solução encontrada pelo poder público, em parceria com o poder privado, foi a de desenvolver ações de saneamento, visando à melhoria habitacional e ambiental da população que historicamente viveu nesse pedaço do território amazônico.

Observou-se que os projetos desencadearam processos muito contraditórios, em relação aos objetivos propostos, pois, para se realizar as ações de saneamento nas duas cidades, tornou-se necessária a retirada de pessoas das áreas afetadas e a demolição de imóveis, tornando a moradia uma questão central.

Em Manaus, as soluções apontadas seguiram critérios em que a população atingida foi obrigada a se enquadrar, criando diferentes grupos ou segmentos: proprietários que residem no imóvel, proprietários que não residem, moradores inquilinos, moradores com imóvel cedido, comerciantes, empresários, moradores e comerciantes. Para cada grupo, uma solução, sendo que dentre o grupo mais prejudicado, identificou-se o grupo de inquilino. De acordo com a coordenação do PROSAMIM, “os inquilinos não têm cultura de morar em casa própria, logo querem vender, passar o imóvel adiante, não estão nem aí [...]”. E, portanto, para esse grupo foi definido um “pacote aluguel” ou uma casa no conjunto habitacional da SUHAB, na periferia distante.

Em relação aos moradores que “optaram” por unidade habitacional em solo criado, estes teriam que fazer parte do grupo de proprietários residentes do imóvel demolido e se submeterem ao curso de Etiqueta Urbana, de modo a aprender a viver em área urbanizada, além de permanecerem no imóvel por um período de dez anos, conforme Termo de Posse emitido pela assessoria jurídica do governo, não podendo fazer nenhum tipo de negociação com o imóvel. Os moradores participam de cursos profissionalizantes, a fim de ingressarem no mercado formal da economia, pois para estes moradores, não é permitido legalmente estabelecer formas de trabalho informal nos apartamentos, para não alterar o layout definido pelo projeto.

De forma paradoxal, os moradores, embora reconheçam que o PROSAMIM é um importante projeto de infraestrutura, não conseguem aceitar pacificamente as determinações impostas pelo Estado. Uma das reações é o boicote aos cursos de Etiqueta Urbana e a instalação de pequenos comércios nos apartamentos, fazendo com que a coordenação do projeto pressione para que essa situação tenha o mínimo de controle por parte da equipe social, de engenharia e jurídica do programa. Essas equipes técnicas funcionam como fiscalizadores do Estado, fazendo pressão sobre a população, para que não subverta a ordem estabelecida pelo arcabouço jurídico elaborado. E, à medida que a população reage, o projeto altera os critérios de atendimento, restringindo a demanda.

Em Belém, os critérios e as soluções apontadas obedecem aos mesmos parâmetros de Manaus. É importante ressaltar que a elaboração dos instrumentais norteadores da intervenção é rigidamente subsidiado e acompanhado pelo agente financiador, que no caso das duas cidades é o BID. O plano de Reassentamento é um dos principais instrumentos para balizar o processo de remanejamento das famílias, dos imóveis a serem demolidos. Nessa cidade, pode-se considerar que o projeto se encontra em sua fase inicial, com as ações de saneamento em andamento, embora sofrendo algumas soluções de continuidade, em decorrência, ora da suspensão das obras, pelas ações judiciais do MPE ou MPF, ora pela resistência dos moradores que não aceitam as propostas de pronto. São divergências quanto aos valores das indenizações e à insegurança em relação ao trabalho, já que centenas de imóveis atendem à moradia e ao trabalho. São divergências, ainda, em relação à moradia de aluguel.

Esses aspectos têm provocado, ainda, um alvoroço nas áreas atingidas, no que tange ao mercado imobiliário, em decorrência do inflacionamento da comercialização de imóveis para alugar ou para vender. De acordo com os moradores, o valor dos imóveis subiu muito, tornando difícil obter um novo imóvel na mesma área, com o valor da indenização definida pelo projeto. E, no caso do aluguel, em virtude dos atrasos no repasse do dinheiro, os proprietários despejam os inquilinos, tornando difícil a moradia, alterando completamente a rotina da população. Paralelo a isso, o poder público não consegue avançar, no sentido de agilizar a construção das unidades habitacionais prometidas, deixando a população insegura, por não saber exatamente onde irá morar. Das centenas de famílias remanejadas, nem 50% foram reassentadas, do mesmo modo que as reações e divergências vão dificultando a operacionalização das obras de saneamento, cujo cronograma se encontra em atraso.

Assim, nas duas cidades, são vários os problemas que atingem a questão da moradia, a partir da ação dos grandes projetos urbanos. Embora esses projetos tragam na sua formulação a proposta de melhoria habitacional, esta não se constitui uma política habitacional, sendo entendida apenas como consequência da intervenção urbanística. Por essa perspectiva, podemos vislumbrar que a expectativa do Direito à Cidade e o Direito à Moradia Digna vão sendo distanciados cada vez mais ou, quem sabe, vão se reduzindo às práticas urbanísticas que têm na “renovação-deportação” a sua principal ação.

Desse modo, esta pesquisa suscita novos questionamentos acerca da segregação social versus grandes projetos urbanísticos – como tornar as metrópoles amazônicas mais acessíveis? Mais democráticas? De que modo os diferentes segmentos podem usufruir do produto e do resultado das intervenções de grandes projetos urbanos? O que significa a intervenção de grandes projetos urbanos e de infraestrutura física em cidades de floresta, como é o caso dos projetos hidrelétricos de Belo Monte, Santo Antônio e Jirau? Quais os efeitos desses grandes projetos, de porte internacional, que visam à integração latino-americana sobre as cidades amazônicas?

São questões que emergiram no decorrer da pesquisa, e que precisam fazer parte das agendas acadêmicas nas universidades amazônicas e brasileiras, nas instituições nacionais e regionais de pesquisa, ONG's, movimentos sociais e população em geral. É preciso acreditar na possibilidade do conhecimento engajado, enquanto estratégia de elaboração, crítica e proposição de novas pesquisas sobre a Amazônia.

Finalmente, o referencial teórico-metodológico possibilitou a constatação da hipótese desta tese, de que nessas duas cidades as intervenções urbanísticas, potencialmente, reproduzirão a perspectiva política que tem a cidade como mercadoria, tornando-a campo de competitividade, e, assim, propagando uma das ideias-força do planejamento estratégico que é a *competitividade urbana*, segundo a qual as cidades devem competir pelos investimentos de capital, tecnologia e competência gerencial e atrair novas indústrias, negócios e força de trabalho qualificada. Nessa perspectiva, a cidade é em si mesma mercadoria vendida em um mercado externo bastante competitivo e complexo, para o qual as dimensões simbólicas inscritas em sua história, sua cultura e identidades são apropriadas pelo circuito mercantil.

Estas medidas reforçam a natureza de cidade dividida, que deixa para as massas trabalhadoras as áreas periféricas produzidas pelo Estado em parceria com os agentes do mercado, como solução para atender a demanda da moradia social em Belém e Manaus. O acesso à terra urbana, ao trabalho e à moradia continua sendo pautado como bandeira de luta dos movimentos que reivindicam o Direito à Vida Urbana.

REFERÊNCIAS

ABELÉM, Auriléia Gomes. **Urbanização e remoção**: por que e para quem? Belém: UFPA; CFCH; NAEA, 1988.

ALMEIDA, Alfredo W. Berno de. O intransitivo da transição. O Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia. In: LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. **Amazônia – A fronteira agrícola 20 anos depois**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991, p. 259-290 (Coleção Eduardo Galvão).

_____. Distinguir e mobilizar: duplo desafio face às políticas governamentais. **Revista Tipiti**, São Luís, p. 6-7, 2002.

_____. Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais” como fator essencial de transição econômica – pontos resumidos de uma discussão. **Somanlu**, Manaus, v. 4, n. 1, p. 9-28, jan./jun. 2004.

_____.; SANTOS, Glademir S. dos. (Org.). **Estigmatização e território**: mapeamento situacional dos indígenas em Manaus. Manaus: EDUFAM, 2008. 232 p.

_____. Prefácio. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; SANTOS, Glademir Sales dos (Org.). **Estigmatização e território**: mapeamento situacional dos indígenas em Manaus. Manaus: Manaus: EDUFAM, 2008. p. 15-17.

_____. Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel da. **A Amazônia e a Crise da Modernização**. 2. ed. Belém: ICSA; UFPA; MPEG, 2009. p. 517-532.

ALTVATER, Elmar. Consequências regionais da crise do endividamento global no exemplo do Pará. In: CASTRO, Edna Maria Ramos de; HÉBETTE, Jean (Org). **Na trilha dos grandes projetos**: modernização e conflito na Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 1989. p. 99-126. (Cadernos NAEA, n.10).

ALVES, Joana Valente S. **Belém**: a capital das invasões. 1997. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)–Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1997.

AMAZONAS. Governo do Estado do Amazonas. **Programa Habitacional**. Manaus: SUHAB, 2012. Disponível em:<[http:// www.suhab.am.gov.br](http://www.suhab.am.gov.br)>. Acesso em: 30 jan. 2012.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1996 p. 9-23.

ANTONACCIO, Gaitano. **Bairros de Manaus**. 2. ed. Manaus: imprensa oficial do estado do Amazonas, 2011. 387p.

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 20, n.1 p.11-20, jan./jun. 2010.

AQUINO, Txai Terri et al. **Papo de Índio**. Manaus: UEA, 2012. 351p.

ARANTES, Pedro Fiori. O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades. **Pós. Revista do Programa Pós-Grad. Arquit. Urban.**, FAU; USP, n. 20, p. 60-75, dez. 2006.

ARAÚJO, Roberto; LÉNA, Philippe. Da predação à sustentabilidade na Amazônia: a difícil metamorfose. In: ARAÚJO, Roberto; LÉNA, Philippe. (Org). **Desenvolvimento Sustentável e Sociedades na Amazônia**. Belém: MPEG, 2011. p. 13-53.

AZEVEDO, Sérgio de. **Textos técnicos para subsidiar a formulação do Programa Nacional de Integração Urbana de Assentamentos Precários**. Brasília, DF: Ministério das Cidades; Secretaria Nacional de Habitação, 2003.

AZIZ, Omar. Governo quer alcançar a marca de 30 mil moradias até 2014. **Revista Amazonas da gente**, Manaus, v. 1, n. 1, jan. 2012

BID-BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Documento conceptual de proyecto (DCP)**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://www5.iadb.org/idbppi/asp/ppProcurement.aspx?planguage=SPANISH>>. Acesso em: 6 set. 2011.

BARBOSA, Maria José de Souza et al. **Estudo de caso**: Tucunduba: Urbanização do igarapé Tucunduba, Gestão de rios urbanos – versão condensada. Relatório de Pesquisa. Belém: UFPA; PMB; Caixa, 2003.

BARBOSA, Tatiana da Rocha. **Ocupações urbanas e a (re)produção das moradias populares em Manaus**: estudo no bairro do Coroado e Loteamento Rio Piorini. 2009. 135f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação, Manaus, 2009.

BATISTA, Paulo Nogueira. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: BATISTA, Paulo Nogueira et. al. **Em defesa do interesse nacional**: desinformação e alienação do patrimônio público. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BELÉM. Prefeitura Municipal de Belém. **Macro drenagem da Estrada Nova**: famílias remanejadas conhecem novos apartamentos. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br/>>. Acesso em: 12 maio 2012.

_____. **Diagnóstico habitacional de Belém**. v. 3. Belém: PMB; Instituto de Amazônico de Assessoria à Gestão Urbana e Ambiental, 2009.

_____. **Diagnóstico da estrutura intraurbana de Belém**. Relatório Final. Belém: PMB, 2005.

_____. **Lei 7.806, de 30 de julho de 1996.** Delimita as áreas que compõem os Bairros de Belém e dá outras providências. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/segep/download/leis/lei_bairros.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2011.

_____. **Mensagem da Prefeitura Municipal de Belém à Câmara de Vereadores e Relatório de Atividades da Prefeitura Municipal de Belém em 1998.** Belém: PMB, 1998. 154p.

_____. **Mensagem da Prefeitura Municipal de Belém à Câmara de Vereadores e Relatório de Atividades da Prefeitura Municipal de Belém em 1999.** Belém: PMB, 1999. 182p.

_____. **Mensagem da Prefeitura Municipal de Belém à Câmara de Vereadores e Relatório de Atividades da Prefeitura Municipal de Belém em 2001.** Belém: PMB, 2002. 182p.

_____. **Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais.** Parte II: Diagnóstico Institucional. Belém: PMB, 2001.

_____. Prefeitura Municipal. **Congresso da Cidade.** Formas de apropriação e uso do território, Belém: SEGEP; FUNPAPA, 2000.

_____. Prefeitura Municipal. **Estudo de Impacto Ambiental do Programa de Recuperação Urbana e Ambiental da Estrada Nova - PROMABEN.** Belém: Engesolo Engenharia Ltda.; PMB, 2003.

_____. **Relatório das palafitas em Belém.** Belém: Secretaria Municipal de Finanças; Prefeitura Municipal de Belém, [20--].

_____. Prefeitura Municipal. **Prefeitura debate Portal da Amazônia com sociedade.** Belém, 2010. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br/>>. Acesso em: 21 jul. 2010.

_____. Prefeitura Municipal. **Portal da Amazônia muda a cara de Belém.** Belém, 2010a. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br/>> Acesso em: 21 jul. 2010.

_____. Prefeitura Municipal. **Portal da Amazônia, Sub-Bacia I:** projeto de trabalho técnico social. Contrato 222.629-71/2007. Belém: PMB, 2007.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** na aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. 360p.

BERNAL, Roberto Jaramillo. **Índios Urbanos:** processos de reconfiguração das identidades étnicas indígenas em Manaus. Manaus: EDUA, 2009. 336 p.

BICALHO, Reestruturação rural e participação política no entorno de Manaus. In: ARAÚJO, Roberto; LÉNA, Philippe. (Org.). **Desenvolvimento sustentável e sociedades na Amazônia.** Belém: MPEG, 2011. p. 409-443.

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e Urbanismo: O problema e o falso problema. In: MARICATO, Ermínia, OLIVEIRA, Francisco de. **A produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial.** 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEKKA, Marcel (Org.). **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010. 306p.

BONDUKI, Nabil. Crise da Habitação e a Luta pela Moradia no Pós-Guerra. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). **Lutas sociais e a cidade: São Paulo: passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade; FAPESP, 1998. 342p.

BORGES, Maria Vitória Paracampo. **Cidadania e direito de morar: a prática de ocupações coletivas e o movimento de posseiros de “Jardelândia”- Ananindeua-Pará**. 1992. 230f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)– Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1992.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. **Local y global**. La gestión de las ciudades en la era de la información. Madri: Taurus; Pensamiento, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 14 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**: Lei n. 10.257, de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. n. 40. 35p. (Série Fontes de Referência. Legislação).

_____. **Decreto Nº 4.665, de 3 de abril de 2003**. Brasília, DF: Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2003.

_____. **LEI Nº 10.683, de 28 de maio de 2003**. Brasília, DF: Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2003.

_____. **Portaria nº 227, de 04 de julho de 2003**. Brasília: Ministério das Cidades, 2003.

_____. **Decreto Nº 5.031, de 2 de abril de 2004**. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Manaus e Entorno**. Manaus; Brasília, DF: MDA/SDT, 2006.

BRASILINO, Luis. Conflitos por moradia estão aumentando no Brasil. **Le Monde Diplomatique Brasil**, v. 5, n. 55, p. 4-6. fev. 2012.

BURNS, E. Bradford. Manaus, 1910: Retrato de uma cidade em expansão. **Jornal de Estudos Interamericanos**, Miami, v. 7, n. 3, jul. 1965. Separata.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Cidades Brasileiras: seu controle ou o caos – o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1989. 143p.

CARDOSO, Adauto Lúcio. Política Habitacional: a descentralização perversa. **Cadernos IPPUR**, v. 1, n.1, jan./abr. 1986.

_____. **Textos técnicos para subsidiar a formulação do Programa Nacional de Integração Urbana de Assentamentos Precários**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

_____. (Org.). **O Rural e o Urbano na Amazônia** – Diferentes olhares em perspectivas. Belém: EDUFPA, 2006. 215p.

_____. et al. A estrutura sócio-espacial da Região Metropolitana de Belém: reflexões sobre a distribuição dos tipos sócio-ocupacionais de 1990 a 2000. **Novos Cadernos NAEA**, v. 10, n. 1, jun. 2007.

_____. et al. A estrutura socioespacial da Região Metropolitana de Belém: reflexões sobre a distribuição dos tipos sócio-ocupacionais de 1990 a 2000. **Novos Cadernos NAEA**, v. 10, n. 1, p. 143-183, jun. 2007.

_____. et al. Região Metropolitana de Belém. In: LIMA, José Júlio Ferreira; MOYSÉS, Aristides (Org.). **Como andam Belém e Goiânia**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009. 140p.

CARDOSO, Welson de Sousa. **Adensamento socioespacial nos assentamentos precários em Belém/PA**: indicadores socioespaciais urbanos. 2009. 130f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

_____. et al. Indicadores socioespaciais urbanos nos assentamentos precários em Belém/PA. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 14. 2011. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.

CARVALHO, Luiz. **Amazônia**: espectros de globalização. Manaus: Editora UFAM, 2009. 192p.

CASTELLS, Manuel. (1983). **A Questão Urbana**. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v. 48. 590p. (Coleção Pensamento Crítico).

CASTRO, Edna. Grupo Suez em Manaus: privatização dos serviços de água e impactos sobre as mulheres. In: **A privatização da água na cidade de Manaus**. Rio de Janeiro: Institut EQÜIT/Fundação Heinrich Boll, [20--]. p. 23-76.

_____. (Org.). **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, 2006. 402p.

_____. Fronteira e Territorialidades: Atores locais e conexões transnacionais. In: FELDMAN, Sarah; FERNANDES, Ana. **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo**. Mutações, tensões, desafios. Salvador, EDUFBA, 2007.

CASTRO, Edna. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: CASTRO, Edna (Org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996. 335 p.

COSTA, Danielle Pereira da. Migrantes urbanos em Manaus; perfil, percurso migratório e mobilidade urbana. In: SILVA, Sidney Antônio da. (Org.). **Migrantes em contextos urbanos**: uma abordagem interdisciplinar. Manaus: EDUA, 2010. p. 129-146.

COSTA, Solange Maria Gayoso da. Como vejo minha casa: representações do espaço casa numa área de baixada de Belém. In: AMIN, Mário Miguel; XIMENES, Tereza. (Org.). **Habitat nos países Amazônicos**. Belém: UFPA; NAEA, 1998.

_____. **Razões e ilusões de estabilidade**: referências imaginárias sobre a habitação no Riacho Doce: Belém-Pará. 2002. 85f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

CRUZ, Ernesto. **Belém**: aspectos geo-sociais do município. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945.

_____. **História de Belém**. Belém: UFPA, 1973. v. 1. (Coleção Amazônia; Série José Veríssimo).

_____. **Ruas de Belém**: significado histórico de suas denominações. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970.

CRUZ, Sandra H. R.; CASTRO, Edna M. R. de; SÁ, Maria Elvira R. de. Urbanização e Segregação Social: trabalho e condições de moradia numa metrópole da Amazônia brasileira, Belém/PA. **Cidades e Metrópoles - Revista Internacional em Língua Portuguesa**, Lisboa, n. 23, p. 193-211, 2011.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Movimentos sociais e construção do espaço urbano em Belém**: o bairro da Sacramenta. 1994, 180f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)–Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará, Belém, 1994.

_____. **Segregação social e condição da moradia em metrópoles amazônicas**: Belém e Manaus. Projeto de Qualificação. Belém: UFPA/NAEA/PDTU, 2011.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Amazônia e Desenvolvimento à luz das políticas governamentais: A experiência dos anos 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 7, n. 19, jun. 1992.

D'INCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel da. (Org.). **Amazônia e a Crise da Modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. 592p.

DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque Amazônica**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006. 272 p.

DEAN, Warren. A Industrialização durante a República Velha. In: FAUSTO, Boris. (Org.). **História geral da civilização brasileira**. O Brasil republicano, Estrutura do Poder e Economia (1889-1930). São Paulo: DIFEL, 1977. v. 1. T. III.

DESTAQUE AMAZÔNIA. **Informativo do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, ano 28, n. 55, p. 1-8, mar. 2012.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do Fausto – Manaus – 1870-1920**. 2. ed. rev. Manaus: Valer, 2007. 170p.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos do Pará. **Balanco do emprego formal no estado do Pará e Região Norte**. Belém, 2010.

_____. **Crescimento do mercado informal no Pará**. Belém: DIEESE, 2007.

DIEGUES, A. C. O mito do paraíso desabitado nas florestas tropicais brasileiras. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence. **Faces do trópico úmido**. Conceitos e Questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: CEJUP, 1997.

DOWBOR, Ladislau. Crise financeira: riscos e oportunidades. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE O DESENVOLVIMENTO. 2009. Brasília. **Anais...** Brasília, 2009. Disponível em: <www.cdes.gov.br/.../crise-financeira-riscos-e-oportunidades-ladislau-...>. Acesso em: 20 jan. 2010.

DRUCK, Graça. A flexibilização e a precarização do trabalho na França e no Brasil: alguns elementos de comparação. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41. 2007, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2007.

EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais**. 2. ed. rev. ampl. Belém: UFPA; NAEA, 1999. 174p.

ENGELS, Friedrich. **A questão da habitação**. São Paulo: Acadêmica, 1988.

_____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985.

_____. Contribuição ao Problema da Habitação. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, [19--]. p. 105-182. v. 2.

ESTATUTO DA CIDADE. **Guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Brasília, DF: Câmara dos Deputados; São Paulo: Instituto Pólis, 2001. 273p.

FEMA-PAC. **Audiência pública na comunidade Riacho Doce define retomada das obras do PAC**. Belém, 2012. Disponível em: <http://www.fema-pac.blogspot.com.br/>. Acesso em: 25 maio 2012.

FONSECA, Dante Ribeiro da. Uma cidade à far west: tradição e modernidade de Porto Velho. In: **Porto Velho conta sua história**. Porto Velho: Prefeitura Municipal; Secretária de Cultura Esporte e Turismo, 1998. p. 13-54.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil**. Brasília, DF: Fundação João Pinheiro; Centro de Estatística e Informações, 2006.

GESTÃO do uso do solo e disfunções do crescimento urbano: levantamento e análise dos problemas da gestão do uso e da ocupação do solo e proposição de políticas públicas da Região Metropolitana de Belém – RMB. **Relatório n. 2**. Belém: IPEA; NAEA; FAU; UFPA, 1997.

GODELIER, Maurice. A racionalidade dos sistemas econômicos. In: CARVALHO, Edgard de (Org.). **Godelier**: Antropologia. São Paulo: Ática, 1981. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 12, n. 2, p. 269-274, dez. 2009.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. 252p.

_____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004. 382p.

HATOUM, Milton. Amazonas capital Manaus. In: NUNES, Benedito; HATOUM, Milton. **Crônica de duas cidades**: Belém e Manaus. Belém: SECULT/PA, 2005.

HÉBETTE, Jean. O Grande Carajás: um novo momento da história moderna da Amazônia paraense In: CASTRO, Edna Maria Ramos de; HÉBETTE, Jean (Org.). **Na trilha dos grandes projetos**: modernização e conflito na Amazônia. Belém: NAEA; UFPA, 1989. p. 7-40. (Cadernos NAEA, n.10).

IANNI, Octavio. **A era da globalização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. 342 p.

_____. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992. 194 p.

IBGE. **Censo Demográfico, 2000**. Rio de Janeiro, 2001.

_____. **Censo Demográfico, 2010**. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Contagem Populacional do Brasil**. Rio de Janeiro, 2009.

_____. **Indicadores IBGE. Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física Regional**. Rio de Janeiro, 2008.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios**. Rio de Janeiro, 2008.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Rio de Janeiro, 2005, 2007, 2008.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Viver em risco:** sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Paz e Terra, 34, 2009. 320p.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. **O direito à cidade.** 2. ed. São Paulo: Centauro, 1991. 145p.

LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. **Amazônia:** a fronteira agrícola 20 anos depois. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. 363p. (Coleção Eduardo Galvão).

LOJKINE, Jean. **A classe operária em mutações.** Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. 236 p.

_____. **A revolução informacional.** São Paulo: Cortez, 1995. 316 p.

_____. **O Estado capitalista e a questão urbana.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **O Estado capitalista e a questão urbana.** São Paulo: Martins, 1981.

LOPES, José Sérgio Leite. Anotações em torno do tema “condições de vida” na literatura sobre a classe operária. In: SILVA, Luiz Antônio Machado da. **Condições de vida das camadas populares.** Rio de Janeiro: J. Zahar, [19--]. p. 21-58.

_____. Fábrica e vila operária, considerações sobre uma forma de servidão burguesa. In: LOPES, José Sérgio Leite et al. **Mudança social no Nordeste:** a reprodução da subordinação: estudos sobre trabalhadores urbanos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **O vapor do diabo, o trabalho dos operários do açúcar.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MAHAR, Dennis J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia:** uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: IPEA; INPES, 1978.

MALHEIRO, Bruno Cezar Pereira. **Portos, portas e postais:** experiências, discursos e imagens produzindo a orla fluvial de Belém (PA). 2009. 187f. Dissertação (Mestrado)–Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

MANAUS 335 Anos. **Jornal do commercio.** Manaus, sábado, domingo e segunda-feira, 22, 23 e 24 de out. 2005.

MANAUS. Prefeitura Municipal de Manaus. **Atlas do desenvolvimento humano em Manaus.** Manaus: SEPLAN; PMM; PNUD; FJP; IBGE, [20--].

_____. **Bairros de Manaus.** Manaus: Instituto Municipal de Ordem Social, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1986.

MARICATO, Ermínia. **O Impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011. 219p.

_____. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org.). **A Cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 121-192.

_____. Reforma urbana: limites e possibilidades uma trajetória completa. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. (Org.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. p. 309-325.

MARQUES, Eduardo (Coord.). **Assentamentos precários no Brasil urbano**. Rio de Janeiro: CEM; CEBRAP; Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2007.

MARTINELLO, Pedro. A Batalha da Borracha durante a Segunda Guerra Mundial. **Cadernos UFAC**, Rio Branco, v. 1, 1988.

MARTINS, Mirtes Jane Félix. **Análise do mercado imobiliário em Manaus**. 2008. 149f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Manaus, 2008.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: DIFEL S.A., 1985. Livro 1, v. I, II.

_____.; ENGELS, Friedrich. **La ideologia alemã: crítica de la novísima filosofía alemana en las personas de sus representantes Feuerbach, B. Bauer y Stirner y del socialismo alemán en las de sus diferentes profetas**. Montevideo: Pueblos Unidos; Barcelona: Grijalbo, 1974.

MENDES, Amílcar Carvalho, PROST, Maria Thereza, CASTRO, Edna (Org.). **Ecosistemas amazônicos: dinâmicas, impactos e valorização dos recursos naturais**. Belém: MPEG, 2011. 436p.

MENECHINI, Marcia Elisa Freire. **A construção de uma nova etiqueta urbana e ambiental: um estudo etnográfico do Programa Social e Ambiental dos Igarapés Manaus (PROSAMIM)**. 2012. 147f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

MESQUITA, Otoni Moreira de. **Manaus – história e arquitetura (1852-1910)**. 3. ed. rev. Manaus: Valer; Prefeitura de Manaus; UNINORTE, 2006. 360p.

MINHA CASA, Minha Vida do Amazonas: o maior do Brasil. **Revista brasileira da Habitação**, Brasília, v. 3, n. 4, dez. 2011.

MIRANDA, Cybelle Salvador. **As fortalezas: arquitetura da fantasia - imagens dos condomínios exclusivos em Belém**. Belém, 2000. 263f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)–Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.

MOISÉS, José Álvaro. **Contradições urbanas e movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **O estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Fundação de Manaus**. 4. ed. aum. Manaus: Metro Cúbico, 1994.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Cidade e campo, urbano e rural. In: FELDMAN, Sarah, FERNANDES, Ana (Org.). **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões e desafios**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 93-113.

MOURA, Aldebaran; SANTANA, Joana Valente, SÁ, Maria Elvira Rocha de Sá. Projeto “Portal da Amazônia” (Belém-PA): entre o embelezamento de cidades e as expectativas dos moradores pelo uso do espaço infraestruturado. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 121, p. 35-42, 2010.

MOURA, Luciana Karoline Farias de; SCHOR, Tatiana; OLIVEIRA, José Aldemir de. **As políticas públicas habitacionais em Manaus (AM) e a orientação da expansão urbana**. Disponível em: <<http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos/.pdf>> Acesso em: 15 jan. 2012.

MOURÃO, Leila. **O conflito fundiário urbano em Belém (1960-1980): a luta pela terra de morar ou de especular**. 1987. 148f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)–Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; Universidade Federal do Pará, Belém, 1987.

NETTO, José Paulo. Prólogo à Edição Brasileira. In: ENGELS. F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985. p. I-XIV.

_____. Cinco notas a propósito da Questão Social. **Temporalis**, Brasília, v. 2, n. 3, p. 41-49, jan./jul. 2001.

NEVES, Rosa Helena Nascimento; QUINTELA, Rosangela da Silva; CRUZ, Sandra Helena Ribeiro (Org.). **A reinvenção do social: poder local e a política de assistência social em Belém (1997-2004)**. Belém: Paka-tatu, 2004. 342p.

NOGUEIRA, Ana Cláudia Fernandes; SANSON, Fábio; PESSOA, Karen. A expansão urbana e demográfica da cidade de Manaus e seus impactos ambientais. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 13, 2007. Florianópolis, **Anais...** Florianópolis: INPE, 2007. p. 5427-5434.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. **Bourdieu e a educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 128p.

NUNES, Benedito. Pará Capital Belém. In: NUNES, Benedito; HATOUM, Milton. **Crônica de duas cidades: Belém e Manaus**. Belém: SECULT/PA, 2005.

_____.; HATOUM, Milton. **Crônica de duas cidades: Belém e Manaus**. Belém: SECULT/PA, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira**: crítica à razão dualista. Estudos CEBRAP, 1972. p. 3-82.

_____. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 24-28.

_____. O estado e a exceção ou o estado de exceção? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 5. n. 1, p. 9-14, maio 2003.

_____. O estado e o urbano no Brasil. **Revista Espaço e Debates**, São Paulo, n. 6, p. 36-54, 1982.

_____. Prefácio. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A Produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. p. 13-19.

OLIVEIRA, Janete Marília Gentil Coimbra de. **Produção e apropriação do espaço urbano**: a verticalização de Belém (PA). São Paulo. 1991. 285f. Tese (Doutorado em Geografia Humana)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

_____. Gente em movimento: migração no contexto regional da Amazônia. In: SILVA, Sidney Antonioda. (Org.). **Migrantes em contextos urbanos**: uma abordagem interdisciplinar. Manaus: EDUA, 2010. p. 165-182.

_____; SCHOR, Tatiana. **Manaus, a paisagem em movimento**: os impactos de intervenção urbana do Programa Social e Ambiental dos Igarapés. Relatório de Pesquisa. Manaus: UFAM; Brasília, DF: CNPq, 2008.

_____; SCHOR, Tatiana. Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole regional. In: CASTRO, Edna (Org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.

_____; ALECRIM, José Duarte; GASNER, Thierry Ray Jehlen. **Cidade de Manaus**: visões interdisciplinares. Manaus: EDUA, 2003.

PARÁ. **Decreto Estadual nº 766, de 21 de setembro de 1899**. Concede à Intendência de Belém uma Léguas de Terras para aumento de seu patrimônio. Belém, 1999.

PARÁ. Ministério Público Estadual. **Procedimento Administrativo Preliminar (PAP)**. Inquérito Civil nº 039/2010: 3ª PJDMAPC. Belém: Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural de Belém, 2010.

PAULA, João Antônio de. AMAZÔNIA: Fronteira e Acumulação de Capital. In: RIVERO, Sérgio; JAIME Jr., Frederico G. (Org.). **As amazônias do século XXI**. Belém: EDUFPA, 2008. p. 17- 39.

PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém**: estudo de geografia urbana. Universidade Federal do Pará, 1968. v. 1 (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo).

PEREIRA, José Almir Rodrigues (Org.). **Saneamento Ambiental em Áreas Urbanas**: esgotamento sanitário na Região Metropolitana de Belém. Belém: NUMA/UFGPA/EDUFGPA, 2003. 205p.

PIMENTEL, Márcia Aparecida da Silva et al. A ocupação das várzeas na cidade de Belém: causas e consequências socioambientais. **Revista Geonorte**, v.2, n.4, p. 34-45, 2012. Edição Especial.

PINHEIRO, Lady Mariana Siqueira. **As mulheres do PROSAMIM**: ambiente, gênero e cidade. 2008. 169f. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.

PINTO, Lucio Flávio. **Carajás, o ataque ao coração da Amazônia**. 2. ed. ampl. Rio de Janeiro: Marco Zero; Studio Alfa Fotoletra: 1982. 112p.

_____. O Amazonas é Manaus. **Jornal Pessoal**, Belém, v. 5, n. 84, p. 3, fev. 1992.

POCHMANN, Marcio. Enfrentar o desafio da desigualdade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE O DESENVOLVIMENTO. 2009, Brasília. **Anais...** Brasília, DF, 2009. Disponível em: <www.unb.br>. Acesso em: 20 jan. 2010.

PONTE, Juliano Pamplona Ximenes. **A orla de Belém**: intervenções e apropriação. 2004. 212f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional)–Instituto de Planejamento Urbano e Regional; Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

_____. Cidade e Água: Belém/PA e estratégias de reapropriação das margens fluviais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 12. 2007. Belém. **Anais...** Belém, 2007.

PONTE, Laura Arlene Saré Ximenes. **Políticas Públicas e os Indígenas Citadinos**: estudo das políticas indigenistas de educação e saúde em Belém e Manaus (1988 a 2010). 2011. 279f. Tese (Doutorado)–Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

PORTAL 2014. **Brasil, país do futebol**. Cidades-sede - Manaus. Disponível em: <<http://www.copa2014.org.br/cidades-sedes/MANAUAS/>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

PRETECEILLE, Edmond. **Mutations urbaines et politiques locales** – Ségrégation sociale et budgets locaux en Ile-de-France. Paris: Centre de Sociologie Urbaine, 1993. p. 104-124. v. 2.

_____. A Construção Social da Segregação Urbana: Convergências e Divergências. **Revista Espaço & Debates**, São Paulo, v. 24, n. 45, p. 11-23, jan./jul. 2004.

_____; RIBEIRO, Luis César de Queiroz. Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80, **Revista Eure**, Santiago, v. 25, n. 76, 1999.

_____. Ségrégations urbaines – Introduction Au Dossier. In: PRETECEILLE, Edmond; PUDAL, Bernard. Ségrégations urbaines. **Sociétés Contemporaines**, n. 22/23, p. 1-208, Jun./Sept. 1995.

PROJETO PORTAL DA AMAZÔNIA. **Orla Livre**. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=555947>>. Acesso em: 21 jul. 2010.

RAMOS, José Messiano Trindade. **Entre dois tempos**. Um estudo sobre o Bairro do Guamá, a Escola Frei Daniel e seu Patrono. Belém: [s.n.], 2002.

RAMOS, Maria Helena Rauta. Políticas urbanas, conselhos locais e segregação socioespacial. In: RAMOS, Maria Helena Rauta (Org.). **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 133-150.

_____; BARBOSA, Maria José de Souza. Gestão de políticas urbanas e mecanismos de democracia direta. In: RAMOS, Maria Helena Rauta (Org.). **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 113-131.

_____; _____. Globalização, novas relações econômicas e impactos em cidades brasileiras. In: RAMOS, Maria Helena Rauta (Org.). **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 85-111.

_____; SÁ, Maria Elvira Rocha de. Avaliação da Política de Habitação Popular segundo critérios de eficácia societal. In: RAMOS, Maria Helena Rauta (Org.). **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p.151-168.

RIBEIRO, Ana C. T. Faces ativas do urbano: mutações num contexto de imobilismos. In: RIBEIRO, Ana C. T. (Comp.). **Repensando a experiência urbana da América Latina**: questões, conceitos e valores. Buenos Aires: Clacso, 2000a.

_____. **Intervenções urbanas, democracia e oportunidades**: dois estudos de caso. Rio de Janeiro: FASE, 2000b.

RIBEIRO FILHO, Vitor. **A configuração da área central de Manaus e sua dinâmica recente**. 2004. 238f. Tese (Doutorado)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

RIBEIRO, Luis Cesar de Queiroz. Segregação residencial: teorias, conceitos e técnicas. In: MOYSÉS, Aristides. **Cidade, segregação urbana e planejamento**. Goiânia: EDUCG, 2005.

_____; AZEVEDO, Sérgio de. **A crise da moradia nas grandes cidades**: da questão da habitação à reforma urbana. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 1996.

_____; AZEVEDO, Sérgio de. A produção da moradia nas grandes cidades: dinâmica e impasses. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; AZEVEDO, Sérgio de. (Org.). **A crise da moradia nas grandes cidades**: da questão da habitação à reforma urbana. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 13-32.

_____; _____. Democracia e segregação urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira. **Revista Eure**, Santiago, v. 29, n. 88, p. 79-95, Dic. 2003.

_____. (Coord.). **Índice de Bem-Estar Urbano – IBEU**. Relatório. Rio de Janeiro: UFRJ/Observatório das Metrópoles; Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia; CNPq; FAPERJ; CAPES, 2010.

_____. **Dos cortiços aos condomínios fechados**: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, IPPUR; UFRJ; FASE, 1997. 352p.

_____. **Segregação residencial e políticas públicas**: análise do espaço social da cidade na gestão do território. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

RODRIGUES, Carmem Izabel. **Vem do bairro do Jurunas**: sociabilidade e construção de identidades em espaço urbano. Belém: NAEA, 2008. 352p.

RODRIGUES, Edmilson Brito. **Aventura urbana**: urbanização, trabalho e meio ambiente em Belém. Belém: CEJUP, 1996. 281p.

_____. **Os desafios da metrópole**: reflexões sobre desenvolvimento para Belém. Belém: Labour Editorial; NAEA, 2000. 154p.

_____. Modos petistas de governar. In: MAGALHÃES, Inês; BARRETO, Luiz; TREVAS, Vicente (Org.). **Governo e Cidadania**: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar. São Paulo: FPA, 1999. p. 26-34.

RODRIGUES, Eliene Jaques. **Banidos da cidade e unidos na condição**: Cidade Nova: espelho da segregação social em Belém. Belém: UFPA; NAEA, 1998. 271p.

ROLNIK, Raquel. La democracia en el filo de la navaja: límites y posibilidades para La implementación de una agenda de reforma urbana en Brasil. **Revista Eure**, Sección Artículos, v. 25, n. 104, abr. 2009.

_____; NAKANO, Kasuo. As armadilhas do pacote habitacional. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, n. 20, p.4-5, mar. 2009.

SÁ, Maria Elvira Rocha de, GAYOSO da Costa, Solange, TAVARES, Luciana P. de O. O rural- Urbano em Santarém: interfaces e territórios produtivos. In: CARDOSO, Ana Claudia Duarte. (Org.). **O rural e o urbano na Amazônia**: diferentes olhares em perspectiva. Belém: EDUFPA, 2006. p. 113-160.

_____. **A cidade e o processo de segregação sócio-espacial em Angra dos Reis**. 2000. 322f. Tese (Doutorado em Serviço Social)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2000.

SÁ, Maria Elvira Rocha de et al. Questão da moradia e assentamentos precários em Belém/PA: caracterização e classificação. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 13. 2009 Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPUR, 2009.

SANTANA, Joana Valente. **Banco interamericano de desenvolvimento e política urbana no município de Belém**: tensões e compatibilidades no modelo de gestão de cidades e no discurso da participação social. 2006. 321f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Impactos sócio-econômicos do projeto de macrodrenagem**: o reassentamento CDP e os rebatimentos diferenciados em homens e mulheres. Belém: FASE; UFPA, 2001.

SANTOS, Alem Silvia Marinho dos. **A produção do urbano em áreas inundáveis**: o uso residencial do Igarapé do Mindu. 2003. 131f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, Manaus, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006. 511p. (Coleção Para um Novo Senso Comum, v. 4).

SANTOS, Dalva; MOREIRA, Fátima; SOUSA, Roseli. Esporte, Arte e lazer em Belém – sob o olhar dos que fazem. **Caderno de Educação**, Belém, n. 3. p. 1-226, 2002.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed., 1. reimp. São Paulo: EDUSP, 2005.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912). Belém: Paka-Tatu, 2000. 152p.

SCHERER, Elenise. **Baixas nas carteiras**: desemprego e trabalho precário na Zona Franca de Manaus. Manaus: EDUA, 2005.

_____. Vulnerabilidade social na cidade de Manaus: o avesso do progresso. In: SCHERER, Elenise (Org.). **Questão social na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2009. p. 127-163.

_____; OLIVEIRA, José Aldemir de. (Org.). **Amazônia**: território, povos tradicionais e ambiente. Manaus: EDUA, 2009. 270p.

SCHERER, Elenise; OLIVEIRA, José Aldemir de. (Org.). **Amazônia**: políticas públicas e diversidade cultural. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 260p.

SILVA, Iraneide Souza. **Trabalho e sociobiodiversidade**: interações rural-urbano na orla de Belém do Pará. 2011. 178 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais)–Instituto de Geociências, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

SILVA, Márcia Perales Mendes. **Expressões do mundo do trabalho contemporâneo**: um olhar para os trabalhadores do Parque Industrial de Manaus. Manaus: FAPEAM; EDUA, 2010. 324p.

SILVA, Maria do Perpetuo Socorro Chaves da. **Aqui é melhor do que lá**: representação social da vida urbana das populações migrantes e seus impactos socioambientais em Manaus. Manaus: EDUA, 2009. 190p.

SILVA, Nádia Alessandra Rodrigues. **Organização comunitária na luta pela moradia no bairro do Jurunas na década de 80**. Belém: UFPA, 2008.

SILVA, Sérgio Brazão. **Belém e o ambiente insular**. Belém: UFPA, 2010. 165p.

SILVA, Sidney Antônio da. Migrantes na cidade de Manaus: processos de inserção na metrópole e mudanças socioculturais. In: SILVA, Sidney Antônio da. (Org.). **Migrantes em contextos urbanos**: uma abordagem interdisciplinar. Manaus: EDUA, 2010. p. 147-164.

SIMONIAN, Ligia T. L. (Org.). **Belém do Pará**: história, cultura e sociedade. Belém: NAEA, 2010. 736p.

SOUZA, Norma Bentes. **Manaus**: realidade e contrastes sociais. Manaus: Valer; Cáritas Arquidiocesana, 2005. 128p.

SOUZA, Alessandra Kelma de. **Vila da Barca, das palafitas ao conjunto habitacional**: análise sobre a (im)permanência dos moradores na área. 2011. 115f. Dissertação (Mestrado)—Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

SOUZA, Norma Maria Bentes de. Condições de vida, trabalho e rendimento nas áreas rurais e urbanas do Estado do Amazonas. In: SCHERER, Elenise (Org.). **Questão social na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2009. p. 95-124.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira**: origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 21-73.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias**: acadêmica, da ciência e da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2005.

TOPALOV, Christian. **Le logement en France**: histoire d'unemarchandise impossible. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1987.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém**. Belém: UFPA; NAEA, 1997. 198p.

_____; SILVA, Marcos Alexandre Pimentel (Org.). **Belém**: a cidade e o rio na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2005. 171p.

_____; TAVARES, Maria Goretti da Costa (Org.). **Cidades Ribeirinhas na Amazônia**: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008. 218p.

_____. **A cidade dispersa:** os novos espaços de assentamentos em Belém e reestruturação metropolitana. 1998. 395f. Tese (Doutorado)–Universidade de São Paulo, São Carlos, 1998.

ULTRAMARI, Clovis; REZENDE, Denis Alcides. Grandes projetos urbanos: conceitos e referenciais. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 7-14, abr./jun. 2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/ambienteconstruido/article/viewFile/3733/2086>>. Acesso em: 5 jun. 2012.

UNIVERSIDADE Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. **Relatório do Projeto MEGAM:** estudo das mudanças socioambientais no estuário amazônico. Belém: NAEA, 2004.117 p.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-119.

VALENTE, A. Questão da Habitação Social na Região Metropolitana de Belém. In: PEREIRA, José Almir R. (Org.). **Saneamento ambiental em áreas urbanas:** esgotamento sanitário na Região Metropolitana de Belém. Belém: NUMA; EDUFPA, 2003.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano:** esse desconhecido. São Paulo, 1995. Mimeografado.

_____. Prefácio. In: FIX, Mariana. **São Paulo cidade global:** fundamentos financeiros de uma miragem. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 7-11.

VIRÍSSIMO, Vivian. **Minha Casa Minha Vida é pior que BNH dos militares.** Disponível em: <<http://sul21.com.br/jornal/2011/11/minha-casa-minha-vida-e-pior-que-bnh-dos-militares>>. Acesso em: 29 nov. 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Ofícios enviados a órgãos públicos solicitando acesso a estes, para pesquisa documental, coleta de dados e entrevistas: COHAB, PROMABEN, SEURB, SEHAB e SUHAB.

1) Ofício enviado à COHAB, em 6/12/2010.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS

Ofício SN

Belém, 06 de Dezembro de 2010

Senhora Presidente,

Eu, Sandra Helena Ribeiro Cruz, Doutoranda do Programa Desenvolvimento do Trópico Úmido (PDTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA) venho solicitar a V. S^a, que possibilite minha inserção nessa Companhia de Habitação do Estado do Pará para efeito de pesquisa documental necessária ao meu objeto de estudo denominado "Condição da Moradia e Segregação Social em Metrópoles Amazônica Belém e Manaus". Os dados necessários a minha pesquisa são:

- Cópia de todos os programas habitacionais executados por essa Companhia no período de 2001 até o presente ano; subentendo os seguintes itens: dados de financiamento (fontes e valores) desses programas; diagnósticos socioeconômicos das famílias atendidas pelos mesmos;
- Cópia do programa de intervenção urbanística da Bacia do Tucunduba (Estudo Sócio-Econômico das famílias a serem atendidas; Projeto Técnico do Trabalho Social; Valor do Investimento e Fonte de financiamento).

Entende-se que o referido estudo poderá balizar novas intervenções políticas e sociais dessa referida Companhia.

Pela atenção, obrigada.

SANDRA HELENA RIBEIRO CRUZ.
PDTU/NAEA/UFPA

2) Ofício enviado ao PROMABEN, em 11/03/2011.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS

Ofício S/N

Belém, 11 de março de 2011

Ao: Gestor do Programa de Saneamento da Estrada Nova – PROMABEM
Sr. Natanael Alves Cunha
Av. Bernardo Sayão, 3224 – Iate Clube

Senhor Gestor,

O Programa Desenvolvimento do Trópico Úmido (PDTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) em conjunto com o Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU) do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da UFPA está desenvolvendo a pesquisa intitulada “Condição da Moradia e Segregação Social em Metrópoles Amazônicas: Belém e Manaus”, que requer o acesso aos seguintes documentos:

1. Programa de Saneamento da Estrada Nova - PROMABEM com destaque aos seguintes itens: dados de financiamento (fontes e valores) e cronograma de obras;
2. Diagnóstico socioeconômico das famílias atendidas pelo mesmo; e
3. Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) relativo ao Programa de Saneamento da Estrada Nova – PROMABEM.

As referidas informações fundamentarão os estudos que estão em fase de elaboração e esses estudos servirão de subsídios para outras ações públicas propostas por essa instituição.

Colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos por meio dos seguintes contatos: (91)81394283/32018568 (PARU/UFPA).

Atenciosamente,

MARIA ELVIRA ROCHA DE SÁ
Coordenadora do PARU

3) Ofício enviado à SEURB, em 11/03/2011.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS**

Ofício S/N

Belém, 11 de março de 2011

Ao: Secretário Municipal de Urbanismo - SEURB
Sr. Fernando Mendes Pereira

Senhor Secretário,

O Programa Desenvolvimento do Trópico Úmido (PDTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) em conjunto com o Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU) do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da UFPA está desenvolvendo a pesquisa intitulada **“Condição da Moradia e Segregação Social em Metrópoles Amazônicas: Belém e Manaus”**, que requer o acesso aos seguintes documentos:

1. Projeto **“Portal da Amazônia”** com destaque aos seguintes itens: dados de financiamento (fontes e valores) e cronograma de obras;
2. Projeto Técnico do Trabalho Social com destaque para o diagnóstico socioeconômico das famílias atendidas pelo mesmo; e
3. Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) relativo ao Projeto **“Portal da Amazônia”**.

As referidas informações fundamentarão os estudos que estão em fase de elaboração e esses estudos servirão de subsídios para outras ações públicas propostas por essa instituição.

Colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos por meio dos seguintes contatos: (91)81394283/32018568 (PARU/UFPA).

Atenciosamente,

MARIA ELVIRA ROCHA DE SÁ
Coordenadora do PARU

4) Ofício enviado à SEHAB, em 21/10/2011.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS

Ofício S/N

Belém, 21 de outubro de 2011

Senhor Secretário,

Sandra Helena Ribeiro Cruz, Doutoranda do Programa Desenvolvimento do Trópico Úmido (PDTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA), desenvolvendo projeto de tese na temática “**Condição da Moradia e Segregação Social em Metrópoles Amazônica: Belém e Manaus**” vêm solicitar a V. Sª, que indique um (a) técnico (a) de vossa confiança para atender as questões que seguem abaixo:

- a) O Plano de Reassentamento de famílias atingidas é de responsabilidade da SEHAB?
- b) Quantas unidades habitacionais estão sendo previstas para atender a população atingida, seja pelo projeto Orla, seja pelo PROMABEN?
- c) Quais as áreas que serão construídas as unidades?
- d) Quantas famílias serão contempladas? E onde elas habitavam? Em que áreas especificamente elas moravam?
- e) A maioria das famílias fez opção por qual modalidade? Indenização, reassentamento, etc. EXISTE ESTUDO DE PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO (TRABALHO/OCUPAÇÃO, RENDA, EDUCAÇÃO, NÚMERO DE FILHOS, SEXO, ESTADO CIVIL)
- f) Em quanto tempo as famílias serão atendidas? O cronograma está atualizado ou está com atraso?
- g) Quanto foi previsto em termos de financiamento? O recurso é da sehab/prefeitura? É externo? Ou seja, qual a origem do recurso e quanto estão previsto para o plano de reassentamento por modalidade de atendimento?
- h) É possível um mapa com a espacialização dos projetos (identificando as áreas atingidas?) Eu preciso demonstrar o tamanho da intervenção, principalmente do PROMABEN que é maior. Onde ou como posso obtê-lo?

Entende-se que o referido estudo poderá balizar novas intervenções políticas e sociais dessa referida Companhia.

Pela atenção, obrigada.

SANDRA HELENA RIBEIRO CRUZ.
PDTU/NAEA/UFPA

Dra. Edna Maria Ramos de Castro
Docente Orientadora (PDTU/NAEA/UFPA)

4) Ofício enviado à SUHAB, em 21/10/2011.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS

Ofício S/N

Belém, 13 de março de 2012.

Ao Sr. Sidney Robertson Oliveira de Paula
MD. Presidente da SUHAB

Senhor Presidente,

Sandra Helena Ribeiro Cruz, Doutoranda do Programa Desenvolvimento do Trópico Úmido (PDTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFGPA), desenvolve projeto de tese na temática “Grandes Projetos Urbanos e Moradia em Metrópoles Amazônica: Belém e Manaus”. Em Manaus a pesquisa está acontecendo nos bairros localizados na Bacia do Educando, na zona Sul da cidade e nesse sentido, solicitamos que V. S^a disponibilize algumas informações sobre a participação dessa Secretaria de estado na execução do PROSAMIM na referida Bacia, tais como:

- a) O Plano de Reassentamento de famílias atingidas é de responsabilidade da SUHAB?
- b) Quantas unidades habitacionais foram construídas para atender a população da Bacia dos Educandos?
- c) As famílias foram remanejadas de quais igarapés da Bacia dos Educandos?
- d) Qual o quantitativo de família por solução de moradia?
- e) Em que áreas foram construídas as unidades? Houve necessidade de desapropriação? As áreas pertenciam a que ente?
- f) Na Bacia dos Educandos qual foi o cronograma de reassentamento das famílias?
- g) Qual o volume de recursos financeiros na solução de moradia para as famílias remanejadas pelo Prosamim na Bacia dos Educandos? Quais as fontes de financiamento nessa ação referente à solução habitacional?

Certa de contar com a vossa colaboração, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,

Dra. Edna Maria Ramos de Castro
Docente Orientadora (PDTU/NAEA/UFGPA)

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO DO TRÓPICO ÚMIDO –
PDTU
PROJETO DE PESQUISA: GRANDES PROJETOS URBANOS E SEGREGAÇÃO EM
METRÓPOLES AMAZÔNICAS: BELÉM E MANAUS
DOUTORANDA: SANDRA HELENA RIBEIRO CRUZ
ORIENTADORA: Dra. Edna Ramos de Castro

**ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA FAMÍLIAS REMANEJADAS E
REASSENTADAS EM BELÉM E MANAUS**

- 1) Qual o seu nome?
- 2) Qual sua profissão?
- 3) Qual a sua idade?
- 4) Reside no bairro há quanto tempo?
- 5) Qual o seu endereço atual?
- 6) Qual o endereço anterior?
- 7) A sua casa era própria, alugada ou cedida?
- 8) Qual o número de pessoas na residência?
- 9) Todos trabalham?
- 10) Qual a renda familiar?
- 11) Gosta de morar no bairro? Por que?
- 12) Conhece o projeto Portal da Amazônia? Como tomou conhecimento?
- 13) O que você sabe sobre ele?
- 14) Qual e como foi o primeiro contato com o projeto?
- 15) Já recebeu algum tipo de benefício?
- 16) O que acha do projeto?
- 17) Qual a sua expectativa após a conclusão do projeto?